



Affonso José Santos

Nascido em 1940, no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, em 1967.

Durante o quarto e quinto anos da faculdade, serviu como solicitador no escritório de advocacia de José Thomaz Barreto Nabuco de Araújo, Neto, filho de Joaquim Nabuco. Serviu dois anos na Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde com o então Consultor Jurídico Cid Heráclito de Queiroz.

Ingressou na carreira diplomática em 1969; aposentou-se em 2010.

Reside em Brasília com sua mulher, a violinista Betina Maag Santos.



A Portaria nº 365 do Ministério das Relações Exteriores, de 11 de novembro de 2021, dispõe sobre o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema.

No contexto do planejamento da efeméride, a FUNAG criou a coleção “Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022”, abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.



HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS  
Anexos

Affonso José Santos (Org.)



Affonso José Santos (Org.)

# HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS

ANEXOS



A obra *História do Brasil nos velhos mapas*, de autoria de Jaime Cortesão, teve sua primeira edição publicada em 1965 e a segunda, em 1971. A Fundação Alexandre de Gusmão, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência, relança a obra em formato fac-similar. Na edição original, o primeiro volume foi acompanhado por um atlas em folhas soltas. Optou-se por modificar esse modelo, reunindo os mapas originais em um terceiro volume. Aproveitou-se a oportunidade para agregar: 1) prefácio redigido pelo embaixador Affonso Santos; 2) mapas adicionais não constantes nos dois primeiros volumes, mas citados no texto, entre os quais alguns confeccionados em 1944 por Jaime Cortesão ou feitos sob sua supervisão; 3) textos de tratados citados na obra; 4) glossário onomástico pormenorizado, elaborado pelo embaixador Affonso Santos, com informações sobre navegantes, cartógrafos, geógrafos e personalidades referidos pelo eminente geógrafo português em seu texto. Ainda que tenha dezenas de páginas, é importante ressaltar que não cobre plenamente todas as referências, pois muitos dos navegantes e alguns dos cartógrafos eram pouco conhecidos, mesmo em vida, com poucas informações chegando aos dias de hoje.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

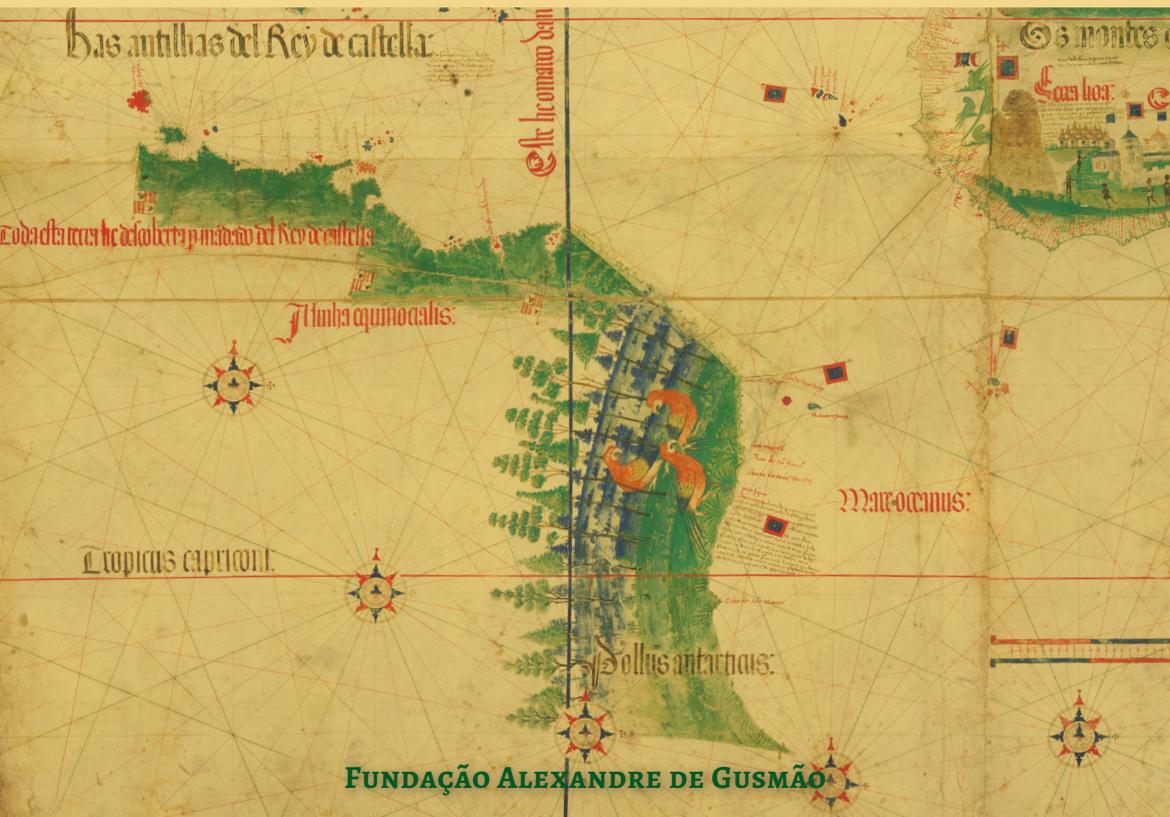
BICENTENÁRIO



Affonso José Santos (Org.)

# HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS

ANEXOS



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BICENTENÁRIO



# HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado	Embaixador Carlos Alberto Franco França
Secretário-Geral	Embaixador Fernando Simas Magalhães

## FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente	Embaixadora Márcia Loureiro
Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática	Embaixador Gelson Fonseca Junior
Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais	Ministro Almir Lima Nascimento

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.



**Affonso José Santos (Org.)**



# **HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS**

Anexos



BRASÍLIA, 2022

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2030-9117/9128  
Site: gov.br/funag  
E-mail: funag@funag.gov.br

**Equipe Técnica:**

Cintia Rejane Sousa Araujo Gonçalves  
Fernanda Antunes Siqueira  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Guilherme Monteiro  
Júlia Godoy  
Kamilla Souza Coelho  
Luiz Antônio Gusmão  
Mônica Melo  
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho  
Rogério de Souza Farias  
Vanusa dos Santos

**Diagramação:**

Denivon Cordeiro de Carvalho

**Capa:**

[Planisfério de Cantino], 1502. Modena, Itália, Biblioteca Estense Universitária.

**Apoio:**

Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

---

C828h Cortesão, Jaime 1884-1960

História do Brasil nos velhos mapas: anexos / Jaime Cortesão ; Affonso José Santos  
(org.) – Brasília: FUNAG, 2022.

237 p. : il., mapas, color. – (Bicentenário: Brasil 200 anos - 1822-2022)

ISBN 978-85-7631-844-6

1. Brasil - História. 2. Independência do Brasil. 3. Brasil - Geografia I. Título  
II. Coleção III. Fundação Alexandre de Gusmão

CDU 94(81)

---

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei no 10.994, de 14/12/2004.

Elaborado Charlene Cardoso Cruz – 1/2909

# Sumário

---

Apresentação.....	7
Prefácio .....	9
Mapas e ilustrações originais da obra.....	13
Mapas não constantes do original.....	43
Textos de tratados .....	95
Glossário onomástico.....	139
Bibliografia .....	235



## Apresentação

---

A obra *História do Brasil nos velhos mapas*, de autoria de Jaime Cortesão, teve sua primeira edição publicada em 1965 e a segunda, em 1971. A Fundação Alexandre de Gusmão, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência, relança a obra em formato fac-similar. Na edição original, o primeiro volume foi acompanhado por um atlas em folhas soltas. Optou-se por modificar esse modelo, reunindo os mapas originais em um terceiro volume. Aproveitou-se a oportunidade para agregar: 1) prefácio redigido pelo embaixador Affonso Santos; 2) mapas adicionais não constantes nos dois primeiros volumes, mas citados no texto, entre eles alguns confeccionados em 1944 por Jaime Cortesão ou feitos sob sua supervisão; 3) textos de tratados citados na obra; 4) glossário onomástico pormenorizado, elaborado pelo embaixador Affonso Santos, com informações sobre navegantes, cartógrafos, geógrafos e personalidades referidos pelo eminente geógrafo português em seu texto. Ainda que tenha dezenas de páginas, é importante ressaltar que não cobre plenamente todas as referências, pois muitos dos navegantes e alguns dos cartógrafos eram pouco conhecidos, mesmo em vida, com poucas informações chegando aos dias de hoje.

O leitor foi informado, no primeiro volume da edição de 1965, que o segundo teria um atlas adicional, mas este não foi localizado. Essa ausência talvez decorra do retorno de Cortesão para Portugal em 1957, quando entregou os originais do livro para o Instituto Rio Branco e encerrou seu exílio no Brasil.



## Prefácio

---

Durante os 17 anos em que viveu exilado no Brasil, o polígrafo português, Jaime Cortesão, realizou um trabalho extraordinário, cujo alcance ainda não foi suficientemente analisado, nas diversas áreas em que atuou neste país. Mas não foi durante o período acima, quando chegou ao Brasil na condição de exilado político de seu país, que Cortesão se dedicou ao estudo da História brasileira, em particular as origens geopolíticas da nação brasileira e da formação das fronteiras do nosso país. Muito antes de sua chegada aqui como exilado, quando era diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1919-1927), já havia demonstrado interesse pela historiografia brasileira, e, em 1922, chegou a integrar missão cultural que acompanhou o então presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, aos festejos oficiais do centenário da Independência, que se deram no Rio de Janeiro. Durante seu período como diretor da referida Biblioteca, já havia colaborado em obra coletiva, conhecida como *História da colonização portuguesa do Brasil*, realizada no Porto e coordenada por Carlos Malheiro Dias, no contexto das referidas celebrações.

Pouco depois de chegar ao Brasil, sucederam-se convites para que Cortesão proferisse discursos, fizesse dissertações públicas sobre “o caráter lusíada do descobrimento do Brasil”, e participasse de conferências bem como escrevesse artigos para a *Gazeta de Notícias* (em São Paulo). Houve muitos outros pedidos para que fizesse apresentações em instituições culturais, como o Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, em associação com a Associação Brasileira de Imprensa. Muitas vezes eventos foram montados em torno da disponibilidade no Brasil do erudito português. Além de convites para apresentações sobre temas os mais diversos, Cortesão era insistentemente procurado por parte de jornais para artigos, sobretudo

para outros jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, nesta última, logo pôde contar com o apoio de Júlio de Mesquita Filho, o influente proprietário d'O *Estado de São Paulo*. Até a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro valeu-se de seus serviços, para a introdução, notas e glossário, referentes aos *Manuscritos da coleção De Angelis* que editava à época.

Não tardou para que o Ministério das Relações Exteriores também procurasse o concurso do erudito português e onde, pouco a pouco, iniciou-se um processo de enraizamento. Inicialmente, em 7 de fevereiro de 1941, o ministro de Estado das Relações Exteriores designou-o para estudar mapas antigos da Mapoteca do Itamaraty, com a gratificação mensal de Rs 1:000\$000 e, em 12 de fevereiro de 1944, Cortesão foi contratado pelo Itamaraty como “Assessor da Mapoteca, com a obrigação de superintender o serviço de catalogação dos mapas, atlas, gravuras, estampas, fotografias e outras peças das coleções cartográfica e iconográfica pertencentes àquele setor, onde implementou o esquema de organização dos fichários, atualmente em uso.”

Em meados de 1942, o ministro Oswaldo Aranha lhe dirigiu convite para que colaborasse na realização de um *Atlas histórico do Brasil*, sob os auspícios do Itamaraty e em que figuravam “19 grandes temas”. A Cortesão foi atribuída a direção dos trabalhos preparatórios (ainda que esse projeto não viesse a ser completado), bem como a responsabilidade pela organização das celebrações do centenário do Tratado de Madri e das homenagens programadas, para evocar a memória de Alexandre de Gusmão, principal inspirador desse tratado. Verificava-se, assim, o envolvimento cada vez maior de Cortesão com o Ministério.

Pouco depois, por determinação do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, o chefe do Departamento de Administração do Itamaraty assinou a circular nº 1.790, pela qual instituiu em 1944 o *Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia*, “[...] destinado aos funcionários do MRE, de qualquer quadro ou categoria, com preferência para os Cônsules de 3ª classe (classe “J”) em serviço na Secretaria de Estado, Arquivologistas e Bibliotecários”. A circular também estipulava que poderiam frequentar o curso, independentemente de inscrição, os funcionários ou pessoas ligadas a serviços federais ou estaduais e instituições cujas atividades se relacionavam com a matéria lecionada, desde que fosse previamente concedida para isso uma licença.

A proporção que o tempo passava, foram-lhe atribuídas novas obrigações, agora com o recém-criado Instituto Rio Branco e seu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, instituído com o Decreto-Lei 7.473, promulgado em 18 de abril de 1945, e sua nova redação, determinada pelos Decretos-Leis 8.461/45 e 9.032/46. O Instituto fora criado para coincidir com o centenário do nascimento do barão do Rio-Branco, e atendia à crescente necessidade de institucionalizar e regularizar o ingresso e a preparação dos candidatos à carreira diplomática. Era natural que se procurasse agregar os serviços de Jaime Cortesão a essas novas funções e logo lhe foi confiada a criação do curso de história da cartografia.

Enquanto ministrava as aulas para esses cursos, pelos quais era responsável, a partir de 1944, Cortesão já trabalhava na redação da obra que recebeu como título *História do Brasil nos velhos mapas*. Os termos do encargo vêm registrados, em 9 de outubro de 1951, ao verso da folha 22 do Livro de Portarias do Instituto Rio Branco, determinado pelo novo diretor do Instituto Rio Branco, Lafayette de Carvalho e Silva: “pela organização e realização de uma obra sobre *História do Brasil nos velhos mapas*”. Diante desse pedido, Cortesão justifica a pertinência do tema ao afirmar na breve declaração de intenções que acompanha o plano do trabalho:

[...] Não deve esquecer-se que o Brasil é, depois da Rússia, o país de mais completa história das fronteiras; e que os mapas antigos serviram de títulos justificativos de soberania nos litígios de fronteiras com os demais Estados da América do Sul, em mãos dum barão da Ponte Ribeiro, dum Joaquim Caetano da Silva, dum barão do Rio-Branco e dum Joaquim Nabuco.

Com essa nova incumbência, Cortesão encontra um programa em que se conciliam os interesses dos seus patronos, com a ideia que ele próprio tem sobre ensinamentos que os mapas antigos podem dar: [...] “*A História do Brasil nos velhos mapas* seria a fusão e alargamento sistematizado daqueles esforços a todo o território brasileiro e desde às origens à obra de consolidação das fronteiras do Brasil”.

Cortesão trabalhou nessa obra longos anos e entregou, em agosto de 1953, ao diretor do Instituto Rio Branco mais de 220 páginas do texto

original sobre o qual trabalhava (e que já contaria com 520 páginas) e afirmou, na ocasião:

[...] os novos estudos que realizei sobre o tema do meu trabalho alargam, em várias secções o plano primitivo, o que trouxe como consequência um aumento correlativo da obra contra o que a princípio esperava e, de tal sorte, que este segundo e último volume contará com cerca de seiscentas páginas datilografadas.

Perdoado politicamente pelo governo português, Cortesão partiu para Lisboa em 1957, mas não chegou a ver publicados os dois volumes do seu trabalho, por ter falecido em 1960. Seu trabalho foi publicado a primeira vez, em 1965, e a segunda, em 1971, pelo Instituto Rio Branco, e aqui vem reeditado.

A. J. Santos

## Mapas e ilustrações originais da obra

---

Figura 1a. Ventos no Atlântico durante o mês de fevereiro.

Figura 1b. Ventos no Atlântico durante o mês de agosto.

Figura 2. Correntes marítimas do Atlântico.

Figura 3. Rota dos navios a vela no Atlântico (segundo mapa editado em Portugal por ocasião dos festejos henriquinos).

Figura 4a. Mapa do Brasil. Relevo .

Figura 4b. Mapa do Brasil. Vegetação.

Figura 5. Faixas ou centros formadores de fronteiras.

Figura 6. Áreas culturais da América meridional (segundo Wissler). Zonas de cultura geográfica indígena. (Século XVI).

Figura 7. Região das nascentes do rio Xingu, segundo esboço feito por um índio.

Figura 8. Vias de difusão cultural.

Figura 9. Caravela. Século XV.

Figura 10. Caravelão.

Figura 11. As Antilhas, Sete Cidades e Ilha do Brasil, no mapa de Grazioso Benicasa, 1482.

Figura 12. Astrolábio marítimo.

Figura 13. Planisfério anônimo (c. 1519).

Figura 14. Traçado das loxodromias.

Figura 15. Uma das muitas cartas de autoria de Jan Baptiste Bourguignon D'Anville (1697-1782).

Figura 16. Traçado do meridiano divisório entre as possessões de Portugal e Espanha a oeste.

Figura 17. Representação esquemática da Carta de Vaz Dourado (1568) e da linha de contorno do Brasil em relação ao meridiano de Tordesilhas.

Figura 18. Representação esquemática do litoral brasileiro e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas Cartas de Luís Teixeira (português) e de Juan Lopez de Velasco (espanhol) em comparação com o contorno de um mapa atual do Brasil e a verdadeira posição daquela tão discutida linha.

Figura 19. Desenho concebido em substituição ao que está reproduzido na obra de Jaime Ferrer (não localizada).

Figura 20. Rota provável de Pedro Álvares Cabral (1500) e outras rotas Atlânticas (projeção Mercator).

Figura 21. Uma das cartas parciais da costa do Brasil, do *Roteiro Atlas* de Luís Teixeira (c. 1586, segundo estudos mais recentes).

Figura 22. Carta que ilustra a primeira edição, de 1511, das *Décadas* de Pedro Martir d'Anguiera.

Figura 23. Uma das cartas do chamado atlas de Egerton, n° 2.803.

Figura 24. Representação esquemática do contorno do litoral brasileiro nas cartas de Diogo Ribeiro (1525 e 1529).

Figura 25. Uma das cartas do códice intitulado *Descripcion sumaria de las Indias*, atribuído a Juan Lopez de Velasco (c. 1574).

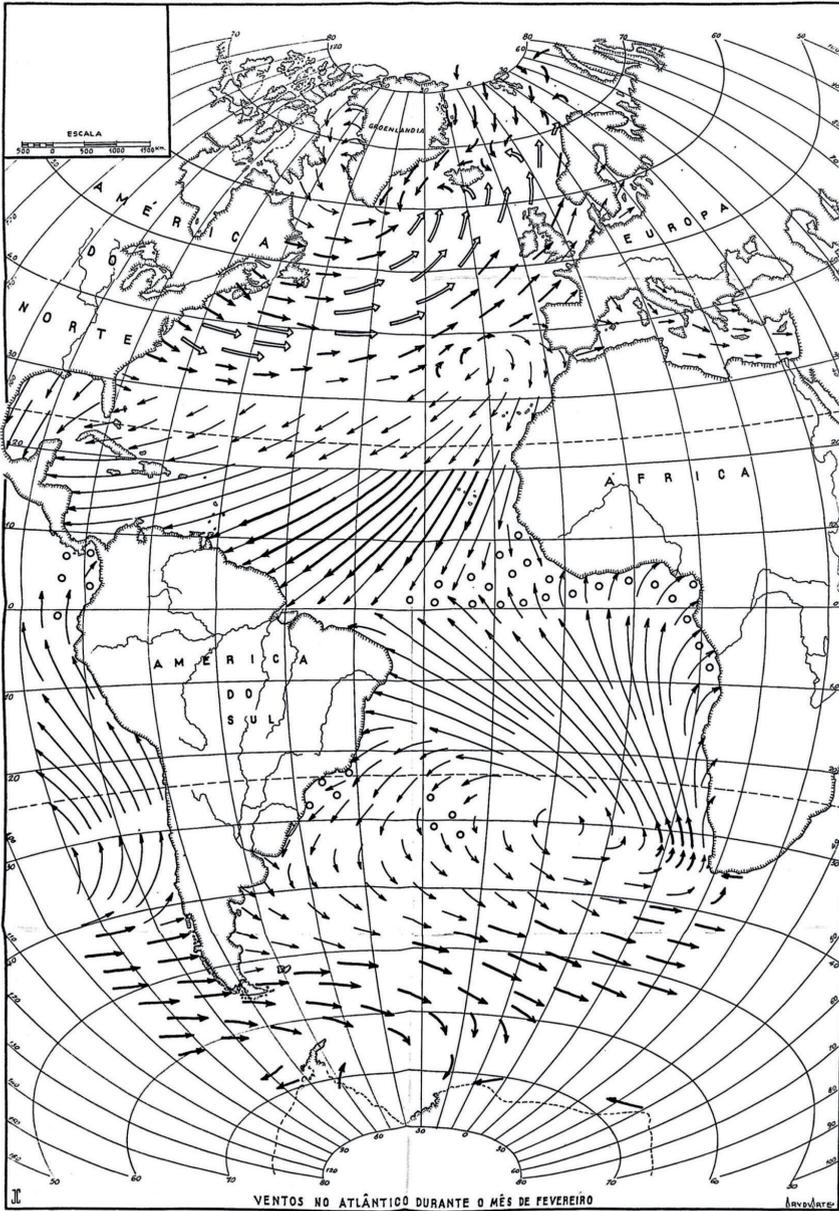


Figura 1a. Ventos no Atlântico durante o mês de fevereiro.

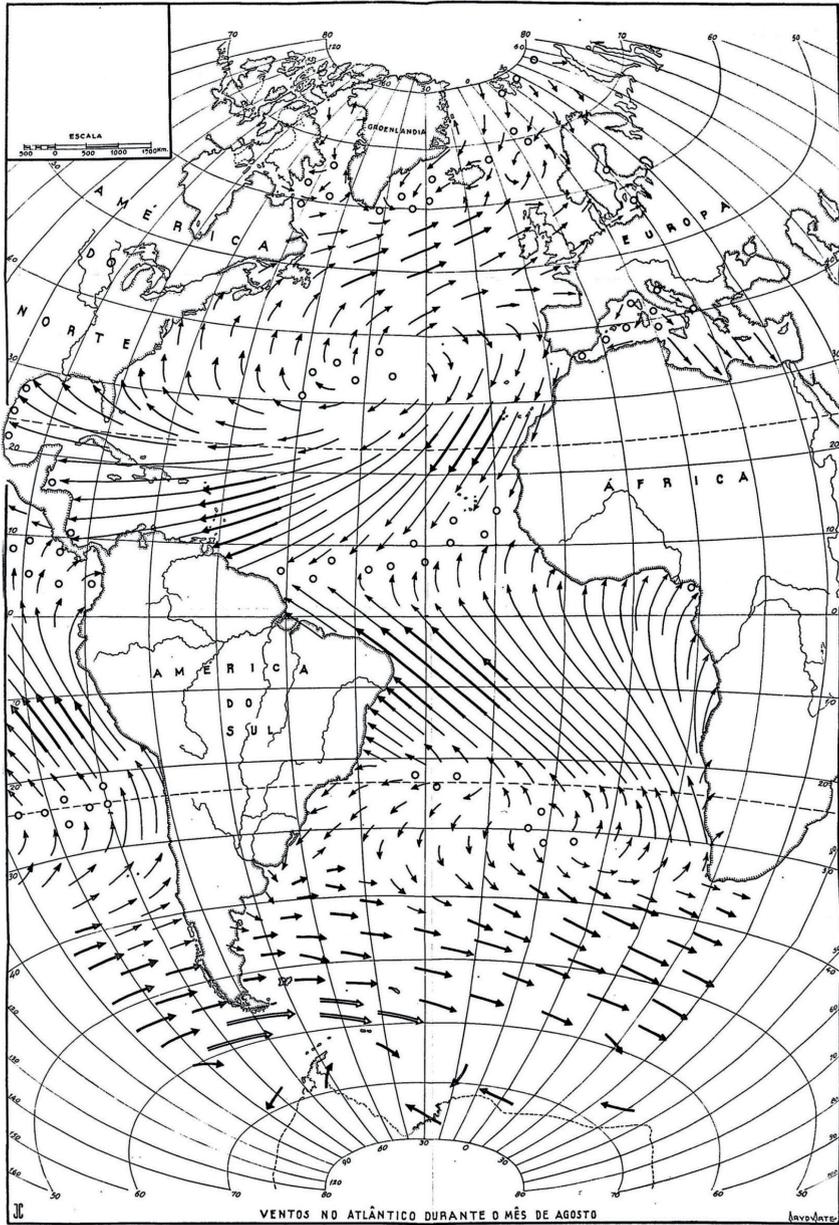


Figura 1b. Ventos no Atlântico durante o mês de agosto.

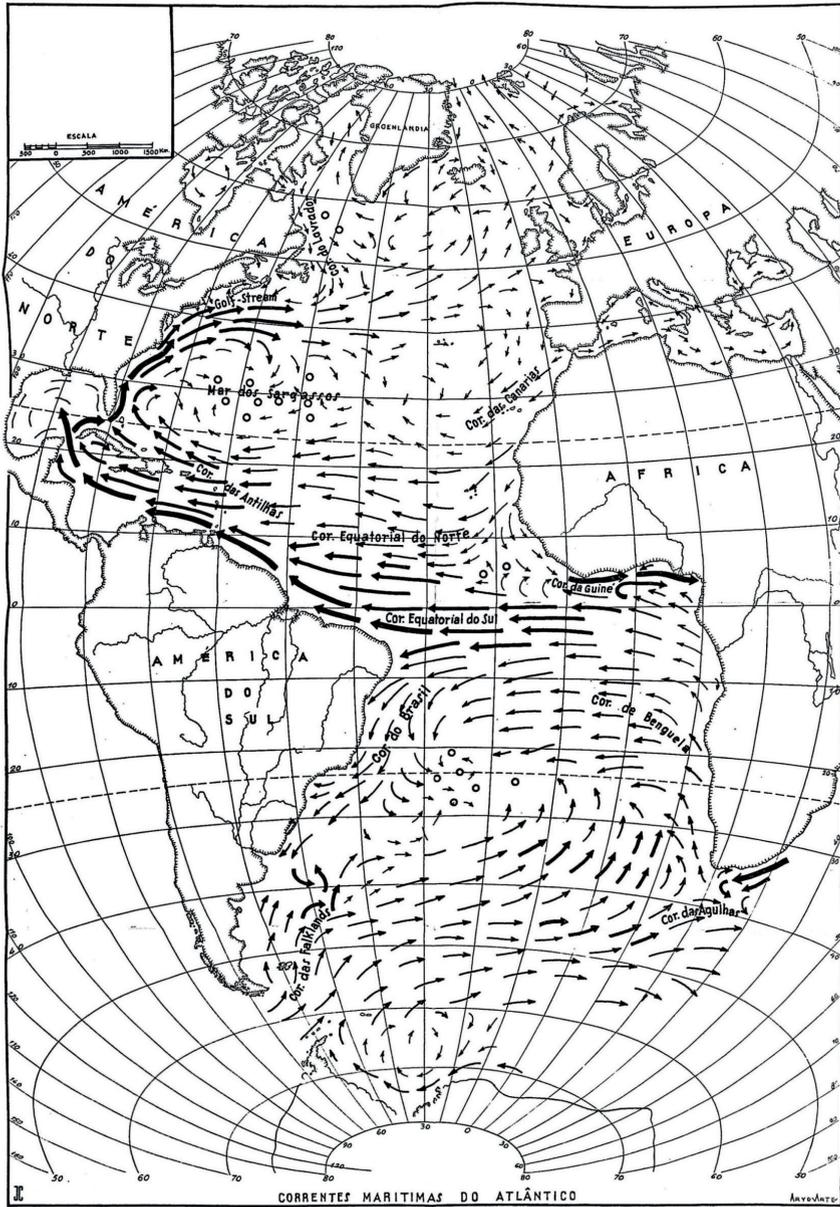


Figura 2. Correntes marítimas do Atlântico.

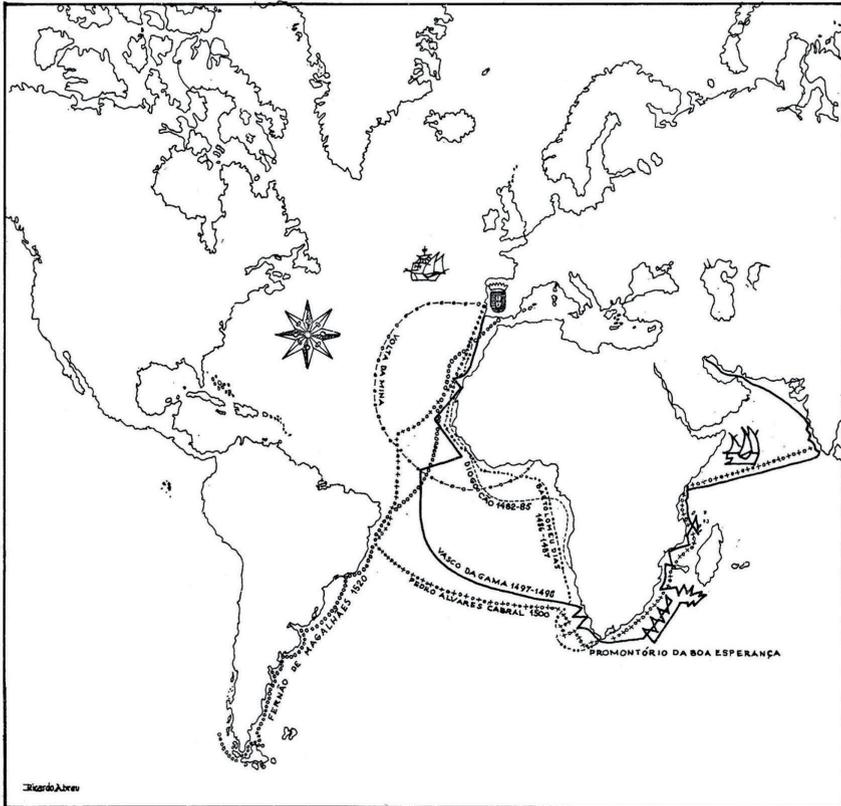


Figura 3. Rota dos navios a vela no Atlântico (segundo mapa editado em Portugal por ocasião dos festejos henriquinos).



Figura 4a. Mapa do Brasil. Relevo.



Figura 4b. Mapa do Brasil. Vegetação.

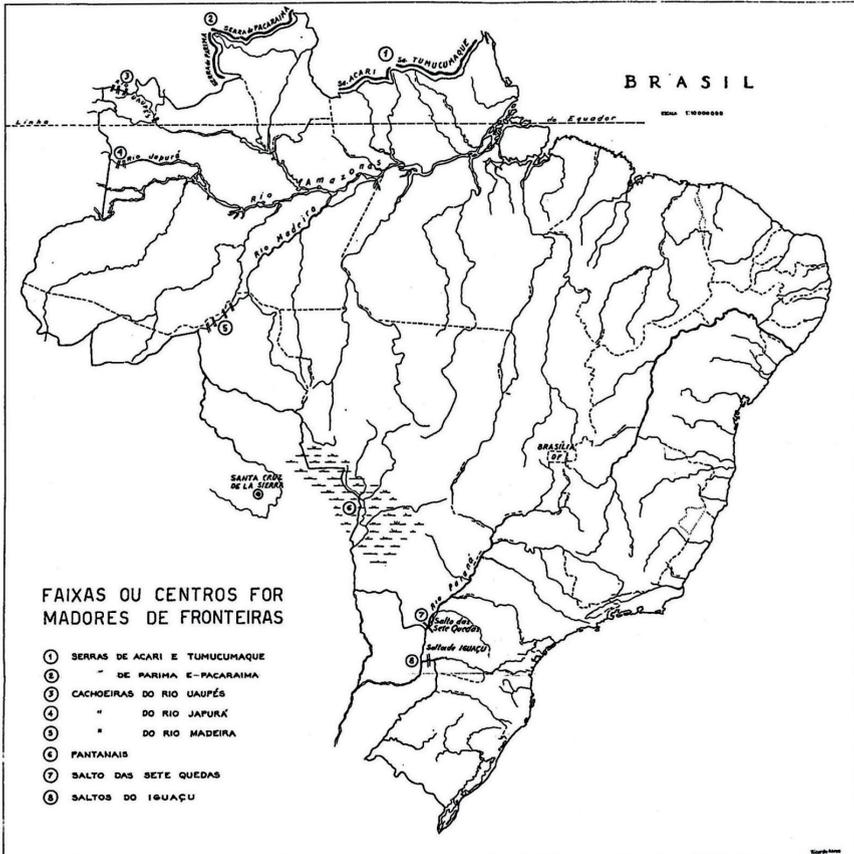


Figura 5. Faixas ou centros formadores de fronteiras.

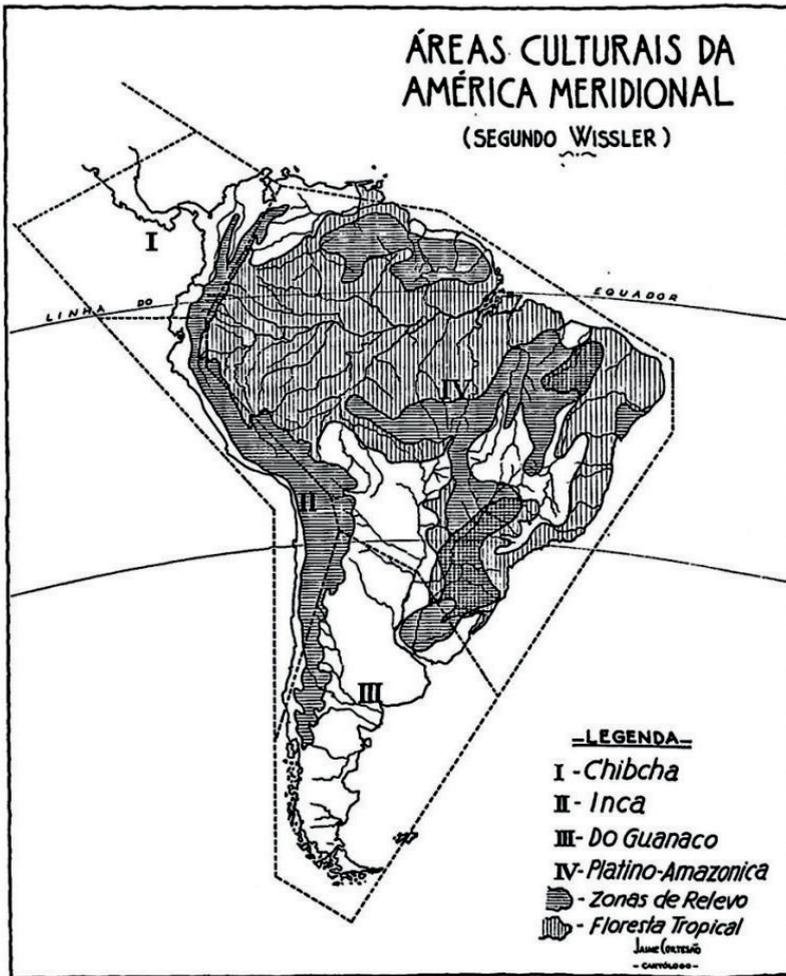


Figura 6. Áreas culturais da América meridional (segundo Wissler). Zonas de cultura geográfica indígena. (Século XVI).

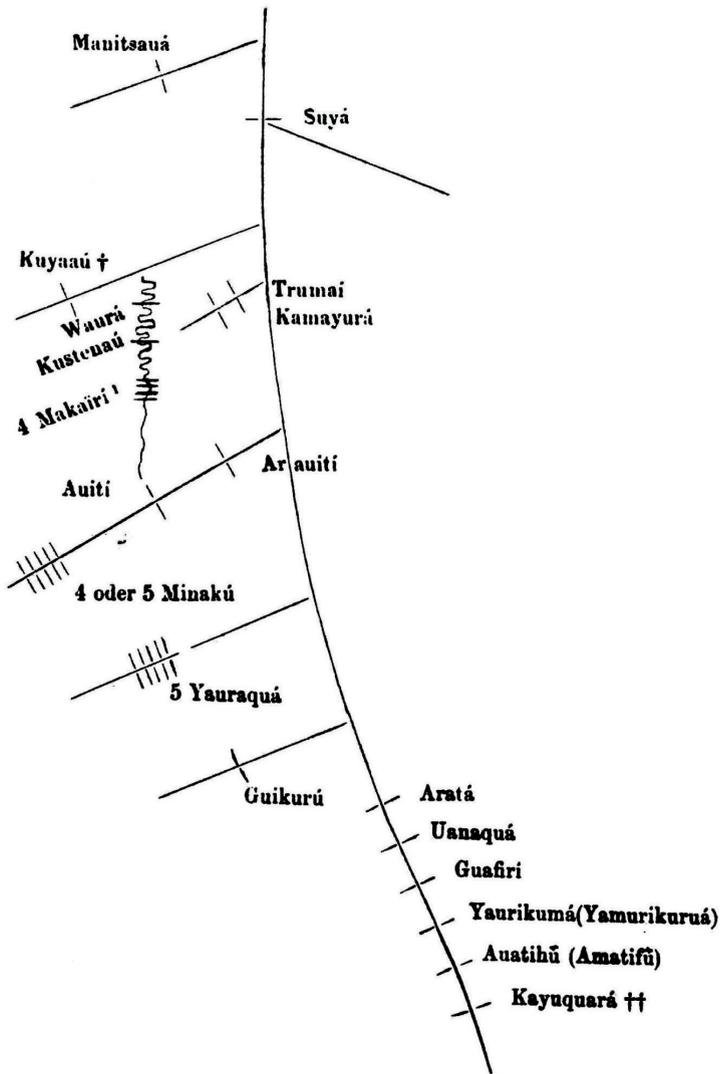


Figura 7. Região das nascentes do rio Xingu, segundo esboço feito por um índio. Reproduzido do livro de Karl von den Stein, Dutch-Central-Brazilian, Leipzig, 1886, p. 214.

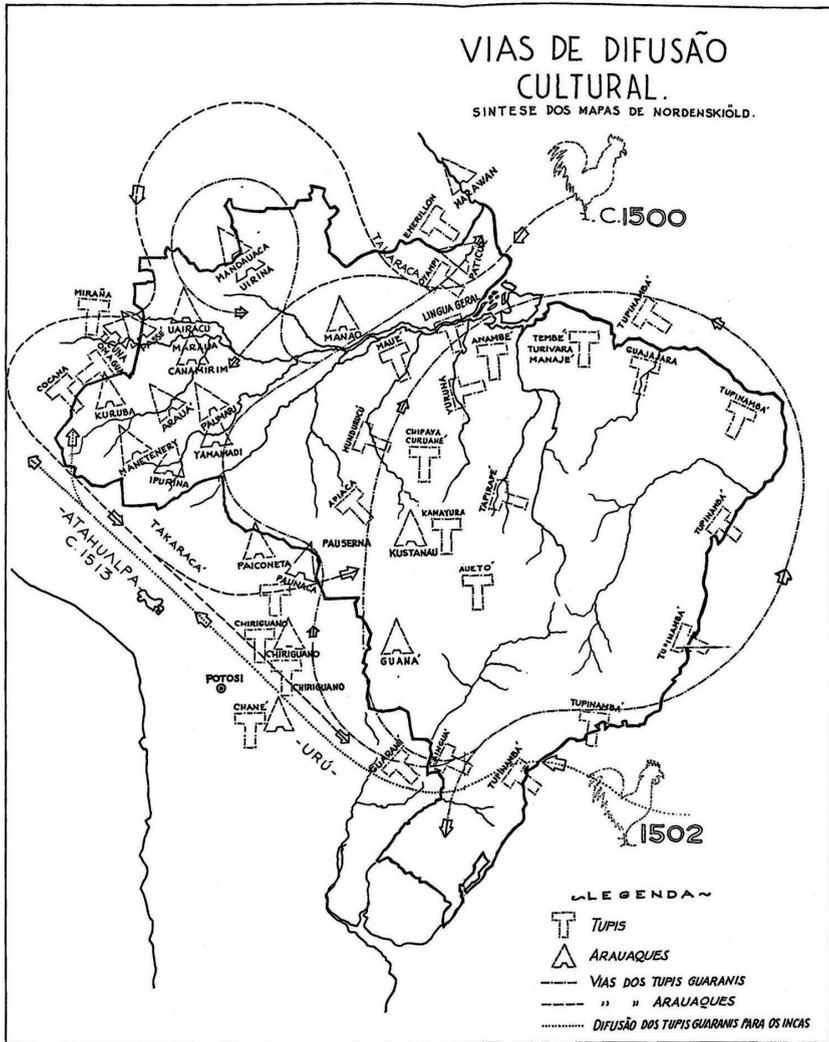


Figura 8. Vias de difusão cultural.

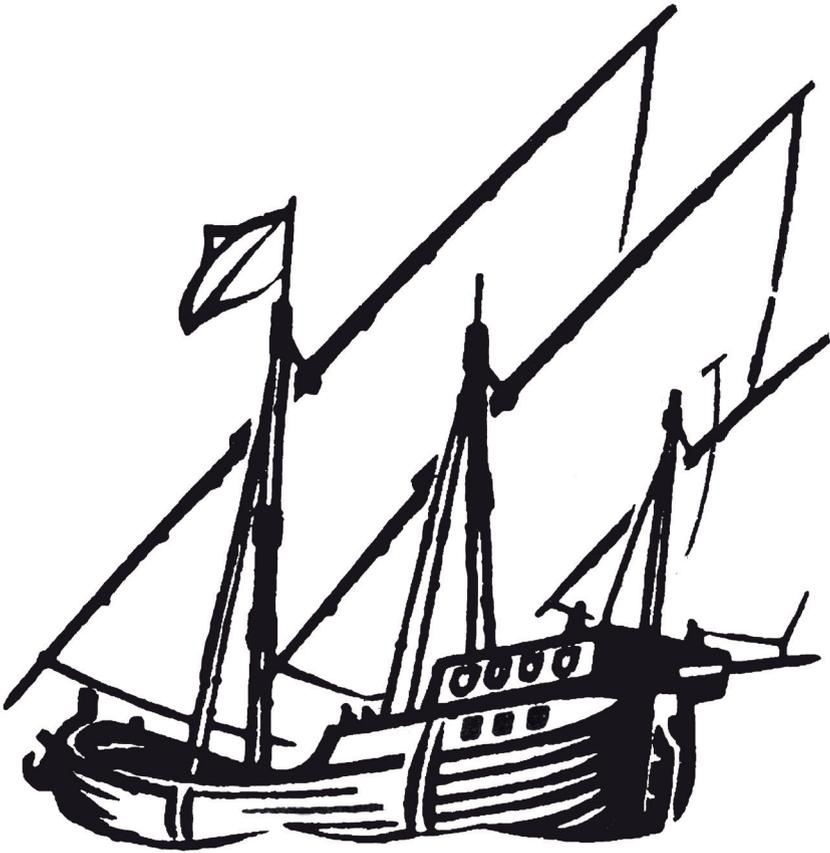


Figura 9. Caravela, séc. XV. - Navio ligeiro de armação latina, concebido e aperfeiçoado pelos portugueses para a navegação no Atlântico.

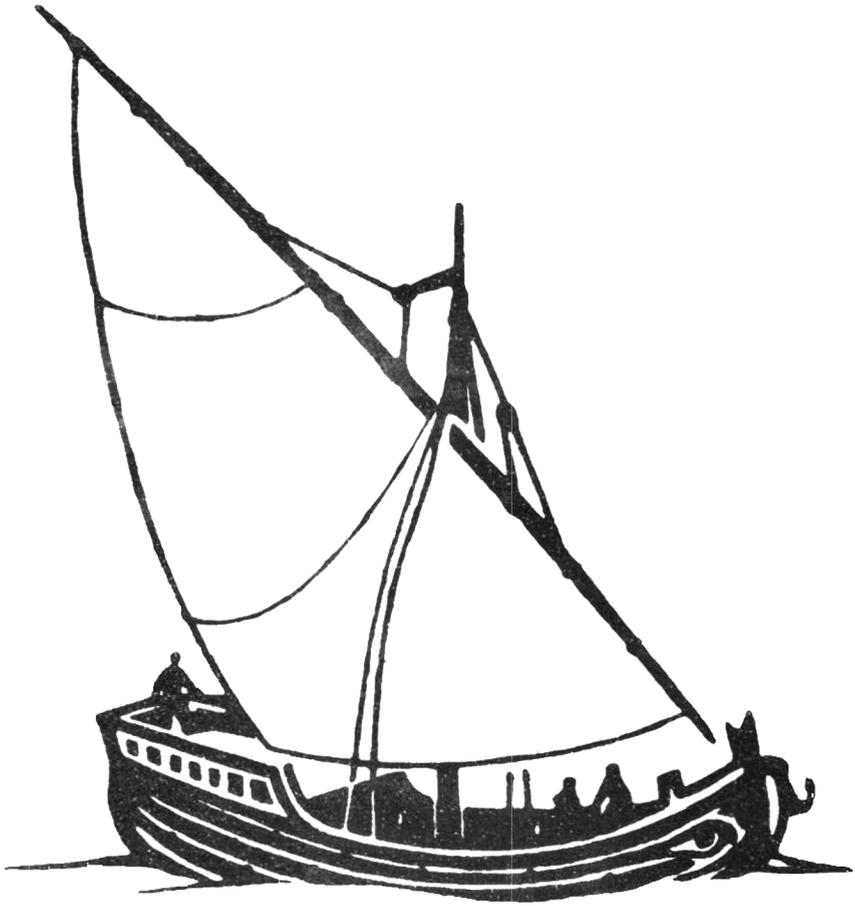


Figura 10. Caravelão – Barco ligeiro e de fácil manobrabilidade, usado na pesca e na guerra. O seu principal papel era trazer notícias das armadas e dos seus êxitos. Esses barcos evitavam, pela sua rapidez, os assaltos e abordagens por parte dos barcos dos inimigos.

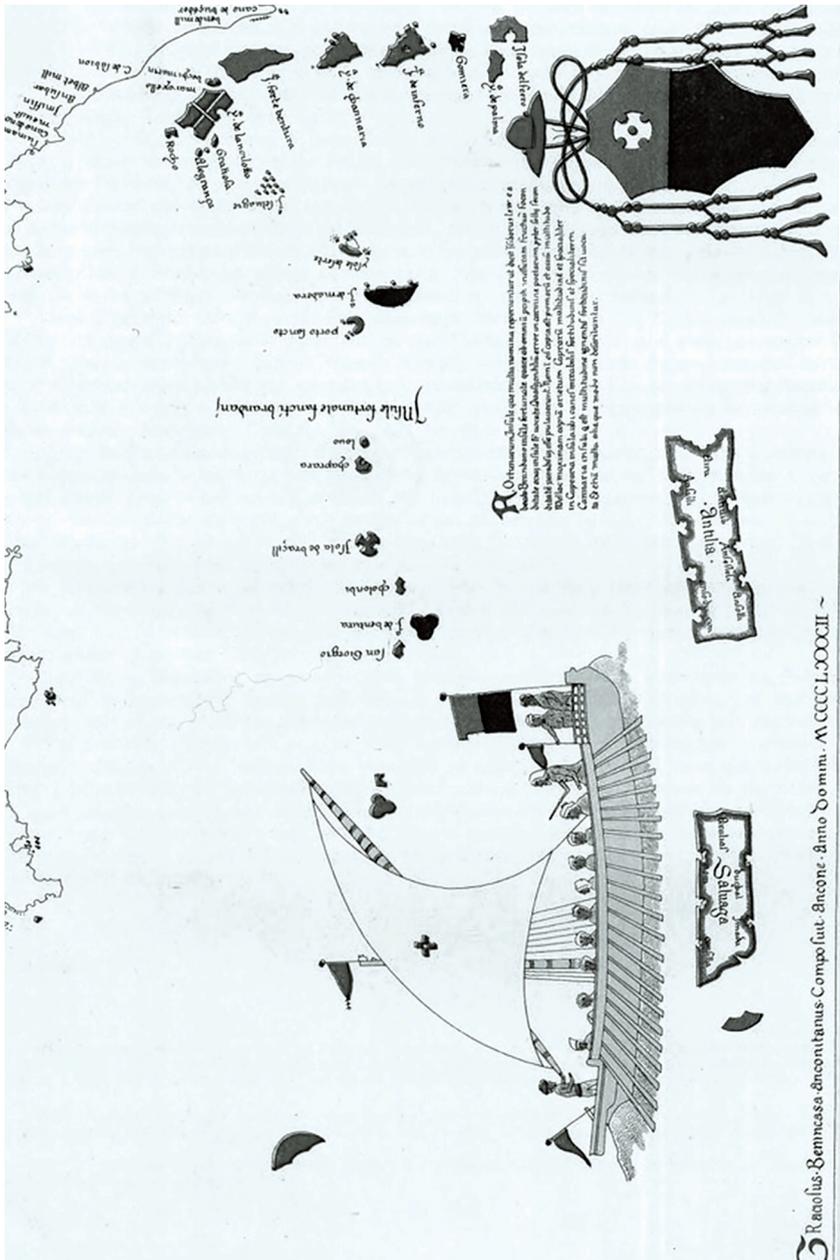


Figura 11. As Antilhas, Sete Cidades e Ilha do Brasil, no mapa de Grazioso Benicasa, 1482. (Original: Archiginasio, "Biblioteca da Universidade de Bolonha", Itália).

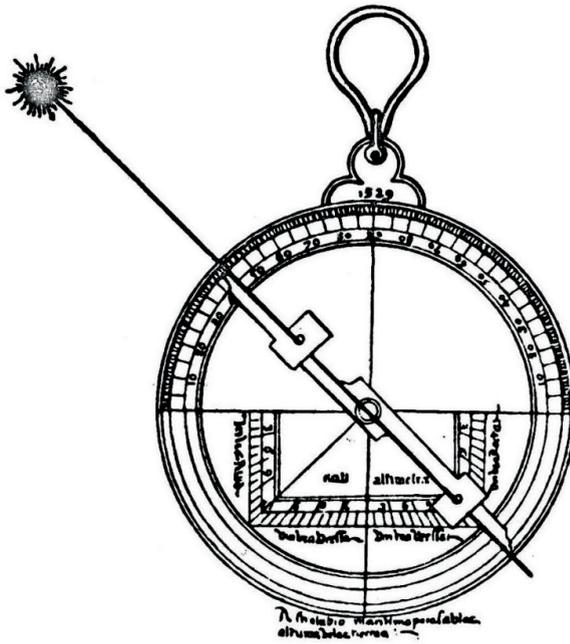


Figura 12. Astrolábio marítimo segundo uma representação na Carta Universal de Diogo Ribeiro, de 1529, com a indicação do seu uso na medição da altura do sol.

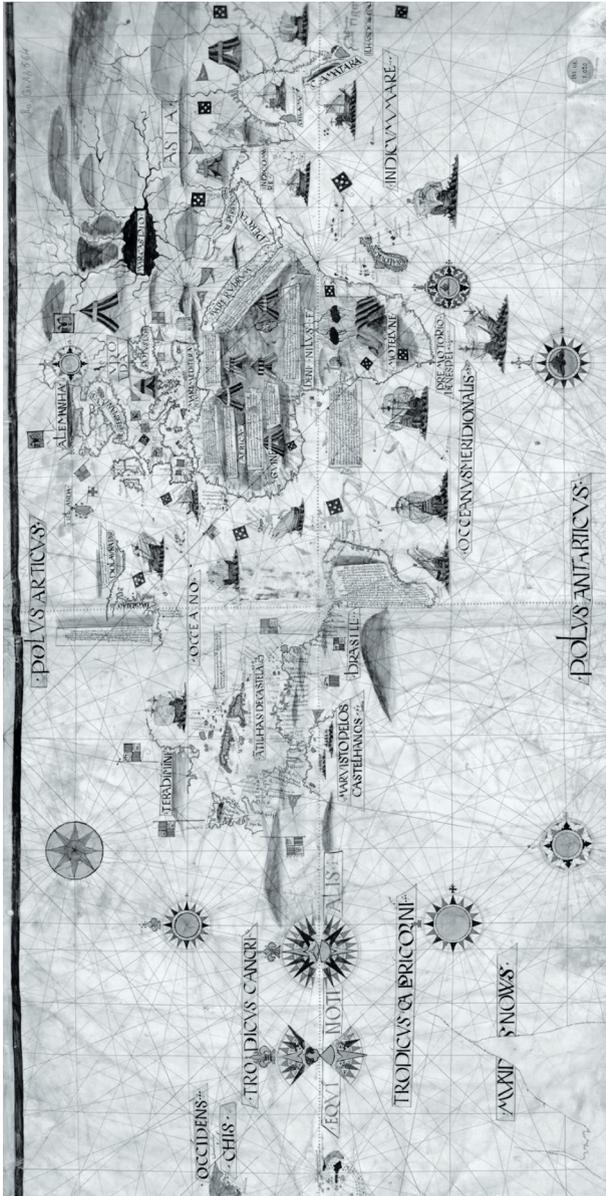


Figura 13. Planisfério anônimo, de c. 1519, conhecido também como “Kunstmann IV”, por ter sido reproduzido por Friedrich Kunstmann, no seu célebre Atlas - 1859. Sua autoria é hoje atribuída a Jorge Reinel.

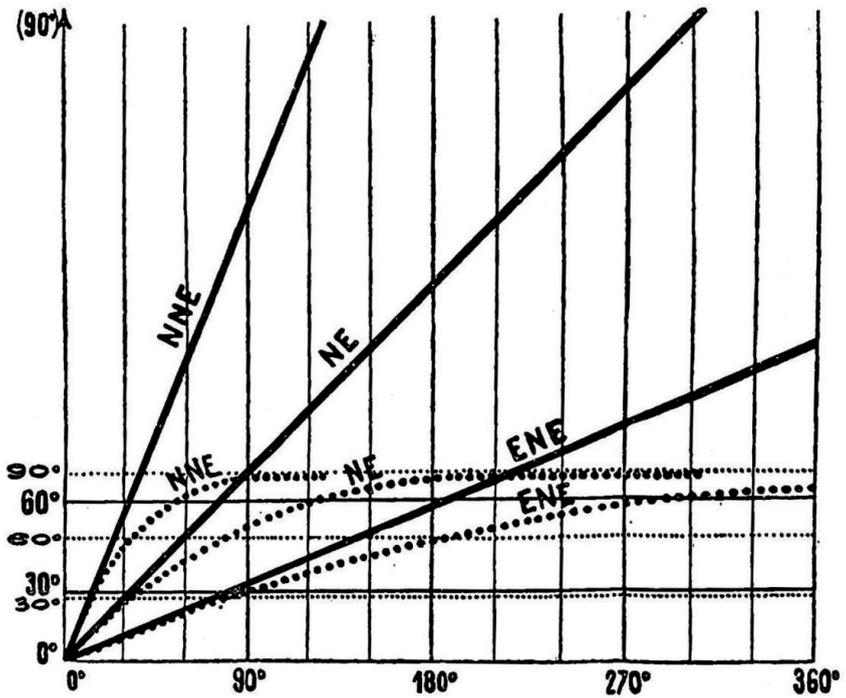


Figura 14. Esquema que mostra o traçado das loxodrómiyas numa carta plana quadrada (linhas pontuadas) e numa carta de latitudes crescidas (linhas cheias), segundo reprodução de Luciano Pereira da Silva, em um dos seus trabalhos.

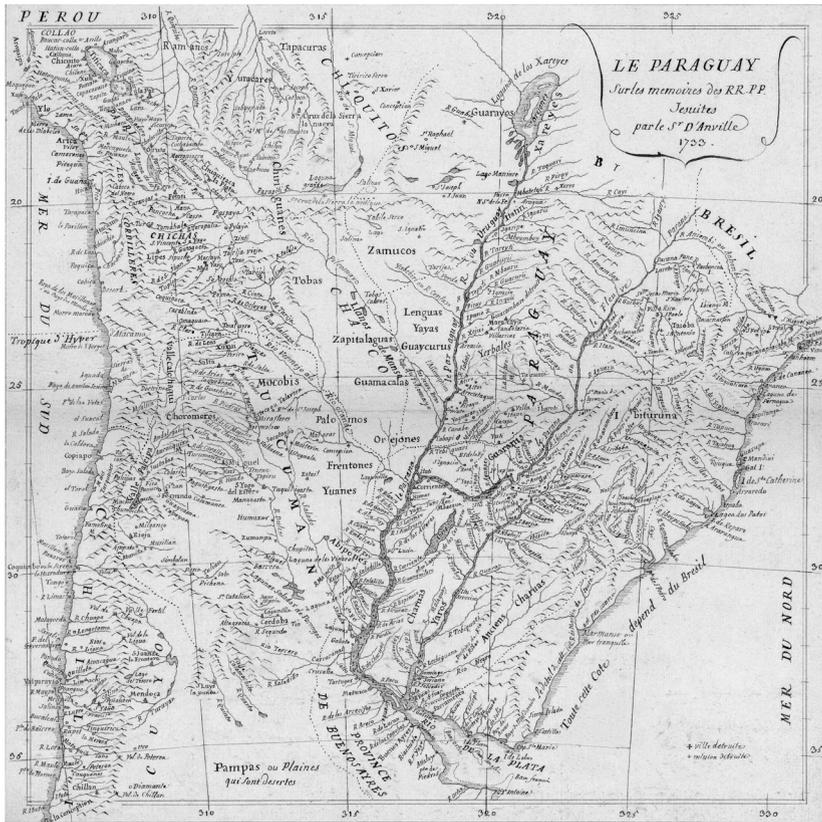


Figura 15. Uma das muitas cartas de autoria de Jan Baptiste Bourguignon D'Anville (1697-1782).



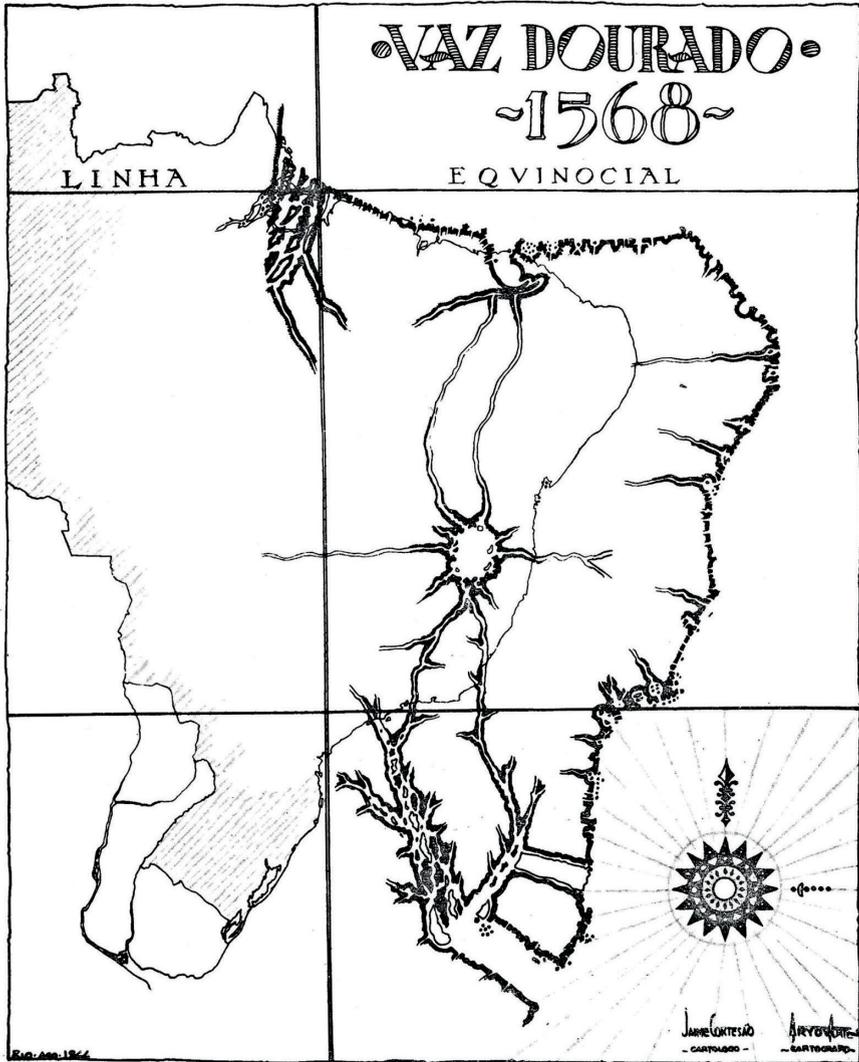


Figura 17. Representação esquemática da Carta de Vaz Dourado (1568) e da linha de contorno do Brasil, em relação ao meridiano de Tordesilhas. O desvio para leste, representado na citada Carta, revela o propósito dos portugueses de incluírem, na sua esfera de soberania, área mais vasta do que permitia a posição aproximada daquele célebre meridiano.

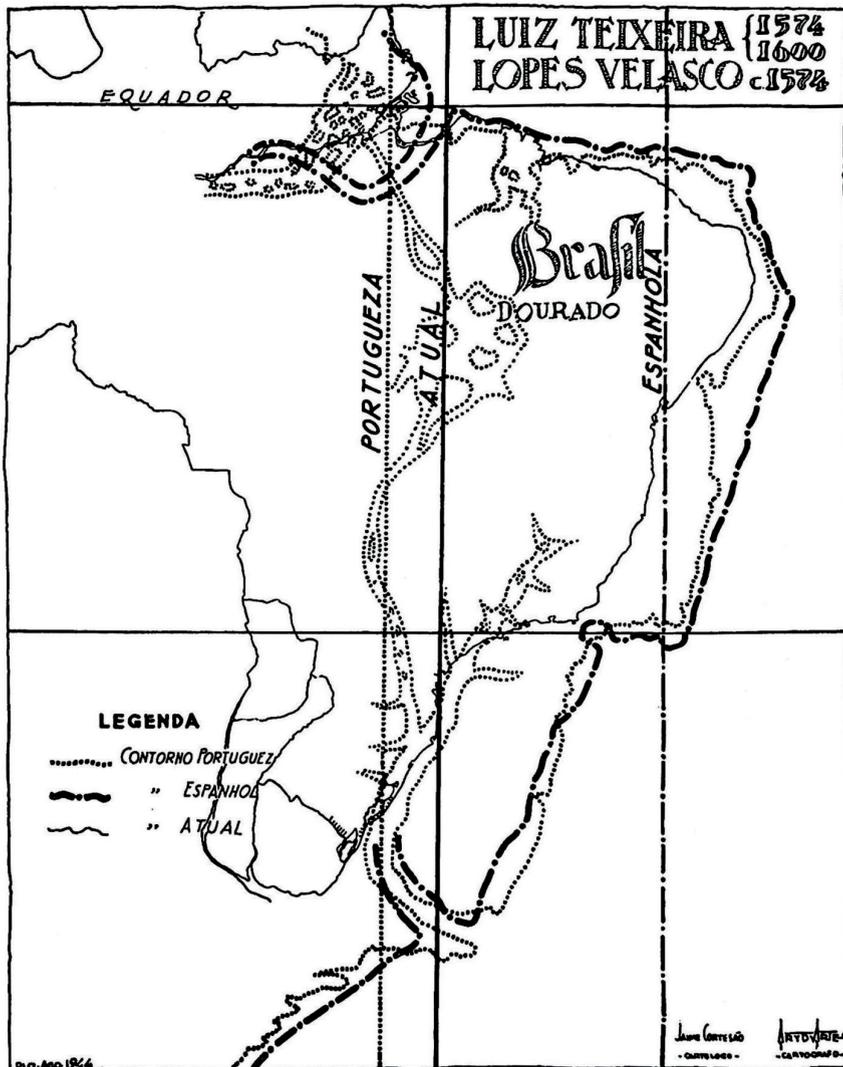


Figura 18. Representação esquemática do litoral brasileiro e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas Cartas de Luís Teixeira (português) e de Juan Lopez de Velasco (espanhol), em comparação com o contorno de um mapa atual do Brasil e a verdadeira posição daquela tão discutida linha.

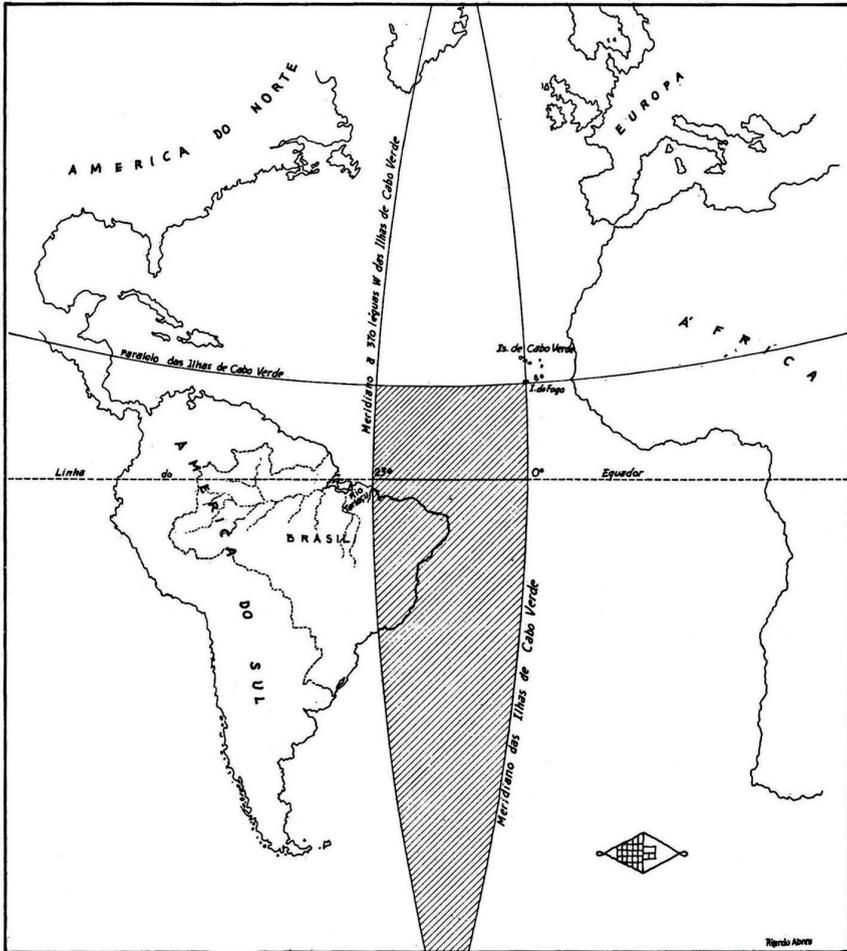


Figura 19. Desenho concebido em substituição ao que está reproduzido na obra de Jaime Ferrer (não localizada). Interpreta a concepção do célebre cosmógrafo catalão, manifestada em 1495 aos Reis Católicos, com relação às pretensões portuguesas de posse de terras austrais a 370 léguas a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde. Para efeito de comparação, está reproduzido, em detalhe, o pequeno desenho que figura na obra de Navarrete.

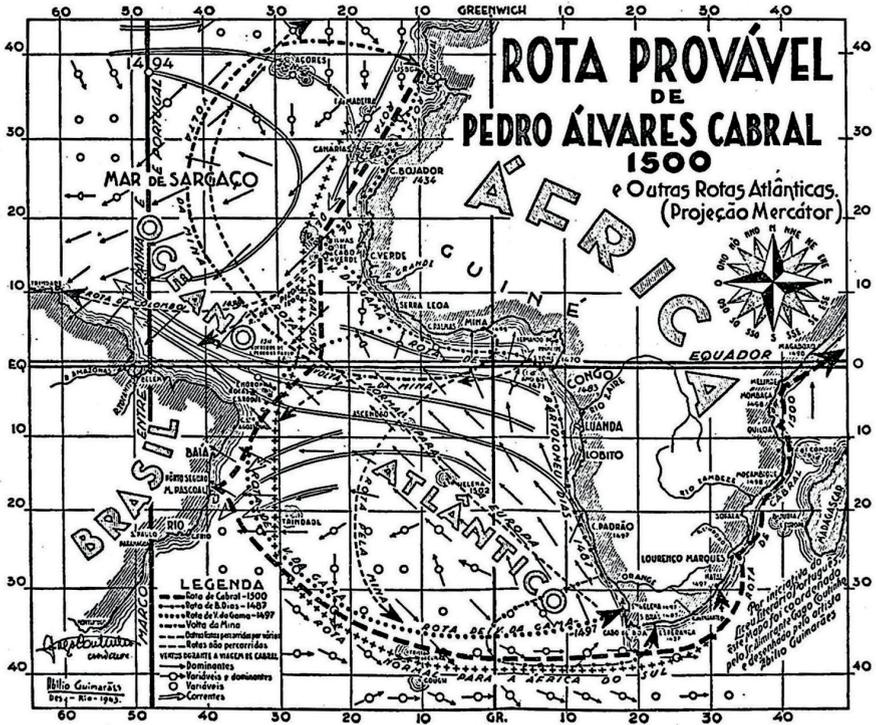


Figura 20. Reprodução do livro *Descobrimto do Brasil*, Conferências de Gago Coutinho pronunciadas no Liceu Literário Português. Rio de Janeiro.

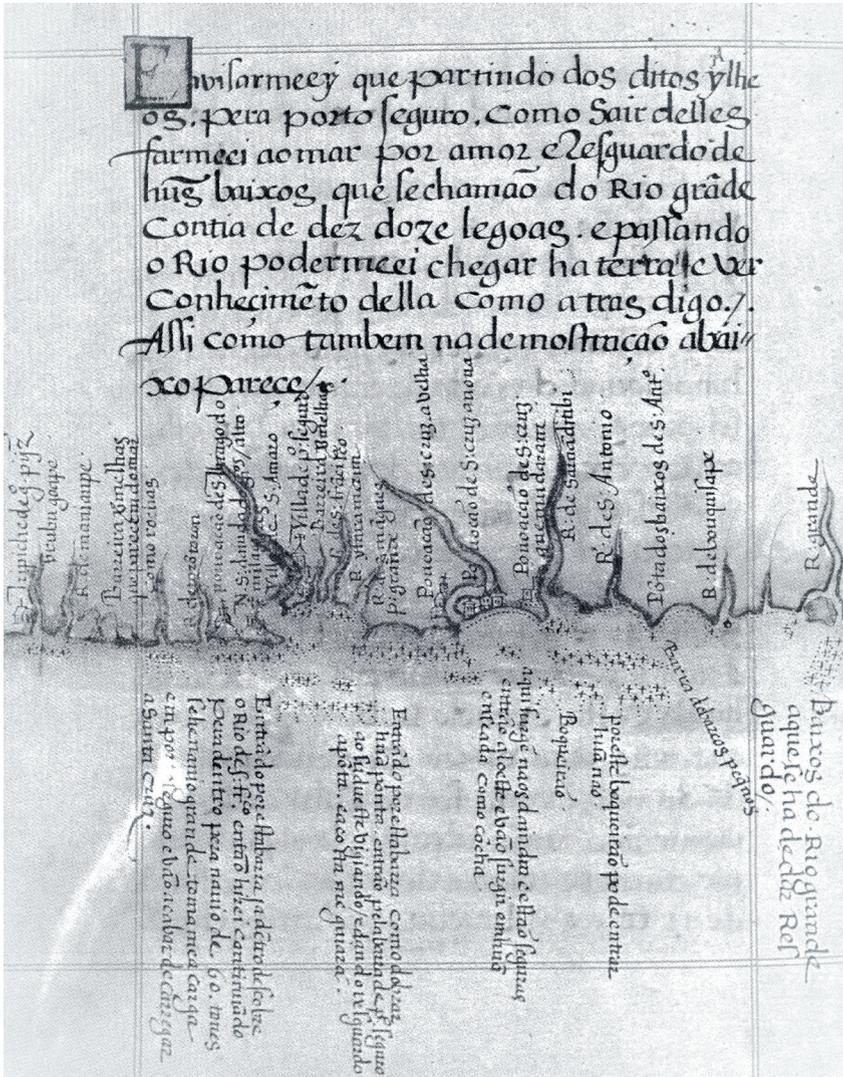


Figura 21. Uma das cartas parciais da costa do Brasil, do *Roteiro Atlas* de Luís Teixeira (c. 1586, segundo estudos mais recentes) e que mostra a região onde ocorreram os fatos narrados na *Carta* de Caminha, relacionados com a abordagem e permanência da armada de Cabral nas terras do Novo Mundo.

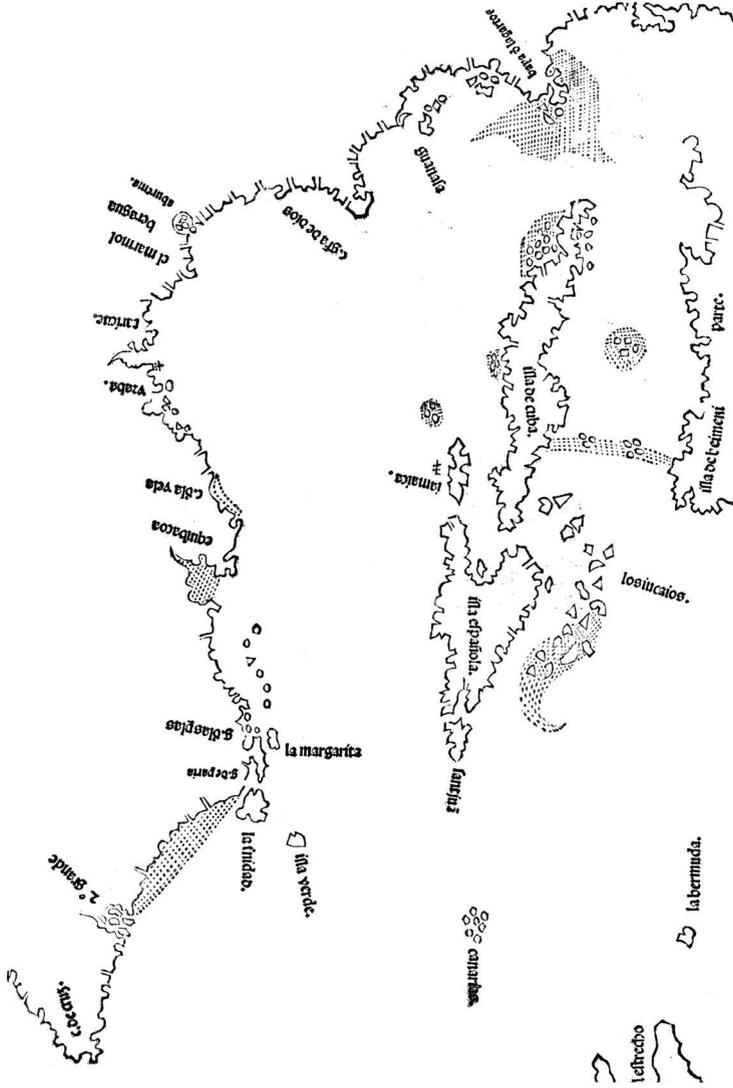


Figura 22. Carta que ilustra a primeira edição, de 1511, das *Décadas* de Pedro Martir d'Anguiera.

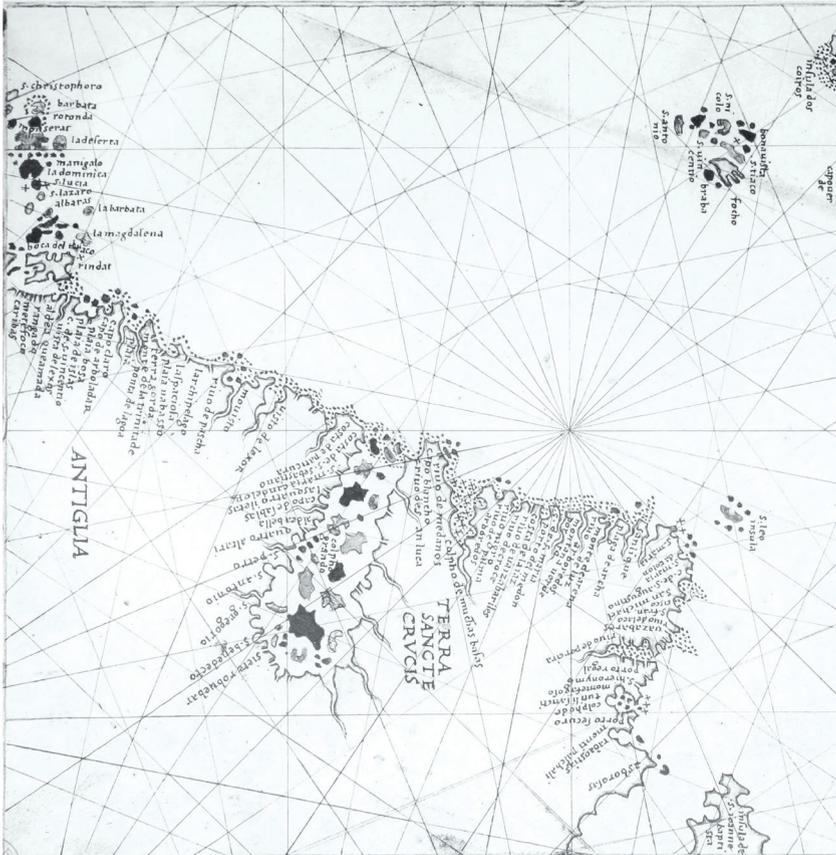


Figura 23. Uma das cartas do chamado atlas de Egerton, n. 2803, cuja fatura remonta a 1509, na qual se vê assinalada, no canto inferior direito, a *insula de s. iohanne baptista*, hoje, Fernando de Noronha.

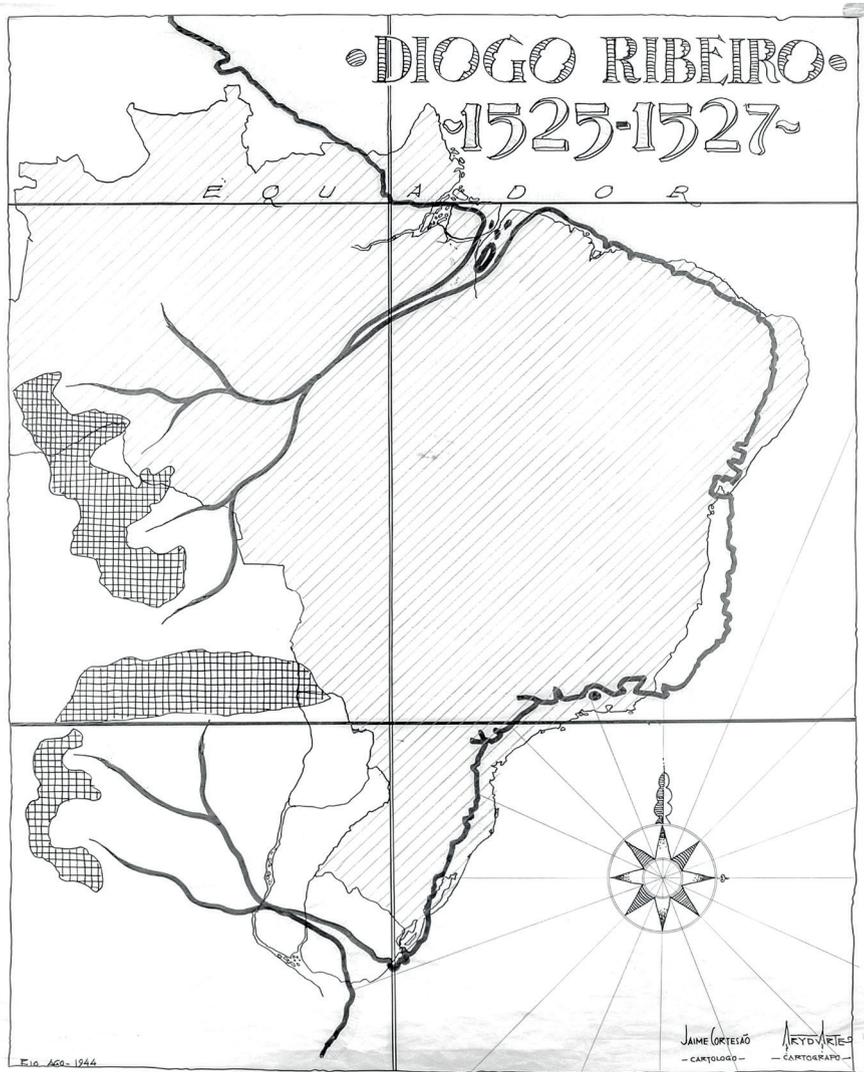


Figura 24. Representação esquemática do contorno do litoral brasileiro nas cartas de Diogo Ribeiro (1525 e 1529), cujo traçado já se mostra mais próximo da realidade em comparação com o de uma carta moderna do Brasil. O mesmo se pode dizer da posição do meridiano de Tordesilhas, cujo desvio para oeste revela um erro muito menor em confronto com o de outras cartas da época.

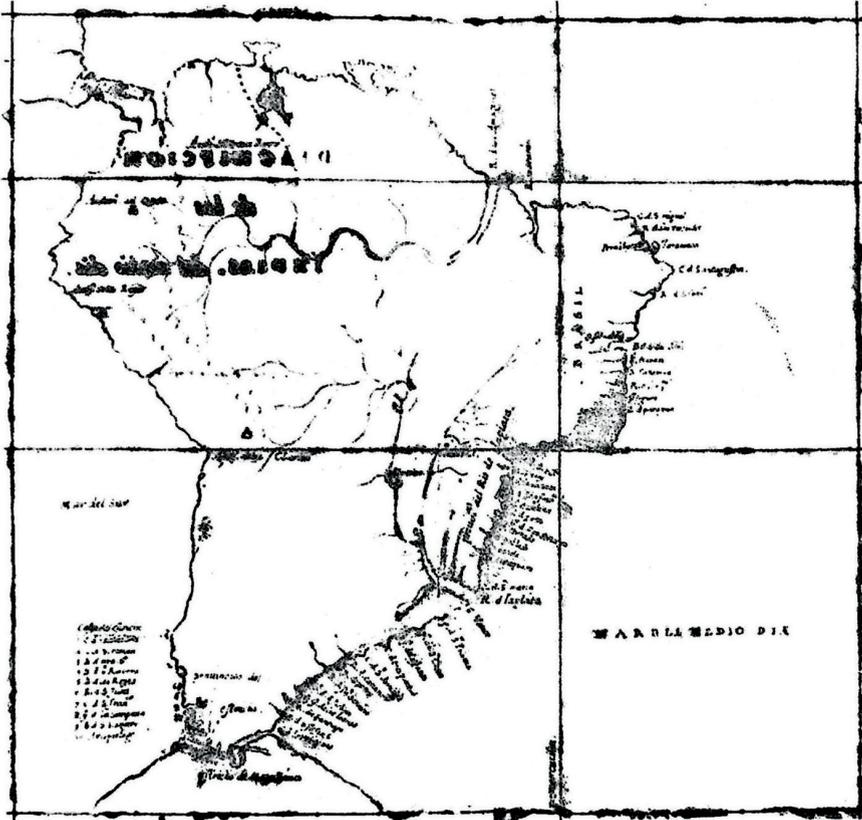


Figura 25. Uma das cartas do códice intitulado *Descripcion sumaria de las Indias*, atribuído a Juan Lopez de Velasco, de c. 1574, na qual o meridiano de Tordesilhas está traçado segundo a concepção espanhola.



## Mapas não constantes do original

---

Figura 26. Planisfério com os meridianos de Tordesilhas e Saragoça. Ásia segundo a concepção de Colombo.

Figura 27. Mapa das fronteiras do Brasil.

Figura 28. Carta do Brasil de Bartolomeu Velho (1561) sobreposta ao mapa atual.

Figura 29. Carta de Gérard Mercator (1569).

Figura 30. Carta do Brasil de João Teixeira (1630) sobreposta a um mapa atual.

Figura 31. Mapa Tavoli magni brasiliis, de Lopo Homem (1519) sobreposto a um mapa atual.

Figura 32. Carta do Brasil de Nicolau Sanson (1650) sobreposta ao mapa atual.

Figura 33. Zonas do Brasil em que os padres Diogo Soares e Domingos Capacci realizaram observações de latitudes e longitudes.

Figura 34. Carta do Brasil de André Homem (1559) sobreposta ao mapa atual.

Figura 35. Carta das bandeiras insulares.

Figura 36. Carta de João Teixeira, Província de Santa Cruz que vulgarmente chamam Brazil (1642), sobreposta a um mapa atual.

Figura 37. Zonas de cultura geográfica indígena na América Meridional (século XVI).

Figura 38. O Mapa das Cortes (1749) sobreposto ao atual.

Figura 39. O Mapa das Cortes segundo as fontes cartográficas de Alexandre de Gusmão.

Figura 40. Padron real de 1511 sobreposto ao mapa contemporâneo.

Figura 41. Magni Amazoni, do Conde de Pagan (1655), sobreposta a um mapa atual.

Figura 42. Carta hidrográfica das origens do rio Madeira e do Paraguai (1750), de Gonçalves da Fonseca, sobreposta a um mapa atual.

Figura 43. Nova e primeira carta do Padre Diogo Soares (c. 1740) sobreposta a uma carta atual.

Figura 44. Carta do Brasil de Francisco Tosi Colombina (1751).

Figura 45. Planisfério de Cantino (1502) sobreposto a um mapa atual.

Figura 46. Parte do Planisfério de Hamy (1501) sobreposto a um mapa atual.

Figura 47. Mapa das Américas mostrando as principais viagens de descobrimento e exploração realizadas nos fins do século XV e começos do século XVI.

Figura 48. Mapa das bandeiras de Raposo Tavares.

Figura 49. Cartografia fluvial do Brasil no século XVII.

Figura 50. Mapa do Atlas do Brasil (1666).

Figura 51. Planisfério em pergaminho (Veneza, 1514).

Figura 52. Mapa de 1500, em que Juan de la Cosa menciona a viagem ao Cabo de Santo Agostinho (hoje praia das Calhetas), no litoral de Pernambuco, feita por Vicente Yáñez Pinzón.

Figura 53. Mapa de 1544.

Figura 54. Planisfério (1502).

- Figura 55. Mapa da parte sul da América do Sul (c. 1592).
- Figura 56. Mapa de 1571.
- Figura 57. Mapa geográfico da capitania do Piauí (1760).
- Figura 58. Mapa de 1562.
- Figura 59. Planisfério (c. 1502).
- Figura 60. *Universa ac navigabilis terrarum orbis descriptio* (1559).
- Figura 61. Atlas Náutico do Mundo (1519).
- Figura 62. Mapa de 1563.
- Figura 63. Planta do Rio de Janeiro (1828). Manuel Vieira Leão. Biblioteca Nacional. ARC.007,15,003.
- Figura 64. Planisfério. Detalhe do Brasil (1531).
- Figura 65. *Carta Brasiliae geographica et hydrographica tabula nova* (c. 1643).
- Figura 66. Planisfério (1512).
- Figura 67. Mapa-múndi. Planisfério (c. 1450).
- Figura 68. Globo terrestre (1708).
- Figura 69. Mapa-múndi *Theatrum Orbis Terrarum* (1570).
- Figura 70. Costa do Brasil, delineada no mapa *Padrón real* (1527).
- Figura 71. Mapa de 1641.
- Figura 72. Atlas-Roteiro (c. 1574).
- Figura 73. Mapa da Ilha-Brasil.
- Figura 74. Mapa de 1534 (carta náutica).

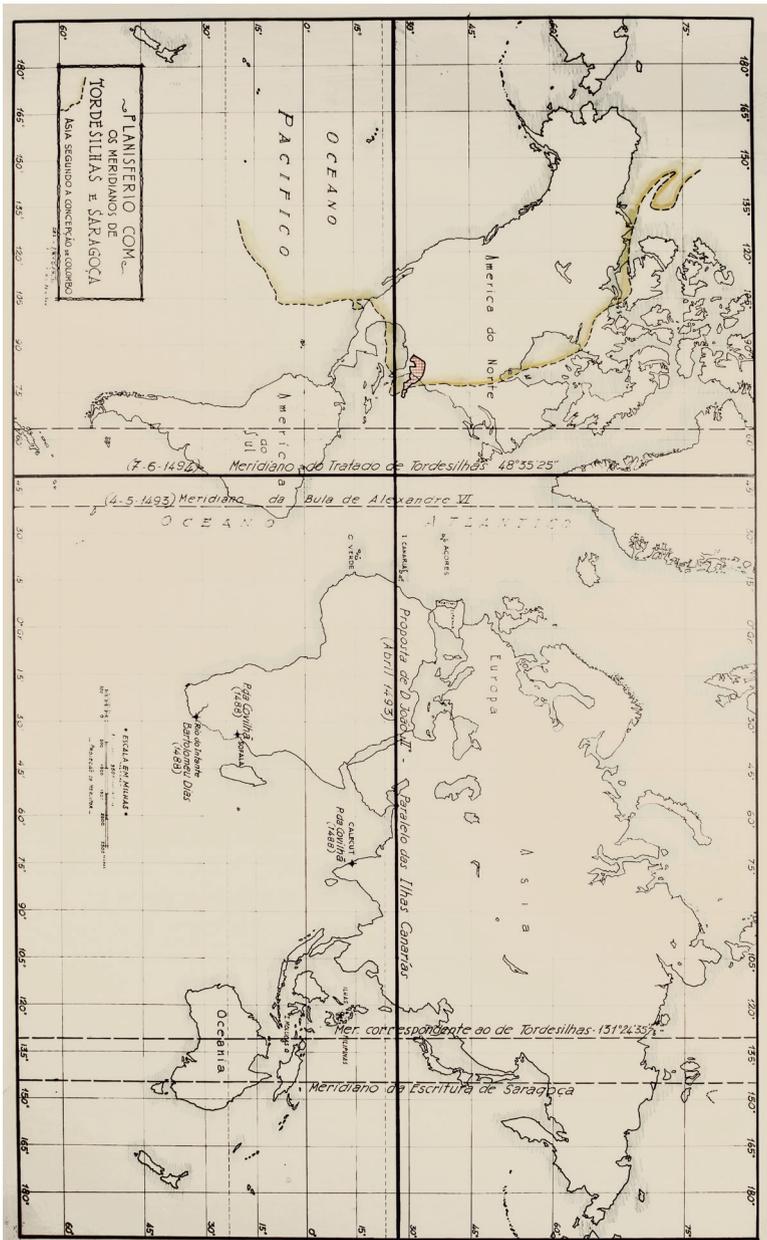


Figura 26. Planisfério com os meridianos de Tordesilhas e Saragoça. Ásia segundo a concepção de Colombo. Desenho de Ary Duarte. 28 de abril de 1944. BRDFMRE RJ CAR.



Figura 27. Mapa das fronteiras do Brasil. Desenho de Ary Duarte. 15 de agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR.

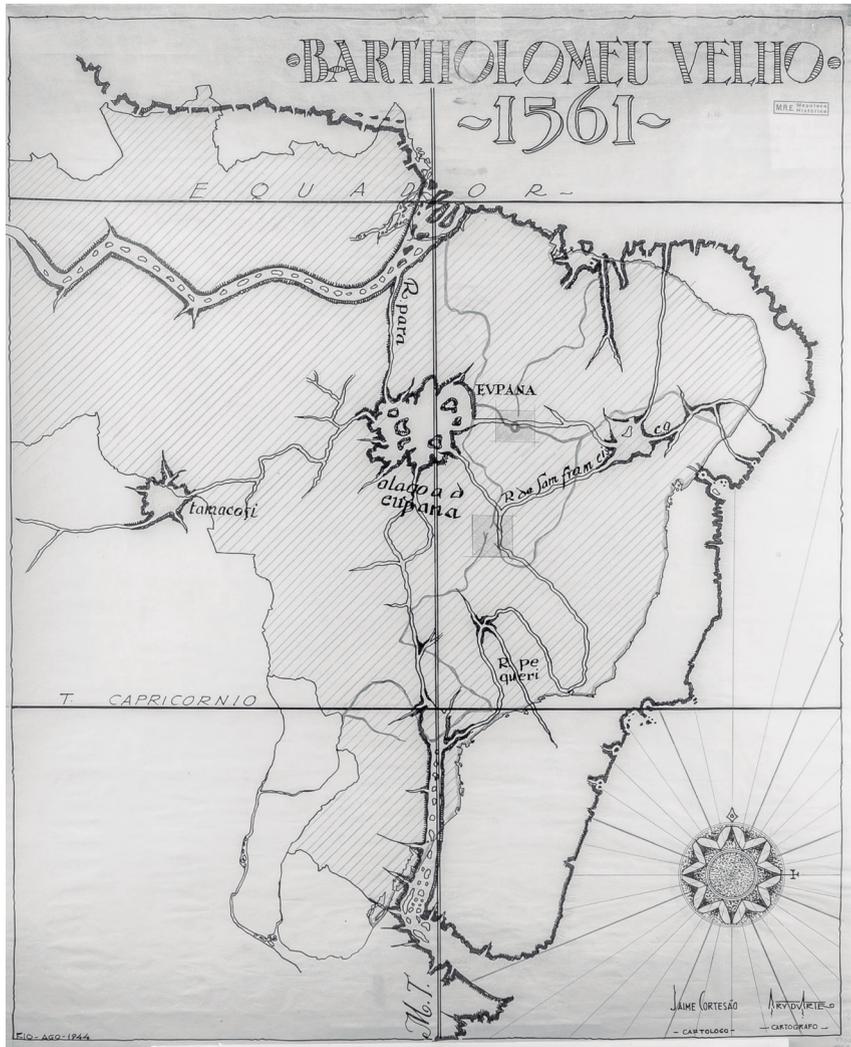


Figura 28. Carta do Brasil de Bartolomeu Velho (1561) sobreposta ao mapa atual. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro, agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8046.

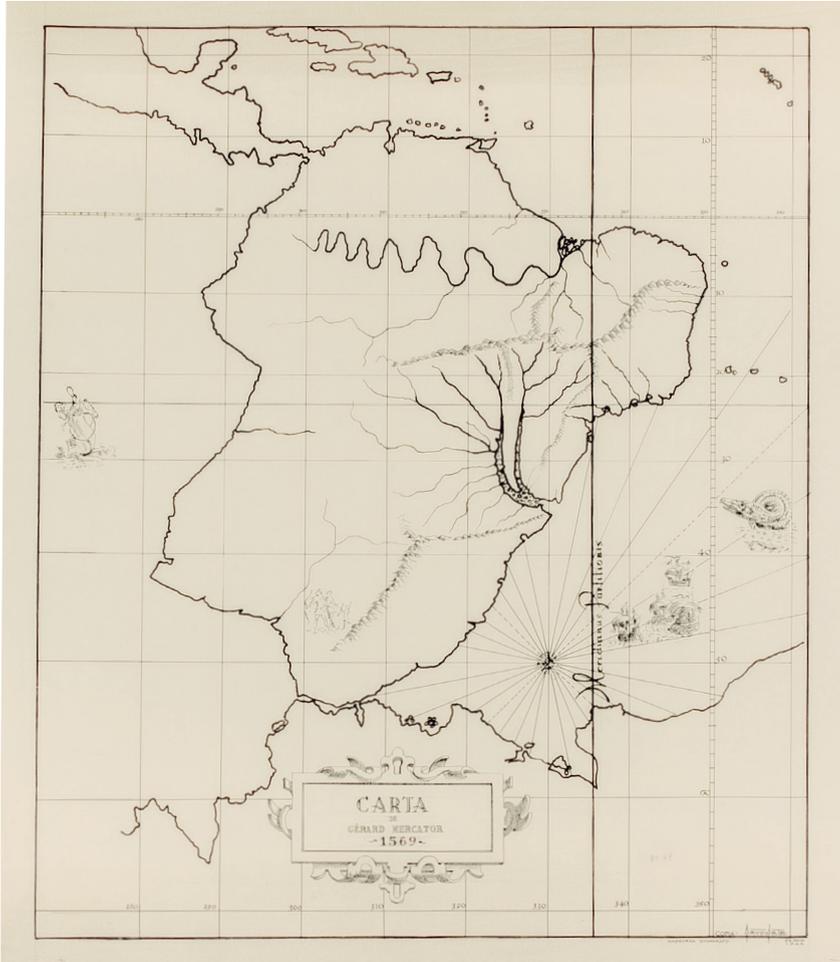


Figura 29. Carta de Gérard Mercator (1569). Jaime Cortesão, cartólogo e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. 23 de maio de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8048.

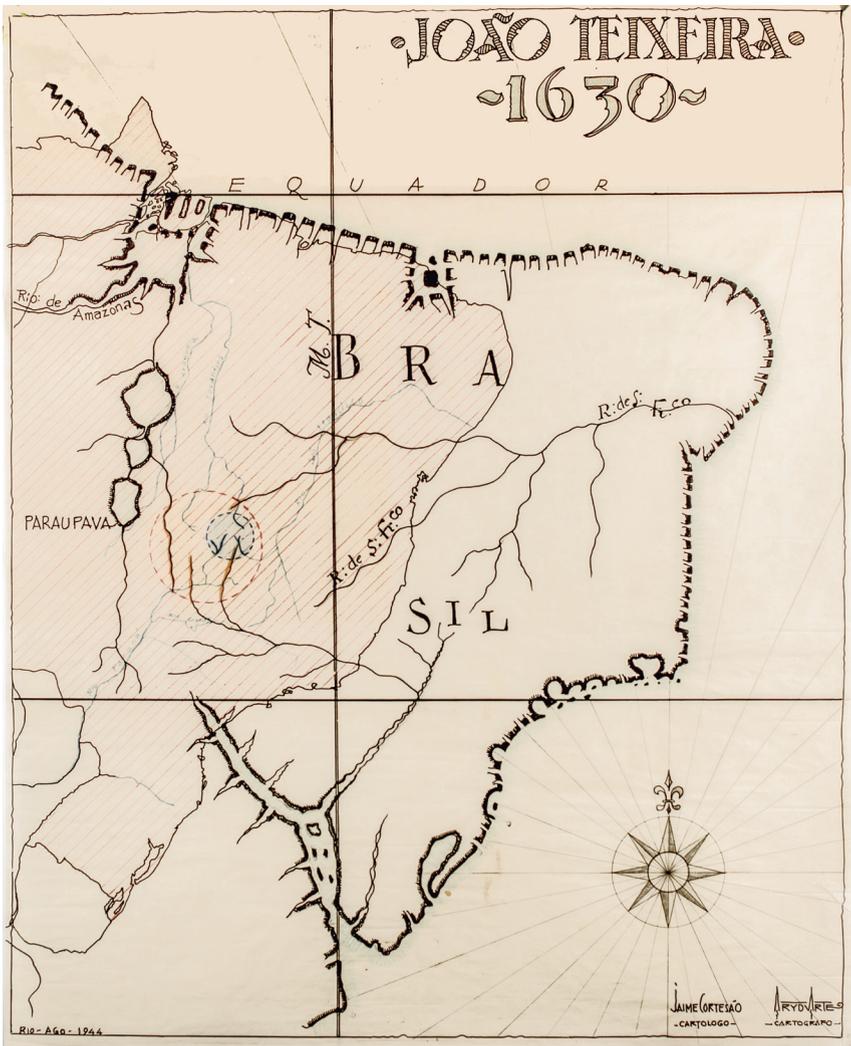


Figura 30. Carta do Brasil de João Teixeira (1630) sobreposta a um mapa atual. Jaime Cortesão, cartógrafo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8050.

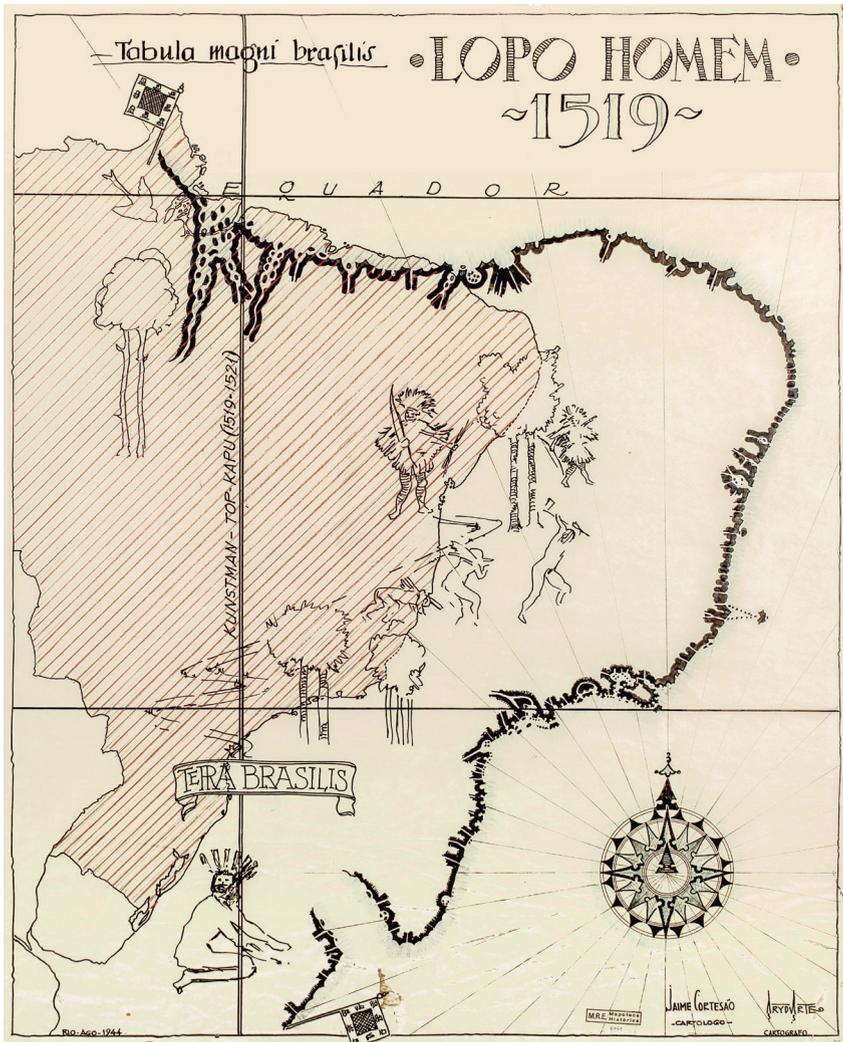


Figura 31. Mapa *Tabula magni brasilis*, de Lopo Homem (1519) sobreposto a um mapa atual. Jaime Cortesão, cartógrafo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8051.

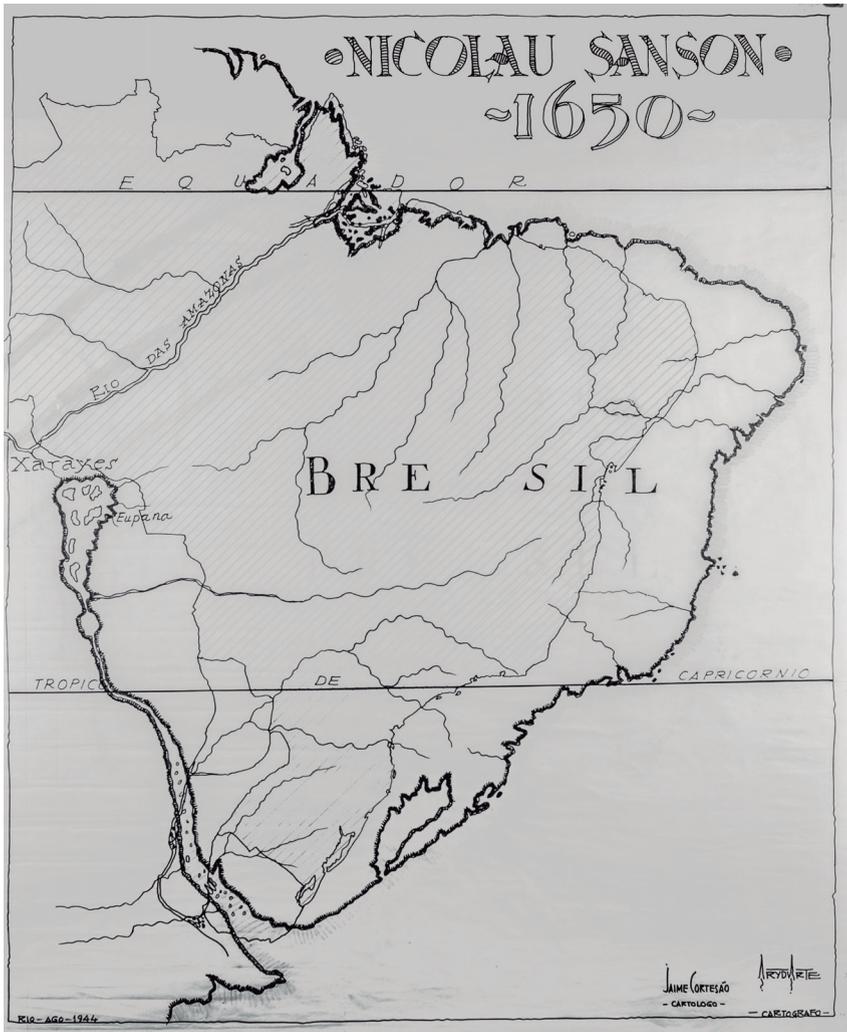


Figura 32. Carta do Brasil de Nicolau Sanson (1650) sobreposta ao mapa atual. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8052.



Figura 33. Zonas do Brasil em que os padres Diogo Soares e Domingos Capacci realizaram observações de latitudes e longitudes. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Julho de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8054.

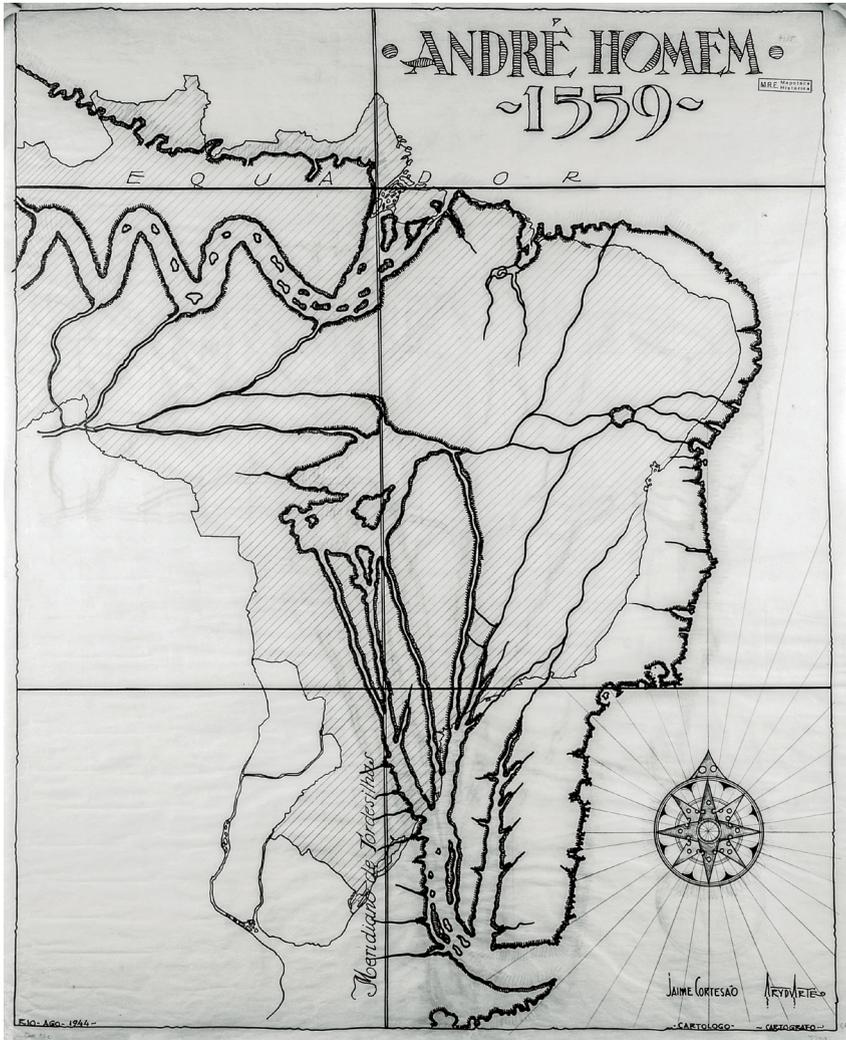


Figura 34. Carta do Brasil de André Homem (1559) | sobreposta ao mapa atual. Jaime Cortesão, cartólogo e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8055.



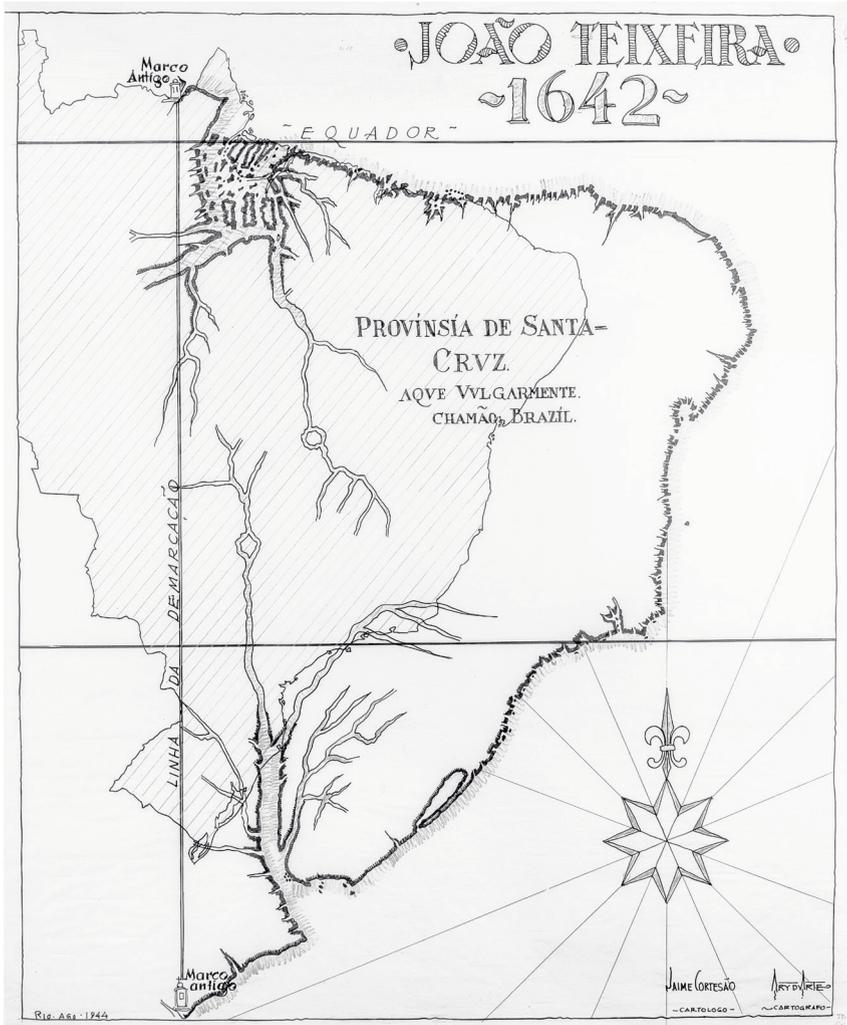


Figura 36. Carta de João Teixeira, *Província de Santa Cruz que vulgarmente chamam Brazil* (1642), sobreposta a um mapa atual. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8061.



Figura 37. Zonas de cultura geográfica indígena na América Meridional | (século XVI). Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8784.



Figura 38. O Mapa das Cortes (1749) sobreposto ao atual. Desenho de Ary Duarte sob a orientação do professor Jaime Cortesão. BR DFMRE RJ CAR 8065.

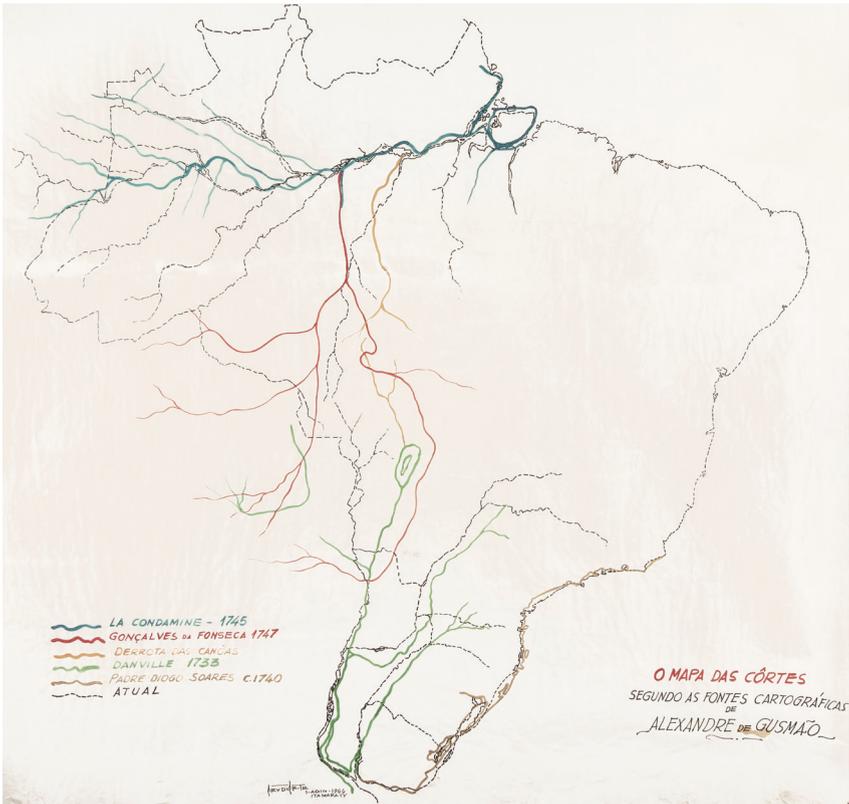


Figura 39. O Mapa das Cortes segundo as fontes cartográficas de Alexandre de Gusmão. Desenhado por Ary Duarte sob a orientação do professor Jaime Cortesão. Rio de Janeiro. 1° de agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8066.

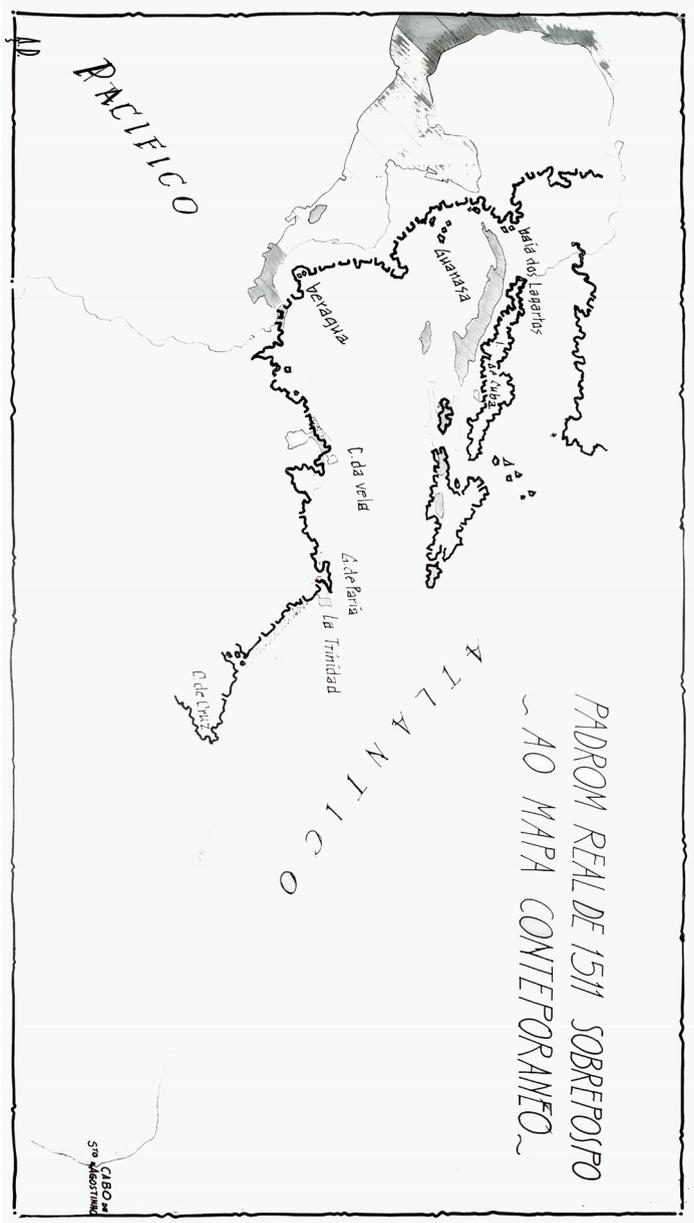


Figura 40. *Padron real* de 1511 sobreposto ao mapa contemporâneo. Desenhado por Ary Duarte sob a orientação do professor Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, 1944. BR DFMRE RJ CAR 8067.

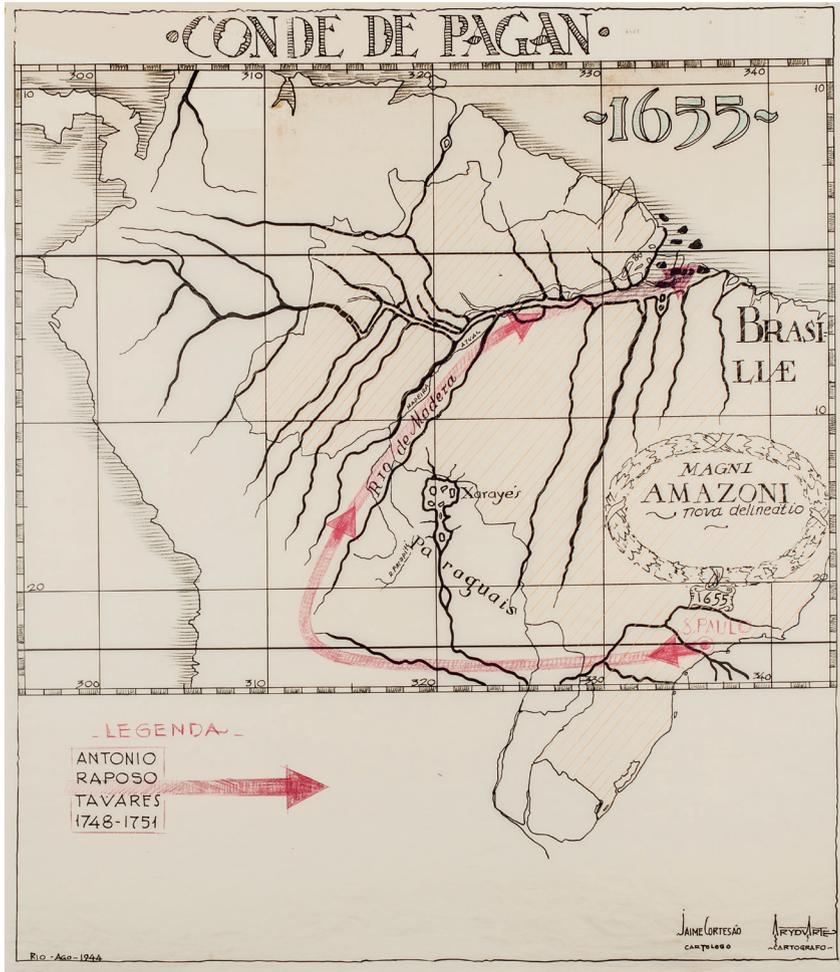


Figura 41. *Magni Amazoni*, do Conde de Pagan (1655), sobreposta a um mapa atual. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8068.

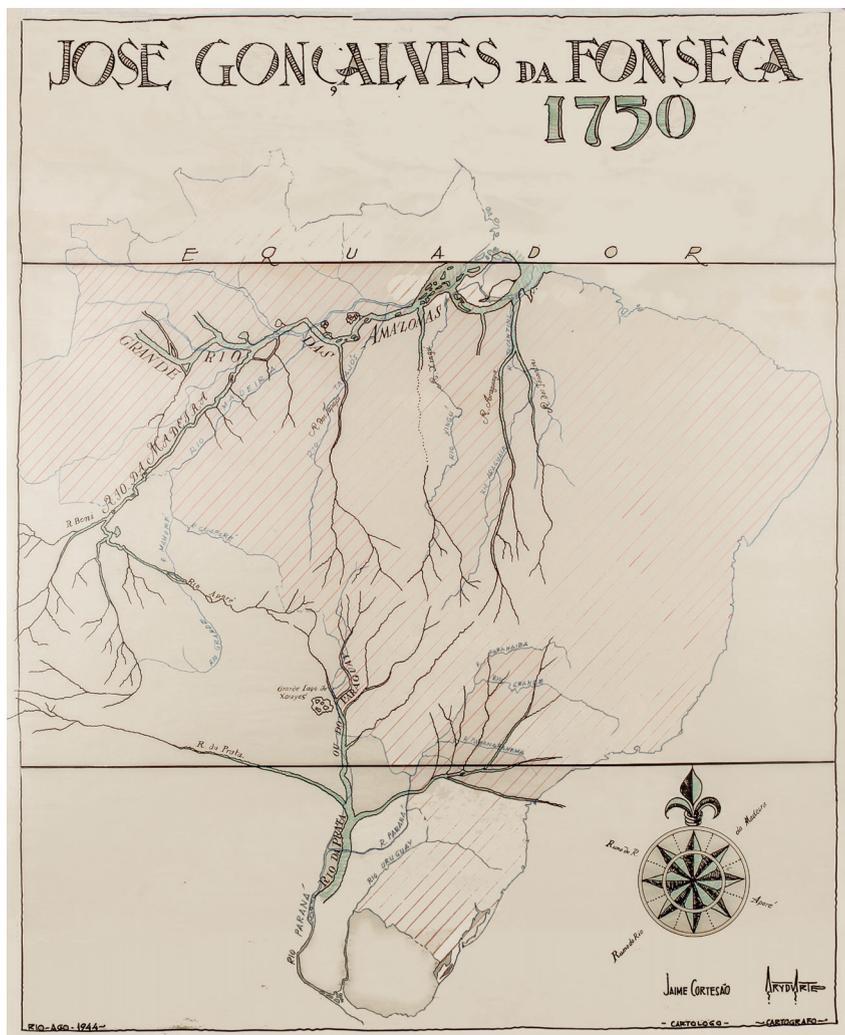


Figura 42. Carta hidrográfica das origens do rio Madeira e do Paraguai (1750), de Gonçalves da Fonseca, sobreposta a um mapa atual. José. Jaime Cortesão, cartógrafo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. Agosto de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8780.



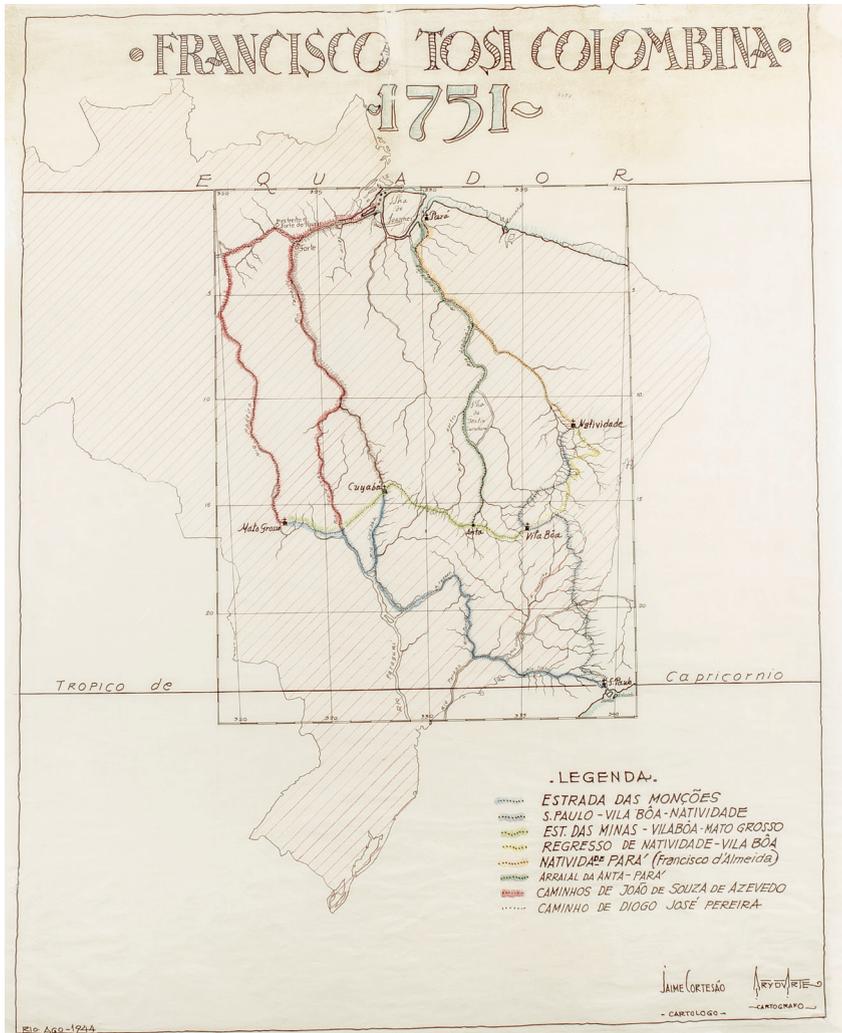


Figura 44. Carta do Brasil de Francisco Tosi Colombina (1751). Jaime Cortesão, cartólogo e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. 1944. BR DFMRE RJ CAR 8071.

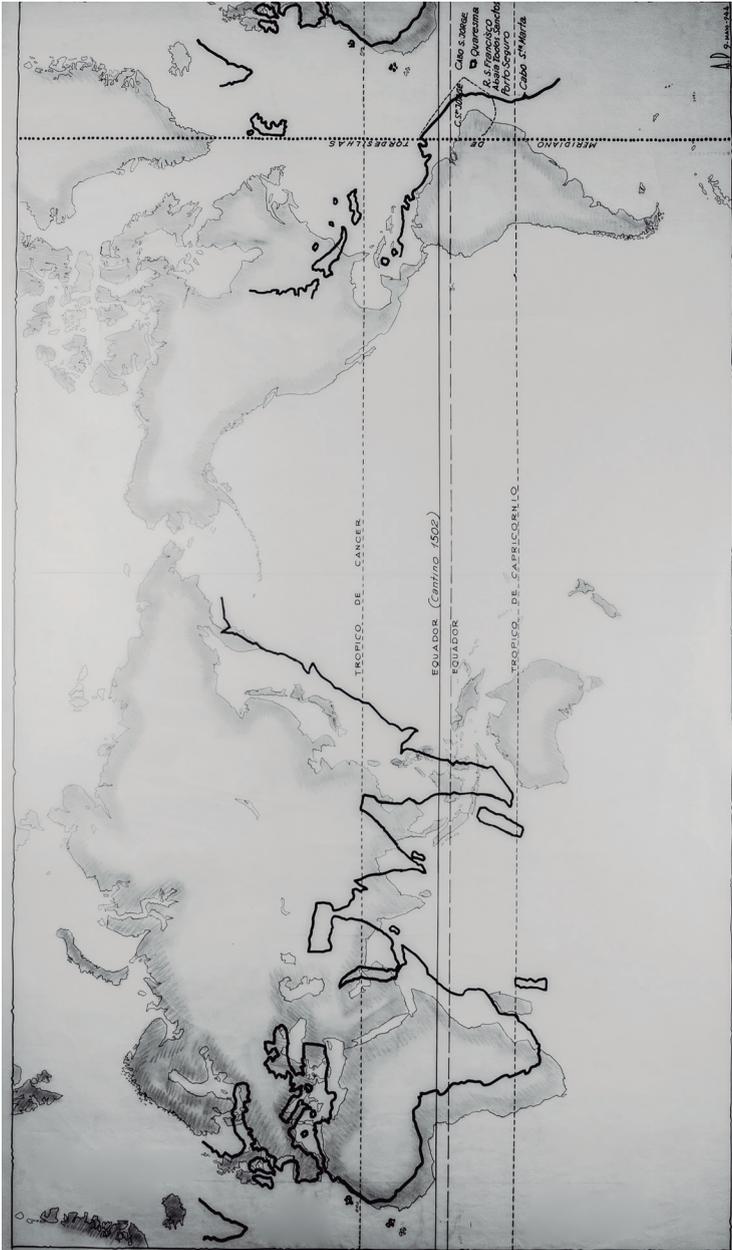


Figura 45. Planisfério de Cantino (1502) sobreposto a um mapa atual. Ary Duarte. 9 de maio de 1944. Rio de Janeiro. BR DFMRE RJ CAR 6214.

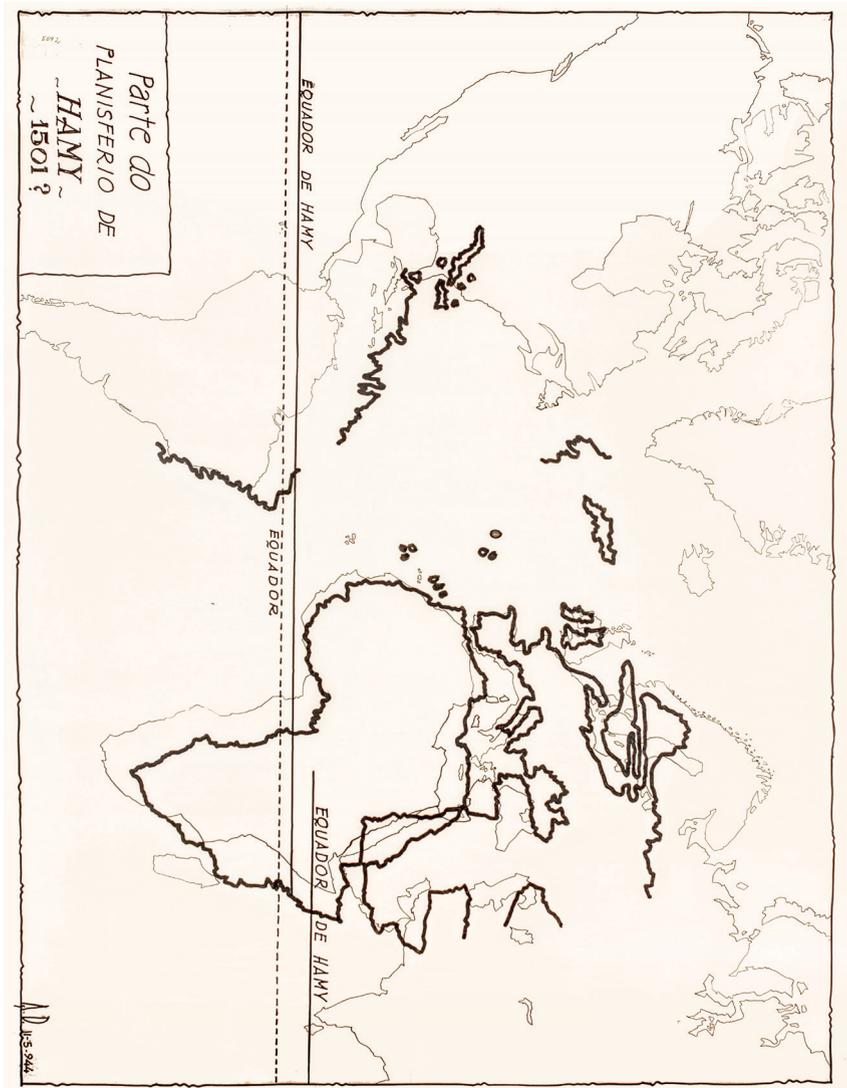


Figura 46. Parte do Planisfério de Hamy (1501) sobreposto a um mapa atual. Desenho de Ary Duarte. 11 de maio de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8092.

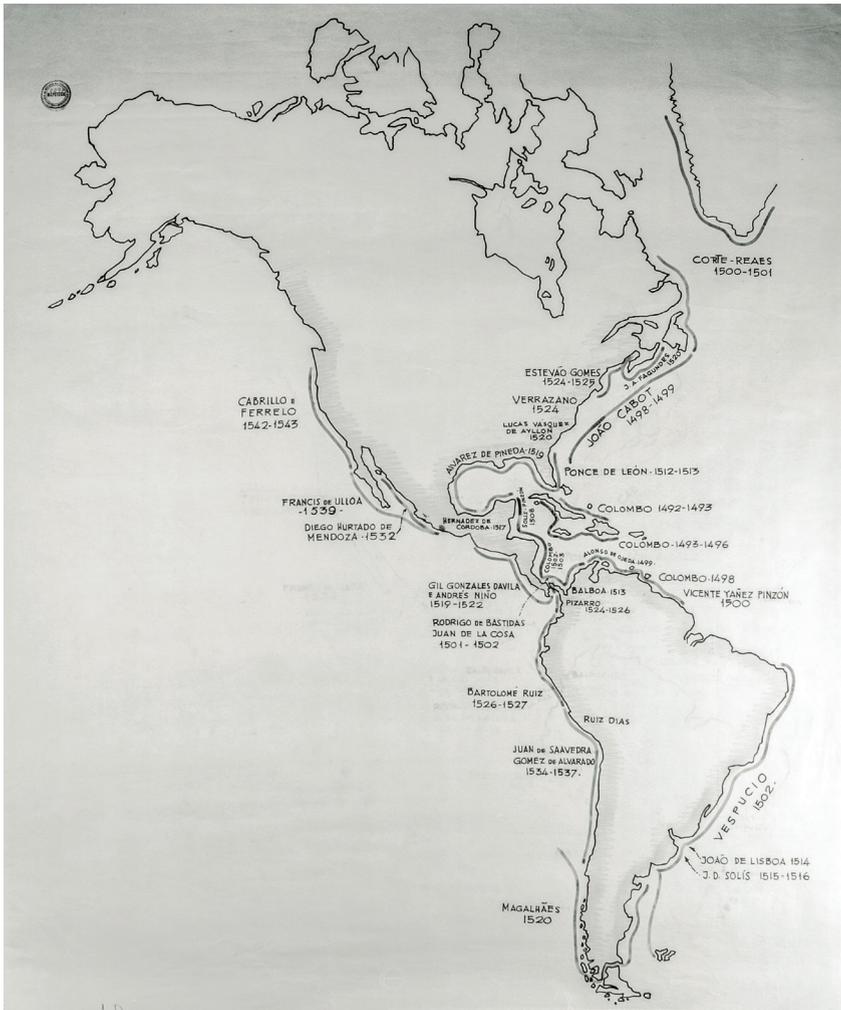


Figura 47. Mapa das Américas mostrando as principais viagens de descobrimento e exploração realizadas nos fins do século XV e começos do século XVI. Desenhado por Ary Duarte em 2 de maio de 1943, sob a orientação do professor Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, 1944. BR DFMRE RJ CAR 8097.



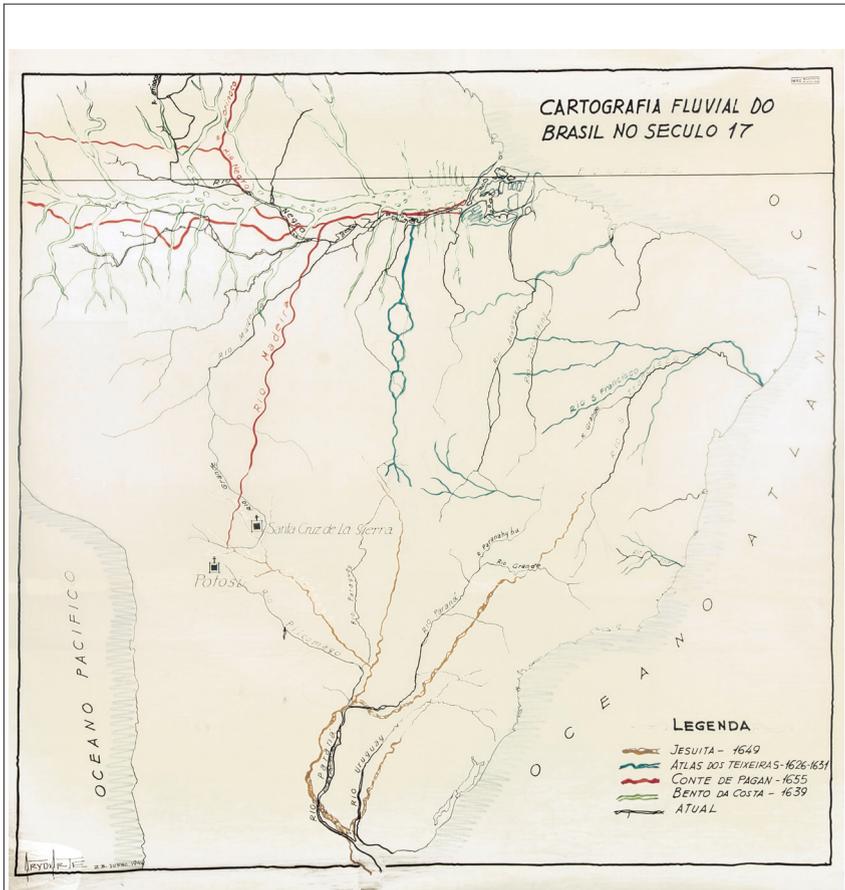


Figura 49. Cartografia fluvial do Brasil no século XVII. Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro. 22 de junho de 1944. BR DFMRE RJ CAR 8838.



Figura 50. Mapa do Atlas do Brasil (1666). João Teixeira Alberrnaz II. O Itamaraty possui cópia BR BSB MRE RJ CAR 6689. Reprodução do acervo da Biblioteca Nacional. ARC.016,08,006-021.

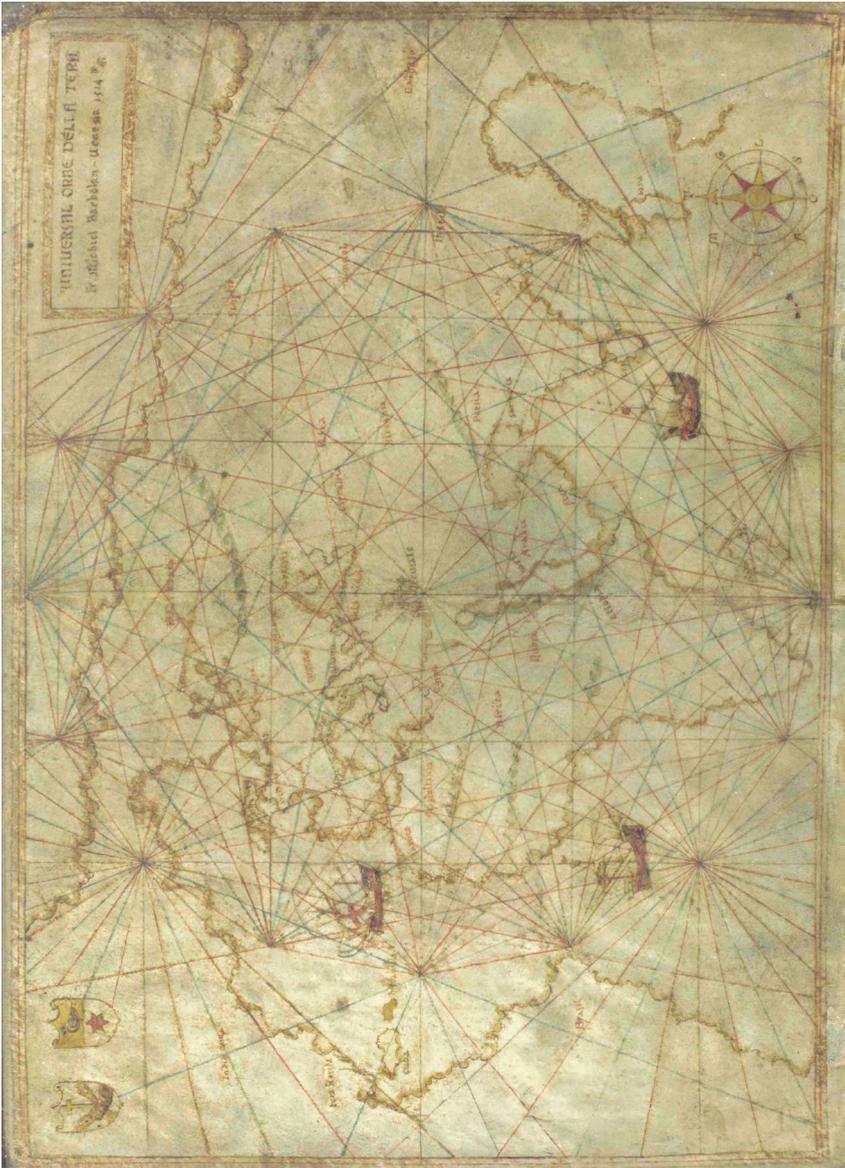


Figura 51. Planisfério em pergaminho (Veneza, 1514). Fra Michiel Barbolan. BR BSB MRE RJ CAR 8222.



Figura 52. Mapa de 1500, em que Juan de la Cosa menciona a viagem ao Cabo de Santo Agostinho (hoje praia das Calhetas), no litoral de Pernambuco, feita por Vicente Yáñez Pinzón. A Leste do Cabo, aparece desconectada a Ilha de Vera Cruz (Ysla descubierta por Portugal). Juan de la Cosa. Original do Museu Naval de Madri. Versão Wikimedia Commons.

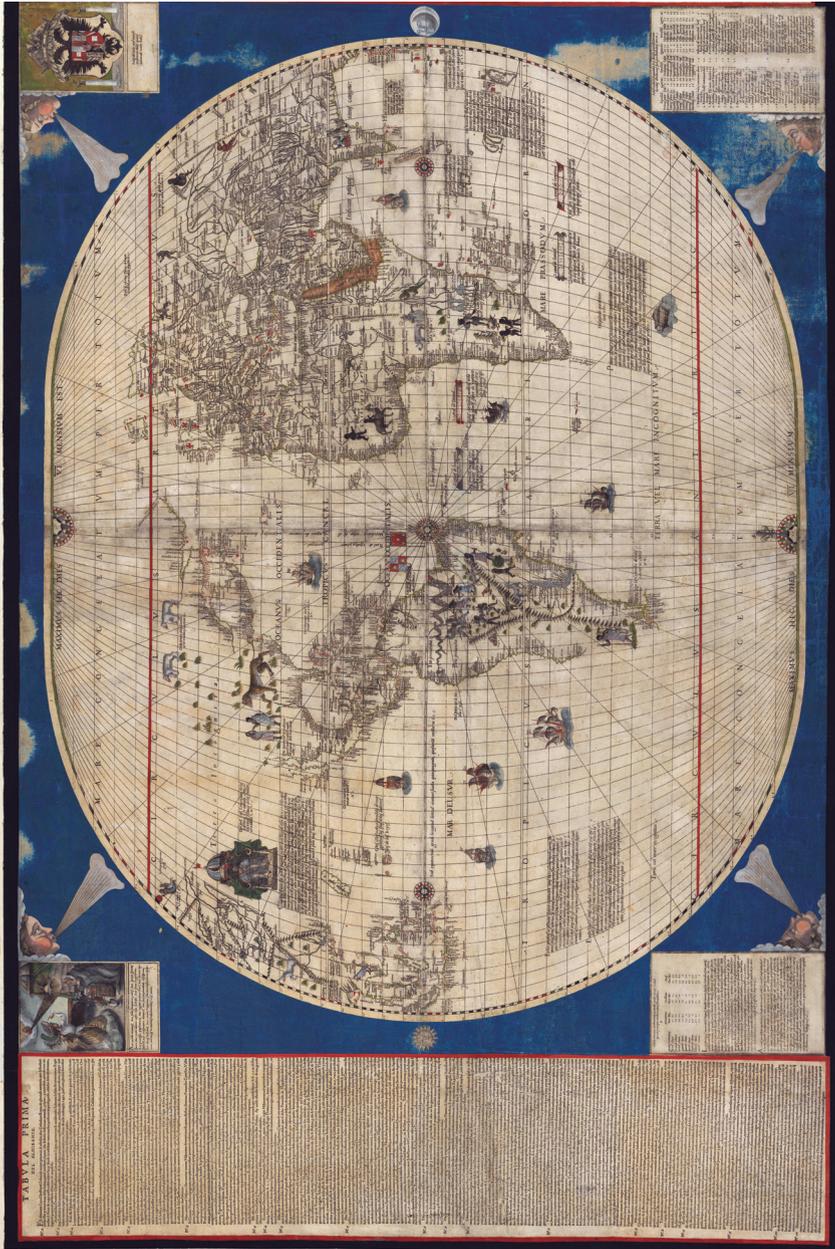


Figura 53. Mapa de 1544. Sebastião Caboto. Original da Biblioteca Nacional da França. Imagem em domínio público (Gallica).

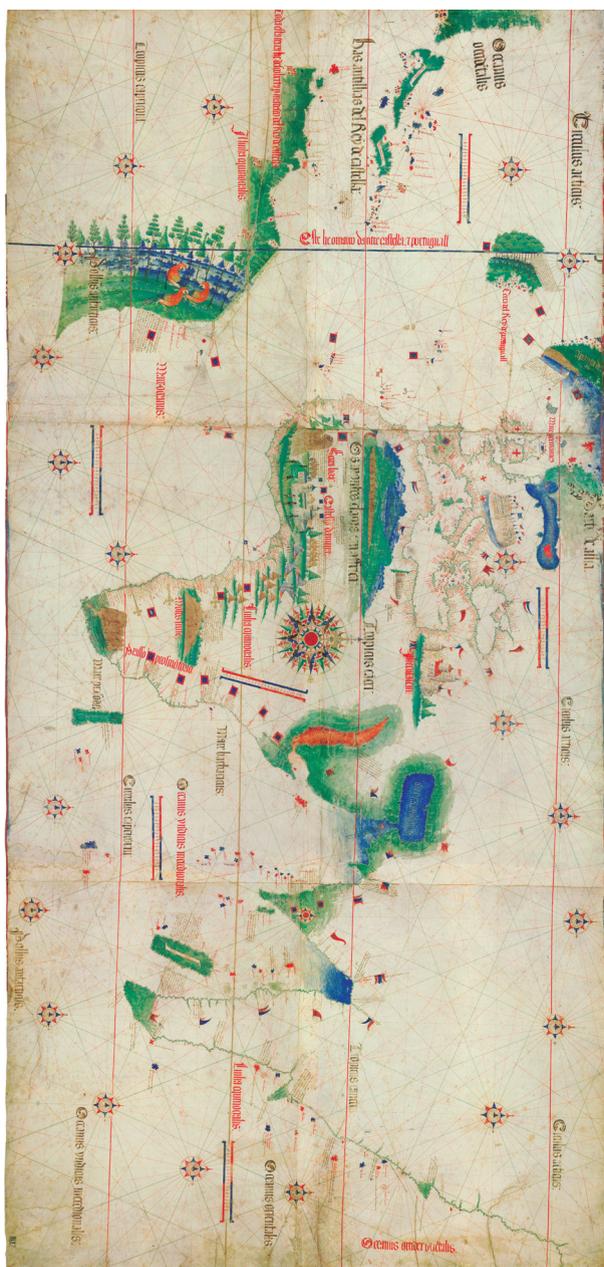


Figura 54. Planisferio (1502). Alberto Cantino. O original está na Biblioteca Estense, Modena (Itália). Foto em domínio público.

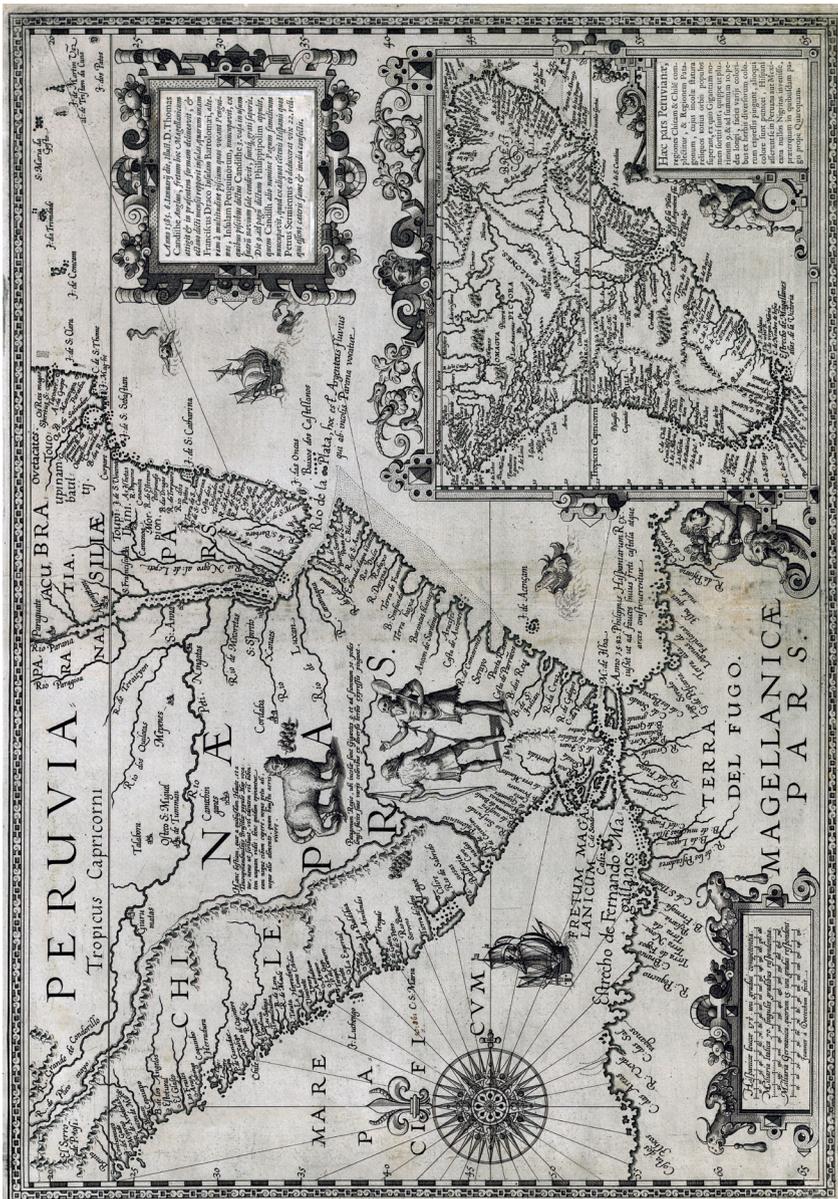


Figura 55. Mapa da parte sul do continente sul-americano (c. 1592). Cornelis Claesz. Em janela suplementar redonda, detalhe da América do Sul que inclui os resultados das viagens espanholas e portuguesas de descobrimento reunidos por Plancius. Publicado em Amsterdam.

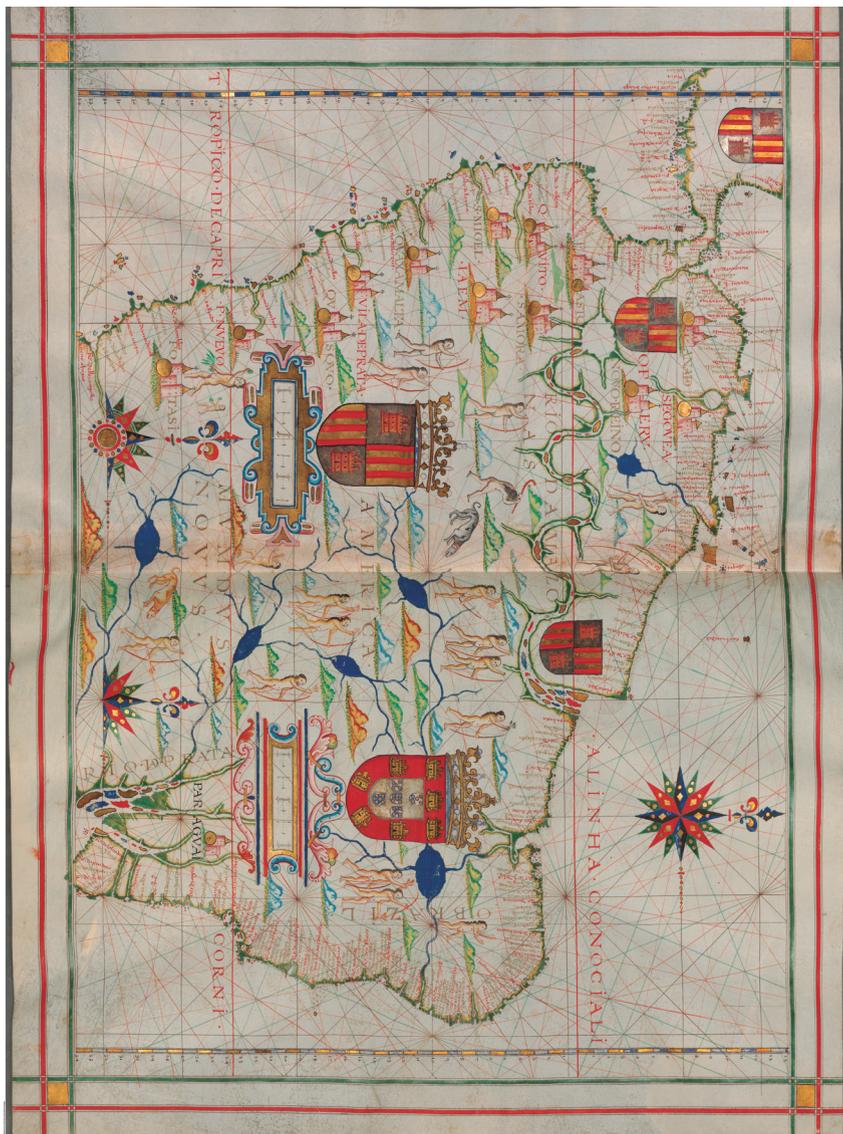


Figura 56. Mapa de 1571. Fernão Vaz Dourado. Uma reprodução de seu original foi feita em 1899, a pedido do barão do Rio-Branco, que a incluiu em sua memória sobre as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. Versão da Biblioteca Estatal da Baviera.

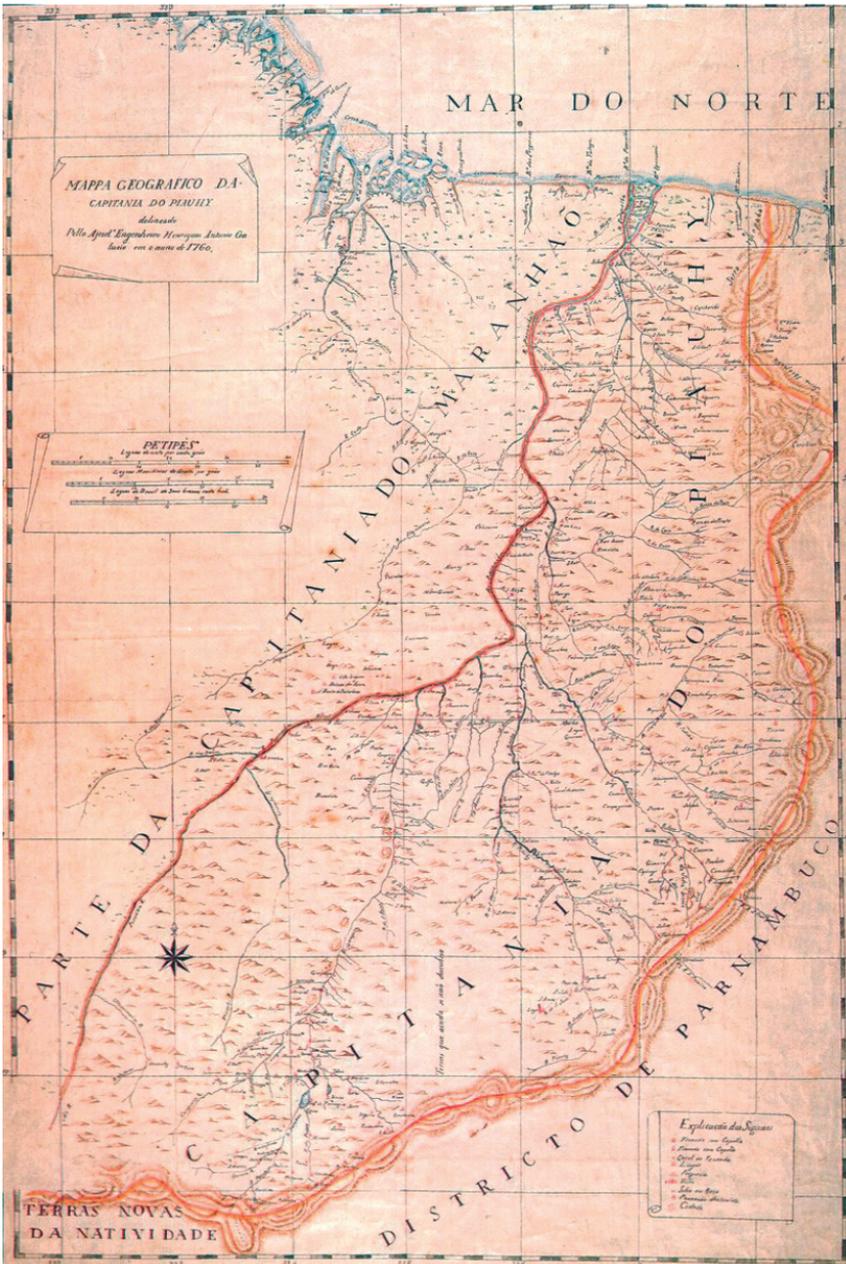


Figura 57. Mapa geográfico da capitania do Piauí (1760). Henrique Antônio Galluzzi. BR BSB MRE RJ CAR 13.174.



Figura 58. Mapa de 1562. Diego Gutiérrez. Original está localizado na Biblioteca do Congresso Americano.

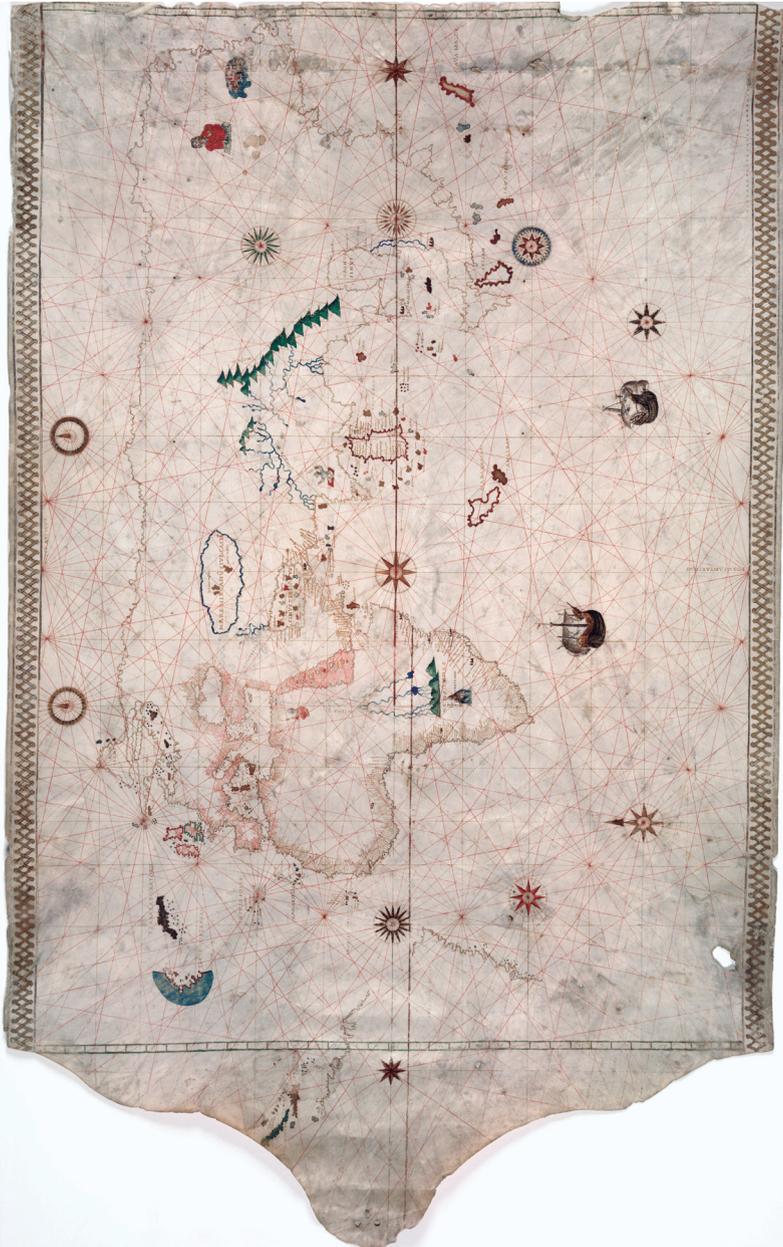


Figura 59. Planisfério (c. 1502). Jules Hamy. O original está na Biblioteca Huntington, em San Marino, Califórnia.



Figura 60. *Universa ac navigabilis terrarum orbis descriptio* (1559). André Homem. Elaborado sobre pergaminho. Biblioteca Nacional da França, doado pelo Ministère des Affaires Étrangères.



Figura 61. Atlas Náutico do Mundo (1519). Lopo Homem. Biblioteca Nacional da França.

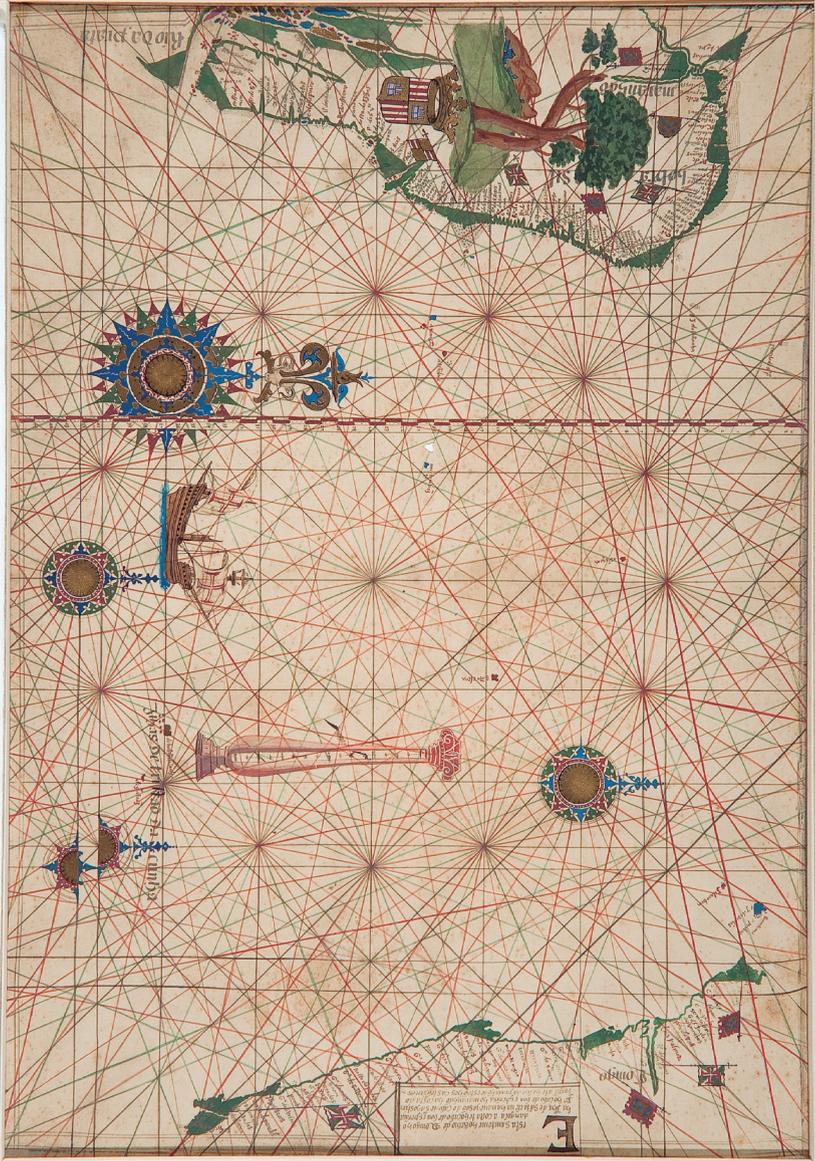


Figura 62. Mapa de 1563. Lázaro Luís. BR BSB MRE RJ CAR 1083.



Figura 63. Planta do Rio de Janeiro (1828). Manuel Vieira Leão. Biblioteca Nacional. ARC.007,15,003.

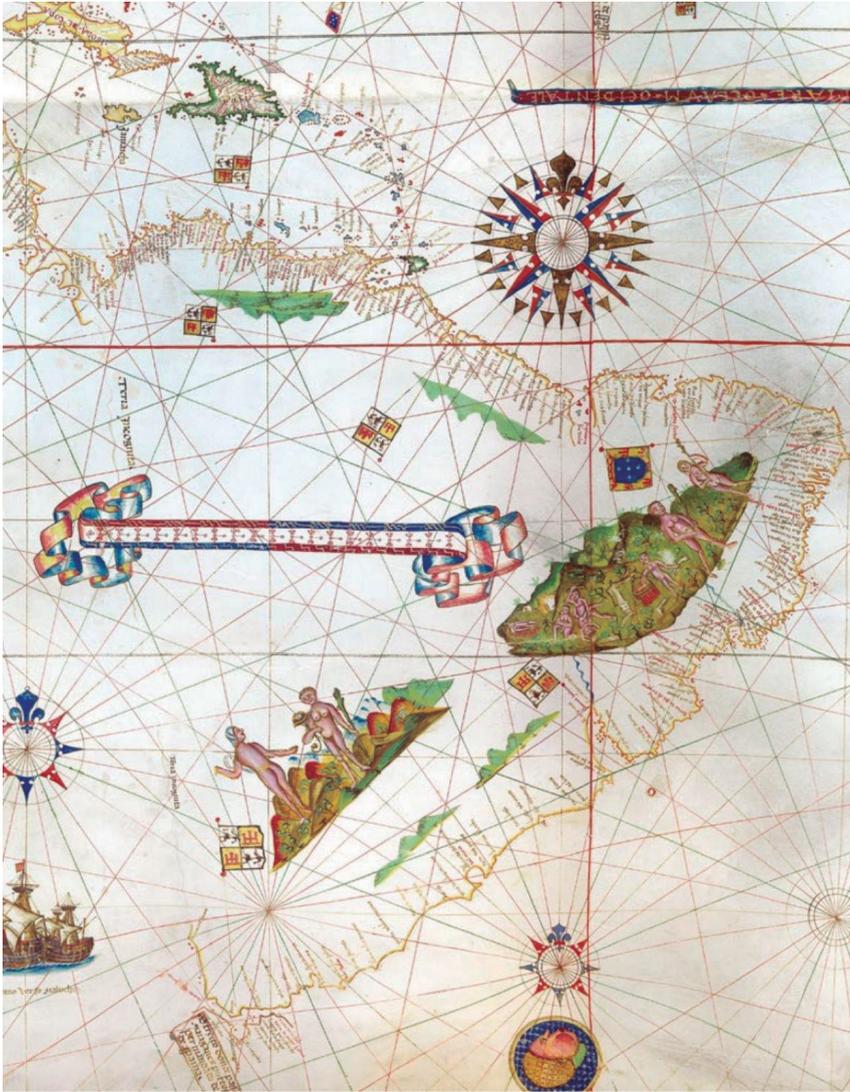


Figura 64. Planisfério. Detalhe do Brasil (1531). Vescont Maggiollo.

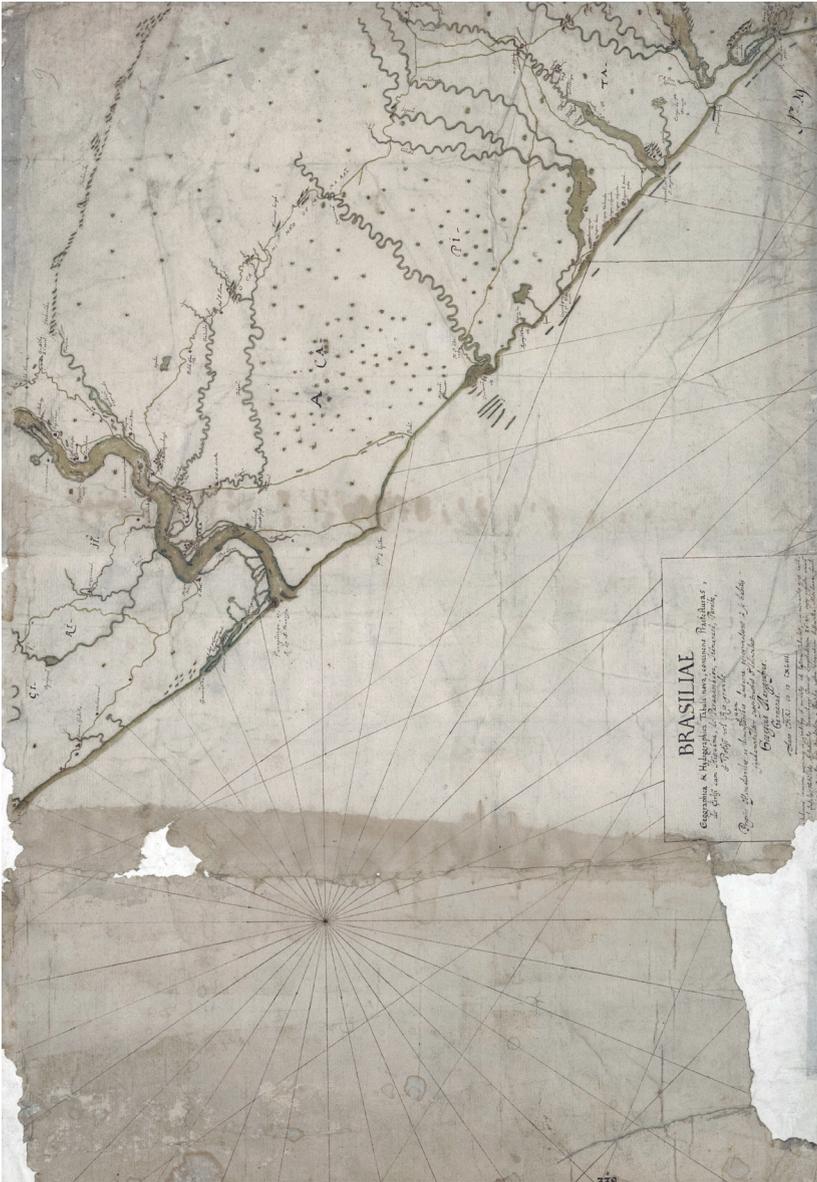


Figura 65. Carta Brasiliae geographica et hydrographica tabula nova (c. 1643). Georg (Jorge) Marcgraf. Arquivos Nacionais (Haia). NL-HaNA, Kaarten Leupe, 4,VEL, inv. nr. 695.

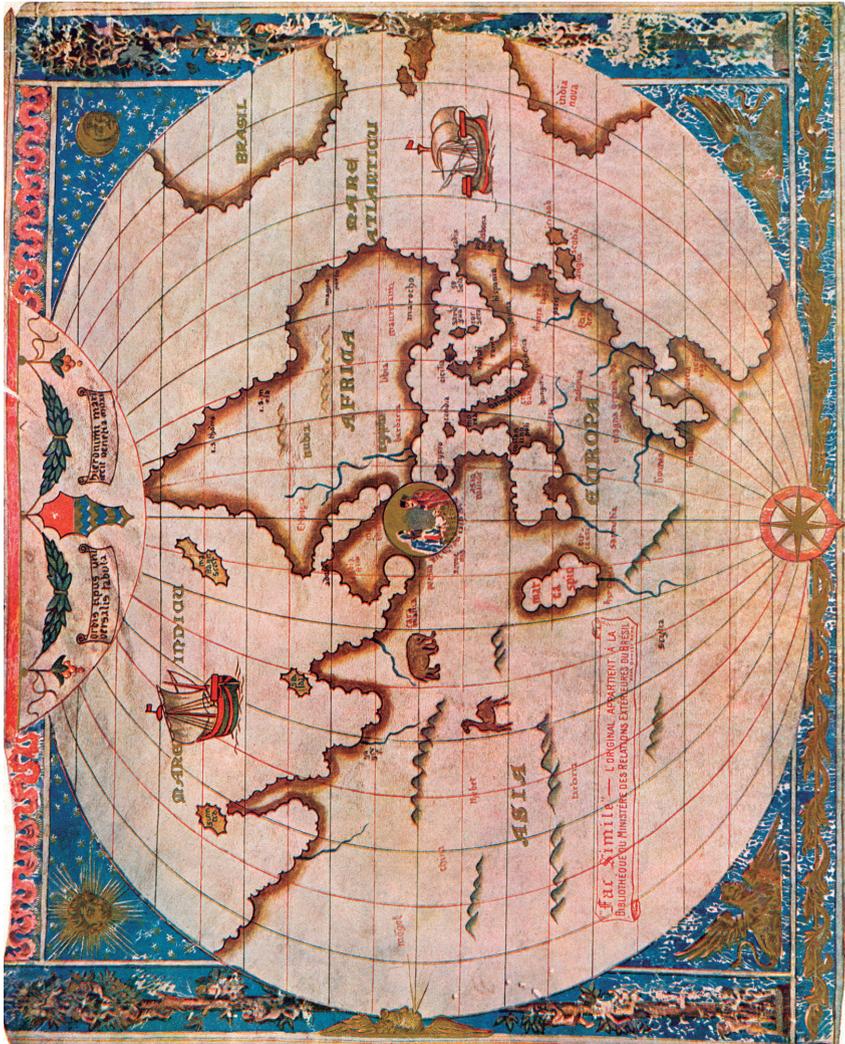


Figura 66. Planisférico (1512). Marini BR BSB MRE RJ CAR 3.194.



Figura 67. Mapa-múndi. Planisfério. Cerca 1450. Fra Mauro. Pergaminho e moldura de madeira. Possui mais três mil descritores. Há duas versões: a do Museo Correr, em Veneza, e uma cópia feita em 1804 por William Frazer, atualmente na British Library.



Figura 68. Globo terrestre (1708). Jean-Baptiste Nolin. Biblioteca do Congresso Americano.



Figura 69. Mapa-múndi Theatrum Orbis Terrarum (1570). Abraham Ortelius. Exemplar da Biblioteca Pública de Boston.

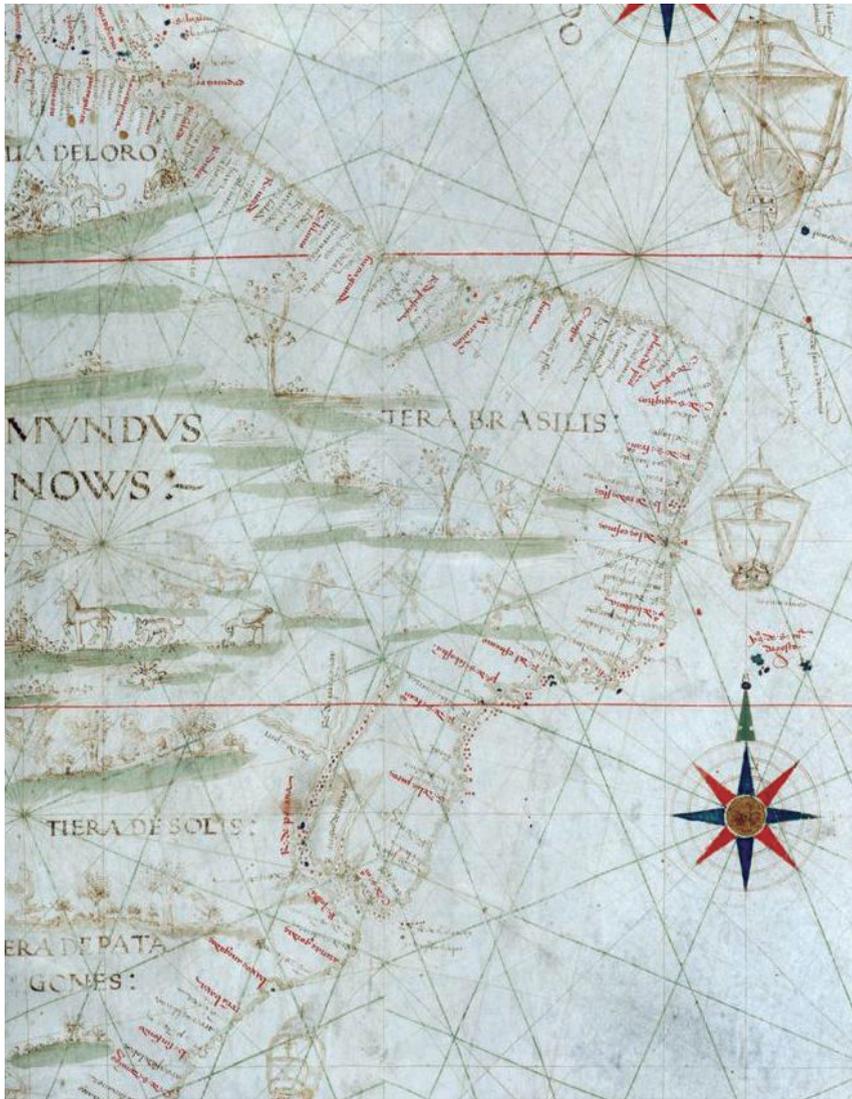


Figura 70. Costa do Brasil, delineada no mapa Padrón real (1527). Diogo Ribeiro Cópia da Biblioteca Apostólica Vaticana.

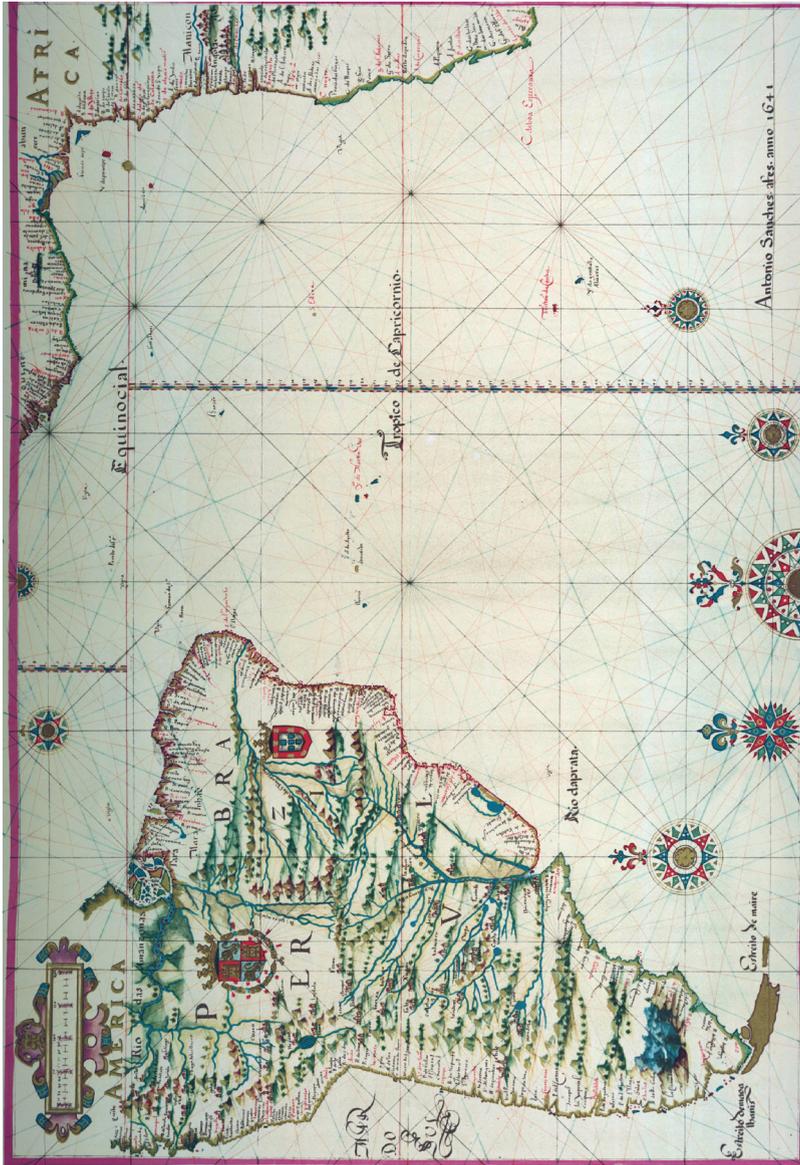


Figura 71. Mapa de 1641. Antônio Sanches. Mapa original da Koninklijke Bibliotheek, na Haia. Reprodução do fac-similar.



Figura 72. Atlas-Roteiro (c. 1574). Luis Teixeira. Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. Original da Biblioteca da Ajuda, Portugal. Reprodução da Biblioteca Nacional.



Figura 73. Mapa da Ilha-Brasil. Bartolomeu Velho. BR BSB MRE RIO CAR 740a.



Figura 74. Mapa de 1534 (carta náutica). Gaspar Viegas. Original na Biblioteca Nacional da França.

## Textos de tratados

---

Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494)

Trecho do segundo Tratado de Utrecht (1715)

Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750)

Trecho do Tratado de El Pardo (12 de fevereiro de 1761)

Trecho do Tratado de Santo-Ildefonso (1º de outubro de 1777)



## Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494)<sup>1</sup>

Dom Fernando e D. Isabel, por graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galiza, de Maiorca, de Sevilha, da Sardenha, de Córdoba, da Córsega, de Múrcia, de Jaém, do Algarve, de Algeciras, de Gibraltar, das ilhas de Canária, conde e condessa de Barcelona, senhores de Biscaia e de Molina, duques de Atenas e de Neopatria, condes de Roussilhão e da Sardenha, marqueses de Oristán e de Gociano, juntamente com o príncipe D. João, nosso mui caro e mui amado filho primogênito, herdeiro dos nossos ditos reinos e senhorios. Em fé do qual, por D. Henrique Henriques, nosso mordomo-mor e D. Gutierre de Cárdenas, comissário-mor de Leão, nosso contador-mor e o doutor Rodrigo Maldonado, todos do nosso Conselho, foi tratado, assentado e aceito por nós e em nosso nome e em virtude do nosso poder, com o sereníssimo D. João, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além-mar, em África, senhor da Guiné, nosso mui caro e mui amado irmão, e com Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel e D. João de Sousa, seu filho, almotacél-mor do dito sereníssimo rei nosso irmão, e Arias de Almadana, corretor dos feitos civis de sua corte e de seu foro, todos do Conselho do dito sereníssimo rei nosso irmão, em seu e em virtude de seu poder, seus embaixadores que a nós vieram, sobre a demanda que nós e ao dito sereníssimo rei nosso irmão pertence, do que até sete dias deste mês de junho, em que estamos, da assinatura desta escritura está por descobrir no mar Oceano, na qual dito acordo dos nossos ditos procuradores, entre outras coisas, prometeram que dentro de certo prazo nela estabelecido, nós outorgaríamos, confirmaríamos, juraríamos, ratificaríamos e aprovaríamos a dita aceitação por nossas pessoas; e nós, desejando cumprir e cumprindo tudo o que assim em nosso nome foi assentado, e aceito, e outorgado acerca do supradito, mandamos trazer diante de nós a dita escritura da dita convenção e assento para vê-la e examiná-la, e o teor dela de verbo *ad verbum* é este que se segue:

1 Melhor versão do documento está disponível em *Ratificação do tratado de Tordesilhas feito com D. João II, assinada por D. Isabel e D. Fernando, reis de Castela, Leão e Aragão, e por seu filho, o príncipe D. João. Portugal*. Torre do Tombo, PT/TT/GAV/17/2/24.

Em nome de Deus Todo-Poderoso, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas realmente distintas e separadas, e uma só essência divina. Manifesto e notório seja a todos quantos este público instrumento virem, dado na vila de Tordesillas, aos sete dias do mês de junho, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro anos, em presença de nós os secretários e escribas e notários públicos dos abaixo assinados, estando presentes os honrados D. Henrique Henriques, mordomo-mor dos mui altos e mui poderosos príncipes senhores D. Fernando e D. Isabel, por graça de Deus, rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada etc., e D. Gutierre de Cárdenas, comendador-mor dos ditos senhores rei e rainha, e o doutor Rodrigo Maldonado, todos do Conselho dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília e de Granada etc., seus procuradores bastantes de uma parte, e os honrados Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, e D. João de Sousa, seu filho, almotacél-mor do mui alto e mui excelente senhor D. João, pela graça de Deus rei de Portugal e Algarves, d'Aquém e d'Além-mar, em África, e senhor da Guiné; e Arias de Almadana, corregedor dos feitos cíveis em sua corte, e do seu Desembargo, todos do Conselho do dito rei de Portugal, e seus embaixadores e procuradores bastantes, como ambas as ditas partes o mostraram pelas cartas e poderes e procurações dos ditos senhores seus constituintes, o teor das quais, de verbo ad verbum é este que se segue: D. Fernando e D. Isabel, por graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, da Galiza, da Maiorca, de Sevilha, de Sardenha, de Córdova, da Córsega, de Múrcia, de Jaém, de Algarve, de Algeciras, de Gibraltar, das ilhas de Canária, conde e condessa de Barcelona, e senhores de Biscaia e de Molina, duques de Atenas e de Neopatria, condes de Roussilhão e da Sardenha, marqueses de Oristán e de Gociano etc. Em fé do que, o sereníssimo rei de Portugal, nosso mui caro mui amado irmão, nos enviou como seus embaixadores e procuradores a Rui de Sousa, do qual são as vilas de Sagres e Beringel, e a D. João de Sousa, seu almotacél-mor, e Arias de Almadana, seu corregedor dos feitos cíveis em sua corte, e de seu Desembargo, todos do seu Conselho, para entabolar e tomar assento e concórdia conosco ou com nossos embaixadores e procuradores, em nosso nome, sobre a divergência que entre nós e o sereníssimo rei de Portugal, nosso irmão, há sobre o que a nós e a ele pertence do que até agora está por descobrir no mar Oceano; em razão

do que, confiando de vós D. Henrique Henriques, nosso mordomo-mor e D. Gutierre de Cárdenas, comendador-mor de Leão, nosso contador-mor, e o doutor Rodrigo Maldonado, todos de nosso Conselho, que sois tais pessoas, que zelareis nosso serviço e que bem fielmente fareis o que por nós vos for mandado e encomendado; por esta presente carta vos damos todos nossos poderes completos naquela maneira e forma que podemos e em tal caso se requer, especialmente para que por nós e em nosso nome e de nossos herdeiros e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, possais tratar, ajustar e assentar e fazer contrato e concórdia com os ditos embaixadores do sereníssimo rei de Portugal, nosso irmão, em seu nome, qualquer concerto, assento, limitação, demarcação e concórdia sobre o que dito é, pelos ventos em graus de Norte e de Sul e por aquelas partes, divisões e lugares do céu, do mar e da terra, que a vós bem visto forem e assim vos damos o dito poder para que possais deixar ao dito rei de Portugal e a seus reinos e sucessores todos os mares, e ilhas, e terras que forem e estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com ele assentarem e deixarem. E outrossim vos damos o dito poder, para que em nosso nome e no de nossos herdeiros e sucessores, e de nossos reinos e senhorios, e súditos e naturais deles, possais concordar a assentar e receber, e acabar com o dito rei de Portugal, e com seus ditos embaixadores e procuradores em seu nome, que todos os mares, ilhas e terras que forem ou estiverem dentro da demarcação e limitação de costas, mares e ilhas e terras que ficarem por vós e por nossos sucessores, e de nosso senhorio e conquista, sejam de nossos reinos e sucessores deles, com aquelas limitações e isenções e com todas as outras divisões e declarações que a vós bem visto for, e para que sobre tudo que está dito, e para cada coisa e parte disso, e sobre o que a isso é tocante, ou disso dependente, ou a isso anexo ou conexo de qualquer maneira, possais fazer e outorgar, concordar, tratar e receber, e aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores de todos os nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, quaisquer tratados, contratos e escrituras, como quaisquer vínculos, atos, modos, condições e obrigações e estipulações, penas, sujeições e renúncias, que vós quiserdes, e bem outorgueis todas as coisas e cada uma delas, de qualquer natureza ou qualidade, gravidade ou importância que tenham ou possam ter, ainda que sejam tais que pela sua condição requeiram outro nosso especificado e especial mandado e que delas se devesse de fato e de direito fazer singular e

expressa menção e, que nós, estando presentes poderíamos fazer e outorgar e receber. E outrossim vos damos poder suficiente para que possais jurar e jureis por nossas almas, que nós e nossos herdeiros e sucessores, súditos, naturais e vassalos, adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos e cumprimos, e terão, guardarão e cumprirão realmente e com efeito, tudo o que vós assim assentardes, capitulardeis, jurardes, outorgardes e firmardes, livre de toda a cautela, fraude, engano, ficção e simulação e assim possais em nosso nome capitular, assegurar e prometer que nós em pessoa seguramente juraremos, prometeremos, outorgaremos e firmaremos tudo o que vós em nosso nome, acerca do que dito é assegurardes, prometerdes e acordardes, dentro daquele lapso de tempo que vos bem parecer, e que o guardaremos e cumprimos realmente, e com efeito, sob as condições, penas e obrigações contidas no contrato das bases entre nós e o dito sereníssimo rei nosso irmão feito e concordado, e sobre todas as outras que vós prometerdes e assentardes, as quais desde agora prometemos pagar, se nelas incorrerem, para tudo o que e cada coisa ou parte disso, vos damos o dito poder com livre e geral administração, e prometemos e asseguramos por nossa fé e palavra real de ter, guardar e cumprir, nós e nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós, acerca do que dito é, em qualquer forma e maneira for feito e capitulado, jurado e prometido, e prometemos de o ter por firme, bom e sancionado, grato, estável e válido, e verdadeiro agora e em todo tempo, e que não iremos nem viremos contra isso nem contra parte alguma disso, nem nós nem herdeiros e sucessores, por nós, nem por outras pessoas intermediárias, direta nem indiretamente, sob qualquer pretexto ou causa, em juízo, nem fora dele, sob obrigação expressa que para isso fazemos de todos os nossos bens patrimoniais e fiscais, e outros quaisquer de nossos vassalos e súditos e naturais, móveis e de raiz, havidos e por haver. Em testemunho do que mandamos dar esta nossa carta de poder, a qual firmamos com os nossos nomes, mandamos selar com o nosso selo.

Dada na vila de Tordesillas aos cinco dias do mês de junho,  
ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo  
de mil quatrocentos e noventa e quatro.

Eu, El-Rei. Eu, a rainha.

Eu, Fernando Álvarez de Toledo, secretário do Rei e da Rainha, nossos senhores, a fiz escrever a seu mandado. D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, e senhor de Guiné etc. A quantos esta nossa carta de poderes e procuração virem, fazemos saber que em virtude do mandado dos mui altos e mui excelentes e poderosos príncipes, o rei D. Fernando e a rainha D. Isabel, rei e a rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada etc., nossos mui amados e prezados irmãos, foram descobertas e achadas novamente algumas ilhas, e poderiam adiante descobrir e achar outras ilhas e terras sobre as quais tanto umas como outras, achadas e por achar, pelo direito e pela razão que nisso temos, poderiam sobrevir entre nós todos e nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, que Nosso Senhor não consinta; a nós apraz pelo grande amor e amizade que entre todos nós existe, e para se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e sossego, que o mar em que as ditas ilhas estão e forem achadas, se parte e demarque entre nós todos de alguma boa, certa e limitada maneira; e porque nós no presente não podemos entender nisto pessoalmente, confiante a vós Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, e D. João de Sousa, nosso almotacél-mor, e Arias de Almadana, corregedor dos feitos cíveis em nossa corte e do nosso Desembargo, todos do nosso Conselho, pela presente carta vos damos todo nosso poder, completo, autoridade e especial mandado, e vos fazemos e constituímos a todos em conjunto, e a dois de vós e a cada um de vós (*in solidum*) se os outros por qualquer modo estiverem impedidos, nossos embaixadores e procuradores, na mais ampla forma que podemos e em tal podemos e em tal caso se requer e geral especialmente; e de tal modo que a generalidade não derogue a especialidade, nem a especialidade, a generalidade, para que, por nós, e em nosso nome e de nossos herdeiros e sucessores, e de todos os nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles possais tratar, concordar e concluir e fazer, trateis, concordeis e assenteis, e façais com os ditos rei e rainha de Castela, nossos irmãos, ou com quem para isso tenha os seus poderes, qualquer concerto e assento, limitação, demarcação e concórdia sobre o mar Oceano, ilhas e terra firme, que nele houver por aqueles rumos de ventos e graus de Norte e Sul, e por aquelas partes, divisões e lugares de seco e do mar e da terra, que bem vos parecer. E assim vos damos o dito poder para que possais deixar, e deixeis aos ditos rei e rainha e a seus reinos e sucessores

todos os mares, ilhas e terras que estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com os ditos rei e rainha ficarem: e assim vos damos os ditos poderes para em nosso nome e no dos nossos herdeiros e sucessores e de todos os nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, possais com os ditos rei e rainha, ou com seus procuradores, assentar e receber e acabar que todos os mares, ilhas e terras que forem situados e estiverem dentro da limitação e demarcação das costas, mares, ilhas e terras que por nós e nossos sucessores ficarem, sejam nossos e de nossos senhorios e conquista, e assim de nossos reinos e sucessores deles, com aquelas limitações e isenções de nossas ilhas e com todas as outras cláusulas e declarações que vos bem parecerem. Os quais ditos poderes damos a vós os ditos Rui de Sousa e D. João de Sousa e o licenciado Arias da Almadana, para que sobre tudo o que dito é, e sobre cada coisa e parte disso e sobre o que a isso é tocante, e disso dependente, e a isso anexo, e conexo de qualquer maneira, possais fazer, e outorgar, concordar, tratar e distratar, receber e aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores e todos nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles em quaisquer capítulos, contratos e escrituras, com quaisquer vínculos, pactos, modos, condições, penas, sujeições e renúncias que vós quiserdes e a vós bem visto for e sobre isso possais fazer e outorgar e façais e outorgueis todas as coisas, e cada uma delas, de qualquer natureza e qualidade, gravidade e importância que sejam ou possam ser posto que sejam tais que por sua condição requeiram outro nosso especial e singular mandado, e se devesse de fato e de direito fazer singular e expressa menção e que nós presentes, poderíamos fazer e outorgar, e receber. E outrossim vos damos poderes completos para que possais jurar, e jureis por nossa alma, que nós e nossos herdeiros e sucessores, súditos e naturais, e vassalos, adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos e cumpriremos, terão, guardarão e cumprirão realmente, e com efeito, tudo o que vós assim assentardes e capitulardes e jurardes, outorgardes e firmardes, livre de toda cautela, fraude e engano e fingimento, e assim possais em nosso nome capitular, assegurar e prometer que nós em pessoa asseguraremos, juraremos, prometeremos, e firmaremos tudo o que vós no sobredito nome, acerca do que dito é assegurardes, prometerdes e capitulardes, dentro daquele prazo e tempo que vos parecer bem, e que o guardaremos e cumpriremos realmente e com efeito sob as condições, penas e obrigações contidas no contrato das pazes entre nós feitas e concordadas, e sob todas as outras que vós prometerdes

e assentardes no nosso sobredito nome, os quais desde agora prometemos pagar e pagaremos realmente e com efeito, se nelas incorreremos. Para tudo o que e cada uma coisa e parte disso, vos damos os ditos poderes com livre e geral administração, e prometemos e asseguramos com a nossa fé real, ter e guardar e cumprir, e assim os nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós, acerca do que dito é em qualquer maneira e forma for feito, capitulado e jurado e prometido; e prometemos de o haver por firme, sancionado e grato, estável e valedouro, desde agora para todo tempo e que não iremos, nem viremos, nem irão contra isso, nem contra parte alguma disso, em tempo algum; nem por alguma maneira, por nós, nem por si, nem por intermediários, direta nem indiretamente, e sob pretexto algum ou causa em juízo nem fora dele, sob obrigação expressa que para isso fazemos dos ditos nossos reinos e senhorios e de todos os nossos bens patrimoniais, fiscais e outros quaisquer de nossos vassallos e súditos e naturais, móveis e de raiz, havidos e por haver. Em testemunho e fé do que vos mandamos dar esta nossa carta por nós firmada e selada com o nosso selo, dada em nossa cidade de Lisboa aos oito dias de março. Rui de Pina a fez no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro. El rei.

E logo os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., disseram: que visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado, está por descobrir no mar Oceano; que eles, portanto, para o bem da paz e da concórdia e pela conservação da afinidade e amor que o dito senhor rei de Portugal tem pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., praz a suas altezas, e os seus ditos procuradores em seu nome, e em virtude dos ditos seus poderes, outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo Ártico ao polo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito senhor rei

de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante ou do norte ou do sul dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja, e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre. E que todo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontrados pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., e por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra indicada indo pela dita parte de poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao norte-sul dela, que tudo seja e fique, e pertença, aos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc. e aos seus sucessores, para sempre.

Item: os ditos procuradores prometem e asseguram, em virtude dos ditos poderes, que de hoje em diante não enviarão navios alguns, convém a saber, os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., por esta parte da raia para as partes de levante, aquém da dita raia, que fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., nem o dito senhor rei de Portugal à outra parte da dita raia, que fica para os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., a descobrir e achar terra nem ilhas algumas, nem a contratar, nem resgatar, nem conquistar de maneira alguma; porém que se acontecesse que caminhando assim aquém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., achassem quaisquer ilhas ou terras dentro do que assim fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, que assim seja e fique para o dito senhor rei de Portugal e para seus herdeiros para todo o sempre, que suas altezas o hajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito senhor de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., que tudo tal seja e fique para os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão etc., e para seus herdeiros para todo o sempre, e que o dito senhor rei de Portugal o haja logo de mandar, dar e entregar.

Item: para que a dita linha ou raia da dita partilha se haja de traçar e trace direita e a mais certa que possa ser pelas ditas trezentas e setenta léguas das ditas ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, como dito é, fica assentado e concordado pelos ditos procuradores de ambas as

ditas partes, que dentro dos dez primeiros meses seguintes, a contar do dia da conclusão deste tratado, hajam os ditos senhores seus constituintes de enviar duas ou quatro caravelas, isto é, uma ou duas de cada parte, mais ou menos, segundo acordarem as ditas partes serem necessárias, as quais para o dito tempo se achem juntas na ilha da grande Canária; e enviem nelas, cada uma das ditas partes, pessoas, tanto pilotos como astrólogos, e marinheiros e quaisquer outras pessoas que convenham, mas que sejam tantas de uma parte como de outra e que algumas pessoas dos ditos pilotos, e astrólogos, e marinheiros, e pessoas que sejam dos que enviarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão etc., vão no navio ou navios que enviar o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., e da mesma forma algumas das ditas pessoas que enviar o referido senhor rei de Portugal vão no navio ou navios que mandarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão, tanto de uma parte como de outra, para que juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus de sul e norte, e assinalar as léguas supraditas; tanto que para fazer a demarcação e limites concorrerão todos juntos os que forem nos ditos navios, que enviarem ambas as ditas partes, e levarem os seus poderes, que os ditos navios, todos juntamente, constituem seu caminho para as ditas ilhas de Cabo Verde e daí tomarão sua rota direita ao poente até às ditas trezentas e setenta léguas, medidas pelas ditas pessoas que assim forem, acordarem que devem ser medidas sem prejuízo das ditas partes e ali onde se acabarem se marque o ponto, e sinal que convenha por graus de sul e de norte, ou por singradura de léguas, ou como melhor puderem concordar: a qual dita raia assinalem desde o dito polo Ártico ao dito polo Antártico, isto é, de norte a sul, como fica dito: e aquilo que demarcarem o escrevam e firmem como os próprios as ditas pessoas que assim forem enviadas por ambas as ditas partes, as quais não de levar faculdades e poderes das respectivas partes, cada um da sua, para fazer o referido sinal e delimitação feita por eles, estando todos conformes, que seja tida por sinal e limitação perpetuamente para todo o sempre para que nem as ditas partes, nem algumas delas, nem seus sucessores jamais a possam contradizer, nem tirá-la, nem removê-la em tempo algum, por qualquer maneira que seja possível ou que possível possa ser. E se por acaso acontecer que a dita raia e limite de polo a polo, como está declarado, topar em alguma ilha ou terra firme, que no começo de tal ilha ou terra que assim for encontrada onde tocar a dita linha se faça alguma marca ou torre: e

que a direito do dito sinal ou torre se sigam daí para diante outros sinais pela tal ilha ou terra na direção da citada raia os quais partam o que a cada umas das partes pertencer dela e que os súditos das ditas partes não ousem passar uns à porção dos outros, nem estes à daqueles, passando o dito sinal ou limite na tal ilha e terra.

Item: porquanto para irem os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., dos reinos e senhorios até sua dita porção além da dita raia, na maneira que ficou dito, é forçoso que tenham de passar pelos mares desta banda da raia que fica para o dito senhor rei de Portugal, fica por isso concordado e assentado que os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., possam ir e vir e vão e venham livre, segura e pacificamente sem contratempo algum pelos ditos mares que ficam para o dito senhor rei de Portugal, dentro da dita raia em todo o tempo e cada vez e quando suas altezas e seus sucessores quiserem, e por bem tiverem, os quais vão por seus caminhos direitos e rotas, desde seus reinos para qualquer parte do que esteja dentro da raia e limite, onde quiserem enviar para descobrir, e conquistar e contratar, e que sigam seus caminhos direito por onde eles acordarem de ir para qualquer ponto da sua dita parte, e daqueles não se possam apartar, salvo se o tempo adverso os fizer afastar, contanto que não tomem nem ocupem, antes de passar a dita raia, coisa alguma do que for achado pelo dito senhor rei de Portugal na sua dita porção e que, se alguma coisa acharem os seus ditos navios antes de passarem a dita raia, conforme está dito, que isso seja para o dito senhor rei de Portugal, e suas altezas o hajam de mandar logo dar e entregar. E porque poderia suceder que os navios e gentes dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., ou por sua parte, terão achado até aos vinte dias deste mês de junho em que estamos da conclusão deste tratado, algumas ilhas e terra firme dentro da dita raia, que se há de traçar de polo a polo por linha reta ao final das ditas trezentas e setenta léguas contadas desde as ditas ilhas de Cabo Verde para o poente, como dito está, fica acordado e assentado, para desfazer qualquer dúvida, que todas as ilhas e terra firme, que forem achadas e descobertas de qualquer maneira até aos ditos vinte dias deste mês de junho, ainda que sejam encontradas por navios e gentes dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., contanto que estejam dentro das primeiras duzentas e cinquenta léguas das ditas trezentas e setenta léguas, contadas desde as ditas ilhas de Cabo

Verde ao poente em direção à dita raia, em qualquer parte delas para os ditos polos, que forem achadas dentro das ditas duzentas e cinquenta léguas, traçando-se uma raia, ou linha reta de polo a polo, onde se acabarem as ditas duzentas e cinquenta léguas, seja e fique para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., e para os seus sucessores e reinos para sempre, e que todas as ilhas e terra firme, que até os ditos vinte dias deste mês de junho em que estamos, forem encontradas e descobertas por navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão etc., e por suas gentes ou de outra qualquer maneira dentro das outras cento e vinte léguas que ficam para complemento das ditas trezentas e setenta léguas, em que há de acabar a dita raia, que se há de traçar de polo a polo, como ficou dito, em qualquer parte das ditas cento e vinte léguas para os ditos polos, que sejam achadas até o dito dia, sejam e fiquem para os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., e para os seus sucessores e seus reinos para todo sempre, conforme é e há de ser seu tudo o que descobrirem além da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas, que ficam para suas altezas, como ficou dito, ainda que as indicadas cento e vinte léguas estejam dentro da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas, que ficam para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., como dito está. E se até os ditos vinte dias deste dito mês de junho não for encontrada pelos ditos navios de suas altezas coisa alguma dentro das ditas cento e vinte léguas, e dali para diante o acharem, que seja para o dito senhor rei de Portugal, como no supra capítulo escrito está contido. E que tudo o que ficou dito e cada coisa e parte dele, os ditos D. Henrique Henriques, mordomo-mor, e D. Gutierre de Cárdenas, contador-mor, e do doutor Rodrigo Maldonado, procuradores dos ditos mui altos e mui poderosos príncipes senhores o rei e a rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada etc., e em virtude dos seus ditos poderes que vão incorporados, e os ditos Rui de Sousa, e D. João de Sousa, seu filho e Arias de Almadana, procuradores e embaixadores do dito mui alto e mui excelente príncipe o senhor rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além em África e senhor de Guiné, e em virtude dos seus ditos poderes que vão supra-incorporados, prometerem e assegurar em nome dos seus ditos constituintes, que eles e seus sucessores e reinos, e senhorios, para todo o sempre, terão, guardarão e cumprirão realmente, e com efeito, livre de toda fraude e penhor, engano, ficção e simulação, todo o contido nesta capitulação, e cada uma coisa, e parte dele,

quiseram e outorgaram que todo o contido neste convênio e cada uma coisa, e parte disso será guardada e cumprida e executada como se há de guardar, cumprir e executar todo o contido na capitulação das pazes feitas e assentadas entre os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., e o senhor D. Afonso rei de Portugal, que em santa glória esteja, e o dito senhor rei que agora é de Portugal, seu filho, sendo príncipe o ano que passou de mil quatrocentos e setenta e nove anos, e sob aquelas mesmas penas, vínculos, seguranças e obrigações, segundo e de maneira que na dita capitulação das ditas pazes está contida. E se obrigaram a que nem as ditas pazes, nem algumas delas, nem seus sucessores para todo o sempre irão mais nem se voltarão contra o que acima está dito e especificado, nem contra coisa alguma nem parte disso direta nem indiretamente, nem por outra maneira alguma, em tempo algum, nem por maneira alguma pensada ou não pensada que seja ou possa ser, sob as penas contidas na dita capitulação das ditas pazes, e a pena cumprida ou não cumprida ou graciosamente remida; que esta obrigação, e capitulação, e assento, deixe e fique firme, estável e válida para todo o sempre, para assim terem, e guardarem, e cumprirem, e pagarem em tudo o supradito aos ditos procuradores em nome dos seus ditos constituintes, obrigaram os bens cada um de sua dita parte, móveis, e de raiz, patrimoniais e fiscais e de seus súditos e vassallos havidos e por haver, e renunciar a quaisquer leis e direitos de que se possam valer as ditas partes e cada uma delas para ir e vir contra o supradito, e cada uma coisa, e parte disso realmente, e com efeito, livre toda a fraude, penhor, e engano, ficção e simulação, e não o contradirão em tempo algum, nem por alguma maneira sob a qual o dito juramento juraram não pedir absolvição nem relaxamento disso ao nosso santíssimo padre, nem a outro qualquer legado ou prelado que a possa dar, e ainda que de *motu proprio* a deem não usarão dela, antes por esta presente capitulação suplicam no dito nome ao nosso santíssimo padre que haja sua santidade por bem confiar e aprovar esta dita capitulação, conforme nela se contém, e mandando expedir sobre isto suas bulas às partes, ou a quaisquer delas, que as pedir e mandam incorporar nelas o teor desta capitulação, pondo suas censuras aos que contra ela forem ou procederem em qualquer tempo que seja ou possa ser. E assim mesmo os ditos procuradores no dito nome se obrigaram sob a dita pena e juramento, dentro dos cem primeiros dias seguintes, contados desde o dia da conclusão deste tratado, darão uma parte a esta primeira aprovação,

e ratificação desta dita capitulação, escritas em pergaminho, e firmadas nos nomes dos ditos senhores seus constituintes, e seladas, com os seus selos de cunho pendentes; e na escritura que tiverem de dar os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., tenha de firmar e consentir e autorizar o mui esclarecido e ilustríssimo senhor o príncipe D. João seu filho: de tudo o que dito é, outorgaram duas escrituras de um mesmo teor uma tal qual a outra, as quais firmaram com seus nomes e as outorgaram perante os secretários e testemunhas abaixo assinadas para cada uma das partes a sua e a qualquer que se apresentar, vale como se ambas as duas se apresentassem, as quais foram feitas e outorgadas na dita vila de Tordesillas no dita, mês e ano supraditos. D. Henrique, comendador-mor. Rui de Sousa. D. João de Sousa. Doutor Rodrigo Maldonado. Licenciado Arias. Testemunhas que foram presentes, que vieram aqui firmar seus nomes ante os ditos procuradores e embaixadores e outorgar o supradito, e fazer o dito juramento, o comendador Pedro de Leon, o comendador Fernando de Torres, vizinhos da vila de Valladolid, o comendador Fernando de Gamarra, comendador de Lagra e Cenate, contínuos da casa dos ditos rei e rainha nossos senhores, e João Soares de Siqueira e Rui Leme, e Duarte Pacheco, contínuos da casa do senhor rei de Portugal para isso chamados. E eu, Fernando Dalvares de Toledo, secretário do rei e da rainha nossos senhores e de seu Conselho, e seu escrivão de Câmara, e notário público em sua corte, e em todos os seus reinos e senhorios, estive presente a tudo que dito está declarado em um com as ditas testemunhas, e com Estevam Baez secretário do dito senhor rei de Portugal, que pela autoridade que os ditos rei e a rainha nossos senhores lhe deram para fazer dar sua fé neste auto em seus reinos, que esteve também presente ao que dito está, e a rogo e outorgamento de todos os procuradores e embaixadores que em minha presença e na sua aqui firmaram seus nomes, este instrumento público de capitulação fiz escrever, o qual vai escrito nestas seis folhas de papel de formato inteiro escritas de ambos os lados e mais esta em que vão os nomes dos supraditos e o meu sinal; e no fim de cada página vai rubricado o sinal do meu nome e o do dito Estevam Baez, e em fé disso pus aqui este meu sinal, que é tal. Em testemunho de verdade, Fernão Dalvares. E eu, dito Estevam Baez, que por autoridade que os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., me deram para fazer público em todos os seus reinos e senhorios, juntamente com o dito Fernão Dalvares, a rogo e requerimento dos ditos embaixadores

e procuradores a tudo presente estive, e em fé a certificação disso aqui com o meu público sinal assinei, que é tal. A qual dita escritura de assento, e capitulação e concórdia supra incorporada, vista e entendida por nós e pelo dito príncipe D. João, nosso filho, nós a aprovamos, louvamos, e confirmamos, e outorgamos, ratificamos, e prometemos ter, guardar e cumprir todo o supradito nela contido, e cada uma coisa, e parte disso realmente e com efeito, livre de toda a fraude, cautela e simulação, e de não ir, nem vir contra isso, nem contra parte disso em tempo algum, nem por alguma maneira, que seja, ou possa ser; e para maior firmeza, nós, e o dito príncipe D. João nosso filho, juramos por Deus, pela Santa Maria e pelas palavras do Santo Evangelho, onde quer que mais amplamente estejam impressas, e pelo sinal da cruz, na qual corporalmente colocamos nossas mãos direitas em presença dos ditos Rui de Sousa e D. João de Sousa, e o licenciado Arias de Almadana, embaixadores e procuradores do dito e sereníssimo rei de Portugal, nosso irmão, de o assim ter e guardar e cumprir, e a cada uma coisa, e parte do que a nós incumbe realmente, e com efeito, como está dito, por nós e por nossos herdeiros e sucessores, e pelos nossos ditos reinos e senhorios, e súditos e naturais deles, sob as penas e obrigações, vínculos e renúncias no dito contrato de capitulação e concórdia supraescrito contidas: por certificação e corroboração do qual, firmamos nesta nossa carta nossos nomes e a mandamos selar com o nosso selo de cunho pendentes em fios de seda em cores. Dada na vila de Arévalo, aos dois dias do mês de julho, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro. Eu, El-Rei. Eu, a rainha. Eu, o príncipe. E eu, Fernão Dalvares de Toledo, secretário d'El-Rei e da rainha, nossos senhores, a fiz escrever por sua ordem.

## Trecho do segundo Tratado de Utrecht (1715)<sup>2</sup>

Saibam todos os presentes, e futuros, que achando-se a maior parte da Cristandade aflita com uma larga, e sanguinolenta guerra, foi Deus servido inclinar os ânimos do muito Alto, e muito Poderoso Príncipe Dom João o V pela graça de Deus Rei de Portugal, e do muito Alto, e muito Poderoso Príncipe Dom Felipe V pela graça de Deus Rei Católico de Espanha [...] Para cujo efeito deram as ditas Majestades plenos poderes aos seus Embaixadores Extraordinários, e Plenipotenciários: [...] os quais concorrendo na Cidade de Utrecht, lugar destinado para o Congresso, e examinado reciprocamente os plenos poderes, de que se ajuntará Cópia no fim deste Tratado, depois de implorarem a assistência Divina convieram nos Artigos seguintes:

### Artigo I

Haverá Paz sólida e perpétua com verdadeira e sincera amizade entre Sua Majestade Portuguesa [...] e Sua Majestade Católica [...].

### Artigo V

As Praças, Castelos, Cidades, Lugares, Territórios, e Campos pertencentes às duas Coroas, assim em Europa, como em qualquer outra parte do mundo serão restituídas interinamente sem reserva, de sorte que as Raias, e limites das duas Monarquias fiquem no mesmo estado que antes da presente guerra. Especialmente se restituirão à Coroa de Portugal o Castelo de Noudar com o seu distrito, a Ínsua do Verdoejo, e o Território, e Colônia do Sacramento; e à Coroa de Espanha as Praças de Albuquerque, e de Puebla [...].

### Artigo VI

Sua Majestade Católica não somente restituirá o Território, e Colônia do Sacramento, sita na margem Setentrional do Rio da Prata, a Sua Majestade Portuguesa; mas cederá assim em seu nome, como de todos os

---

2 A versão em português mais confiável está disponível em *Tratado de paz de Utreque entre Portugal e Castela. 1715/02/06. Portugal, Torre do Tombo, Gav. 2, mç. 11, n.º 19. PT/TT/GAV/2/11.*

seus Descendentes, Sucessores, e Herdeiros, de toda a ação, e Direito, que pretendia ter ao dito Território e Colônia, fazendo a Desistência pelos termos mais fortes, como se elas aqui fossem declaradas, para que o dito Território, e Colônia fiquem compreendidos nos Domínios da Coroa de Portugal [...] e em virtude desta Cessão ficará sem efeito, ou vigor o Tratado Provisional, que se celebrou entre as duas Coroas aos 7 dias do mês de maio de 1681; mas Sua Majestade Portuguesa se obriga a não consentir, que alguma Nação de Europa, que não seja a Portuguesa, se possa estabelecer, ou comerciar na dita Colônia direta nem indiretamente, por qualquer pretexto que for [...].

#### Artigo VII

Ainda que Sua Majestade Católica ceda desde logo a Sua Majestade Portuguesa o dito Território, e Colônia do Sacramento na forma do precedente Artigo; contudo poderá oferecer um Equivalente pela dita Colônia, o qual seja da satisfação, e agrado de Sua Majestade Portuguesa; e para esta oferta se limita o termo de um ano, e meio desde o dia da ratificação deste Tratado; com declaração que se o dito Equivalente for aprovado por Sua Majestade Portuguesa, ficará o dito Território, e Colônia pertencendo à Sua Majestade Católica, como se o não houvera restituído, e cedido. E se Sua Majestade Portuguesa não aceitar o dito Equivalente, ficará possuindo o referido Território, e Colônia, como no Artigo precedente se declara.

#### Artigo VIII

Para a entrega recíproca das Praças assim em Europa como na América, referidas no Artigo quinto, se espedirão Ordens às pessoas, e Oficiais a quem toca. E pelo que pertence à Colônia do Sacramento, não somente S. Majestade Católica mandará em direitura as suas ordens ao Governador de Buenos Aires, para fazer entrega, mas dará uma cópia delas [...].

#### Artigo XXV

As Ratificações do presente Tratado, dadas em boa, e devida forma, se trocarão de ambas as partes dentro do termo de cinquenta dias, contados do dia da assinatura, ou mais cedo se for possível.

Em fé do que, e em virtude das Ordens, e plenos poderes, que nós abaixo assinados recebemos de nossos Amos o Rei de Portugal, e o Rei Católico de Espanha, assinamos o presente Tratado, e lhe fizemos pôr o Selo de nossa Armas, Feito em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715.

(L.S.) Conde de Tarouca.

(L.S.) D. Luis da Cunha.

(L.S.) El Duque de Ossuna.

## Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750)<sup>3</sup>

### Tratado de Limites das Conquistas

Em nome da Santíssima Trindade.

Os Sereníssimos Reis de Portugal, e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam, consideraram, que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento, é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços, que possam ao diante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos Limites das duas Coroas na América, cujas Conquistas se tem adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros Limites daqueles Domínios, ou a paragem donde se há-de imaginar a Linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada Coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta Linha com o conhecimento prático, que se requer; resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com reciproca satisfação e conveniência.

Por parte da Coroa de Portugal se alegava, que havendo de contar-se os cento e oitenta graus da sua demarcação desde a Linha para o Oriente, ficando para Espanha os outros cento e oitenta para o Ocidente; e devendo cada uma das Nações fazer os seus descobrimentos e Colónias nos cento e oitenta graus da sua demarcação; contudo, se acha, conforme as observações mais exactas e modernas dos Astrónomos, e Geógrafos, que começando a contar os graus para o Ocidente da dita Linha, se estende o Domínio Espanhol na extremidade Asiática do mar do Sul, muitos mais graus, que os cento e oitenta da sua demarcação; e por conseguinte tem ocupado muito maior espaço, do que pode importar qualquer excesso, que se atribua

---

3 Tratado de Limites das Conquistas, entre El-Rei o Senhor Dom João V e Dom Fernando VI Rei de Espanha, assinado em Madrid a 13 de janeiro de 1750, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela de Espanha em 8 de fevereiro do dito ano. O texto original pode ser encontrado na Torre do Tombo (PT/TT/TRT/ES1-1).

aos Portugueses, no que talvez terão ocupado na América Meridional ao Ocidente da mesma linha, e princípio da demarcação Espanhola.

Também se alegava, que pela Escritura de venda com pacto retrovendo, outorgada pelos Procuradores das duas Coroas em Saragoça a 22 de Abril de 1529, vendeu a Coroa de Espanha a Portugal tudo o que por qualquer via ou direito lhe pertencesse ao Ocidente de outra Linha Meridiana, imaginada pelas Ilhas das Velas, situadas no mar do Sul a 17 graus de distância de Maluco: com declaração, que se Espanha consentisse, e não impedisse aos seus Vassallos a navegação da dita Linha para o Ocidente; ficaria logo extinto, e resoluto o pacto de retrovendo; e que quando alguns Vassallos de Espanha, por ignorância, ou por necessidade, entrassem dentro dela, e descobrissem algumas Ilhas, ou terras, pertenceria a Portugal o que nesta forma descobrissem. Que sem embargo desta convenção, foram depois os Espanhóis a descobrir as Filipinas, e com efeito se estabeleceram nelas pouco antes da união das duas Coroas, que se fez no ano de 1580, por cuja causa cessaram as disputas, que esta infração suscitou entre as duas Nações; porém tendo-se depois dividido, resultou das condições da Escritura de Saragoça num novo título, para que Portugal pretendesse a restituição, ou o equivalente de tudo o que ocuparam os Espanhóis ao Ocidente da dita Linha, contra o capitulado na referida Escritura.

Quanto ao Território da margem Setentrional do rio da Prata, alegava, que com o motivo da fundação da Colónia do Sacramento se excitou uma disputa entre as duas Coroas, sobre Limites: a saber, se as terras, em que se fundou aquela Praça, estavam ao Oriente, ou ao Ocidente da Linha divisória, determinada em Tordesilhas; e em quanto se decidia esta questão, se concluiu provisoriamente um Tratado em Lisboa a 7 de Maio de 1681, no qual se concordou, que a referida Praça ficasse em poder dos Portugueses; e que nas terras disputadas tivessem o uso e aproveitamento comum com os Espanhóis. Que pelo Artigo VI, da paz, celebrada em Utreque entre as duas Coroas em 6 de Fevereiro de 1715 cedeu S. M. C. toda a ação, e direito, que podia ter ao Território, e Colónia, dando por abolido em virtude desta cessão o dito Tratado Provisional. Que devendo em vigor da mesma cessão entregar-se à Coroa de Portugal todo o Território da disputa, pretendeu o Governador de Buenos Aires satisfazer unicamente com a entrega da Praça, dizendo, que pelo Território só entendia o que alcançasse o tiro de

Canhão dela, reservando para a Coroa de Espanha todas as demais terras da questão, nas quais se fundou depois a Praça de Montevideo, e outros estabelecimentos: Que esta inteligência do Governador de Buenos Aires foi manifestamente oposta ao que se tinha ajustado; sendo evidente, que por meio da cessão não devia ficar a Coroa de Espanha de melhor condição do que antes estava, no mesmo que cedia; e tendo ficado pelo Tratado Provisional ambas as Nações com a posse, e assistência comum naquelas Campanhas, não há interpretação mais violenta do que o supor, que por meio da cessão de S. M. C. ficavam pertencendo privativamente à sua Coroa.

Que tocando aquele Território a Portugal por título diverso da Linha divisória, determinada em Tordesilhas (isto é, pela transação feita no Tratado de Utrecht, em que S. M. C. cedeu o direito, que lhe competia pela demarcação antiga), devia aquele Território independentemente das questões daquela Linha, ceder-se inteiramente a Portugal com tudo o que nele se houvesse novamente fabricado, como feito em solo alheio. Finalmente, que suposto pelo Artigo VII do dito Tratado de Utreque, se reservou S. M. C. a liberdade de propor um equivalente à satisfação de S. M. F. pelo dito Território, e Colónia; contudo, como há muitos anos passou o prazo assinalado para oferecê-lo, tem cessado todo o pretexto, e motivo, ainda aparente, para dilatar a entrega do mesmo Território.

Por parte da Coroa de Espanha se alegava, que havendo de imaginar-se a Linha de Norte a Sul a trezentas e setenta léguas ao Poente das Ilhas de Cabo Verde, conforme o Tratado concluído em Tordesilhas a 7 de Junho de 1494, todo o terreno, que houvesse nas trezentas e setenta léguas desde as proferidas Ilhas até ao lugar, aonde se havia de assinalar a Linha, pertence a Portugal, e nada mais por esta parte; porque desde ela para o Ocidente se hão-de contar os cento e oitenta graus da demarcação de Espanha: e ainda que por não estar declarado de qual das Ilhas de Cabo-Verde, se hão de começar a contar as trezentas e setenta léguas, se ofereça dúvida, e haja interesse notável, por estarem todas elas situadas Leste Oeste com a diferença de quatro graus e meio; também é certo, que ainda cedendo Espanha, e consentindo que se comece a contar desde a mais Ocidental, que chamam de Santo Antão, apenas poderão chegar as trezentas e setenta léguas á Cidade do Pará, e mais Colónias, ou Capitánias Portuguesas, fundadas antigamente nas costas do Brasil; e como a Coroa de Portugal tem

ocupado as duas margens do rio das Amazonas, ou Maranhão, subindo até à boca do rio Javari, que entra nele pela margem Austral, resulta claramente ter-se introduzido na demarcação de Espanha tudo quanto dista a referida Cidade da boca daquele rio, sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação, que fez esta Coroa até o Cuiabá, e Mato Grosso.

Pelo que toca á Colônia do Sacramento, alegava, que, conforme os Mapas mais exactos, não chega com muita diferença á boca do rio da Prata a paragem, onde se deveria imaginar a Linha; e consequentemente a referida Colônia com todo o seu Território cabe ao Poente dela, e na demarcação de Espanha; sem que obste o novo direito, com que a retém a Coroa de Portugal em virtude do Tratado de Utreque; por quanto nele se estipulou a restituição por um equivalente; e ainda que a Corte de Espanha o ofereceu dentro do termo prescrito no Artigo VII, não o admitiu a de Portugal; por cujo facto ficou prorrogado o termo, sendo, como foi, proporcionado e equivalente; e o não tê-lo admitido foi mais por culpa de Portugal, que de Espanha.

Vistas, e examinadas estas razões pelos dois Sereníssimos Monarcas, com as réplicas, que se fizeram de uma e outra parte, procedendo com aquela boa-fé e sinceridade, que é própria de Príncipes tão justos, tão amigos, e parentes, desejando manter os seus Vassallos em paz e sossego, e reconhecendo as dificuldades e dúvidas, que em todo o tempo fariam embaraçada esta contenda, se se houvesse de julgar pelo meio da demarcação, acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das Ilhas de Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas Costas da América Meridional os dois pontos ao Sul, e ao Norte, donde havia de principiar a Linha; como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma Linha Meridiana; e finalmente por outros muitos embaraços, quase invencíveis, que se ofereceriam para, conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por Linhas Meridianas: e considerando ao mesmo tempo, que os referidos embaraços talvez foram pelo passado a ocasião principal dos excessos, que de uma e outra parte se alegam, e das muitas desordens, que perturbaram a quietação dos seus Domínios; resolveram pôr termo ás disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as acções e direitos, que possam pertencer-lhes

em virtude dos referidos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utreque, e da Escritura de Saragoça; ou de outros quaisquer fundamentos, que possam influir na divisão dos seus Domínios por Linha Meridiana; e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzindo os Limites das duas Monarquias aos que se assinalaram no presente Tratado; sendo o seu ânimo, que nele se atenda com cuidado a dois fins: O primeiro, e mais principal é, que se assinalem os limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis: O segundo, que cada parte há-de ficar com o que actualmente possui; à excepção das mutuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os Confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.

Para concluir este ajuste, e assinalar os Limites, deram os dois Sereníssimos Reis aos seus Ministros, de uma e outra parte, os plenos poderes necessários, que se inseriram no fim deste Tratado: a saber, Sua Majestade Fidelíssima a Sua Excelência o Senhor Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, do Conselho de S. M. F., e do de Guerra, Mestre de Campo General dos Exércitos de S. M. F., e seu Embaixador extraordinário na Corte de Madrid; e Sua Majestade Católica a Sua Excelência o Senhor D. José de Carvajal e Lencastre, Gentil-homem de Câmara de S. M. C. com exercício, Ministro de Estado, e Decano deste Conselho, Governador do Supremo de Índias, Presidente da Junta de Comércio e Moeda, e Superintendente geral das Postas e Estafetas de dentro e fora de Espanha: os quais depois de conferirem, e tratarem a matéria com a devida circunspecção e exame, e bem instruídos da intenção dos dois Sereníssimos Reis seus Amos, e seguindo as suas ordens, concordaram no que se contém nos seguintes Artigos:

### Artigo I

O presente Tratado será o único fundamento, e regra, que ao diante se deverá seguir para a divisão, e Limites dos dois Domínios em toda a América, e na Ásia; e em virtude disto ficará abolido qualquer direito e ação, que possam alegar as duas Coroas por motivo da Bula do Papa Alexandre VI de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa, e Utreque, da Escritura de venda outorgada em Saragoça, e de outros quaisquer

Tratados, convenções, e promessas; o que tudo, em quanto trata da linha da demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvera sido determinado, ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e para o futuro não se tratará mais da dita Linha, nem se poderá usar deste meio para a decisão de qualquer dificuldade, que ocorra sobre Limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes Artigos, como regra invariável, e muito me- nos sujeita a controvérsias.

### Artigo II

As Ilhas Filipinas, e as adjacentes, que possui a Coroa de Espanha, lhe pertencerão para sempre, sem embargo de qualquer pretensão que possa alegar-se por parte da Coroa de Portugal, com o motivo do que se determinou no dito Tratado de Tordesilhas; e sem embargo das condições contidas na Escritura celebrada em Saragoça a 22 de Abril de 1529; e sem que a Coroa de Portugal possa repetir coisa alguma do preço, que pagou pela venda celebrada na dita Escritura, a cujo efeito S. M. F. em seu Nome, e de seus Herdeiros, e Sucessores faz a mais ampla, e formal renúnciação de qualquer direito, que possa ter pelos princípios expressados, ou por qualquer outro fundamento, às referidas Ilhas, e à restituição da quantia, que se pagou em virtude da dita Escritura.

### Artigo III

Na mesma forma pertencerá á Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Maranhão acima, e o terreno de ambas as margens deste rio até ás paragens, que abaixo se dirão; como também tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do Oriente, e Brasil, sem embargo de qualquer pretensão, que possa alegar-se por parte da Coroa de Espanha, com o motivo do que se determinou no referido Tratado de Tordesilhas; a cujo efeito S. M. C. em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, desiste e renuncia formalmente a qualquer direito, e ação, que em virtude do dito Tratado, ou por outro qualquer título possa ter aos referidos Territórios.

#### Artigo IV

Os Confins do Domínio das duas Monarquias, principiarão na Barra, que forma na Costa do Mar o Regato, que sai ao pé do Monte de Castilhos grande, de cuja Calda continuará a Fronteira, buscando em linha recta o mais alto, ou cumes dos Montes, cujas vertentes descem por uma parte para a Costa, que corre ao Norte do dito Regato, ou para a Lagoa Merim, ou de I Meni; e pela outra para a Costa, que corre do dito Regato ao Sul, ou para o rio da prata: Dê sorte que os Cumes dos Montes sirvam de Raia do Domínio das Duas coroas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do rio Negro; e por cima delas continuará até à origem principal do rio Ibicuí; prosseguindo pelo arveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem Oriental do Uruguai; ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à dita Lagoa, ou ao Rio grande de S. Pedro; e de Espanha, as que baixam aos rios, que vão unir-se com o da Prata.

#### Artigo V

Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Pipiri, ou Pequeri, que desagua na margem Ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pipiri acima, até à sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até à cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no rio grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais-vizinho da origem de Pipiri, e depois pelo do Iguaçu, ou Rio grande da Curitiba, continuará a Raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem Oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe junta o rio Iguereí pela sua margem Ocidental.

#### Artigo VI

Desde a boca do Iguereí continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal; e dali buscará em linha recta pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desagua no Paraguai pela sua margem Oriental, que talvez será o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até à sua entrada no Paraguai, desde a qual boca subirá pelo Canal principal, que deixa o Paraguai em tempo seco; e pelo seu álveo até

encontrar os Pântanos, que forma este rio, chamados a Lagoa dos Xarais, e atravessando esta Lagoa até à boca do rio Jauru.

#### Artigo VII

Desde a boca do Jauru pela parte Ocidental prosseguirá a Fronteira em linha recta até à margem Austral do rio Guaporé defronte da boca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé, pela sua margem Setentrional; com declaração que se os Comissários, que se hão-de despachar para o regulamento dos Confins, nesta parte na face do País acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios, ou balizas naturais, por onde mais comodamente, e com maior certeza se possa assinalar a Raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos Portugueses, e o caminho, que eles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso; os dois Altos Contraentes consentem, e aprovam, que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar, que na margem Austral do Guaporé for assinalado para termo da Raia, como fica explicado, baixará a Fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na Província de Santa Cruz de Ia Sierra, e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no das Amazonas, ou Maranhão, pela sua margem Austral.

#### Artigo VIII

Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, até à paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Maranhão, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste Oeste até encontrar com a margem Oriental do Javari, que entra no rio das Amazonas pela sua margem Austral; e baixando pelo álveo do Javari, até onde desemboca no rio das Amazonas ou Maranhão, prosseguirá por este rio abaixo até a boca mais Ocidental do Japurá, que desagua nele pela margem Setentrional.

### Artigo IX

Continuará a Fronteira pelo meio do rio Japurá, e pelos mais rios, que a ele se juntam, e que mais se chegarem ao rumo do Norte, até encontrar o alto da Cordilheira de Montes, que medeiam entre o rio Orinoco e o das Amazonas ou Maranhão; e prosseguirá pelo cume destes Montes para o Oriente, até onde se estender o Domínio de uma e outra Monarquia. As pessoas nomeadas por ambas as Coroas para estabelecer os Limites, conforme o previsto no presente Artigo, terão particular cuidado de assinalar a Fronteira nesta parte, subindo pelo álveo da boca mais Ocidental do Japurá; de sorte que se deixem cobertos os estabelecimentos, que actualmente tiverem os Portugueses nas margens deste rio e do Negro, como também a comunicação ou canal, de que se servem entre estes dos rios; e que se não dê lugar a que os Espanhóis com pretexto, ou interpretação alguma, possam introduzir-se neles, nem na dita comunicação; nem os Portugueses subir para o rio Orinoco, nem estender-se para as Províncias povoadas por Espanha, nem para os despovoados, que lhe hão-de pertencer, conforme os presentes Artigos; para o qual efeito assinalarão os Limites pelas Lagoas e Rios, endireitando a linha da Raia, quanto puder ser, para a parte do Norte, sem reparar no pouco mais ou menos, que fique a uma ou a outra Coroa, com tanto que se logrem os fins expressados.

### Artigo X

Todas as Ilhas, que se acharem em qualquer dos rios, por onde há-de passar a Raia, conforme o previsto nos Artigos antecedentes, pertencerão ao Domínio, a que estiverem mais próximas em tempo seco.

### Artigo XI

Ao mesmo tempo que os Commissários nomeados por ambas as Coroas forem assinalando os Limites em toda a Fronteira, farão as observações necessárias para formar um Mapa individual de toda ela; do qual se tirarão as cópias, que parecerem necessárias, firmadas por todos, que se guardarão pelas duas Cortes para o caso que ao diante se ofereça alguma disputa, pelo motivo de qualquer infração; em cujo caso, e em outro qualquer, se terão por autênticas, e farão plena prova. E para que se não ofereça a mais leve

dúvida, os referidos Comissários porão nome de comum acordo aos Rios, e Montes, que o não tiverem, e assinalarão tudo no Mapa com a individuação possível.

### Artigo XII

Atendendo á conveniência comum das duas Nações, e para evitar todo o género de controvérsias para o diante, se estabelecerão e regularão as mutuas cessões conteúdas nos Artigos seguintes.

### Artigo XIII

Sua Majestade Fidelíssima em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Espanha a Colónia do Sacramento, e todo o seu Território adjacente a ela, na margem Setentrional do rio da Prata, até os Confins declarados no Artigo IV, e as Praças, Portos, e estabelecimentos, que se compreendem na mesma paragem; como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha: e para que tenha efeito, renuncia S. M. F. todo o direito e ação, que tinha reservado á sua Coroa pelo Tratado Provisional de 7 de Maio de 1681, e a posse, direito, e ação, que lhe pertença, e possa tocar-lhe em virtude dos Artigos V. e VI. do Tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715, ou por outra qualquer convenção, título, e fundamento.

### Artigo XIV

Sua Majestade Católica em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Portugal tudo o que por parte de Espanha se acha ocupado, ou por qualquer título ou direito possa pertencer-lhe em qualquer parte das terras, que pelos presentes Artigos se declaram pertencentes a Portugal, desde o Monte de Castilhos grande, e sua falda Meridional, e Costa do Mar, até a Cabeceira, e origem principal do rio Ibicuí; e também cede todas e quaisquer Povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras, compreendido entre a margem Setentrional do rio Ibicuí, e a Oriental do Uruguai, e os que possam ter-se fundado na margem Oriental do rio Pepirí, e a Aldeia de Santa Rosa, e outra qualquer que se possa ter estabelecido por parte

de Espanha na margem Oriental do rio Guaporé. E S.M.F. cede na mesma forma a Espanha todo o Terreno, que corre desde a boca Ocidental do rio Japurá, e fica entre meio do mesmo rio, e do das Amazonas ou Maranhão, e toda a navegação do rio Isa, e tudo o que se segue desde este último rio para o Ocidente, com a Aldeia de S. Cristóvão, e outra qualquer que por parte de Portugal se tenha fundado naquele espaço de terras; fazendo-se as mútuas entregas com as qualidades seguintes.

#### Artigo XV

A Colónia do Sacramento se entregará por parte de Portugal, sem tirar dela mais que a Artilharia, Armas, Pólvora, e Munições, e Embarcações do serviço da mesma Praça; e os moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do domínio Português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. O Governador, Officiais, e Soldados levarão também todos os seus efeitos, e terão a mesma liberdade de venderem os seus bens de raiz.

#### Artigo XVI

Das Povoações ou Aldeias, que cede S. M. C. na margem Oriental do rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os Índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições, que tiverem ; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno. As que se cedem por Suas Majestades Fidelíssima, e Católica nas margens dos rios Pequirí, Guaporé, e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias, que a Colónia do Sacramento, conforme se disse no Artigo XIV; e os Índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão-de poder fazer os moradores daquela Praça; excepto, que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem.

## Artigo XVII

Em consequência da Fronteira, e Limites, determinados nos Artigos antecedentes, ficará para a Coroa de Portugal o Monte de Castilhos grande com a sua falda Meridional; e o poderá fortificar, mantendo ali uma Guarda, mas não poderá povoá-lo, ficando às duas Nações o uso comum da Barra ou Enseada, que forma ali o mar, de que se trata no Artigo IV.

## Artigo XVIII

A Navegação daquela parte dos rios, por onde há-de passar a Fronteira, será comum às duas Nações; e geralmente, onde ambas as margens dos rios pertencerem á mesma Coroa, será privativamente sua a navegação; e o mesmo se entenderá da pesca nos ditos rios, sendo comum às duas Nações, onde o for a navegação; e privativa, onde o for a uma delas a dita navegação: e pelo que toca aos Cumes da Cordilheira, que hão-de servir de Raia entre o rio das Amazonas e o Orinoco, pertencerão a Espanha todas as vertentes, que caírem para o Orinoco, e a Portugal todas as que caírem para o rio das Amazonas ou Maranhão.

## Artigo XIX

Em toda a Fronteira será vedado, e de contrabando, o Comércio entre as duas Nações, ficando na sua força e vigor as Leis promulgadas por ambas as Coroas, que disto tratam; e além desta proibição, nenhuma pessoa poderá passar do território de uma Nação para o da outra por terra, nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios, que não forem privativos da sua Nação, ou comuns, com pretexto, nem motivo algum, sem tirar primeiro licença do Governador, ou Superior do Terreno, aonde há-de ir, ou sem que vá enviado pelo Governador do seu Território a solicitar algum negócio, para o qual efeito levará o seu Passaporte, e os transgressores serão castigados com esta diferença: Se forem apreendidos no Território alheio, serão postos em prisão, e nela se manterão pelo tempo, que quizer o Governador ou Superior, que os fez prender; porém se não puderem ser colhidos, o Governador ou Superior da terra, em que entrarem, formará um Processo com justificação das pessoas, e do delito, e com ele requererá ao Juiz dos transgressores, para que os castigue na mesma forma: excetuando-se das referidas penas

os que navegando nos rios, por onde vai a Fronteira, fossem constrangidos a chegar ao Território alheio por alguma urgente necessidade, fazendo-a constar. E para tirar toda a ocasião de discórdia, não será lícito nos rios, cuja navegação for comum, nem nas suas margens levantar género algum de Fortificação, nem pôr embarcação de registo, nem plantar Artilharia, ou por outro qualquer modo estabelecer força, que possa impedir a livre e comum navegação. Nem tão pouco seja lícito a nenhuma das partes visitar, ou registar, ou obrigar que venham à sua margem as embarcações da parte oposta; e só poderão impedir e castigar aos Vassallos da outra Nação, se aportarem na sua margem; salvo em caso de indispensável necessidade, como fica dito.

#### Artigo XX

Para evitar alguns prejuízos, que poderiam ocasionar-se, foi concordado que nos Montes, onde em conformidade dos precedentes Artigos ficar posta a Raia nos seus Cumes, não será lícito a nenhuma das duas Potências erigir fortificação sobre os mesmos Cumes, nem permitir que os seus Vassallos façam neles povoação alguma.

#### Artigo XXI

Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssima, e Católica, que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os Vassallos de ambas, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus Aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer preza que fizerem, será restituída de boa-fé, e inteiramente. E assim mesmo, nenhuma das duas nações permitirá o cómodo de seus Portos, e menos o trânsito pelos seus territórios da América Meridional, aos inimigos da outra, quando intentem aproveitar-se deles para hostilizá-la; ainda que fosse em tempo, que as duas Nações tivessem entre si guerra em outra região. A dita continuação de perpetua paz, e boa vizinhança, não terá só lugar nas terras, e Ilhas da América Meridional, entre os Súbditos

confinantes das duas Monarquias, senão também nos Rios, Portos e Costas, e no Mar Oceano, desde a altura da extremidade Austral da Ilha de Santo Antão, uma das de Cabo-Verde para a parte do Sul; e desde o Meridiano, que passa pela sua extremidade Ocidental para a parte do Poente: de sorte que a nenhum Navio de guerra, Corsário, ou outra embarcação de uma das duas Coroas seja lícito dentro dos ditos Termos em nenhum tempo atacar, insultar, ou fazer o mínimo prejuízo aos Navios, e súbditos da outra; e de qualquer atentado, que em contrário se cometa, se dará pronta satisfação, restituindo-se inteiramente o que acaso se tivesse apesado, e castigando-se severamente os transgressores. Outrossim, nenhuma das duas Nações admitirá nos seus Portos, e terras da dita América Meridional, Navios, ou Comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que levam intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as Leis, com que os dois Monarcas governam aqueles Domínios. E para a pontual observância de tudo o expressado neste Artigo, se farão. por ambas as Cortes os mais eficazes encargos aos seus respectivos Governadores, Comandantes, e Justiças: bem entendido, que ainda em caso (que não se espera) que haja algum incidente, ou descuido, contra o prometido e estipulado neste Artigo, não servirá isso de prejuízo à observância perpétua, e inviolável de tudo o mais que pelo presente Tratado fica regulado.

## Artigo XXII

Para que se determinem com maior precisão, e sem que haja lugar à mais leve duvida ao futuro nos Lugares, por onde deve passar a Raia em algumas partes, que não estão nomeadas, e especificadas distintamente nos Artigos antecedentes, como também para declarar a qual dos Domínios hão-de pertencer as Ilhas que se acharem nos rios que hão-de servir de Fronteira, nomearão ambas as Majestades, quanto antes, Comissários inteligentes; os quais visitando toda a Raia, ajustem com a maior distinção e clareza as paragens, por onde há-de correr a demarcação, em virtude do que se expressa neste Tratado, pondo marcos nos lugares, que lhes parecer conveniente; e aquilo em que se conformarem, será válido perpetuamente em virtude da Aprovação e Ratificação de ambas as Majestades. Porém no caso que se não possam concordar em alguma paragem, darão conta aos Sereníssimos Reis, para decidirem a dúvida em termos justos e convenientes.

Bem entendido, que o que os ditos Commissários deixarem de ajustar, não prejudicará de sorte alguma ao vigor, e observância do presente Tratado; o qual independentemente disso ficará firme, e inviolável, nas suas cláusulas e determinações, servindo no futuro de regra fixa, perpétua, e inalterável, para os Confins do Domínio das duas Coroas.

#### Artigo XXIII

Determinar-se-á entre as duas Majestades o dia em que se hão-de fazer as mútuas entregas da Colónia do Sacramento com o Território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão, que faz S. M. C. na margem Oriental do rio Uruguai; o qual dia não passará do ano, depois que se firmar este Tratado: a cujo efeito, logo que se ratificar, passarão Suas Majestades Fidelíssima e Católica, as ordens necessárias, de que se fará troca entre os ditos Plenipotenciários; e pelo que toca à entrega das mais Povoações, ou Aldeias, que se cedem por ambas as partes se executará ao tempo, que os Commissários nomeados por elas, chegarem às paragens da sua situação, examinando e estabelecendo os Limites; e os que houverem de ir a estas paragens, serão despachados com mais brevidade.

#### Artigo XXIV

Declara-se, que as cessões contidas nos presentes Artigos, não se reputarão como determinado equivalente umas de outras, senão que se fazem respeitando ao total do que se controvertia e alegava, ou reciprocamente se cedia, e àquelas conveniências, e comodidades, que ao presente resultavam a uma e outra parte; e em atenção a isto se reputou justa e conveniente para ambas a concórdia, e determinação de Limites, que fica expressada, e como tal a reconhecem e aprovam suas Majestades em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, renunciando qualquer outra pretensão em contrário; e prometendo na mesma forma que em nenhum tempo, e com nenhum fundamento se disputará o que fica assentado e concordado nestes Artigos; nem com pretexto de lesão, nem outro qualquer, pretenderão outro ressarcimento, ou equivalente dos seus mútuos direitos, e cessões referidas.

## Artigo XXV

Para mais plena segurança deste Tratado, convieram os dois Altos Contraentes em garantir reciprocamente toda a Fronteira, e adjacências dos seus domínios na América Meridional, conforme acima fica expressada; obrigando-se cada um a auxiliar, e socorrer o outro contra qualquer ataque, ou invasão, até que com efeito fique na pacífica posse, e uso livre e inteiro do que se lhe pretendesse usurpar; e esta obrigação, quanto às Costas do Mar, e Países circunvizinhos a elas, pela parte de S. M. F. se estenderá até às margens do Orinoco de uma e outra banda; e desde Castilhos até ao estreito de Magalhães. E pela parte de S. M. C. se estenderá até às margens de uma e outra banda do rio das Amazonas ou Maranhão; e desde o dito Castilhos até o porto de Santos. Mas, pelo que toca ao interior da América Meridional, será indefinita esta obrigação; e em qualquer caso de invasão, ou sublevação, cada uma das Coroas ajudará, e socorrerá a outra até se reporem as coisas em estado pacífico.

## Artigo XXVI

Este Tratado com todas as suas cláusulas, e determinações, será de perpétuo vigor entre as duas Coroas; de tal sorte, que ainda em caso (que Deus não permita) que se declarem guerra, ficará firme e invariável durante a mesma guerra, e depois dela, sem que nunca se possa reputar interrompido, nem necessite de revalidar-se. E presentemente se aprovará, confirmará, e ratificará pelos dois Sereníssimos Reis, e se fará a troca das Ratificações no termo de um mês, depois da sua data, ou antes se for possível.

Em fé do que, e em virtude das Ordens e Plenos-Poderes, que Nós abaixo assinados recebemos de nossos Amos El-Rei Fidelíssimo de Portugal, e El-Rei Católico de Espanha, assinamos o presente Tratado, e lhe fizemos pôr o Selo de nossas Armas. Feito em Madrid a treze de Janeiro de mil setecentos e cinquenta.

(L. S.) Visconde Tomás da Silva Teles.

(L. S.) D. Joseph de Carvajal y Lancaster.

### Trecho do Tratado de El Pardo (12 de fevereiro de 1761)

Os Sereníssimos Reis de Portugal e Espanha, vendo por uma série de sucessivas experiências que na execução do tratado de limites da Ásia e da América celebrado entre as duas Coroas, firmado em Madri a 13 de janeiro de 1750, [...] se tem sempre encontrado tais e tão grandes dificuldades [...] em uns países tão distantes e pouco conhecidos das duas cortes, [...] se viu pelo contrário que desde o ano de 1752 tem dado e daria no futuro muitos e muito frequentes motivos de controvérsias [...] depois de haverem precedido sobre esta importante matéria muitas e muito sérias conferências, e de se haver examinado com a maior circunspecção tudo o que a ela é pertencente [...] concordaram e concluíram de uniforme acordo os artigos seguintes:

#### Artigo I

O sobredito tratado de limites da Ásia e da América, celebrado em Madri a 13 de janeiro de 1750, com todos os outros tratados ou convenções, que em consequência dele se foram celebrando depois para regular as instruções dos respectivos comissários, que até agora se empregaram nas demarcações dos referidos limites, e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipula agora que ficam e se dão, em virtude do presente tratado, por cancelados, cassados e anulados,, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados; de sorte que todas as cousas pertencentes aos limites da América e Ásia se restituem aos termos dos tratados, pactos e convenções que haviam sido celebrados entre as duas Coroas contratantes, antes do referido ano de 1750, ficam daqui em diante em sua força e vigor.

#### Artigo II

Logo que este tratado for ratificado, farão os sobreditos Sereníssimos Reis expedir cópias dele autenticadas aos seus respectivos comissários e governadores nos limites da América, declarando-lhes por cancelado, cassado e anulado o referido tratado de limites, assinado em 13 de janeiro de 1750, com todas as convenções que dele e a ele se seguirem; e ordenando-lhes que, dando por nulas, e fazendo cessar todas as operações e atos respectivos à sua execução, derribem os monumentos ou padrões que foram erigidos

em consequência dela e evacuem imediatamente os terrenos que foram ocupados a título da mesma execução, ou com o motivo do referido tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito tratado abolido se houveram feito ou levantado por uma e outra Parte: e declarando-lhes que desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas Coroas antes do referido ano de 1750; porque todos e todas se acham instaurados e restituídos à sua primitiva e devida força como se o referido tratado de 13 de janeiro de 1750 com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido [...].

### Artigo III

O presente tratado e o que nele se acha estipulado e contratado, serão de perpétua força e vigor [...] trocando-se as respectivas ratificações no termo de um mês, contado da data deste, ou antes se couber no possível.

Em fé do que e em virtude das ordens e plenos poderes, que nós sobreditos plenipotenciários recebemos dos referidos Sereníssimos Reis nossos Amos, assinamos o presente tratado, e o selamos com o selo das nossas armas.

Em o Pardo, aos 12 de fevereiro de 1761.

(L.S.) José da Silva Peçanha.

(L.S.) D. Ricardo Wall.

## Trecho do Tratado de Santo-Ildefonso (1º de outubro de 1777)<sup>4</sup>

Havendo a Divina Providência excitado nos augustos corações de Suas Majestades Fidelíssima (Portugal) e Católica (Espanha) o sincero desejo de extinguir as discórdias que tem havido entre as duas Coroas de Portugal e Espanha, e seus respectivos Vassallos no espaço de quase três séculos, sobre os limites de seus domínios na América e da Ásia: [...]

Para efeito pois de conseguir tão importantes objetos, se nomeou [...] os quais depois de haver-se comunicado os seus plenos poderes, e de havê-los julgado expedidos em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes, regulados pelas ordens e intenções dos seus Soberanos.

[...]

### Artigo III

Como um dos principais motivos das discórdias ocorridas entre as duas Coroas tem sido o estabelecimento português da Colônia de Sacramento, ilha de S. Gabriel e outros [...] convieram os dois Altos contratantes, pelo bem recíproco de ambas as nações, e para segurar uma paz perpétua entre as duas, que a dita navegação dos rios da Prata e Uruguai, e os terrenos das duas margens setentrional e meridional pertençam privativamente à Coroa de Espanha e a seus súditos, até o lugar em que desemboca no mesmo Uruguai, pela margem ocidental, o rio Pequirí ou Peperiguassú, estendendo-se o domínio da Espanha na referida margem setentrional até a linha divisória, que se formará principiando pela parte do mar o arroio de Chuí e forte de S. Miguel inclusive, e seguindo as margens da Lagoa-Merim a tomar as cabeceiras ou vertentes do rio Negro; as quais, como todas as outras dos rios que vão a desembocar nos referidos rios da Prata e Uruguai, até a entrada neste último Uruguai do dito Peperiguassú, ficarão privativas da mesma Coroa de Espanha com todos os territórios que possui e que

---

4 Tratado preliminar de paz e de limites na América Meridional relativo aos Estados que nele possuem as coroas de Portugal e de Espanha. Disponível na Torre do Tombo em PT/TT/MSLIV/2542/00004.

compreendem aqueles países, inclusa a referida Colônia do Sacramento e seu território [...].

#### Artigo IV

Para evitar outro motivo de discórdias entre as duas Monarquias, qual tem sido a entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de S. Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas margens e navegação têm pretendido pertencer-lhes ambas a Coroas, convieram agora em que a dita navegação e entrada fiquem privativamente para a de Portugal, estendendo-se seu domínio pela margem meridional até o arroio Taim, seguindo pelas margens da Lagoa da Mangueira em linha reta até o mar; e pela parte do continente, irá a linha desde as margens dita Lagoa de Merim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional, que entra no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao forte português de S. Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios, que correm até o mencionado Rio Grande e o Jacuí, até que passando por cima das do rio Ararica e Coiacuí, que ficarão da parte de Portugal e as dos rios Piratiní e Abiminí, que ficarão da parte da Espanha, se tirará uma linha, que cubra os estabelecimentos portugueses até o desembocadouro do rio Peperiguassú no Uruguai; e assim mesmo salve e cubra os estabelecimentos e missões espanholas do próprio Uruguai, que hão de ficar no atual estado em que pertencem à Coroa de Espanha; [...]

#### Artigo V

Conforme ao estipulado nos artigos antecedentes, ficarão reservadas entre os domínios de uma e outra Coroa as Lagoas de Merim e da Mangueira, e as línguas de terra que medeiam entre elas e a costa do mar, sem que nenhuma das duas nações as ocupe, servindo só de separação; de sorte que nem os portugueses passem o arroio de Taim, linha reta ao mar até a parte meridional, nem os espanhóis os arroios de Chuí e de S. Miguel até a parte setentrional: [...]

### Artigo VI

A semelhança do estabelecido no artigo antecedente, ficará também reservado no restante da linha divisória, tanto até a entrada no Uruguai do rio Peperiguassú, quanto no progresso que se especificará nos seguintes artigos, em espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura a das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações, por nenhuma das duas Partes, nem construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que os tais espaços sejam neutros, pondo-se marcos e sinais seguros, que façam constar aos vassallos de cada nação o sítio, de que não deverão passar [...]

### Artigo VII

Os habitantes portugueses que houver na Colônia de Sacramento, ilha de S. Gabriel e outros quaisquer estabelecimentos, que vão cedidos à Espanha [...] terão a liberdade de retirar-se ou permanecer [...]

### Artigo VIII

Ficando já sinalados os domínios de ambas as Coroas até a entrada do rio Pequiri ou Peperiguassú no Uruguai, convieram os dois Altos contratantes em que a linha divisória seguirá águas acima do dito Peperiguassú até sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, debaixo das regras dadas no art. VI, continuará a encontrar as correntes do rio Santo Antonio, que desemboca no grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguassú, seguindo este águas abaixo até sua entrada no Paraná pela sua margem oriental, e continuando então águas acima do mesmo Paraná até aonde se lhe ajunta o rio Iguaré pela sua margem ocidental.

### Artigo IX

Desde a boca ou entrada do Iguaré seguirá a raia águas acima até a sua origem principal; e desde ela se tirará uma linha reta pelo mais alto do terreno, com atenção no ajustado no referido art. VI, até chegar à cabeceira e vertente principal do rio mais vizinho à dita linha, e que desague no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam Correntes, e então baixará a raia pelas águas deste rio, até a sua entrada no Paraguai, desde

cuja boca subirá pelo canal principal, que deixa este rio em tempo seco, e seguirá pelas águas até encontrar os pântanos que forma o rio, chamados a Lagoa dos Harayes, e atravessará esta lagoa até a boca do rio Jaurú.

#### Artigo X

Desde a boca do Jaurú pela parte ocidental seguirá a fronteira em reta até a margem austral do rio Guaporé ou Itenes, defronte da boca do rio Sararépor toda a corrente do rio Guaporé, até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz da Serra e atravessa a missão dos Moxos, formando juntos o rio que chamam da Madeira, o qual entra no Maranhão ou Amazonas pela sua margem austral.

#### Artigo XI

Baixará a linha pelas águas destes dois rios Gaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do rio Javari, que entra no Maranhão pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do mesmo Javari até onde desemboca no Maranhão ou Amazonas, prosseguirá águas abaixo deste rio, a que os espanhóis costumam chamar Orellana, e os índios Guiena, até a boca mais ocidental do Japurá, que desagua nele pela margem setentrional.

#### Artigo XII

Continuará a fronteira subindo águas acima da dita boca mais ocidental do Japurá, e pelo meio deste rio até aquele ponto em que ficar cobertos os estabelecimentos portugueses das margens do dito rio Japurá e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se serviam os mesmos portugueses entre estes dois rios ao tempo de celebrar-se o tratado de limites de 13 de janeiro de 1750 conforme ao sentido literal dele, e do seu artigo IX, que inteiramente se executará [...] buscando as lagoas e rios que se juntem ao Japurá e Negro, e se avizinhem mais ao rumo do norte, [...] quando apartando-se dos rios haja de continuar a fronteira pelos montes que medeiam entre o Orenoco e Marañon ou Amazonas, endireitando também a

linha da raia, quanto puder ser, para a parte do norte, sem reparar no pouco mais ou menos de terreno que fique a uma ou a outra Coroa, contanto que se logrem os fins já explicados, até concluir a dita linha onde findam os domínios das duas Monarquias.

#### Artigo XIII

A navegação dos rios por onde passar a fronteira ou raias será comum as duas nações até aquele ponto, em que pertencerem a ambas respectivamente as duas margens; [...]

#### Artigo XIV

Todas as ilhas que se acharem em qualquer dos rios por onde há de passar a raia, segundo o convindo nos presentes artigos preliminares, pertencerão ao domínio a que estiverem mais próximas em tempo e estação mais seca; e se estiverem situadas a igual distância de ambas as margens, ficarão neutras, exceto quando forem de grande extensão e aproveitamento; pois então se dividirão por metade, formando a correspondente linha de separação para determinar os limites de ambas as nações.

#### Artigo XV

Para que se determinem também com a maior exação os limites insinuados nos artigos deste tratado, e se especifiquem, sem que tenha lugar a mais leve dúvida no futuro, todos os pontos por onde deve passar a linha divisória, de modo que se possa estender um tratado definitivo com expressão individual de todos eles; se nomearão comissários por Suas Majestades Fidelíssima e Católica, ou se dará faculdade aos governadores das províncias para que eles ou as pessoas que se elegerem, as quais sejam de conhecida probidade [...].

#### Artigo XVI

Os comissários ou pessoas nomeadas nos termos que explica o artigo precedente, além das regras estabelecidas neste tratado, terão presente para

o que nele não estiver especificado, que os objetos da demarcação da linha divisória devem ser a recíproca segurança e perpétua paz [...]

#### Artigo XVII

Qualquer indivíduo das duas nações que se apreender fazendo comércio [...]

#### Artigo XVIII

Nos rios cuja navegação for comum às duas nações em todo ou em parte, não se poderá levantar ou construir por alguma delas forte, guarda ou registo [...]

#### Artigo XIX

No caso de concorrerem algumas dúvidas entre os vassalos [...]

#### Artigo XX

Para perfeita execução do presente tratado e sua perpétua firmeza [...]

#### Artigo XXI

Com o fim de consolidar a dita união, paz e amizade entre as duas Monarquias, e de extinguir todo o motivo de discórdia, ainda pelo que respeita aos domínios da Ásia, Sua Majestade Fidelíssima em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, cede a favor de Sua Majestade Católica, seus herdeiros e sucessores, todo o direito que possa ter ou alegar ao domínio das ilhas Filipinas, Marianas e o mais que possui naquelas partes a Coroa de Espanha; [...]

#### Artigo XXII

Em prova da mesma união e amizade, que tão eficazmente se deseja pelos dois Augustos contratantes, Sua Majestade Católica oferece restituir e evacuar dentro de quatro meses seguintes à ratificação deste tratado a ilha

de Santa Catarina e a parte do continente imediato a ela, que houvessem ocupado as armas espanholas, [...]

Artigo XXIII

A esquadra e tropas portuguesas e espanholas [...]

Artigo XXIV

Se para cumprimento e maior explicação deste tratado se necessitar de estender, e estenderem algum ou alguns artigos [...]

Artigo XXV

O presente tratado preliminar se ratificará no preciso termo de 15 dias depois de firmado, ou antes se for possível.

Em fé do que, nós outros os infra-escritos ministros plenipotenciários, assinamos de nosso punho, em nome de nossos Augustos Amos, e em virtude das plenipotências que para isso nos autorizaram, o presente tratado preliminar de limites, e o fizemos selar com o selo de nossas armas.

Feito em Santo Ildefonso no 1º de outubro de 1777.

(L.S.) D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho.

(L.S.) El Conde de Florida Blanca.

## Glossário onomástico

---

Poucos mapas e cartas marítimas dos navegadores portugueses e espanhóis sobreviveram. A razão principal para tanto foi que, ao completar suas viagens, os pilotos eram obrigados a entregar suas notas manuscritas à Casa da Índia (fundada entre 1500 e 1504, em Lisboa) ou ao estabelecimento correspondente na Espanha, a Casa de Contratación de las Indias (fundada em 1504, em Sevilha). A intenção era a mesma: manter o sigilo sobre as novas descobertas, bem como o controle sobre a distribuição de material cartográfico. Tais cuidados nem sempre foram efetivos, pois tanto navegadores como pilotos mudavam impunemente de lealdade e, em consequência, muitas das cartas marítimas mais informativas foram produzidas nas distantes cidades de Gênova, Veneza, Florença e Ancona, de fontes outras que as das “Casas” portuguesa e espanhola. Dessa forma, não é de se admirar que, durante o auge dos descobrimentos, poucos mapas e manuscritos chegaram a ser impressos e que, hoje, são documentos extremamente raros.

Em decorrência dessa realidade, é extremamente complexa a atividade de reconstruir historicamente o processo de confecção cartográfico e a biografia dos indivíduos que participaram dessa comunidade transnacional de pilotos, navegadores e cartógrafos. O embaixador Affonso Santos redigiu, com base em várias fontes, muitas delas não disponíveis na época pré-Internet de Jaime Cortesão, glossário amplo, mas não exaustivo, permitindo uma melhor compreensão dos dois primeiros volumes da obra do grande escritor português.

**Abbeville, Claude d'** (século XVI-1632). Religioso e entomólogo francês, que participou da expedição enviada em 1612 ao Brasil (Maranhão), pelo governo de seu país. Junto com seu amigo, Yves d'Évreux, d'Abbeville

identificou e deu nomes indígenas a diversos insetos. D'Abbeville é autor da obra *Histoire de la Mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines* (1614).

**Abreu, Cristóvão Pereira de** (1678-1755). Militar e explorador sertanista português. Como sertanista, é considerado o mais importante tropeiro no Brasil.

**Abreu, João Capistrano Honório de** (1853-1927). Historiador brasileiro. Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, com atuação também nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos. Suas pesquisas fazem contraponto às de Francisco de Varnhagen.

**Accioly, Hildebrando** (1888-1962). Diplomata de carreira e jurista brasileiro. Em duas ocasiões, 1947 e 1948, foi ministro interino das Relações Exteriores, na ausência do chanceler Raul Fernandes. Jurista especializado em direito internacional público, é autor de diversas obras na área. Filho do importante político cearense, estudou no Liceu do Ceará e formou-se em direito na Faculdade de Direito do Ceará, em 1908. Ingressou na carreira diplomática, em 1914, e foi promovido a terceiro oficial, em 1916, e a segundo oficial, em 1918. No exterior, serviu na delegação permanente junto à Sociedade das Nações, em Genebra, em 1924, já promovido a primeiro oficial. Em 1926, de volta ao Brasil, assumiu a direção interna da Seção de Limites e Questões Internacionais do ministério das Relações Exteriores. Promovido a primeiro-secretário em janeiro de 1931 e a conselheiro em outubro daquele ano, ocupou o cargo de chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco. Em 1934, já como ministro de segunda classe da carreira de diplomata, assumiu entre maio e junho a função de encarregado de negócios do Brasil em Washington. Deixou a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos em 1835, para assumir a chefia da Divisão Política e Diplomática do Itamaraty. Posteriormente, foi designado ministro plenipotenciário em Bucareste. Representou o Brasil, já como ministro de primeira classe, na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires em 1936. Foi alçado ao cargo de secretário-geral do Ministério em 1937. No ano seguinte, chefiou a delegação brasileira à VIII Conferência Internacional dos Países Americanos, em Lima, quando foi promovido a embaixador. Entre 1939 e 1944, foi embaixador do Brasil junto à Santa Sé.

Foi diretor do Instituto Rio Branco, até 1946, quando reassumiu o cargo de secretário-geral das Relações Exteriores. Naquele ano, participou da Conferência de Paz de Paris, como delegado plenipotenciário. Entre maio e junho de 1947 e de setembro a dezembro de 1948, foi ministro, interino, das Relações Exteriores. Foi presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos até 1950, quando retornou ao Brasil. Foi o décimo consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Aposentou-se em 1953.

**Acuña, Cristóbal de** (1597-1675). Missionário jesuíta espanhol e cronista da exploração do Rio Amazonas. Em 1639, participou da expedição de Pedro Teixeira, por ocasião da segunda exploração desse da bacia do Amazonas, com o objetivo de cartografar o território e avaliar suas riquezas. De regresso à Espanha, Acuña presenteou o rei Felipe IV com seu trabalho *Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*, no qual aconselha a conquista e a evangelização da região. Sua minuciosa crônica da expedição, uma das mais importantes e completas sobre o Amazonas, foi publicada em Madri, em 1641. Foi traduzido para o francês, em 1682, e, em inglês, 1698. A edição francesa foi a primeira a incluir mapas baseados nas descrições de Acuña.

**Afonso V de Portugal** (1432-1481). Foi rei de Portugal e Algarves de 1438 até sua morte. Concentrou-se na expansão dos domínios portugueses no norte da África, onde conquistou Alcácer Ceguer (1458), Anafé (1464), Arzila, Tânger e Larache (todos três em 1471). Vítima de uma conspiração cortesã, enfrentou o próprio regente na Batalha de Alfarrobeira, em 1449, durante a qual o regente foi morto. Seu cognome “o Africano” advém do interesse que sempre dedicou à exploração da costa africana. Afonso V interveio na sucessão de Castela, com a intenção de uni-la, mas nisso não teve êxito. Enquanto foi pedir ajuda à França, resignou da coroa em 1477 e cedeu a seu filho o poder real. Contudo, no mesmo ano, quando regressou, recebeu-a de volta.

**Aguiar, Manoel Gonçalves de** (1661-1740). Militar português que ocupou postos importantes, na armada real e no exército de terra no Brasil.

**Aguirre, José de Iturriaga y** (1699-1767) Militar e político espanhol. Membro da Marinha Real, e da Royal Guipuzcoan Company de Caracas, dedicada ao comércio de monopólio do cacau venezuelano. Declarada a Guerra do Trono entre Espanha e Grã-Bretanha em 1739, serão confiadas a ele importantes

missões na América. Fernando VI formou a Expedição de Limites (1750-1761), derivada do Tratado de Madri (1750), na qual Iturriaga é nomeado primeiro-comissário e comandante geral de novas populações do Orinoco (1762-1767).

**Albernaz, João Teixeira (o velho)** (Lisboa, último quartel do século 16-c. 1666). Foi o mais prolífico cartógrafo português do século XVII. A sua produção inclui dezenove atlas, num total de duzentas e quinze cartas. Destaca-se pela variedade de temas que registram o progresso das explorações marítimas e terrestres, em particular no que diz respeito ao Brasil. Albernaz pertenceu a uma família que se destacou, principalmente, pela produção admirável de três de seus membros que foram cartógrafos: Luís Teixeira, ainda no século XVI; Luís Teixeira Albernaz I, seu filho; e Luiz Teixeira Albernaz II, seu bisneto. Houve ainda outros da família, tais como Domingos Teixeira, Pedro Teixeira Albernaz, seu neto, João Teixeira Albernaz (o moço), além de Estevão Teixeira. João Teixeira Albernaz recebeu Carta de Ofício de mestre em fazer “cartas de marear, astrolábios, agulhas e balhestilhas”, a 29 de outubro de 1602. Em 1605, foi nomeado cartógrafo do Armazém da Guiné e Índia, onde trabalhou até o fim de sua vida.

**Albernaz, Pedro Teixeira** (1595-1662). Cartógrafo português a serviço de Felipe IV da Espanha. Filho de Luís Teixeira e irmão de João Teixeira Albernaz, o velho. Trabalhou na Espanha a partir de 1619, quando para lá se dirigiu com seu irmão João Teixeira.

**Albuquerque, Afonso de** (1453-1515). Militar, navegador, explorador e político português. Foi governador das Índias portuguesas de 1509 a 1515 e uma das grandes figuras da expansão portuguesa no Oriente.

**Albuquerque, Garcia de** (c. 1470-século XVI). Filho de Lopo de Albuquerque, 1º conde de Penamacor. Garcia de Albuquerque fez parte da embaixada portuguesa enviada à Espanha em 1494 e que negociou com aquele país o Tratado de Tordesilhas.

**Albuquerque, Jerônimo de** (1510-1584). Administrador colonial português.

**Albuquerque, Mathias de** (1595-1635). Aristocrata e administrador colonial e militar português. Foi governador da capitania de Pernambuco (1620-1627) e governador-geral do Brasil (1624-1625).

**Alexandre VI** (nascido Rodrigo Bórgia, natural de Aragão, Espanha) (1431-1503). Papa da Igreja Católica, de 11 de agosto de 1492 a 18 de agosto de 1503, data de sua morte. Durante seu pontificado, Alexandre VI decretou bulas e determinou tratados, responsáveis pela divisão das possessões portuguesas e espanholas no mundo. Entre as bulas, figuravam a *Inter cetera*, a *Eximiae devotionis* e a *Dudum siquidem*. As negociações ibéricas levaram ao Tratado de Tordesilhas, que confirmou a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. Tordesilhas foi contestado por outros monarcas, sobretudo pela França e a Inglaterra que não reconheceram a decisão papal e estabeleceram colônias nas novas terras descobertas.

**Allard, Hugo (Huych)** (floresceu de 1645 até 1691). A família de cartógrafos (Carel, filho; e Abraham, neto) mantiveram uma editora em Amsterdã. A maior parte de suas publicações era mapas e planos de cidades de seus predecessores mais famosos (Blauve, Jansson, de Wit e Visscher, entre outros).

**Almada, Aires de (ou Ayres de Almada)** (séculos XV e XVI, já falecido em 1512). Licenciado, provavelmente natural de Lisboa, foi desembargador dos Agravos (19/03/1496 a 09/07/1504). Em 1486 foi nomeado juiz da Casa do Cível e em 1488, foi enviado como embaixador do rei à Inglaterra, com o objetivo de reclamar a libertação do conde de Penamacor. Entre 1493 e 1494, como embaixador em Castela, foi um dos negociadores do Tratado de Tordesilhas. Exerceu, interinamente, o ofício de chanceler-mor, em diferentes períodos dos anos de 1497, 1499 e 1500.

**Almada, João Vaz de** (?-c. 1419). Nobre português que foi vassalo, conselheiro, capitão-mor e embaixador de João I, que o armou cavaleiro, após a batalha de Aljubarrota. Foi enviado como embaixador a Castela, a Flandres e à Inglaterra. Apoiou Henrique V na Guerra dos Cem Anos, ao tornar a frota portuguesa indispensável à conquista da Normandia e chegou a figurar entre os plenipotenciários do bloco luso-inglês, para a rendição de Ruão (Rouen).

**Almeida, Aires de** (século XV). Corregedor dos feitos civis na corte portuguesa e do desembargo real. Integrou a embaixada que João II enviou à Espanha em 1494, para negociar o Tratado de Tordesilhas.

**Almeida, Francisco de** (c. 1450-1510). Militar e explorador português. Primeiro vice-rei da Índia (1505-1509). Foi criado na corte de D. Afonso V, onde se fez notar, sobretudo na conquista de Granada, pelo seu espírito militar

a serviço dos reis católicos (como ficou conhecido o casal composto pela rainha Isabel de Castela e o rei D. Fernando II de Aragão. Concretizaram a união dinástica entre os dois reinos ibéricos e criaram, assim, a Monarquia Católica).

**Alpoim, José Fernandes Pinto** (1700-1765). Militar e engenheiro português, foi um dos principais nomes da arquitetura do século XVIII no Brasil colonial. Como engenheiro militar, foi responsável por marcos arquitetônicos notáveis em Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Chegou ao Rio de Janeiro em 1738 e trabalhou em estreita colaboração com o governador Gomes Freire de Andrade, com quem, em 1752 e em decorrência da assinatura do Tratado de Madri, viajou à região sul, para demarcar as fronteiras entre os territórios portugueses e espanhóis. Retornou ao Rio de Janeiro em 1759, onde foi um dos governadores provisórios, após a morte de Gomes Freire em 1763. Alpoim foi sepultado no Convento de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro.

**Álvares, Francisco** (Coimbra, 1465 – Roma, 1541). Clérigo católico português. Na qualidade de capelão, acompanhou a primeira Embaixada de Portugal à Abissínia, sob as ordens de Duarte Galvão, durante o reinado de Manuel I. Integrou a missão o embaixador etíope Mateus. Com a morte de Duarte Galvão, Álvares teve de esperar na Índia, até que fosse formada nova embaixada, sob as ordens de D. Rodrigo de Lima. Durante sua estada na Abissínia, Álvares colheu informações sobre os costumes exóticos locais que, mais tarde, viria a expor na sua obra *Verdadeira informação das terras de Preste João das Índias*, publicada em Lisboa em 1540 e que incluiu relatos de Pêro da Covilhã.

**Androsilla, Juan Carlos** (1644-1685). Astrônomo espanhol. Entrou para a Companhia de Jesus em 1660. Foi ajudante de José de Zaragoza, com quem se formou em ciências. Colaborou na preparação do livro de seu mestre, *Fabrica y uso de vários instrumentos matemáticos* (1675). Depois da morte de Zaragoza, foi nomeado cosmógrafo real, bem como catedrático de matemática no Colégio de San Isidro de Madri.

**Álvares, Rodrigo** (século XV-XVI). Navegador português.

**Andrade, Antonio Gomes Freire de (conde de Bobadela)** (1685-1763). De família nobre portuguesa, foi militar e administrador colonial. Foi governador

e capitão-general do Rio de Janeiro durante trinta anos, de 1733 a 1763. Foi comissário e primeiro plenipotenciário de Portugal, auxiliado por José Fernandes Pinto Alpoim, nas conferências sobre os limites da fronteira ou parte meridional do Estado do Brasil, com as colônias espanholas da América do Sul. Gomes Freire teve uma atuação notável como governador e trabalhou intensamente em favor da cultura e da instrução na colônia.

**Angleria (Anghiera), Pedro (Pietro) Martir d' (1457-1526).** Humanista e cortesão italiano a serviço dos monarcas católicos e de seus sucessores. Nascido na Itália, foi historiador do descobrimento e exploração das Américas pelos espanhóis. São de sua autoria as primeiras descrições conhecidas da exploração pelos europeus da América Central e do Caribe, publicadas em uma série de cartas e relatórios, em latim, entre 1511 e 1530, em fascículos de dez capítulos, designadas por “décadas”, depois reunidas em obra intitulada *De orbe novo*, publicado em 1530. Em 1501, foi enviado em missão diplomática ao Egito, para dissuadir o sultão do Egito a se vingar dos cristãos naquele país e na Palestina, pela derrota dos mouros na Espanha e a queda de Granada.

**Anson, George (1º barão Anson) (1697-1762).** Oficial da Marinha Real inglesa. Anson serviu como oficial subalterno durante a Guerra da Sucessão Espanhola e depois prestou serviço ativo contra a Espanha na Batalha do Cabo Pássaro, durante a Guerra da Aliança Quádrupla e empreendeu uma circum-navegação do globo durante a Guerra da Orelha de Jenkins. Anson comandou a frota que derrotou o almirante francês de la Jonquière, na Primeira Batalha do Cabo Finisterra, durante a Guerra da Sucessão Austríaca. Anson passou a ser o Primeiro-Senhor do Almirantado, durante a Guerra dos Sete Anos. Entre suas reformas figuram a remoção de empreiteiros de defesa corruptos, assistência médica aprimorada, submissão de uma revisão dos Artigos de Guerra ao Parlamento para restringir a disciplina em toda a Marinha, uniformes para oficiais comissionados, a transferência dos fuzileiros navais do Exército para a autoridade da Marinha e um sistema para classificar os navios de acordo com o número de armas.

**Anville, Jean-Baptiste Bourguignon d' (1697-1782).** Geógrafo e cartógrafo francês.

**Araújo, António de (padre jesuíta)** (1556-1632). Nascido na ilha de São Miguel. Escreveu *Catechismo na língua basílica, composta de diálogos por padres doutos e boas línguas da Companhia de Jesus*. (1618).

**Araújo, Miguel Martins de** (século XVIII). Formado na Universidade de Coimbra, em jurisprudência cesária. Publicou em 1754 o *Elogio de Alexandre de Gusmão, cavalheiro professo da Ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, e académico do número da Academia Real*.

**Arciszewsky, Cristóvão (Crestofle)** (século XVII). Coronel a serviço das tropas de Maurício de Nassau, no Nordeste brasileiro.

**Ataíde, Jerónimo de (6º conde de Atouguia)** (1610-1665). Primogênito de D. Filipa de Vilhena e de D. Luís de Ataíde (5º conde de Atouguia). Fidalgo da Casa Real, governador de Peniche em 1640 e governador das armas das províncias de Trás-os-Montes, em 1649 e 1652. Foi, ainda, vice-rei do Brasil. Jerónimo foi um dos dois irmãos que sua célebre mãe enviou para combater pela defesa da independência de Portugal.

**Ayala, Pedro de** (?-1513). Diplomata espanhol, da época de Fernando II de Aragão e de Isabella I de Castilha. Enviado, em 1493, como embaixador para negociar com João II de Portugal a linha de demarcação marítima, entre os dois países. A missão não teve o êxito esperado e negociações realizadas na Espanha, em março de 1494, levaram à assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho daquele ano. Foi, também, embaixador junto às cortes de Jaime IV da Escócia e de Henrique VII da Inglaterra. De 1507 até sua morte, Ayala foi bispo da Igreja Católica, nas Ilhas Canárias.

**Azevedo, Antonio Pereira de** (século XIX). Bandeirante, explorador, que acompanhou Raposo Tavares.

**Baden, Luís (Lewis)** (século XVIII). Professor inglês que deu curso de filosofia experimental em Lisboa, em 1725, “para instrução, e utilidade dos curiosos, e amantes das Artes e Sciencias”.

**Baião, António Eduardo Simões** (1878-1961). Historiador português. Trabalhou no arquivo Nacional da Torre do Tombo, do qual veio a ser diretor, em 1908, posição que manteve por 40 anos.

**Barbolan, Michiel** (ativo no início do século 16). Produziu em Veneza, em 1514, planisfério em pergaminho, em que figuram as terras do Novo

Mundo e onde apresenta a designação Brasil. Particularidade original desse planisfério é a fusão das regiões árticas da América e da Europa, o que pela primeira vez indica a transição entre a concepção medieval da Groenlândia europeia e a concepção portuguesa da Groenlândia, conexas ao Novo Mundo. O mapa de Barbolan foi adquirido de colecionador particular em Londres por embaixador brasileiro que o doou à Mapoteca do Itamaraty, onde se encontra, atualmente.

**Baerle, Caspar van** (mais conhecido pelo seu nome em latim, sem a partícula “van”: **Barlaeus, Caspar**) (1584-1648). Um dos grandes humanistas da Holanda do século XVII. Escritor e professor da Universidade de Leiden e do Athenaeum de Amsterdã, Barlaeus publicou, em 1622, *Novus orbis, sive descriptio Indiae occidentalis*, uma compilação de relatos de suas viagens. Sua obra mais conhecida, a *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub Praefectura Illustrissimi Comitiss I. Mauritii Nassoviae, &c. Comitiss, nunc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub. Auriaco Ductoris, Historia* (Amsterdam, executado por Joan Blaeu, 1647) fora encomendado por Maurício de Nassau e retrata o que veio a ser a obra clássica sobre o governo do príncipe em Pernambuco, que forneceu ao artista grande parte da documentação necessária. À exceção de oito chapas, todas foram assinadas por Frans Jansz Post, artista holandês que acompanhou Nassau ao Brasil. Há, ainda, chapas de dois outros artistas que compõem o trabalho: Jan van Brosterhuisen (que contribuiu com paisagens) e Salomon Savery, esse último encarregado de ilustrar as batalhas navais. O trabalho, encomendado em meados de 1640, representou uma história monumental do reinado de Nassau no Brasil.

**Barros, António Cardoso de** (século XVI). Português, feito por D. João III capitão-donatário da capitania do Ceará, mas que nunca tomou posse desse território. Depois, foi nomeado, em 1548, provedor-mor da Fazenda no Brasil, cargo que somente veio a ocupar em 1549. Foi acusado por Tomé de Sousa de ter desviado dinheiro da Coroa, para construir seus próprios engenhos de açúcar na Bahia. Barros rompeu com o governador-geral Duarte da Costa, e em seguida, partiu de volta para o Reino em companhia do primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha. O navio que os conduzia naufragou na costa do rio Coruripe (Alagoas), onde foram todos devorados pelos índios caetés.

**Barros, Fernão Pais de** (século XVII-1709). Foi um sertanista no Brasil Colônia.

**Barros, Jerônimo Pedroso de** (1684-1759). Foi um potentado em Minas Gerais e líder dos bandeirantes.

**Barros, João de** (1496-1570). Escritor, gramático e historiador português, educado na corte de D. Manuel I, em pleno período das descobertas marítimas portuguesas. Entre suas obras publicadas figuram *Gramática da língua portuguesa* (1540) e *Décadas da Ásia* (1552-1615).

**Basto, Artur de Magalhães** (1894-1960). Professor e historiador português.

**Benevides, Salvador Correia de Sá e** (Rio de Janeiro, 1594-1688). Filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correia de Sá. Político e militar (almirante). Participou de diversas operações militares, e obteve diversas vitórias, ainda que tenha recebido durante uma delas 12 flechas inimigas. Governou três vezes a capitania do Rio de Janeiro e chefiou a expedição que expulsou os holandeses de Angola.

**Bensaúde, Joaquim** (1859-1952). Engenheiro e historiador português que se especializou em estudos sobre os descobrimentos portugueses e, sobretudo, a história da ciência náutica e da astronomia, no período da expansão marítima europeia.

**Bion, Nicolau** (1652-1733). Engenheiro e cosmógrafo francês. Foi construtor de instrumentos matemáticos de Luís XIV. Em sua primeira edição sobre instrumentos matemáticos, em 1705, Bion descreveu, em pormenores e pela primeira vez, a operação de uma caneta-tinteiro com reservatório, ou seja, muito antes do pedido de patente de Edson Waterman, em 1883.

**Blache, Paul Vidal de la** (1845-1918). Geógrafo francês e professor de Geografia nas Universidades de Nancy e de Paris. Fundador da Escola Francesa de Geografia. Integrou a comissão do Contestado Franco-Brasileiro, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

**Blaeu, Johannes** (1596-1673). Importante cartógrafo holandês, filho de Willem Blaeu.

**Blaeu, Willem Janszoon** (1571-1638). Importante cartógrafo holandês que publicou atlas e globos de precisão notável para a época. Pai de Johannes Blaeu.

**Blanes, Jaume Ferrer de** (1445-1523). Político, gemologista, cosmógrafo e cartógrafo espanhol. Trabalhou até 1480 a serviço de Fernando I, rei de Nápoles, na tesouraria real, e em temas relacionados com o comércio marítimo. Regressou à Catalunha, onde contribuiu com a criação de novo mapa das terras e dos oceanos, após o descobrimento da América, bem como no traçado de limites, estabelecido no tratado de Tordesilhas.

**Blasco, Miguel Antônio** (-). Cartógrafo português.

**Bordone, Benedetto** (1460-1531). Editor de manuscritos, miniaturista e cartógrafo, nascido em Pádua, então parte da República de Veneza. Seu trabalho mais conhecido é o *Isolário* (livro das ilhas, onde descreve as ilhas então conhecidas do mundo, com seus nomes antigos e modernos, histórias bem como o modo de neles viver).

**Bórgia, César** (1475-1507). Cardeal e nobre italiano. Filho de Rodrigo Bórgia (eleito Papa Alexandre VI) e Vannozza dei Cattanei. Entre seus irmãos figuram Giovanni, Lucrécia e Gioffre Bórgia, além de meios-irmãos de mães desconhecidas e amantes. César abandonou a carreira eclesiástica, para assumir as responsabilidades militares da família. Leonardo da Vinci trabalhou para ele como engenheiro militar e projetou mapas para as suas campanhas. César serviu como modelo que inspirou Nicolau Maquiavel, quando escreveu seu livro, *O príncipe*.

**Botelho, Diogo** (séculos XVI e XVII). Membro da nobreza portuguesa, Botelho foi enviado por Felipe III da Espanha, para assumir o cargo de governador-geral do Brasil, durante a União Ibérica (1580-1640).

**Bragança, Álvaro de** (inicialmente, **Álvaro de Portugal**; depois, **Álvaro de Bragança**; por vezes, **Álvaro de Castro**) (Ceuta, c. 1440 – Toledo, 1504). Teve importante papel, durante o reino de Afonso V de Portugal, quando foi nomeado chanceler-mor do Reino, em 1475. Tomou parte na expedição organizada pelo rei contra a Coroa de Castela.

**Branco, João de Abreu Castelo** (século XVIII). Administrador colonial português. Foi governador e capitão-geral da Ilha da Madeira, de 1734 a 1737; governador-regente da capitania do Maranhão, de 1737 a 1745; e governador e capitão-geral do Grão-Pará, de 1737 a 1747.

**Brandão, Ambrósio Fernandes** (1555-1618). Senhor de engenho e escritor português que viveu no Brasil Colonial, entre os séculos 16 e 17 e deixou, em 1618, uma obra célebre de sua autoria, “Diálogos das Grandezas do Brasil”, na qual narra sua estada em terras brasileiras. Brandão residiu em Lisboa e foi acusado de Judaísmo. Na denúncia, consta que todas as pessoas de sua família eram letradas, desde a esposa, Ana, até sua irmã, Joana Batista, e o filho, Duarte. Não há notícia de que tenha sido processado pela Inquisição.

**Brandenburger, Clemente** (Clemens) Gaspar Maria (1879-1947). Alemão, naturalizado brasileiro. Foi médico, historiador jornalista e antropólogo. Doutor em Filosofia pela Universidade de Heidelberg. Em 1929, escreveu carta ao IHGB, na qual demonstrou que Pinzón não havia descoberto o Brasil.

**Brandt, Bernhard** (1881-1935). Geógrafo alemão, autor de *Kulturgeographie von Brasilien*, publicado em 1922, em Stuttgart.

**Braudel, Fernand** (1902-1985). Historiador francês, cujos estudos e áreas de aplicação concentraram-se em três projetos principais: “O Mediterrâneo”; “Civilização e Capitalismo”; e “Identidade da França” (área que não chegou a concluir). Juntamente com seus conterrâneos franceses, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o sociólogo Roger Bastide, e o geógrafo Pierre Deffontaines, integrou o corpo docente de brasileiros e de demais nacionalidades estrangeiras que participaram da criação da Universidade de São Paulo.

**Breyner, Francisco Manuel de Melo** (4º Conde de Ficalho) (1837-1903). Botânico, literato e arabista amador português. Fundou o Jardim Botânico de Lisboa, em 1878. Fez parte dos “Vencidos da Vida”, grupo de personalidades da cultura e da política de Portugal, junto com Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Eça de Queiroz. Entre suas obras literárias figuram *Flora dos Lusíadas* (1880), *Garcia da Orta e o seu tempo* (1886) e *As viagens de Pêro da Covilhã* (1896).

**Brochado, José da Cunha** (1651-1733). Diplomata e magistrado português. Como diplomata, Brochado participou das negociações do Tratado de Utrecht e serviu como embaixador em Paris. Em suas cartas e memórias, revelou não somente aspetos relacionados com a vida na corte, mas com o comportamento adotado por Luís Álvares de Castro (segundo marquês de Cascais) ao qual servia.

**Brosterhuysen, Johan van** (1596-1650). Botânico, gravador, escritor e tradutor holandês.

**Caboto, Sebastião** (1476-1557). Navegador veneziano que explorou a costa da América do Norte, ao margeá-la, da Flórida à foz do rio São Lourenço, no atual Canadá. Em decorrência dessa viagem e em sua homenagem, a prática de navegar junto à costa recebeu o nome de cabotagem.

**Cabral, Pedro Álvares** (1467/8-1520). Fidalgo português, comandante militar, navegador e explorador. Realizou, em 1500, a primeira exploração significativa da costa nordeste da América do Sul, que reivindicou para Portugal. Havia sido nomeado para chefiar expedição à Índia e seguiu a rota de Vasco da Gama, pelo sul da África. Sua frota, composta de 13 embarcações, afastou-se da costa africana, possivelmente com essa intenção, com o resultado que a expedição avistou terra que, inicialmente, pensou-se tratar-se de ilha, mas que, depois de percorrer o litoral, Cabral deu-se conta que aquela grande massa de terra era provavelmente um continente. Uma embarcação foi logo despachada para Lisboa, para informar o rei Manuel I da descoberta que, por se encontrar dentro dos limites portugueses, estabelecidos no Tratado de Tordesilhas, foi reivindicado para a Coroa Portuguesa. A frota de Cabral reabasteceu e seguiu rumo ao leste, com a finalidade de retomar a viagem inicialmente planejada para a Índia.

**Cabrilho, João Rodrigues** (1499-1584). Navegador e explorador português, a serviço da coroa espanhola, efetuou importantes explorações marítimas no oceano Pacífico. Cabrilho tornou-se o primeiro europeu a desembarcar no que é, atualmente, o estado da Califórnia.

**Cadamosto, Luís de (Alvide da Ca' da Mosto)** (1432-1488). Navegador e explorador veneziano, que esteve a serviço da coroa portuguesa, contratado pelo Infante Dom Henrique de Avis (conhecido também como o Infante de Sagres ou O Navegador). Cadamosto explorou a costa ocidental da África e atribui-se a ele o descobrimento de algumas das ilhas de Cabo Verde, bem como a exploração da foz do rio Gâmbia e costa adjacente. Cadamosto deixou registro de suas viagens de exploração, escrito na década de 1460 e publicado em Milão, nos anos 1507 e 1508. Sua narrativa teve grande importância para a história marítima dos séculos subsequentes.

**Calmon, Pedro (Pedro Calmon Moniz de Bettencourt)** (1902-1985). Professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador brasileiro.

**Calógeras, João Pandiá** (1870-1934). Engenheiro, geólogo e político brasileiro. Em 1897, João Pandiá Calógeras é eleito deputado federal em Minas Gerais pelo Partido Republicano e exerce seu mandato até 1899, não conseguindo a reeleição por ser oposição ao presidente Prudente de Moraes. Sua atuação como deputado incluiu a defesa da aquisição por compra do acervo do Padre José Mauricio, a discussão sobre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o protesto contra a transferência da Escola de Minas para Barbacena (MG), entre outras. Após afastar-se do cargo político João Pandiá Calógeras exerce o cargo de diretor de Minério de Manganês do Bananal. Em 1901 apresenta o trabalho *La situation économique du Brésil* em conferência na Société de Géographie Commerciale. Em 1903, ganha projeção nacional após passagem pela Europa e devido à publicação de *As minas do Brasil e sua legislação*, obra onde defende que o governo teria o direito de desapropriar o subsolo para sua exploração, A proposta virou uma legislação chamada a Lei Calógeras, Decreto nº 2.933, de 6 de janeiro de 1915, publicado no Diário Oficial da União em 7 de janeiro de 1915, cujo art. 7º estabeleceu que a mina constitui propriedade distinta do solo, sendo alienável isoladamente (art. 2º), dando início ao atual regime mineral presente na Constituição Federal do Brasil. Nesse mesmo ano é reeleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro e foi reeleito sucessivas vezes tornando-se figura de prestígio no Congresso. Foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio entre 1914 e 1915 e, posteriormente, ministro da Fazenda, no governo de Venceslau Brás. Em 1918, voltou à Câmara por um breve período. Nesse mesmo ano integrou e depois chefiou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, ao término da Primeira Guerra Mundial. Ao retornar ao Brasil foi nomeado ministro da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa. Foi o primeiro e único civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana brasileira, no governo de Epitácio Pessoa, de 3 de outubro de 1919 a 15 de novembro de 1922. Nesse período, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro. Em julho de 1922, pouco antes de deixar o ministério, teve de enfrentar o primeiro dos levantes tenentistas, que se repetiriam pela década. O movimento, que se desenrolou em guarnições da capital federal, com prolongamentos pelo estado do Mato Grosso, teve

como causa imediata as ordens de Calógeras, que determinou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, então presidido pelo marechal e considerado foco de agitação contra o governo federal. Em 1928, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia. Em 1930, deu apoio à candidatura presidencial de Getúlio Vargas, derrotada nas urnas pelo situacionista Júlio Prestes, e ao movimento revolucionário liderado por Vargas e que tomou o poder em novembro daquele ano. Após a implantação do novo regime, colaborou com o governo em questões relativas à legislação de minas. Em 1932, presidiu a Liga Eleitoral Católica (LEC) e, no ano seguinte, elegeu-se deputado federal constituinte pela legenda do Partido Progressista de Minas Gerais.

**Câmara, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da** (1742-1801). Militar e administrador colonial português, governador da capitania do Rio Grande de São Pedro. Filho de Francisco Xavier da Veiga Cabral e Câmara, transferiu-se para o Brasil em 1773 ou 1774, com a patente de tenente-coronel, comandante do Regimento de Bragança, a fim de combater os espanhóis que haviam conquistado a praça de Rio Grande, a primeira capital da capitania. Promovido a coronel, após a expulsão dos espanhóis foi elevado a brigadeiro, em 1779. Em 1780 fixou residência em Porto Alegre, onde desempenhou as funções de Primeiro-comissário da comissão de demarcação de limites decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso, e de governador da capitania, cargo que exerceu de 31 de maio de 1780 a 5 de novembro de 1801, quando faleceu. Deixou extensa correspondência oficial, de grande interesse para a história do Rio Grande do Sul, além de uma quantidade de mapas e levantamentos topográficos.

**Caminha, Pero Vaz de** (1450-1500). Fidalgo português que se notabilizou nas funções de escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral. Em 1500, foi nomeado escrivão da feitoria a ser erguida em Calicute, na Índia, razão pela qual se encontrava na nau capitânia da armada de Cabral em abril daquele mesmo ano, quando os portugueses descobriram o Brasil. Tradicionalmente, aceita-se que Caminha faleceu em 16 ou 17 de dezembro de 1500, em combate durante ataque muçulmano à feitoria de Calicute. Caminha obteve renome principalmente como autor de uma carta datada de 1º de maio de 1500, dirigida ao soberano Manuel I de Portugal, um dos três únicos testemunhos

daquele descobrimento. A carta de Caminha é considerada a certidão de nascimento do Brasil, embora só tivesse sido publicada em 1817.

**Campos, Diogo de** (1566-1617). Militar português. Após ter combatido em Flandres, seguiu para o Brasil em 1602, com o posto de sargento-mor, junto a Diogo Botelho. Com base nas suas experiências no Brasil, redigiu o *Livro que dá razão ao Estado do Brasil* (1612) e a *Jornada do Maranhão* (1614), obras que não assinou.

**Cano, Tomé** (Tenerife, 1545- Sevilha, 1618). Escritor espanhol, conhecido pelo seu tratado *Arte para fabricar, aparelhar naus de guerra e mercante* (Sevilha, 1611). Em sua obra, escrita em forma de diálogo entre três homens (um dos quais é o próprio autor), Cano relata que um mestre construtor naval da cidade basca de Renteria desenvolveu uma nova maneira (“*nueva fábrica*”) de construir naus que foi adotada pelos portugueses, a partir de 1597, data da construção do galeão “San Mateo”, em Lisboa.

**Cantino, Alberto** (século XV-século XVI). Agente secreto italiano, que serviu em Lisboa como representante e espião de Hercules d’Este, duque de Ferrara. Cantino conseguiu obter e remeter clandestinamente a seu empregador na Itália mapa pormenorizado, com os descobrimentos portugueses, até 1502. O planisfério de Cantino é na verdade uma cópia de um grande mapa pendurado na sala de cartões da Casa da Mina e Índia, a administração de exploração e colonização dos novos territórios, com sede em Lisboa. Foi levantada a hipótese de que Cantino teria subornado um cartógrafo português ou um ilustrador italiano para fazer uma cópia para ele. O ano de realização, 1502, é conhecido com grande confiança: há uma carta de Cantino datada de 19 de novembro de 1502, destinada ao duque de Ferrara, onde ele menciona que o cartão foi depositado com um de seus agentes em Gênova. A lenda mais recente no mapa é a menção ao desaparecimento de Gaspar Corte-Real, relatado em outubro de 1501; o mapa também contém detalhes desconhecidos antes do retorno da terceira frota portuguesa de João da Nova, entre 11 e 13 de setembro de 1502. Se este mapa pudesse ajudar os italianos em seu conhecimento do mundo, ao revelar muitos territórios então desconhecidos, ele perdeu sua importância, nos meses seguintes, devido a viagens cartográficas posteriores pelos portugueses. No entanto, sua importância nas relações comerciais ítalo-portuguesas não deve ser totalmente ignorada, pois esse mapa deu aos italianos conhecimento da

existência da costa do Brasil e de grande parte da costa atlântica da América do Sul muito antes de outras nações europeias suspeitarem que a América do Sul poderia se estender até o sul. As informações geográficas fornecidas pelo mapa de Cantino foram subsequentemente reinseridas no mapa italiano de Caverio, desenhado logo após o retorno de Cantino à Itália. Este último, por sua vez, tornou-se referência para o estabelecimento do mapa-múndi de Waldseemüller de 1507, sob o patrocínio de René II, duque de Lorena. O mapa de Cantino se encontra, hoje, na Biblioteca Estense, em Modena, encontrado pelo diretor da biblioteca, Giuseppe Boni.

**Capico, Pero** (século XV-século XVI). Administrador colonial português. Capico fez construir no litoral pernambucano o primeiro engenho de açúcar de que se tem notícia na América portuguesa. Capico foi o primeiro Governador das Partes do Brasil, designado através de Alvará Régio, para administrar o litoral brasileiro. Capico chegou a Itamaracá em 1516, na Armada de Cristóvão Jacques e partiu dez anos depois, em 1527, igualmente em viagem de regresso de Cristóvão Jacques.

**Cão, Diogo Martins** (1450-1486). Navegador português. Enviado por D. João II de Portugal em expedições. Realizou duas viagens de descobrimento da costa sudoeste africana, entre 1482 e 1486. Estabeleceu as primeiras relações com o Reino do Congo, depois de navegar o rio Congo, quando visitou diversas aldeias ribeirinhas e, com isso, passou a ser o primeiro europeu a encontrar o Reino do Congo. Em seu primeiro regresso dessa parte do mundo, levou para Portugal alguns nobres da corte congoleza e retornou com eles em 1485.

**Capacci, Domenico (conhecido, também, por Domingos Capassi)** (1694-1736). Religioso napolitano da Companhia de Jesus, matemático, astrônomo e cartógrafo, contratado em 1722 por D. João V de Portugal. Inicialmente, foi destacado para instalar um observatório astronômico no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, de onde realizou trabalho de campo, para o levantamento topográfico de Portugal. Diante da crescente importância das remessas de ouro brasileiro para Lisboa, e da descoberta de diamantes, em 1729, tornou-se necessária a demanda de novos mapas daquela colônia o que resultou no projeto do *Novo atlas da América Portuguesa*.

**Capedequi, José Maria Ots** (1893-1975). Historiador espanhol do Direito, especialmente do Direito colonial na América.

**Capelo, Hermenegildo Carlos de Brito** (1841-1917). Oficial da Marinha portuguesa e explorador do continente africano, durante o último quartel do século XIX. Participou com Roberto Ivens na célebre travessia entre Angola e a costa do oceano Índico.

**Caraci, Giuseppe** (1893-1970). Professor de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Milão. Posteriormente, foi professor de Geografia no Instituto Superior do Magistério, da Universidade de Messina (1932-1936), seguido da mesma matéria na Faculdade de Letras da Universidade de Pisa (1936-1946) e na Faculdade do Magistério da Universidade de Roma.

**Carbone, João Batista** (1694-1750). Padre jesuíta napolitano foi para Portugal em 1722, onde permaneceu durante 28 anos, até à sua morte. Foi bastante próximo do rei D. João V, que tinha em alta consideração os seus conhecimentos de astrônomo e que lhe mandou erigir um observatório astronômico em Lisboa, no Terreiro do Paço, apetrechado com os melhores instrumentos comprados no estrangeiro. Recebeu o título de matemático régio e foi reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, onde contribuiu para a instalação do observatório astronômico dessa famosa escola da Companhia de Jesus. Efetuou inúmeras observações astronômicas. Dez das mais importantes foram comunicadas à Royal Society por Sequeira Samuda e Castro Sarmiento, tendo sido publicadas nas *Philosophical Transactions*, entre 1724 e 1730. A primeira observação publicada foi realizada em colaboração com o padre italiano Domenico Capacci (1694-1736), que esteve em Portugal entre 1722 e 1729, e foi apresentada à Royal Society por Antônio Galvão de Castelo Branco. Fez também chegar à sociedade observações de outros sábios portugueses e estrangeiros. Carbone teve um papel fundamental na entrada de Portugal nos meios científicos internacionais no que respeita à astronomia, e estabeleceu relações com algumas das mais altas personalidades dessa área de investigação, tais como Bradley, Cassini e Maraldi, Molineaux, Delisle e Bianchini.

**Cárceres, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e** (1739-1797). Militar e administrador colonial português. Foi o quarto governador e capitão-geral da capitania do Mato Grosso, de 1772 a 1788.

**Cardiff, Guillermo Furlong (Padre da S. J.)** (1889-1974). Sacerdote jesuíta e historiador argentino, filho de imigrantes irlandeses que se estabeleceram na Província de Santa Fé. Depois de estudos na Companhia de Jesus em Córdoba, seguiu, em 1905, para a Espanha, onde estudou Humanidades, no Mosteiro de Veruela, em Aragón, e, em 1911, seguiu para os Estados Unidos, onde completou seus estudos, inicialmente no Woodstock College, para depois obter seu doutorado na Universidade de Georgetown, em Washington, D. C. Em 1920, regressou para a Espanha, para estudar teologia em Barcelona, onde foi ordenado sacerdote, em 1924. Cardiff foi membro fundador da Junta de História Eclesiástica Argentina, da Academia Nacional de História da República Argentina. Entre seus muitos interesses, dedicou-se à história colonial Rio-platense e foi um dos escritores mais prolíficos argentinos, com aproximadamente 2000 obras editadas, entre as quais *Cartografia jesuítica do rio da Prata*.

**Cardim, Fernão (Padre)** (1549-1625). Padre jesuíta português que chegou ao Brasil em 1583, como secretário do visitador da Companhia e esteve nas regiões hoje equivalentes aos estados da Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Cardim foi eleito procurador pela província do Brasil em 1598, ano em que regressou a Portugal. Sua obra, constituída de três tratados (que só vieram a lume no século XX) foi elaborada ao longo da década de 1580, quando desempenhava o cargo de secretário do referido padre visitante.

**Carlos II da Espanha** (1661-1700). Foi rei da Espanha de 1665 até sua morte. Foi o último monarca espanhol da Casa de Habsburgo. Seus domínios incluíam os Países Baixos e o império espanhol de além-mar, das Américas até as Índias Orientais Espanholas. Segundo relatos históricos, o rei Carlos II, apelidado de “o enfeitiçado”, era física e mentalmente incapacitado. Até os quatro anos, ele não falava e só começou a andar aos oito anos. Sofria de problemas intestinais, inchaços nos pés, pernas, abdômen e face, ejaculação precoce e infertilidade. Morreu aos 39 anos, com aparência de velho, após episódio de febre, dor abdominal, dificuldade respiratória e coma. Carlos morreu sem herdeiros em 1700, com todos os potenciais sucessores Habsburgo tendo morrido antes dele. Ele nomeou em seu testamento seu sobrinho-neto Filipe, Duque de Anjou, como seu sucessor. Filipe era neto da meia-irmã de seu pai, Maria Teresa da Áustria, primeira esposa do rei

Luís XIV de França. Já que as outras potências europeias viam a possível relação dinástica entre a Espanha e a França como uma perigosa mudança de equilíbrio de poder, com a Guerra da Sucessão Espanhola, que começou pouco depois de sua morte.

**Carlos V da Espanha** (1500-1558). Sacro imperador romano e arquiduque da Áustria, rei de Espanha (Castela e Aragão) a partir de 1516 e senhor dos Países Baixos como duque da Borgonha.

**Carneiro, Gaspar Manoel** (Século XVI). Piloto-mor português da Carreira dos mares do Oriente.

**Carvajal e Lancastre, José de** (1698-1754). Político espanhol que começou na Chancelaria Real de Valladolid como juiz de *Audiencia*. Ele ocupou vários cargos na Câmara das Índias e participou do Conselho de Estado, como secretário do ministro. Ocupou a presidência do Conselho das Índias, durante o reinado de Filipe V e secretário de Estado, sob Fernando VI.

**Carvajal, Garcia Lopez de** (c. 1366-c. 1424). Embaixador dos reis católicos.

**Carvalho, João Lopes de** (século XV-século XVI). Piloto da nau de Fernão de Magalhães.

**Carvalho e Mello, Sebastião José de (marquês de Pombal)** (1699-1782). Nobre português, foi político, diplomata e estadista. Foi secretário de Estado do Reino, durante o reinado de D. José I (1750-1777). Considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa. Durante o reinado de D. José V, foi embaixador nas cortes do Reino da Grã-Bretanha em Londres, e do Sacro Império Romano-Germânico, em Viena, Arquiducado da Áustria. Sua administração ficou marcada pelo terremoto de Lisboa, de 1755, um desafio que lhe conferiu o papel histórico de renovador arquitetônico da cidade, seguido do processo dos Távoras, uma intriga com consequências dramáticas. Carvalho e Melo foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das suas colônias. Sebastião de Carvalho e Melo, primeiro-ministro do Reino, foi feito conde de Oeiras pelo seu tratamento competente do caso, e, posteriormente, em 1770, obteve o título de marquês de Pombal, nome pelo qual é conhecido hoje.

**Cascudo, Luís da Câmara** (1898-1986). Historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro.

**Cassini, Jacques** (1674-1756). Astrônomo e geodésico francês. Filho de Giovanni Domenico Cassini Filho do diretor do Observatório de Paris, o astrônomo Giovanni Domenico Cassini. Estudou no Colégio Mazarin de Paris e terminou seus estudos numa idade entre catorze e quinze anos com uma pesquisa sobre ótica. Em 1694 entrou na Academia de Ciências da França e quatro anos depois, numa viagem à Inglaterra em 1698, foi membro eleito da Royal Society of London. Em 1700 Cassini, junto com seu pai, organizou medições de arcos meridianos na França. Baseado na análise destas medições, chegou-se à conclusão que o raio polar deveria ser maior do que o raio equatorial – que a Terra seria achatada no equador tendo assim uma forma de ovo. Astrônomos ingleses, liderados por Isaac Newton, defenderem uma teoria contrária, que a Terra deveria ser achatada nos polos. Contudo os erros das medições, causados pela imperfeição dos instrumentos da época, eram muito grandes e assim ainda era impossível comprovar por medição qual das duas teorias seria a correta. Jacques Cassini negou o achatamento da Terra, assim como também a lei de gravidade de Newton. A partir de 1709, com o crescente problema da vista do pai, ele ocupou gradativamente suas tarefas no observatório astronômico de Paris. Cassini organizou outras medições na França em 1718 e 1733, já apoiado pelo seu filho César-François. Os resultados destas medições indicaram novamente um achatamento no equador, o que provocou críticas dos cientistas da época, pois medições mais novas, feitas para a definição do metro por Pierre Bouguer e Charles Marie de la Condamine, em 1735, no Peru, e de Pierre-Louis Maupertuis, em 1736, na Lapônia confirmaram a tese de Newton e Huygens sobre o achatamento da Terra nos polos. A astronomia deve a Cassini suas medições de alta precisão transformadas em exatas tabelas sobre o Sol, a Lua, as plantas e as luas de Júpiter e Saturno, como também as medições dos movimentos próprios das estrelas. Jacques Cassini faleceu em 16 de abril de 1756, em um acidente de trânsito. O novo diretor do observatório astronômico foi seu filho, César François Cassini de Thury.

**Cassini, Jean-Dominique (Giovanni Domenico)** (1625-1712) Astrônomo e engenheiro de Savóia, naturalizado francês em 1673. De 1648 a 1669, ele trabalhou no observatório Panzano (hoje parte de Castelfranco, Emília) e

ensinou geometria euclidiana e astronomia de Ptolomeu na Universidade de Bolonha. Cassini logo ganhou tal reputação que o Senado de Bolonha e o Papa lhe confiaram várias missões científicas e políticas. Atraído para a França por Colbert, Cassini foi naturalizado, em 1669. De 1668 a 1693, publicou os *Satélites efemérides de Júpiter* e escreveu um grande número de memórias, algumas das quais foram reunidas sob o título de *Opera astronomica*, em 1728. Cego em 1710, morreu dois anos depois em Paris.

**Castro, Bernardo Pereira de Berredo e** (século XVI-1748). Historiador e administrador colonial português. Governador do Maranhão, de 1718 a 1722, e da Praça-forte de Mazagão, no Marrocos, de 1734 a 1745. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade.

**Castro, João de** (Lisboa, 1500 – Goa, 1548). Nobre português, navegador exímio, soldado e cientista. Foi cartógrafo e administrador colonial. Capitão-general, 13º governador e 4º vice-rei do Estado Português na Índia. Por ocasião de sua viagem à Índia em 1538, João de Castro procurou resolver diversos problemas com que se debatia a náutica quinhentista, como a determinação da longitude, a representação cartográfica, a determinação da latitude, o desvio da agulha, o estudo dos ventos, das correntes e o magnetismo terrestre. O seu trabalho a bordo configura, assim, um verdadeiro projeto científico, incentivado a partir da coroa portuguesa e o tornou um dos vultos mais brilhantes do “Humanismo Renascentista”.

**Castro, Josué de** (1908-1973). Médico brasileiro, especialista em nutrição. Foi professor, geógrafo, escritor e político. A *geografia da fome*, obra que publicou em 1951, despertou a consciência mundial dos problemas da fome e do subdesenvolvimento.

**Castro, Manuel Bernardo de Melo e** (1716-?). Fidalgo e administrador colonial português. Filho de Maria Joaquina Xavier da Silva e de Francisco de Melo e Castro), desposou Domingas Isabel de Noronha. Assentou praça com quinze anos de idade no Regimento de Infantaria da Corte. Foi, sucessivamente, promovido até o posto de coronel do Regimento de Cascais, em 1757, quando foi nomeado para o cargo de governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, de 1759 a 1763. Sucedeu nesse cargo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do 1º marquês de Pombal; e o seu sucessor no governo do Estado foi seu neto, Fernando da

Costa de Ataíde e Teive de Sousa Coutinho, que era parente próximo de Pombal. Posteriormente, de regresso a Portugal, exerceu em 1771 o cargo de Governador das Armas da Província do Alentejo.

**Castanheira, 1º Conde da (António de Ataíde)** (1500-1563). Fidalgo e estadista português. Como vedor (inspetor) da Fazenda de D. João III, Castanheira promoveu o regime de capitánias-donatárias no Brasil e, mais tarde, a criação do governo-geral.

**Caverio, Nicolo di** (século XV-século XVI). Cartógrafo genovês que desenhou em 1504-1505 um planisfério (mapa-múndi), conhecido como Planisfério de Caverio e que representa o mundo conhecido pelos ocidentais, no período 1502-1504. O planisfério encontra-se atualmente na Bibliothèque National de Paris.

**Charcot, Jean-Baptiste Auguste Étienne** (1867-1936). Médico e cientista polar francês, filho do neurologista Jean-Martin Charcot. Charcot foi nomeado chefe da expedição francesa da Antártica. Além da Antártica, realizou expedições à Groelândia e à Islândia. Durante essa última, seu navio, o *Pourquoi Pas*, naufragou na costa em 1936, com a perda de todos a bordo.

**Chaves, Alonso de** (1492-1587). Cartógrafo, cosmógrafo e navegante espanhol. Foi piloto sênior da Casa de Contratación e um dos navegadores mais instruídos da época.

**Chaves, Ñuflo de** (1518-1568). Conquistador espanhol. Destacou-se por ter fundado, em 1561, no Vice-Reino do Peru, a cidade de Santa Cruz de la Sierra, assim chamada em homenagem à sua cidade natal, na Estremadura espanhola. Desde 1541, Chaves havia participado de expedições espanholas na América do Sul, que o levaram ao Pantanal e aos atuais estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 1568, Chaves foi morto às margens do Rio Paraguai, durante uma investida dos índios itatins.

**Christo, Manuel Pacheco de** (?-?). Cartógrafo português.

**Ciera, Miguel Antonio** (Pádua, Itália -1782). Cartógrafo-demarcador e astrônomo. Chegou a Portugal em 1751 e foi um dos estrangeiros empregados pela Corte portuguesa para viajar à América Meridional e ali reconhecer e cartografar o território que acabava de ser fixado como fronteira entre as colônias ibéricas, de acordo com o Tratado de Madri de 1750. Percorreu o

interior da América Meridional, entre 1752 e 1756. Com a equipe demarcadora, subiu o Rio Paraguai, na função de astrônomo e cartógrafo, até alcançar a boca do Jauru, onde, com os demais membros da equipe, fixou o marco divisório. Como consequência dessa missão, Ciera preparou seu *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay*, atlas com o qual presenteou o rei D. José I, em 1758.

**Clapperton, Bain Hugh** (1788-1827). Explorador escocês e oficial da Marinha. Atuou como explorador na África Ocidental e Central.

**Cevallos, Pedro de** (1715-1778). Militar espanhol. Governador de Buenos Aires de 1757 a 1766, foi nomeado vice-rei do Rio da Prata e presidente supremo da Real Audiência da Prata em 1776. Partido de Cádiz, em 12 de outubro de 1776, à frente de uma expedição de 9.316 homens, Cevallos chegou a Montevidéu em 21 de abril de 1777. Depois de tirar Colonia del Sacramento dos portugueses, seguiu para o Rio Grande de San Pedro, mas a meio caminho chegou a ele a notícia da assinatura da paz entre espanhóis e portugueses. Cevallos regressou a Buenos Aires para assumir seu cargo de vice-rei, em 5 de outubro de 1777. Durante seu mandato, foi aplicada a Lei de Livre Comércio de 1778, que favoreceu particularmente o desenvolvimento de Buenos Aires.

**Coelho, Gonçalo** (1451-1512). Navegador e explorador português. Comandou as duas expedições exploratórias das terras descobertas que cabiam ao Reino de Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas (em 1501-02 e 1503-04), ambas acompanhadas por Américo Vespúcio (contratado por D. Manuel). Gonçalo Coelho estudou em Pisa e era pai de Duarte Coelho, primeiro capitão donatário da capitania de Pernambuco.

**Colombina, Francisco Tosi** (1701-?) Explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano que o marquês de Pombal contratou e enviou ao Brasil, onde permaneceu de 1743 a 1754, para trabalhar a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos. No Brasil Tosi Colombina elaborou as cartas das capitanias de Goiás e Mato Grosso e a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos. No Brasil, dirigiu a expedição e a descoberta do Tibagi. Em 1749, quando tinha 48 anos de idade, foi para Vila Boa de Goiás na companhia do quarto ouvidor da capitania de Goiás, Agostinho Luís Ribeiro Vieira,

partindo da cidade de Itu, em São Paulo. Vinculou-se à região do Tocantins e, em 1750, montou em lombo de burro, palmilhou o sertão, da cidade de Goiás até Natividade, e desenhou um mapa da capitania de Goiás que foi entregue ao Vice-Rei do Brasil, Dom Marcos de Noronha.

**Colombo, Cristóvão (Cristófero)** (1451-1506). Navegador e explorador italiano, nascido em Gênova, responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano, em 12 de outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos da Espanha. A viagem havia sido empreendida, através do oceano Atlântico, com o objetivo de chegar à Índia. Na realidade, Colombo atingiu as Antilhas e, em seguida, a costa do Golfo do México.

**Colombo, Fernando** (1488-1639). Segundo filho do almirante Cristóvão (Cristófero) Colombo e de sua amante, Beatriz Enriquez de Arana. Escritor espanhol que, durante 30 anos se dedicou a viajar pelo mundo, com o propósito de adquirir livros, para construir a maior biblioteca do mundo de então. Comprou livros impressos e formou a primeira biblioteca privada da Europa que, atualmente, se encontra incorporada à Instituição Colombina, em Sevilha, cidade onde Fernando está sepultado. Escreveu a biografia de seu pai: *Le historie dela vita dei fatti di Cristoforo Colombo*.

**Conflans, Antoine de (seigneur de Vielmaisons et de Saponay)** (século XVI). Navegador francês que participou da expedição de Jean-François Roberval ao Canadá, em 1542-1544.

**Correia, Diogo Álvares** (1475-1557). Aventureiro e navegador português. Passou muitos anos entre índios brasileiros e facilitou o contato desses com os administradores portugueses e missionários, no interior da capitania da Bahia.

**Correia, Jorge Figueiredo** (século XV – século XVI). Fidalgo português a quem foi doada a capitania de Ilhéus, em 26 de junho de 1534. Correia nunca foi à região que recebeu de D. João III, mas enviou para administrar o território o capitão-mor Francisco Romero, que logo criou uma das primeiras vilas da história do Brasil: a vila de São Jorge dos Ilhéus, que posteriormente se tornou a cidade de Ilhéus.

**Correia, Pero** (século XVI-1554). Padre jesuíta português, irmão de Manuel da Nóbrega. Chegou ao Brasil em 1534. Escreveu o trabalho *Suma da doutrina cristã*, em língua brasílica.

**Corso, Pero** (século XV – século XVI). Piloto português.

**Cortesão, Armando Frederico Zuzarte** (1891-1977). Engenheiro agrônomo, administrador colonial e historiador português. Representou Portugal nos Jogos Olímpicos de 1912, nas provas de atletismo dos 400 e dos 800 metros. De 1916 a 1920, dirigiu o Departamento de Agricultura de São Tomé e Príncipe. Após incompatibilizar-se com António de Oliveira Salazar, em 1932, passou vinte anos no exílio, mormente na Inglaterra e na França. Após a 2ª Guerra Mundial, foi para Paris trabalhar na UNESCO e, em 1947, foi delegado daquela organização ao V Congresso Internacional de História das Ciências, realizado em Lausanne, Suíça. Regressou a Portugal em 1952 e se tornou professor de Estudos de Cartografia Antiga, em Coimbra. Entre 1960 e 1962, publicou, juntamente com o comandante Teixeira da Mota, a *Portugaliae monumenta cartographica*, em seis volumes, pela qual foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 1961. Foi irmão de Jaime Zuzarte Cortesão.

**Cortesão, Jaime Zuzarte** (1884-1960). Médico, político, escritor e historiador português. Irmão do historiador Armando Cortesão e pai da renomada ecologista Maria Judith Zuzarte Cortesão e da poetisa Maria da Saudade Cortesão, esposa do poeta modernista Murilo Mendes. (Biografia mais pormenorizada de Jaime Cortesão figura no início deste volume).

**Cosa, Juan de la** (produziu entre 1492 e 1500). Cartógrafo espanhol que produziu mapas manuscritos da América (c. 1500) e o primeiro mapa que sobreviveu do novo mundo.

**Costa, Abel Fontoura da** (1869-1940). Oficial militar, cartólogo e político português. Alistou-se na Marinha em 1887. Exerceu diversos cargos de direção, como o de comandante superior das Escolas da Marinha (1923), diretor da Escola Naval e da Escola de Educação Física da Armada (1932). Foi diretor da Escola Náutica, de 1936 a 1939. Foi, ainda, governador de Cabo Verde, entre 1915 e 1918. Deixou diversos trabalhos seus publicados e publicou textos náuticos alheios e inéditos até então, entre os quais *Roteiro*

*da primeira viagem de Vasco da Gama*, de autoria de Álvaro Velho, bem como realizou a compilação das obras completas de Pedro Nunes.

**Costa, Gonçalo da** (1490-1559). Nobre português que veio para São Vicente em 1510, onde viveu por 20 anos, durante os quais percorreu todo o sul da costa do Brasil e explorou o rio da Prata. Faleceu vítima de temporal, nas proximidades da Ilha de São Domingos.

**Coutinho, André Ribeiro** (século XVII-1751). Administrador colonial português e comandante militar da Fortaleza do Rio Grande, investido nos poderes de governar a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Filho de Pascoal Ribeiro Coutinho. Foi mestre-de-campo e governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 11 de dezembro de 1737 a 22 de dezembro de 1740.

**Coutinho, Carlos Viegas Gago** (1869-1959). Oficial da Marinha, geógrafo, cartógrafo, navegador e historiador português. Juntamente com o aviador português, Artur de Sacadura Freire Cabral, tornou-se um pioneiro da aviação ao efetuar a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, no hidroavião “Lusitânia”, em 1922.

**Coutinho, Francisco Inocêncio de Souza** (1726-1780). Militar, diplomata e administrador colonial português. Ocupou vários postos militares no Reino, após o que exerceu o cargo de governador e de capitão-general na capitania-geral do Reino de Angola, entre 1764 e 1772. Sucedeu a Antônio de Vasconcelos e foi sucedido por Antônio de Lencastre. Depois de deixar o governo de Angola, foi nomeado embaixador em Espanha, tendo falecido no exercício das funções.

**Coutinho, Marco Antônio de Azevedo** (1688-1750). Político português. Ocupou o cargo de primeiro-ministro de Portugal (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra) de 4 de outubro de 1747 a 1750. Funções essas que, segundo conta Caetano de Sousa, fizeram dele um “enviado extraordinário e plenipotenciário nas Cortes de Londres e Paris”. Foi remunerado pelos seus serviços com a comenda de Santa Maria de Aires da Ordem de Cristo em 20 de julho de 1748, e o Senhorio da Vila Nova de Monsarros na comarca de Coimbra (9 de novembro de 1748).

**Coutinho, Vasco Fernandes** (1489-1560). Nobre português. Primeiro donatário da capitania do Espírito Santo.

**Couto, Diogo do** (1542 – Goa, 1616). Historiador português, empregado como guarda-mor da Torre do Tombo de Goa. Amigo íntimo de Camões, foi encontrá-lo na ilha de Moçambique, em 1569, com dívidas e sem dinheiro para voltar a Portugal. Diogo do Couto e outros amigos ajudam o poeta a regressar a Lisboa. Couto é principalmente conhecido por ter escrito, entre outras obras, o *Diálogo do soldado prático*, que contém uma crítica mordaz ao funcionalismo na Índia e a revela a ambição da riqueza, o amor ao luxo, a opressão aos pobres, a falta de dignidade e a deslealdade nas informações ao rei.

**Couto, Rui Esteves Ribeiro de Almeida** (1898-1963). Jornalista, magistrado, diplomata, poeta, contista e romancista brasileiro.

**Covilhã, Pero da** (c. 1450-c. 1481). Diplomata e explorador português. Sob instruções de João II de Portugal, em 1487 partiu, juntamente com Afonso de Paiva, o primeiro para a Índia e o segundo, em busca de notícias do mítico reino do Preste João (que corresponde à atual Etiópia). Afonso de Paiva seguiu para cumprir sua missão, que havia sido, anteriormente (1485), confiada a Antonio de Lisboa e Pedro Montarrojo e que, por desconhecerem a língua árabe, não haviam conseguido ir além da Terra Santa. Pero da Covilhã, contudo, seguiu até Calicute e, em seu regresso, após longo périplo pela Índia, Malásia e pela costa Oriental da África, ao chegar ao Cairo em 30 de janeiro de 1491, fora informado de que Afonso de Paiva lá havia falecido da peste, no início daquele mês, sem ter podido relatar suas viagens ou aventuras. Diante disso, Covilhã seguiu para completar viagem de seu conterrâneo e desembarcou em Zeila (atualmente, cidade portuária do Golfo de Adem, situada na região de Adwal, na presente Somalilândia, república autoproclamada independente em 1991, no norte da Somália em 1991). Zeila (também conhecida como Saylal, Seyla, Zeyla e Seylac) foi, do século 9º até o final do século 19, o mais importante assentamento árabe da costa somali. No início do século 16, a cidade foi incendiada pela armada portuguesa, comandada por Lopo Soares de Albergaria. Chegado a Gondar (sede do reino), Covilhã foi recebido por Alexandre, “Leão de Judá” e “Rei dos Reis”, descendente de Preste João; foi convidado a permanecer e chegou a ocupar a posição de “conselheiro”, no reino da rainha Helena. Covilhã

recebeu terras e tornou-se um senhor feudal; casou-se e teve numerosa descendência. Permaneceu em Gondar, até sua morte, em 1530.

**Crespo, Miguel Blanco** (?-?). Cartógrafo português.

**Cresques, Abraão** (século 14). Cartógrafo nascido em Maiorca. Provável autor do renomado Atlas Catalão de 1375. Foi o pai de Jehuda Cresques, um dos cartógrafos a serviço do Infante D. Henrique de Portugal, mais conhecido como Dom Henrique, o Navegador. Além de sua atividade cartográfica, Abraão Cresques construiu bússolas, relógios náuticos e outros instrumentos necessários à navegação da época. Foi protegido pelos reis Pedro III, João I e Martim I, todos de Aragão. Deixou cartas náuticas, algumas realizadas com a contribuição de seu filho. Grande número dessas cartas se encontra atualmente perdida, embora seja possível que algumas façam parte (de forma anônima) do referido Atlas Catalão, primeiro atlas conhecido que incorpora uma rosa dos ventos em sua ilustração.

**Cresques, Jehuda** (também conhecido por Jafuda Cresques e Jauma Riba) (c. 1350-c. 1427). Cartógrafo catalão, filho de Abraão Cresques, com quem trabalhou no Atlas Catalão de 1375. Também esteve a serviço do Infante D. Henrique de Portugal e, provavelmente, participou da coordenação das descobertas marítimas, no início do século 15, na suposta Escola de Sagres, cidade onde veio a falecer. A pedido do Infante D. Henrique, iniciou c. de 1420 os portugueses na arte cartográfica.

**Cruz, Alonso de Santa** (1505-1567). Cartógrafo, fabricante de instrumentos, historiador e professor espanhol. Foi cartógrafo de renome no Consejo de Índias e um dos cosmógrafos na Casa de Contratación. Santa Cruz criou o primeiro mapa de variações magnéticas de norte verdadeiro.

**Cubas, Brás** (1507-1592). Fidalgo e explorador português. Fundador da vila de Santos (hoje, cidade) e governou, por duas vezes, a capitania de São Vicente (1545-1549) e (1555-1556). Chegou ao Brasil em 1531, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, fundador da vila de São Vicente.

**Cunha, Aires da** (século XV-Maranhão, 1536). Português, feito por D. João III, em 1535, capitão-donatário do Maranhão. Cunha associou-se a Fernando Álvares de Andrade e João de Barros, na organização de uma expedição, para colonizar a região norte.

**Cunha, Luís da** (1662-1749). Diplomata português que serviu a D. João V. Foi comendador da Ordem de Cristo, arcebispo da Sé de Évora, juiz desembargador do Desembargo do Paço, enviado extraordinário de Portugal às Cortes de Londres, Madri e Paris, e ministro plenipotenciário de Portugal ao Congresso de Utrecht, onde, em 1712, juntamente com o conde de Tarouca, representou com mérito os interesses portugueses.

**Cunha, D. Rodrigo da** (1563-1577). Importante prelado português que, como arcebispo de Lisboa, teve um papel importante ao apoiar a Restauração da Independência de Portugal.

**Dávila, Pedro Arias** (c. 1440-1531). Militar e administrador colonial espanhol. Chefiou a primeira expedição espanhola que fundou colônias na América do Norte continental.

**De Laet, Johannes** (1581-1649). Cartógrafo holandês e diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

**Deschales, Claude-François Milliet** (1621-1678). Cientista jesuíta italiano, conhecido pelos seus trabalhos *Cursus seu mundus mathematicus* e *Tractatus proemialis de progressu matheseos, et de illustribus mathematicis*.

**Deslisle, Guillaume (de L'isle)** (também conhecido como “Deslisle l’Ainé”). Geógrafo e cartógrafo francês, aluno de Cassini. Deslisle introduziu o uso de dados astronômicos na cartografia.

**Demangeon, Albert** (1872-1940). Notável professor francês de geografia humana na Sorbonne e considerado um pioneiro no emprego de levantamento de informações sobre questões sociais.

**Desceliers, Pierre** (período produtivo 1537-1553). Cartógrafo francês da época do Renascimento. É considerado o pai da hidrografia francesa. Criou um manuscrito a cores em pergaminho, em 1542, onde é reproduzido em pormenor a América do Sul.

**Desliens, Nicolas** (nascido no século XVI). Cartógrafo francês do Renascimento; criou em 1566 um mapa-múndi.

**Destombes, Marcel** (1905-1983). Cartógrafo francês. Oficial da Marinha Mercante e historiador de cartografia e de instrumentos científicos.

**De Witt, Frederik** (1629-1706). Cartógrafo e artista holandês que desenhou, imprimiu e vendeu mapas e gravuras.

**Dias, Bartolomeu** (c. 1450-1500). Navegador português que ficou célebre por ter sido o primeiro europeu a navegar para além do sul da África, ao contornar, em 1488, o Cabo da Boa Esperança (na caravela São Cristóvão) e chegar ao oceano Índico a partir do Atlântico e, com isso, abrir o caminho marítimo para a Índia.

**Dias, Diogo** (c.1450-c. 1500). Navegador e descobridor português. Irmão de Bartolomeu Dias. Diogo Dias participou da descoberta do caminho marítimo de Portugal para a Índia, como cronista e escritor na embarcação de Vasco da Gama. Participou, ainda, da expedição de Pedro Álvares Cabral à Índia e fez parte da equipe que aportou em abril de 1500 no Brasil. Devido a uma forte tempestade, seu navio foi separado da frota de Cabral, em maio de 1500, no cabo da Boa Esperança. Diogo Dias ainda chegou a explorar as águas do oceano Índico, na entrada do mar Vermelho. Mais tarde, ele foi possivelmente o primeiro europeu a descobrir, por volta de julho de 1500, Reunião e Maurício, ambos a leste de Madagascar, e, agosto do mesmo ano, foi o primeiro europeu a ver Madagascar que chamou de ilha de São Lourenço.

**Dominguez, Manuel** (1868-1935). Historiador paraguaio.

**Doncker, Hendrick** (1626-1699). Editor holandês, responsável por intensa produção cartográfica, na segunda metade do século XVII.

**Dourado, Fernão (ou Fernando) Vaz** (Goa, c. 1520-c. 1580). Cartógrafo português. Participou na defesa de Diu, em 1546. Sua obra inscreve-se na terceira fase da antiga cartografia náutica portuguesa, caracterizada pelo abandono da influência de Ptolemeu, na representação do Oriente, bem como maior precisão na representação das terras e continentes. Os trabalhos conhecidos de Dourado apresentam extraordinária qualidade e beleza, em decorrência de que obteve a reputação de um dos melhores cartógrafos de seu tempo. Durante o período de 1568 a 1580, Dourado produziu seis atlas.

**Du Bus**. Cartólogo francês.

**Duro, Cesário Fernandez** (1830-1908). Oficial naval, escritor, estudioso e historiador espanhol. Além de carreira exitosa na Marinha espanhola, Duro foi ajudante-de-ordens do rei Alfonso XII e nomeado árbitro da disputa de

fronteiras entre a Colômbia e a Venezuela. Entre suas muitas obras como escritor, figuram diversas sobre a conquista da América.

**Ehrenreich, Paul Max Alexander** (1855-1914). Etnógrafo alemão. No Brasil, viajou pelas províncias do Espírito Santo, entre 1884 e 1885, após o que publicou o trabalho *Über die Botokuden des Rio Doce* (Botocudos do rio Doce), sobre essa tribo, do ponto de vista etnográfico, antropológico e linguístico. Realizou duas viagens à Amazônia, a segunda como responsável pela antropometria da segunda expedição ao Xingú, liderada por Karl von den Steinen.

**Egerton** (?-?). Cartógrafo e piloto biscainho.

**Ellis Júnior, Alfredo** (1896-1974). Historiador, sociólogo, ensaísta e professor universitário brasileiro.

**Ernot, Luis** (1597-1667). Padre jesuíta belga. Trabalhou como missionário no Brasil e elaborou mapa da redução de Santa Teresa.

**Espinhosa, Francisco Bruza** (século XVI). Espanhol (castelhano). Um dos primeiros desbravadores do sertão da Bahia. Em 1553, D. João III ordenou ao governador Tomé de Sousa explorar as nascentes do Rio São Francisco, depois de ser informado de terem os espanhóis encontrado ouro e esmeraldas, do outro lado da linha de Tordesilhas. Essa expedição ficou a cargo de Francisco Bruza.

**Évreux, Yves d'** (1577-1632). Religioso e entomólogo francês que participou da expedição enviada em 1612 ao Brasil (Maranhão), pelo governo de seu país. Junto com seu amigo, Claude d'Abbeville, d'Évreux identificou e deu nomes indígenas a diversos insetos. Em sua obra *Voyage dans le nord du Brésil* (1615), descreve sua estada entre os indígenas do Maranhão. Seu trabalho teve tiragem reduzida e todos os exemplares acabaram por ser destruídos, por ordem de Luís XIII, à exceção de um único, salvo pelo almirante francês François de Razilly (um dos colonizadores da França Equinocial). O rei francês, que vinha de se casar com a infanta da Espanha, Ana da Áustria, procurava evitar de contrariar a corte da Espanha, visto que, em 1580, Felipe II dependia de Portugal e os cortesões de Luís XII temiam que algumas passagens na obra poderiam contrariar a corte espanhola. A narrativa de

d'Évreux foi publicada em 1864, graças ao exemplar único do almirante que, hoje, está conservado na Biblioteca Nacional.

**Faria, José Custódio de Sá e** (século XVIII-Buenos Aires, 1792). Engenheiro militar português, cartógrafo, arquiteto, geógrafo e governador colonial (século 18), que teve longa e importante trajetória nos territórios que atualmente constituem o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Formou-se na Academia Militar das Fortificações de Portugal, em 1745. Foi designado pelo vice-rei Gomes Freire de Andrade para fazer parte da Comissão Demarcadora, entre os reinos de Portugal e Espanha. Tornou-se um dos executores do Tratado de Madri de 1750, e substituiu o próprio Gomes Freire de Andrade, como governador do Rio de Janeiro, em 1759. Veio para o Brasil como sargento-mor e chefiou a terceira tropa que demarcou a linha da foz do Igurei até a do Jauru e preparou os dois mapas que ornariam a *História topográfica e bélica da nova colônia do Sacramento*, somente publicada em 1900 por Simão Pereira de Sá. Como coronel, Sá e Faria foi nomeado em 1764 governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, quando das invasões castelhanas do Rio Grande do Sul, promovidas pelo Vice-Rei do Rio da Prata, D. Pedro de Ceballos. Sá e Faria não foi feliz em seus enfrentamentos e chegou a passar, temporariamente, para o lado dos castelhanos. Mais tarde, diante da possibilidade de ser executado por ordem do Marquês de Pombal, desertou seu posto. Ainda que tivesse sido absolvido pelo Conselho de Guerra, teve seus bens confiscados e vendidos em hasta pública. Faleceu em Buenos Aires.

**Febvre, Lucien Paul Victor** (1878-1956). Historiador francês, cofundador, com Marc Bloch, da chamada “Escola dos *Annales*”, segundo a qual definiam-se as características de uma abordagem da História que se tornou conhecida como História das mentalidades, que, de forma sistematizada, analisa os sentimentos e costumes dos povos em determinado período histórico, em que esses hábitos se transformam de maneira lenta, ao longo do tempo.

**Felipe II da Espanha** (1527-1598). Filho mais velho de Carlos V e Isabel de Portugal.

**Felipe V da Espanha** (1683-1746). Segundo filho de Luís da França, conhecido como “o Grande Delfim”, e neto do rei Luís XIV, Felipe é intitulado duque de Anjou. Ele sucedeu seu tio-avô materno, Carlos II, último rei da Espanha

da dinastia Habsburgo, e ele próprio se tornou rei da Espanha, o primeiro da dinastia Bourbon (sua progênie então adotada nome de Bourbon, usado por seu antepassado, Antoine de Bourbon, que se tornou rei de Navarra em 1555, porque desde o advento de Henrique IV, o nome da família se tornou legalmente da França). Seu reinado, 45 anos e dois dias, é o mais longo da monarquia espanhola.

**Fer, Nicolas de** (1646-1720). Cartógrafo, gravador e editor francês foi, ainda, geógrafo, intitulado geógrafo do rei, o que o fez desenhar principalmente a França e suas regiões. Além de centenas de mapas, Fer publicou, em 1700, o Atlas Curioso.

**Fernandes, Valentim (também conhecido por Valentim Fernandes Alemão ou Valentim Fernandes da Morávia)** (1450-1518). Foi um impressor e tradutor germânico. Fixou-se em Lisboa, em 1495, onde residiu e trabalhou durante 23 anos e se destacou como editor e tradutor de diversos textos clássicos, entre os quais o de Marco Polo e o Regimento Proveitoso contra a Pestilência. Em 1512-1513, foi responsável pela impressão da primeira versão das Ordenações Manuelinas, projeto pioneiro que deu à luz o primeiro código impresso de leis em Portugal.

**Fernando II e V** (1452-1516) (conhecido como “o Católico”). Foi Rei de Aragão e das Coroas Aragonesas como Fernando II, de 1479 até sua morte, e também Rei de Castela e Leão, como Fernando V), entre 1475 e 1504, em direito de sua esposa a Rainha Isabel I. Foi, ainda, regente de sua filha Joana em Castela e Leão, de 1508 até sua morte, e Imperador titular do Império Bizantino, de 1502 a 1516. Foi filho do Rei João II de Aragão com sua esposa Joana Henriques. Fernando é conhecido por seu papel em inaugurar a redescoberta do Novo Mundo, por ter patrocinado com Isabel I a primeira viagem de Cristóvão Colombo, em 1492. No mesmo ano, Fernando saiu-se vitorioso da Guerra de Granada, que expulsou o último estado islâmico da Península Ibérica e, com isso, colocou um fim na Reconquista.

**Ferreira, Alexandre Rodrigues** (1756-1815). Naturalista português que se notabilizou pela realização de extensa viagem que percorreu o interior da Amazônia até ao Mato Grosso, entre 1783 e 1792. Durante a viagem, descreveu a agricultura, a fauna e a flora e os habitantes das regiões visitadas. É considerado um dos maiores naturalistas luso-brasileiros.

**Ferreira, João de Sousa (Padre)** (século XVII). Ocupou-se da “América Abreviada” (dos limites do estado do Maranhão).

**Ferrer, Diogo (Padre)** 1733.

**Ferrer, Jaime** (1445-1523). Cosmógrafo, cartógrafo, navegador e mercador aragonês. A pedido dos Reis Católicos, Ferrer foi o primeiro cosmógrafo a informar aos Reis Católicos (em 1495) o ponto de partida para a contagem das léguas, para a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas. Essa, segundo Ferrer, se situava a 18º a oeste de Fogo, a ilha central daquelas que formam o Cabo Verde.

**Figueira, André Vaz** (século XVIII). Cartógrafo militar (com patente de capitão que foi acadêmico da Aula Militar), sobre quem há poucas informações. Provavelmente, nascido no Brasil. Existe na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro um original da *Carta topográfica de São Sebastião do Rio de Janeiro*, datado de 1750.

**Filgueiras, Gabriel de Souza** (17?-1761). Militar e administrador colonial português. Oficial experiente, foi comandante militar da capitania do Grão-Pará. Foi encarregado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado das negociações com os Espanhóis na fronteira do rio Negro, quando das demarcações decorrentes do Tratado de Madri (1750). Nessa função, conheceu bem tanto aquele rio como o Solimões. Foi nomeado governador da capitania de São José do Rio Negro a 12 de abril de 1760. Exerceu essas funções, de 25 de dezembro de 1760, até à data de seu falecimento, a 7 de setembro do ano seguinte. No exercício de suas funções restabeleceu os povoados de Lamalonga, Moreira e a vila de Tomar, ainda abalados pela rebelião dos indígenas de 1757. Para Barcelos, projetou uma nova Igreja, assim como o edifício da Casa da Câmara e Cadeia. Faleceu vítima de doença contraída em suas viagens pela região do Alto Rio Negro. Foi sepultado na capela-mor da primitiva Igreja Matriz de Barcelos.

**Figueiredo, Manuel de** (1568-1622). Matemático e cosmógrafo português. Na ausência de João Batista Lavanha, Figueiredo foi, interinamente, cosmógrafo-mor. Publicou, em 1608, a obra *Hidrografia e exame de pilotos, os roteiros de Portugal para o Brasil, rio da Prata, Guiné, S. Tomé e Angola*.

**Figueroa, Rodrigo de** (1471-1515). Jurisconsulto e administrador colonial espanhol. Foi juiz de residência e governador da ilha de Espanhola. Teve uma atuação venal, por ter sido condenado em muitos de seus cargos.

**Filipe I de Portugal** (“O Prudente”) (1527-1598). Nasceu em Valladolid e faleceu no Escorial, onde está sepultado. Foi rei de Espanha (como Filipe II) de 1556, até sua morte e rei de Portugal e Algarves, como Filipe I, a partir de 1581. Expandiu o domínio espanhol a Portugal, à Florida e às Filipinas. Foi o primeiro líder mundial a estender os seus domínios sobre uma área direta “onde o sol jamais se põe”. Um dos seus triunfos políticos foi de obter a União Ibérica, quando fez valer seus direitos de sucessão, em 1581.

**Felipe II** (1527-1598). Filho mais velho de Carlos V e Isabel de Portugal.

**Fonseca, José Gonçalves da** (século XVIII). Português que participou, em 1749, como cartógrafo em expedição de reconhecimento, a partir de Belém do Pará, para explorar a comunicação fluvial entre o estado do Maranhão, o Grão-Pará e o Mato Grosso, através da rota formada pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, e seu impacto na cartografia desse espaço. As grandes diferenças entre o mapa traçado por José Gonçalves da Fonseca e o mapa das Cortes criaram grande perplexidade aos responsáveis políticos portugueses, antes de darem início às demarcações de limites acordadas com a coroa espanhola, no Tratado de Madri de 1750.

**Fonseca, Juan Rodríguez de** (1451-1524). Eclesiástico e político espanhol, colaborador dos Reis Católicos e primeiro organizador da política colonial castelhana nas Índias. A partir de 1492, a carreira eclesiástica de Fonseca foi bem-sucedida: capelão real; arcebispo; cônego e deão da Catedral de Sevilha; bispo de Badajoz (1494); de Córdoba (1499) e de Valência (1505); arcebispo de Rossano (1511), no Reino de Nápoles; e bispo de Burgos (1514). Na diplomacia, efetuou missões delicadas, como tratar dos casamentos dos filhos dos Reis Católicos, Dom João e Dona Joana (que viria a ser rainha como Joana I), com os herdeiros da Casa de Áustria ou Habsburgo, Margarita e Felipe (o futuro monarca Felipe I de Castela), bem como acompanhar a infanta Catarina de Aragão, na sua viagem à Inglaterra (em 1501, com o propósito de celebrar o casamento dela com Artur, o herdeiro inglês, que faleceu no ano seguinte).

**Forlani, Paolo de** (ativo entre 1560 e 1574). Cartógrafo veneziano.

**Fortes, Manuel de Azevedo** (1660-1749). Engenheiro militar português que estudou em vários países europeus e, ao regressar a Lisboa, acabou por ocupar o cargo de engenheiro-mor do Reino.

**Freire, Gilberto de Mello** (1900-1987). Polímata brasileiro que se dedicou em seus livros à interpretação do Brasil, sob os ângulos da sociologia, antropologia e história.

**Fritz, Samuel** (1654-1725). Missionário jesuíta boêmio, conhecido por sua exploração do rio Amazonas e de sua bacia. Passou a maior parte de sua vida a pregar para comunidades nativas americanas, na região da Amazônia.

**Fróis (ou Flores), Estêvão** (século XV-século XVI). Navegador português.

**Furtado, Francisco Xavier de Mendonça** (1701-1769). Militar e administrador colonial português. Fundador das cidades de Soure e São Domingos do Capim, no Pará. Em 1758, Francisco conseguiu a permissão da corte portuguesa para transformar o povoado de Macapá em vila, além de ajudar com recursos na construção da Igreja de São José, e instalar os poderes Legislativo e Judiciário na capital amapaense. Francisco Xavier era filho de Manuel de Carvalho e Ataíde, irmão do primeiro-ministro marquês de Pombal e do cardeal e inquisidor-mor Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça. Foi governador geral do estado do Pará, de 1751 a 1759 e secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, entre 1760 e 1769. Ajudou na conspiração que levou à condenação à morte do padre Gabriel Malagrida e a expulsão dos jesuítas de Portugal, pois a questão com a Companhia de Jesus com Pombal começara no Brasil, pois ela denunciava a exploração da mão de obra indígena, o que incomodava a governação absoluta proposta nessa altura por si e perda de rendimento para o Estado. Como governador geral do estado do Grão-Pará e Maranhão, recebeu duas importantes diretrizes para a sua ação de governo: promover a secularização da administração das aldeias e a declaração da “liberdade” dos índios, com a consequente supressão do poder temporal dos religiosos nesses locais; e a criação de uma companhia geral de comércio para o Grão-Pará. Estas duas linhas de governo faziam emergir três questões indissociáveis: a “liberdade dos índios”, a abolição do governo temporal das aldeias controladas pelos missionários; e o incentivo à produção e ao comércio da capitania. Segundo as cartas informativas que enviou para o Rei, os colonos não dispunham de recursos para a importar escravos da

África. Em 6 de Julho de 1752, foi informado de que fora designado como chefe plenipotenciário da missão demarcatória dos limites fronteiriços da bacia Amazônia, decorrentes do Tratado de Madri. Em 1759, regressa a Portugal. Faleceu com 68 anos em Vila Viçosa, encontrando-se sepultado na Igreja Matriz da dita vila.

**Galluzzi, Enrico Antonio (conhecido no Brasil como Henrique Antônio Galluzzi)** (século XVIII). Engenheiro militar italiano, a serviço da Coroa de Portugal, onde alcançou o posto de sargento-mor de infantaria. Os seus conhecimentos abrangiam astronomia, cartografia bem como sua especialidade, engenharia militar. Foi contratado para integrar a expedição técnico-científica em novembro de 1750, encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, previstas no Tratado de Madri.

**Gama, Vasco da** (1469-1524). Navegador e explorador português. Na Era dos Descobrimentos, destacou-se por ter sido o comandante das primeiras embarcações (quatro começaram a viagem; apenas duas regressaram a Portugal) a navegar da Europa à Índia, na mais longa viagem oceânica até então realizada (1497-1499), superior a uma volta completa ao mundo pelo Equador. No fim de sua vida, foi, por um breve período, Vice-Rei da Índia.

**Gandavo, Pedro (Pero) de Magalhães** (c. 1540-c. 1580). Historiador e cronista português, nascido em Braga. Filho de pais flamengos, oriundos da cidade de Gand, daí o seu apelido Gandavo. Foi professor de latim e de português e serviu como secretário na Torre do Tombo. É principalmente conhecido por ter escrito *Tratado da província do Brasil* e *Tratado da terra do Brasil*, com a finalidade de estimular a emigração portuguesa. Os dois textos mencionados acima foram mais tarde reunidos no conhecido livro *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil*, editado em Lisboa, por António Gonçalves, em 1576. Gandavo esteve no Brasil entre 1558 e 1572, para trabalhar na Fazenda do Governo da Bahia.

**Gandia, Enrique de** (1906-2000). Historiador e sociólogo argentino. Sua especialidade foi a história da América espanhola. Escreveu *Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas*.

**Garcia, Aleixo** (Alentejo, ?-1525). Navegador português que participou na exploração do rio da Prata em 1515, a serviço da Coroa de Castela, sob o

comando de Juan Dias de Solís (João Pedro Dias de Solis), e em expedições ao interior da América do Sul.

**Garcia, Rodolfo Augusto de Amorim** (1873-1949). Professor brasileiro de História e Geografia e, sobretudo, de Etnografia. Foi um dos mais notáveis colaboradores do *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, organizado pelo Instituto Histórico, no qual contribuiu com o capítulo “Etnografia indígena”.

**Gastaldi, Giacomo** (1500-1565). Importante cartógrafo veneziano (nascido no Piemonte e mudou-se para Veneza em 1539), onde foi, inicialmente, engenheiro, antes de se tornar o cartógrafo mais renomado da Itália e o cosmógrafo oficial da República Serena.

**Góis, Damião de** (1502-1574). Historiador, humanista, viajante, diplomata e alto funcionário régio português. De cultura enciclopédica e dotado de um dos espíritos mais abertos e críticos da sua época, Damião de Góis pode ser considerado como um verdadeiro traço de união entre Portugal e a Europa culta do século XVI. Foi hóspede de Erasmo de Roterdão.

**Gomes, Diogo** (1420-c. 1502). Navegador e explorador português, mais conhecido por sua exploração do estuário de Gâmbia e sua alegação de ter “descoberto” a ilha de Santiago, Cabo Verde. Poucos detalhes biográficos sobre Gomes são conhecidos com certeza. Acredita-se que ele tenha nascido em Portugal no início do século XV, estima que sua data de nascimento tenha sido na faixa de c. 1402-1420. Foi moço de câmara do Infante D. Henrique, por ele enviado em expedições de descobrimento à costa ocidental da África. Em 1440, foi nomeado coletor das alfândegas reais. Das viagens que efetuou, participou, com Gil Eanes e Lançarote de Freitas de expedição militar de 1445 à ilha de Tider, perto do Cabo Branco. Nomeado escrivão da carreamento real (12 de junho de 1451), continuou a prestar serviços, tanto ao Infante quanto à Coroa.

**Gomes, Estêvão** (c. 1483-1538). Cartógrafo e explorador português. Navegou a serviço de Castela, na frota de Fernão de Magalhães, mas abandonou a expedição, antes de chegar ao Estreito de Magalhães e voltou para a Espanha em maio de 1521. Em 1538, Gomes explorou a atual Nova Scotia, bem como a costa Leste da América do Norte. Em 1535, Gomes juntou-se à expedição

de Pedro de Mendonza para o rio da Prata, durante a qual Gomes foi morto no rio Paraguai por índios, em 1838.

**Gomes, Fernão** (século XV). Comerciante e explorador português. Em 1469, D. Afonso V concedeu-lhe, por arrendamento, o monopólio do contrato de comércio o Golfo da Guiné, com a condição de explorar 100 léguas da costa da África por ano, durante cinco anos (houve uma prorrogação de um ano). Gomes ficou conhecido como Fernão da Mina, pelo tráfico de ouro em grande escala que coordenou.

**Gonçalves, Manuel** (“Regueifeiro”) (século XVII). Piloto-mor, enviado em 1615 como integrante de frota de socorro, composta de sete navios e 600 homens, dirigida pelo capitão Alexandre de Moura, para tomar o forte de São Luís do Maranhão dos franceses.

**Gorjão, Francisco Pedro de Mendonça** (1686-1767). Militar e administrador colonial português. Foi capitão-mor da capitania da Paraíba, de 1729 a 1734, do Maranhão de 1747 a 1751, e do Grão-Pará, de 1747 a 1751. Foi também governador e capitão-general da Ilha da Madeira, de 1737 a 1747.

**Grimaldi e Pallavicini, Pablo Jerónimo (marquês)** (Gênova, 1710-1789). Diplomata e político italo-espanhol. Membro da família Grimaldi que atualmente reina em Mônaco e que atuou durante vários séculos na vida política genovesa. Serviu, também, os reis espanhóis, Fernando VI e Carlos III.

**Guillén y Tato, Julio** (1897-1972). Historiador militar espanhol, membro da Real Academia Espanhola e da Real Academia de História. Guillén y Tato especializou-se em arqueologia, arquitetura naval e cartografia.

**Gusmão, Alexandre de** (Santos, 1695-1753). Diplomata conhecido por seu papel crucial nas negociações, pelo Império Português, do Tratado de Madri. Considerado um dos patronos da diplomacia brasileira, Gusmão foi responsável pela elaboração da doutrina do *uti possidetis*, que norteou as negociações com a Espanha, pela qual cada país deveria reter para si os territórios que tivesse efetivamente ocupado. Com base nesse princípio, pôde-se incorporar ao território brasileiro as áreas ocupadas a expansão a oeste ocorrida, sobretudo a partir da União Ibérica (1580-1640), com as entradas e bandeiras.

**Gutiérrez, Diego** (século XVI). Cosmógrafo e cartógrafo espanhol que trabalhou na Casa de Contratación, de 1554 a 1569. Em 1562, Gutiérrez publicou um mapa notável, intitulado *Americae Sive Quartae Orbis Partis Nova et Exactissima Descriptio*. O mapa apresenta não somente o sistema do rio Amazonas e o lago Titicaca, além de outras características geográficas, mas também representações fantasiosas de papagaios, macacos, sereias, etc.

**Guzmán, Ruy Diaz de** (Assunção do Paraguai, 1559-1629). Conquistador, burocrata colonial e cronista crioulo. Foi o primeiro escritor nascido no governo do rio da Prata.

**Hamy, Ernest-Théodore** (1842-1908). Médico francês, fundador, depois conservador do Museu de Etnografia do Trocadero, em Paris. Hamy editou trabalho sobre as cartas-portulanos dos séculos XV, XVI e XVII, inclusive uma carta-portulano italiana do início do século XV, desenhada por Gabriel Vallsecha.

**Handelmann, Gottfried Heinrich** (1827-1891). Historiador alemão. Publicou várias obras acerca da história regional de Schleswig-Holstein, bem como sobre alguns países americanos. A sua História do Brasil, publicada em 1860, foi traduzida para o português por Lúcia Furquim Lahmeyer, Bertoldo Klinger e Basílio de Magalhães em 1931, em iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**Haro, Cristóvão de** (?-1541). Mercador de origem holandesa, residente em Lisboa. Representante da família Fugger. Depois de desavença com D. Manuel I de Portugal, que mandou confiscar seus bens, Cristóvão de Haro mudou-se para Sevilha, onde forneceu apoio financeiro para a viagem de Fernão de Magalhães de circum-navegação do mundo, em 1519.

**Haro, Diogo de** (século XV-século XVI). Irmão de Cristóvão de Haro que se estabeleceu como negociante em Antuérpia, e que, em 1515, associou-se com outros negociantes, para explorarem os Rios da Guiné.

**Harrisse, Henry** (Harry) (1829-1910). Advogado norte-americano estabelecido em Paris. Autor de diversas obras de bibliografia e crítica histórica, sobre a época dos descobrimentos da América. Profundo conhecedor da cartografia americana da primeira metade do século 16. Harrisse publicou, em 1897, o trabalho: *The Diplomatic History of America, (1452-1494)*.

**Heawood, Edward** (1863-1949). Cartógrafo e bibliotecário. Foi bibliotecário da *Royal Geographical Society*, de 1936 a 1939, onde era a autoridade máxima sobre mapas antigos e sobre a história dos descobrimentos geográficos. Publicou trabalhos sobre cartografia bem com se especializou em marcas d'água encontradas em mapas. Escreveu para a revista *Geographical Journal* importantes artigos, entre os quais *The Waldseemüller Facsimiles*, *The World Map before and after Magellan's Voyage* e *English Country Maps*, além de inúmeros outros.

**Henrique de Aviz (1º duque de Viseu)** (1394-1460). Popularmente conhecido como o Infante de Sagres ou O Navegador, D. Henrique investiu toda sua fortuna em investigação relacionada com navegação e cartografia e deu início à era dos descobrimentos.

**Henrique V** (1386-1422). Rei da Inglaterra de 1413 até sua morte. A sua campanha em 1415, durante a qual venceu a batalha de Azincourt (em 25 de outubro) e onde suas reduzidas tropas derrotaram a maior parte do exército francês e a dos seus aliados, teve por objetivo sua pretensão à coroa da França.

**Heriarte, Maurício de** (?-?). Cronista português que acompanhou a expedição de Pedro Teixeira. Escreveu, em 1662, o seguinte trabalho: “*Descrição do estado do Maranhão, Pará, Guarupé e rio das Amazonas*”, publicado em Viena (encomendado pelo barão de Porto Seguro).

**Herrera y Tordesillas, Antonio de** (1549-1626). Biógrafo, cronista e historiador espanhol, autor da monumental *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Océano*, obra que foi objeto de dezenas de edições e traduções e que, depois de muito revista e aumentada, se manteve até finais do século XIX como uma das fontes principais da história da conquista castelhana das Américas.

**Herrera, Lopo de** (?-?) Embaixador que os Reis Católicos, Ferdinando e Isabella, enviaram ao Rei de Portugal e que chegou antes da chegada de Ruy de Sande. Os dois emissários cruzaram-se no meio do caminho.

**Holanda, Sérgio Buarque de** (1902-1982). Historiador e crítico literário brasileiro.

**Homem, André** (século XVI). Cartógrafo português. Pouco se sabe acerca de sua biografia, mas acredita-se que foi irmão de Diogo Homem e filho

de Lopo Homem. Sabe-se que André Homem esteve em Paris, em 1565, e em Londres, em 1567. Sua obra mais conhecida, *Universa ac navigabilis terrarum orbis descriptio*, foi elaborada sobre pergaminho, em 1559, para o soberano de França.

**Homem, Diogo** (c. 1497-c. 1572). Cartógrafo português. Foi o primeiro cartógrafo a produzir uma carta marítima do Mediterrâneo, a partir de uma placa de cobre.

**Homem, Lopo** (1497-1572). Cartógrafo e cosmógrafo português. Produziu diversos mapas manuscritos do Brasil (c. 1519), bem como um mapa-múndi (1554). Em 1517, D. Manuel de Portugal passou-lhe um alvará (revalidado em 1524 por D. Carlos III) que lhe dava o privilégio de fazer emendar todas as agulhas (bússolas) dos navios. Em 1524, participou na Junta Badajoz-Elvas, comissão estabelecida pelas Coroas de Portugal e Espanha, para demarcar os limites a Este de navegação dos dois países, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, cuja posição exata havia sido contestada na sequência da chamada “Questão das Molucas”. Sobre essa Junta, existe na Torre do Tombo uma carta de autoria de Lopo Homem, que alude à querela entre os dois soberanos acerca dos direitos que cada um tinha a territórios e navegação, e que terminaria com a assinatura do Tratado de Saragoça, em 1529. A obra mais antiga conhecida de Lopo Homem é um planisfério, descoberto em Londres em 1930. Em Florença, existe outro planisfério, datado de 1554, e na Biblioteca Nacional de Lisboa há também uma carta marítima (que antes de 1910 se encontrava no Paço das Necessidades, por ter pertencido a Carlos I de Portugal), atribuída a esse cartógrafo por Jaime Cortesão, estudioso cuja obra “Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI” tem extensa parte dedicada a Lopo Homem.

**Hondius, Jodocus** (1563-1612). Cartógrafo holandês, nascido em Flandres. Hondius mudou-se para Londres, onde continuou a confeccionar mapas de grande qualidade.

**Humboldt, Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von** (1769-1859). Geógrafo, etnógrafo, antropólogo, físico, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanologista, humanista, naturalista e explorador, nascido na Prússia, atual Alemanha. Em 1799, Humboldt empreende expedição às Américas, uma das mais notáveis expedições científicas de todos os tempos, com uma

massa de dados de um valor científico inestimável, entre os quais medidas astronômicas.

**Infante D. Henrique** (1394-1460), popularmente conhecido como “Príncipe Henrique o Navegador”, foi o terceiro filho de João I de Portugal. É considerado como a pessoa central do início da era dos descobrimentos, não somente de Portugal como da Europa em geral. Após conquistar Ceuta (1415), o principal porto ocidental islâmico do Norte da África, iniciou a expansão marítima portuguesa, pelo que ficou conhecido como o patrono da exploração portuguesa.

**Isabella I de Castela e Leão (apelidada a “Católica”)** (1451-1504). Foi Rainha de Castela e Leão (1474-1504). Foi casada com seu primo em segundo-grau, o então Príncipe Ferdinando de Aragão (1452-1516). Além de Rainha Consorte de Aragão, a partir de 1479, foi Imperatriz titular do Império Bizantino, de 1502 até sua morte.

**Ivens, Roberto** (1850-1898). Filho de pai inglês e mãe açoriana que não eram casados. Roberto Ivens fez carreira na Marinha portuguesa, onde foi oficial da Armada, administrador colonial e explorador do continente africano.

**Jacques, Cristóvão** (1480-1530). Nobre, navegador e administrador colonial português. A partir de 1526, Jacques foi designado, através de Alvará Régio, como segundo Governador das Partes do Brasil, em substituição a Pero Capico e administrou a costa brasileira, a partir da Feitoria de Itamaracá, no atual litoral de Pernambuco.

**Janssonius, Johannes** (1588-1664). Também chamado Jan Janszoon. Importante cartógrafo, editor e gravador neerlandês. Em 1612, casou-se com Elisabeth de Hondt, filha do igualmente importante cartógrafo Jodocus Hondius.

**João, Preste** (entre séculos XIII e XV). Até certo ponto, lendário patriarca cristão, cuja existência fundada em relatos ligados à expansão cristã no leste do continente africano, a partir de 1250. Inicialmente considerado governante da Índia, ainda que a Índia na época fosse um conceito vago para os europeus, a Etiópia acabou por ser a região geográfica, identificada como aquela onde se localizava seu reino e que passou a ser assinalada, desde então, em mapas de importantes cartógrafos europeus, inclusive naqueles de Blau.

**João I de Portugal** (1357-1433). Conhecido como o mestre de Avis e apelidado “o de boa memória”. Foi rei de Portugal e dos Algarves, de 1385 até sua morte. Foi o primeiro monarca português da Casa de Avis. Com o apoio do condestável do reino, Nuno Álvares Pereira e aliados ingleses (pelo Tratado de Windsor de 1386), travou a Batalha de Aljubarrota (1386) contra o reino de Castela, que invadira o país. A vitória foi decisiva: Castela retirou-se e anos mais tarde o reconheceu, oficialmente, como rei. Para selar a aliança Luso-Britânica, João I casou-se com Felipa de Lencastre, filha de João de Gante. Em 1415, João I conquistou Ceuta, praça estratégica para a navegação no norte da África – o que iniciaria a expansão portuguesa.

**João II de Portugal** (1455-1495). Aclamado rei nas Cortes de Santarém de 1477; abdica ao regressar ao Reino o seu pai, quatro dias mais tarde. Reassume o poder após a morte deste em 1481. Reformou a centralização do poder régio e assinou o Tratado de Tordesilhas com a Espanha (1494). Incentivou as letras, as artes e os estudos náuticos e reorganizou a assistência hospitalar. Não deixou descendência.

**João III de Portugal** (1502-1557). Conhecido como “o Piedoso” e o “Colonizador”, foi rei de Portugal e Algarves, de 1521 a 1557. Herdou império vastíssimo e disperso, nas ilhas atlânticas, costas ocidental e oriental da África, Índia, Malásia, ilhas do Pacífico, China e Brasil. Durante seu reinado, foi obrigado a negociar as Molucas com a Espanha, no tratado de Saragoça, ao mesmo tempo que adquiriu novas colônias na Ásia (Chalé, Diu, Bombaim, Baçaine e Macau) e um grupo de portugueses chegou pela primeira vez ao Japão, em 1543, e estendeu a presença portuguesa de Lisboa até Nagasaki. Para fazer face à pirataria, iniciou a colonização efetiva do Brasil, que dividiu em capitanias hereditárias, e estabeleceu o governo central em 1548. Ao mesmo tempo, abandonou diversas cidades fortificadas no Marrocos, devido aos custos de sua defesa, face aos ataques muçulmanos. Extremamente religioso, permitiu a introdução da inquisição em Portugal em 1536 – o que levou à fuga de muitos judeus e de cristãos-novos.

**João IV de Portugal** (o “Restaurador”) (1604-1656). Foi o líder da guerra de restauração, pela conquista e reconhecimento da independência de Portugal do controle da Espanha.

**João V de Portugal** (1689-1759). Conhecido como “o Magnânimo”, foi rei de Portugal e Algarves, de 1706 até sua morte. Seu reinado de 43 anos

pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, em que Portugal teve um papel ativo e de algum relevo na política europeia e mundial; o segundo, a partir da década de 1730, em que a aliança estratégica com a Grã-Bretanha gradualmente assumiu maior importância, e o reino começou a entrar em fase de relativa estagnação. João V tentou projetar Portugal como potência internacional, e transformou suas representações nas capitais europeias em suntuosas embaixadas. Também em Lisboa e em outras cidades, mandou construir numerosas edificações, nas quais despendeu vultosos recursos do erário. Promoveu, ainda, o estudo da história e da língua portuguesa. A última realização diplomática de João V foi o Tratado de Madri, que estabeleceu as fronteiras de então do Brasil. Para reforçar seus laços com a Espanha, João V casou sua filha mais velha, Maria Madalena Bárbara Xavier Leonor Teresa Antónia Josefa (conhecida como Maria Bárbara de Bragança), com o príncipe herdeiro da Espanha (o príncipe das Astúrias) e que subiu ao trono espanhol, em 1746, como Fernando VI da Espanha. O casamento, à semelhança da prática da época, representou ato político que melhorou as relações entre as duas Coroas ibéricas, após a Guerra da Sucessão Espanhola. A rica correspondência entre D. João V e sua filha, sobretudo quando rainha de Espanha, se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob a cota *Correspondência dos soberanos de Hespanha com os de Portugal*. Muitas cartas do rei de Portugal, escritas de próprio punho, tratavam de assuntos familiares e as minutas correspondentes encontram-se no referido arquivo. Mas a grande maioria das cartas por ele assinadas e cujas minutas se encontram igualmente arquivadas, não foram escritas pelo rei, mas sim pelos seus auxiliares diretos. Os autógrafos dessas minutas são do cardeal da Mota e algumas das notas marginais provam que tais minutas não foram sequer ditadas pelo rei. Muito embora João V tivesse uma forte personalidade, conhecido pelas suas atitudes autoritárias e controladoras, e fosse possuidor de vastos conhecimentos em relação à política internacional, que dominava com inegável perspicácia e inteligência, a sua correspondência política com sua filha era inicialmente discutida com o cardeal que, em seguida redigia a minuta e deixava para outra pessoa transcrever o original, para ser assinado pelo rei. A mão que escrevia o original era de pessoa conhecida de D. Maria Bárbara e que tinha toda a sua confiança e fidelidade. Por serem as cartas do rei de tão grande responsabilidade e importância, o cardeal da Mota teria emitido pareceres, formulado considerações, sugerido resoluções, apontado

perigos e vantagens, o que leva a crer que a matéria dessas cartas fosse quase exclusivamente redigida pelo cardeal. Embora D. João V, em 1746 e 1747, já estivesse doente e procurasse poupar-se dos cuidados do governo, não abdicara ainda, nem abdicaria até 1748, ano em que se entregou nas mãos inábeis de D. Fr. Gaspar da Encarnação, abandonando seu antigo sistema de tudo ver e decidir por si, principalmente em assuntos importantes e delicados da política internacional. Por outro lado, as cartas de D. Maria Bárbara (escritas de próprio punho e igualmente arquivadas na Torre do Tombo), são fonte preciosa de informação sobre assuntos políticos da maior importância, de uma época notável da história da Espanha. A rainha, ainda que profundamente leal à Espanha, manifestou sempre o mais vivo interesse por Portugal e pelos portugueses. Fernando VI, quando subiu ao trono, não possuía o menor conhecimento ou a mais singela experiência dos assuntos da administração interna e externa de seu país; desconfiava de tudo e de todos, e por se encontrar a Espanha em situação internacional delicadíssima, o novo rei pôs nas mãos de D. João V, seu sogro e amigo sincero e leal, a condução de assuntos internos e externos da Espanha. O seguinte trecho, tirado de carta de D. Maria Bárbara a D. João V, em 4 de agosto de 1746 é uma de muitas provas disso:

[...] ElRey [Fernando VI] também sumamente obrigado ao muito que V. Maj. o favorece confessa os maiores agradecimentos e me diz o diga assim a V. Maj. e que conhece que V. Maj. o trata como verdadeiro Pai, e assim o aconselha, e que em tudo quer seguir os ditames de V. Maj. que conhece são fundados em toda a razão e conhecimento e experiência dos negócios, e que assim responde a V. Maj. que em tudo se conforma com o que V. Maj. lhe diz, e aprova que se espere a ver o que lhe propõe, antes de propormos nós [...].

Poucas semanas depois da morte de Felipe V, pai de Fernando VI, já Maria Bárbara recebia do marido o encargo de informar D. João V do que de mais importante ocorria na vida da Espanha e a pediu para ser intermediária secreta do entendimento político entre as duas Cortes. Embora receasse que essa tarefa fosse superior à sua capacidade, a rainha soube fazer-se entender admiravelmente dos dois lados e foi uma colaboradora preciosa de seu marido, ainda que seu espírito franco, sincero e honesto não se harmonizava

com os processos tortuosos, menos sérios de governar da Corte espanhola. O embaixador francês em Espanha, ao escrever para a sua Corte, em 4 de agosto de 1746, dizia: – “*Du caractère dont je vois la Reine d’Espagne, si nous la trompons une fois, si nous lui cachons quelque chose, jamais elle n’en reviendra*” (Abbé de Vauréal, Bispo de Rennes, embaixador da França em Madri a René Louis de Voyer de Paulmy, 2º marquês d’Argenson, estadista e escritor francês. Foi secretário de Estado para Assuntos Externos de Luís XV, de 1744 a 1747). Ainda assim, as cartas de D. João V eram, senão todas, muitas delas, lidas e discutidas pelos ministros de Fernando VI, cujo embaixador em Portugal dizia, num requinte de galantaria, ser “inútil a sua presença em Lisboa, porque o nosso rei e seus ministros tratavam melhor dos negócios de Espanha do que ele o podia fazer”.

**Joassar, Estevão do Loreto (Frei)** (16-c. 1735). Engenheiro e cartógrafo francês.

**Jode, Cornelis de** (1568-1600). Cartógrafo e gravador flamengo, filho de Gerard de Jode que trabalhava para completar um atlas, quando faleceu em 1591. Cornelis retomou o trabalho de seu pai que terminou e publicou, em 1593, sob o nome *Speculum orbis terrae*. Há que sustente que o trabalho, assim como terminado por Cornelis, incorporou elementos do *Theatrum orbis terrarum* de Abraham Ortelius, a ponto de ser considerado um plágio do mestre brabantino.

**José I de Portugal (o Reformador)** (1714-1777). Filho do rei João V de Portugal e Maria Ana da Áustria. José I modernizou seu país economicamente e artisticamente com a ajuda de seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal.

**Jorge Juan y Santacília, Jorge (anteriormente francificado em Georges Juan)** (1713-1773). Oficial da marinha, engenheiro naval, cientista, espião industrial e diplomata espanhol foi uma das grandes figuras de sua época em seu país. Fez seus estudos superiores na ilha de Malta. De volta à Espanha, Juan entrou em 1730 na escola de oficiais da Marinha de Cádiz, onde estudou matemática, astronomia, navegação e cartografia ao mesmo tempo em que participou de várias missões navais. Depois disso, foi nomeado, com seu ex-colega Ulloa, para participar da expedição geodésica francesa, organizada pela Academia Real de Ciências de Paris e, como tal, desembarcou no Equador, onde a equipe científica francesa propôs medir o grau do arco meridiano

no equador para inferir a forma da Terra. Juan permaneceu no Peru, entre 1736 e 1744, período durante o qual os dois jovens cientistas espanhóis registraram suas observações não apenas científicas, mas também políticas, sociais e militares, além de descobrir o elemento químico da platina. Em 1745, terminada sua missão científica, Ulloa e Juan retornaram à Espanha, em dois navios diferentes, a fim de minimizar o risco de perder os frutos de seu trabalho. De volta à Espanha, Juan pediu ao ministro Ensenada que fosse à Inglaterra, como espião político e industrial. Viajou incógnito pela Inglaterra e perguntou sobre novos métodos ingleses de construção de navios e novas tecnologias de armas. Foi descoberta seu estratagema o que o forçou a voltar à Espanha em 1750, não sem anteriormente ter escolhido vários técnicos especializados em inglês, convidados por ele para trabalhar para a coroa espanhola. Juan foi responsável, por um lado, pela reforma da construção naval espanhola, ao modernizar os estaleiros e armamentos, ao mesmo tempo em que racionalizou a produção que concentrou em embarcações leves e rápidas e, por outro lado, modificou o treinamento dos oficiais da marinha, ao oferecer-lhes uma base científica sólida. Em 1757, Juan fundou o Observatório Nacional Espanhol em Madri e construiu um observatório em Cádiz. Contudo, após a queda de Ensenada, muitos de seus planos de reforma não tiveram êxito. Em 1767, ele foi encarregado de uma importante missão diplomática no Marrocos e trabalhou como diretor do Seminário de Nobres em Madri, de 1770 até sua morte. Juan é autor de vários trabalhos, alguns em colaboração com Ulloa, e relatos de suas aventuras e observações (científicas e políticas) no Peru e, especialmente, em seus últimos anos, *Examen marítimo teórico-práctico* (1771), seu livro-mestre, tratado de navegação de alto nível que foi muitas vezes traduzido e amplamente distribuído na Europa.

**Kaerius, Petrus (Pieter van den Keere)** (1571-1646). Gravador e cartógrafo holandês. Refugiou-se em Londres, de 1570 e 1593, em decorrência de perseguição religiosa nos Países Baixos. Em Londres, casou-se com a irmã de Jodocus Hondius, igualmente refugiado religioso e com quem aprendeu gravura e cartografia. De regresso à Amsterdã, trabalhou ativamente nessa atividade.

**Kammerer, Albert** (1875-1951). Diplomata, geógrafo e historiador francês. Ainda que se tenha especializado no Oriente, os interesses de Kammerer eram ecléticos.

**Keulen, Johannes van** (1654-1715). Cartógrafo holandês, autor de importante atlas náutico e rodoviário, chamado *Zee-Fakkel* (a Tocha do Mar).

**King, Phillip Parker** (1791-1856). Foi um dos primeiros exploradores ingleses das costas australianas. Foi responsável por concluir as pesquisas costeiras de Matthew Flinders e, assim, fez quatro viagens à Austrália, entre 1817 e 1822 com Allan Cunningham. King também explorou a Patagônia e a Terra do Fogo e, de 1826 a 1830, realizou levantamentos topográficos das costas entre a Argentina e o Chile.

**Köch-Grünberg, Theodor** (1872-1924). Etnólogo e explorador alemão, que contribuiu relevantemente ao estudo dos povos indígenas da América do Sul, entre os quais os povos indígenas brasileiros da região amazônica. Köch-Grünberg estudou a mitologia e as lendas desses povos. As narrativas dos mitos desses povos foram mencionadas por Mario de Andrade, na sua obra *Macunaíma*.

**Kropotkine, Pyotr Alexeevich** (príncipe, título a que renunciou aos 12 anos) (1842-1921). Militar, cientista, explorador, filósofo e ativista russo que defendeu o anarquismo. Aos 20 anos integrou expedição que realizou levantamentos geográficos nas fronteiras com a Manchúria. Em 1871, Kropotkine explorou os depósitos glaciais da Finlândia e da Suécia, para a Sociedade Geográfica Russa. Fez importante contribuição para a ciência, com a publicação de trabalho com mapa, no qual sustentou que os mapas então existentes interpretavam erroneamente as características físicas da Ásia.

**Kunstmann, Friedrich** (1811-1867). Teólogo alemão que se tornou professor de religião em escola em Munique. Em 1840, Kunstmann assumiu o cargo de educador da Infanta Maria Amália de Portugal, em Lisboa. Regressou a Munique em 1846, onde se tornou professor titular de Direito. Posteriormente, foi nomeado membro da Academia de Ciências da Baviera.

**La Condamine, Charles-Marie de** (1701-1774). Naturalista, militar, matemático e aventureiro francês. Desistiu da carreira militar para, depois de breves estudos científicos na Academia de Ciências de Paris, engajar-se

na expedição de Duguay-Trouin pelas costas do Mediterrâneo. Ao voltar, um ano depois, suas observações científicas surpreenderam os membros da Academia. Apresentou-se como voluntário para a mais complexa expedição do século 18 e partiu para medir o arco do meridiano, em Quito, então parte do Vice-Reino do Peru, e, juntamente com o astrônomo Louis Godin (1704-1760) e o matemático Pierre Bouguer (1698-1758), integrou em 1736 a expedição enviada pela Academia das Ciências de Paris ao Peru. O objetivo era de determinar o tamanho da Terra. Findos os trabalhos, La Condamine desceu o rio Amazonas até a foz (1743-1744) e dali regressou à Europa. No ano seguinte, publicou o relato da sua viagem, acompanhado de um mapa. O relato foi publicado sob o título *Viagem na América Meridional*. Envolveu-se na polêmica entre cartesianos e newtonianos sobre a figura da Terra. Ao fim de oito anos e abatido por inúmeras doenças contraídas na selva, La Condamine deixa a equipe, mas, ao invés de voltar diretamente à França, continuou no rio Amazonas. Suas observações etnográficas, botânicas e corográficas levaram a Europa, entre outras descobertas científicas, à desconhecida borracha.

**Ladesma, Pedro de** (século XV-século XVI). Piloto espanhol que serviu como intérprete na viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-98) e participou da quarta viagem de Colombo.

**Lancastre, João de** (1646-1707). Militar e administrador colonial português. Como militar, em 1683, participou da armada que foi a Savóia buscar a Rainha e distinguiu-se na guerra de Castela, até 1668. Em março de 1688, por carta-patente foi nomeado capitão-general do Reino de Angola. Foi, ainda, governador dos Algarves e, em carta-patente assinada em fevereiro de 1894, foi nomeado Governador-geral do Brasil.

**Landi, Giuseppe Antônio (conhecido como Antônio José Landi no Brasil e em Portugal)**. Arquiteto italiano, com marcante atuação na Amazônia. O rei de Portugal encarregou o carmelita João Álvares de Gusmão de contratar nas cidades italianas “sujeitos práticos nos estudos de geografia e astronomia”, para fazerem observações astronômicas e formarem cartas geográficas do Brasil. Portugal e Espanha acabavam de assinar o Tratado de Madri em 1750 e o rei desejava técnicos para trabalhar na comissão de limites que iria estabelecer os marcos de fronteira – e preferia que “fossem versados na filosofia experimental” e “práticos de medicina, especialmente

de botânica”, e “suficientemente desenhadores para tirarem vistas dos lugares mais notáveis e debuxarem as plantas, animais e outras coisas desconhecidas e dignas de notícia” – eram as instruções de Marcos de Azevedo Coutinho. Professor de arquitetura e de perspectiva em Bolonha, Landi foi contratado por D. João V, como desenhista para a Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil. Não se sabe como se produziu o contato entre o carmelita João Álvares de Gusmão e Landi, mas o primeiro o contratou, assim como ao astrônomo João Angelo Brunelli. Deixaram Bolonha em fins de 1750 ou princípios de 1751, e partiram de barco em Gênova com destino a Lisboa. Landi permaneceu em Portugal dois anos. Já no trono o novo rei D. José I de Portugal, Landi partiu para o Pará a 2 de junho de 1753 com os demais membros da comissão técnica. A comissão permaneceu um ano em Belém, antes de subir para o Alto Rio Negro, teatro das futuras operações. Era governador e capitão-general da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça, irmão do conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. Landi atuou como naturalista amador, e desenhou, pela primeira vez, a flora e a fauna amazônicas. Somente na pequena vila de Barcelos permaneceria seis anos! Ficaria, entretanto, conhecido pelo plano urbanístico da cidade de Belém, onde desenhou fachadas, prédios, o porto, praças e demais projetos arquitetônicos. Ainda segundo Leandro Tocantins,

jamais representou o abandono dos valores culturais que faziam parte de sua personalidade de homem europeu e, especialmente, de italiano. Ao contrário, sua presença no Brasil – e no Brasil mais tropical que é a Amazônia – significou a introdução de formas e concepções técnicas e artísticas novas para o Brasil daquela época, e a feliz convergência de estilos em voga na Itália e em Portugal, sem esquecer a íntima correlação entre a arquitetura e o meio, fenômeno que Landi teve a sensibilidade de perceber. O que lhe proporcionou a vantagem de construir prédios, palácios e igrejas mais ou menos adaptados às condições climáticas da Amazônia, e nunca a transposição integral dos modelos europeus para os trópicos amazônicos. Neste ponto, Antônio Landi absorveu as constantes culturais nas áreas tropicais. E ainda foi além [...] adotou uma vida totalmente luso-tropical nos hábitos, ao passar a ser, de forma lusitana, membro da Ordem Terceira

de São Francisco da Penitência, em apreciar as viagens fluviais de exploração científica, no prazer de confraternizar com as populações nativas, na associação franciscana com a natureza e na curiosidade de investigá-la na propensão de fazer ciência experimentalista, dentro das tradições lusas e franciscanas do saber de experiência feito. E, por fim, na constituição da família, escolhendo para mulher uma senhora luso-brasileira, descendente do sólido tronco português.

**Largeau, Victor Emmanuel Étienne** (1867-1916). Soldado e explorador francês que desempenhou papel importante na colonização do Chad.

**Lasso, Bartolomeu** (século XVI). Cartógrafo português. A mais antiga referência ao seu nome encontra-se na Carta-régia de 17 de maio de 1564, que o autoriza a exercer a profissão de cartógrafo, por ter sido “achado auto e suficiente para fazer cartas de marear e estrellabios e agulhas”. A mesma fonte refere que foi examinado pelo cosmógrafo-mor Pedro Nunes, cujo assistente era o cartógrafo Jorge Reinel. Anos mais tarde, em 24 de janeiro de 1591, assistiu ao exame do cartógrafo Francisco Luís. Bartolomeu Lasso também é mencionado no “Livro do Lançamento”, de 1565, no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, e em carta de perdão, passada em 2 de maio de 1570, pela qual o soberano comutou uma parte da pena do seu exílio em Almada, por conta de um desentendimento que Lasso tivera com o seu colega de profissão João Galego. Da sua obra são conhecidas apenas quatro cartas, não datadas, mas atribuíveis a: c. de 1575; c. de 1584; c. de 1586; e c. de 1588, além de um Atlas incompleto, composto de oito cartas, onde, numa delas se lê: “Este libro. de cosmographia. Denavegar. Fez. Bertholamev Laso. Año. De. 1590 Em lix. Boa”. Antonio Blásquez deu notícia deste atlas em trabalho publicado no *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid* (1915), quando a considerou “*una joya de la cartografía del siglo XVI*”. Este atlas foi adquirido por W; A. Englelbrecht e, posteriormente, doado ao Maritiem Museum Rotterdam. A sua obra cartográfica contribuiu amplamente para o desenvolvimento da cartografia neerlandesa de fins do século XVI, conforme referido em uma carta-patente emitida pelos Estados Gerais dos Países Baixos em 1592, pela qual se autorizou Cornelis Claesz, editor de Amsterdã, a imprimir ou desenhar a pena todas as vinte e cinco cartas náuticas, das quais atualmente apenas são conhecidas as cartas acima. De acordo com a mesma fonte, essas cartas foram obtidas por indicação do cartógrafo neerlandês

Petrus Plancius a Bartolomeo de Lasso, cosmógrafo e mestre de navegação do Rei de Espanha. A obra de Lasso terá exercido profunda influência na execução dos trabalhos daquele cartógrafo neerlandês, nomeadamente na elaboração do seu grande planisfério de 1592, de acordo com F. C. Wieder, cartólogo e diretor da Biblioteca da Universidade de Leiden, em 1916. As cartas de Lasso devem ter sido as primeiras a ser utilizadas pelos neerlandeses nas suas viagens a outros continentes. O rigor e a precisão, nalguns casos quase real, com que registrava nas suas cartas a geografia então conhecida, são-nos demonstrados pela inclusão nos seus trabalhos de “todas as costas marítimas de todo o mundo, com todas as profundidades e baixos, bancos, recifes, cabos, promontórios e portos, todos colocados na sua correta elevação do Polo ou graus de latitude, distâncias e rumos [...]”, como é mencionado no documento dos Estados Gerais. O piloto Gaspar Ferreira Reimão refere, em dois diários de navegação dos finais do século XVI, ter utilizado uma carta de marear deste cartógrafo, na qual marcava o ponto. Nesse sentido, a obra cartográfica de Lasso teve também uma função utilitária, dada a sua utilização prática tanto por pilotos portugueses, como por neerlandeses.

**Leão, Manuel Viera** (século XVIII). Cartógrafo português.

**Le Gentil, Georges** (1875-1953) Professor de História da Literatura Portuguesa na Sorbona.

**Leitão, Jerônimo** (século XVI). Sabe-se pouco a respeito da vida de Jerônimo Leitão. Após viagem à Índia, Leitão veio ao Brasil, onde governou a capitania de São Vicente, de 1572 a 1592. Leitão teria, durante esse tempo, realizado a primeira bandeira conhecida e, em 1579, atacado as aldeias de índios, nas margens do Anhembi (Tietê). Jerônimo teria sido irmão do D. Pedro Leitão, segundo bispo do Brasil.

**Leite, Duarte** (veja Duarte Leite Pereira da Silva).

**Leite, Serafim** (1890-1969). Padre da Companhia de Jesus que se dedicou a pesquisar e redigir a história dos jesuítas no Brasil, desde a chegada da Companhia a terras brasileiras, até a expulsão da Ordem (1549-1759). A obra que deixou inclui textos diversos produzidos e publicados em livros, revistas e jornais, de 1913, até o ano de sua morte. Sua obra mais conhecida é a História da Companhia de Jesus no Brasil, publicada em 10 tomos, entre os anos 1938 e 1950.

**Leme, Antônio Pires da Silva Pontes** (1750-1805). Nasceu em 1750 em Mariana, Minas Gerais, de tradicional família. Estudou em Coimbra, onde se doutorou em matemática. Foi capitão de fragata pela Marinha Portuguesa, lente da Academia Real dos Guardas-Marinhas e sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa. Em 1797 foi nomeado governador da capitania do Espírito Santo, então ainda sob domínio administrativo da Bahia. Envolvido em outros encargos cartográficos em Salvador, só assumiu em 1801, permanecendo no lugar até 1804. Logo que chegou ao Espírito Santo, Silva Pontes dedicou-se com vigor e rapidez a demarcar os limites centrais da capitania, ao sul do rio Doce. Não se preocupou nem com o sul nem com o norte, totalmente coberto de florestas. Seu interesse concentrava-se no rio Doce. Faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1805, e foi sepultado no claustro do Convento de Santo Antônio.

**Leme, Pascoal Moreira Cabral** (1654-1724). Sertanista bandeirante paulista.

**Lemos, Gaspar de** (século XV-século XVI) Navegador e explorador português. Comandou um dos navios da armada de Pedro Álvares Cabral, que chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500. Como comandante do navio que transportava mantimentos, Lemos foi designado por Cabral para retornar a Portugal, após curta estadia de sua nave em terras de Vera Cruz, e levar para D. Manuel I de Portugal as notícias sobre o descobrimento do que se pensava ser uma ilha. Retornou a Portugal com a carta de Pero Vaz de Caminha. Gaspar de Lemos voltou ao Brasil em 1501, numa viagem exploratória das terras continentais recém-descobertas por Vicente Yáñez Pinzón, na companhia, dentre outros, de Américo Vespúcio.

**Lemos, Rui de** (?-?). Nobre português que integrou a comitiva da embaixada que João II enviou à Espanha em 1494, por ocasião da negociação e assinatura do Tratado de Tordesilhas. Lemos atuou como testemunha.

**León, Diego de Alvear y Ponce de** (1749-1830). Militar e político espanhol, pertencente à saga hispano-argentina dos Alvear. Natural da cidade espanhola de Montilla, pertenceu a uma família abastada. Seu avô Diego de Alvear y Escalera foi o fundador em 1729 das bodegas “Alvear” de Montilla, e pelo lado dos Ponce de León descendia de Rodrigo Ponce de León, nobre de origem espanhola que também trouxe descendência para a América, além de Marcelo Torcuato de Alvear, da descendência do marquês Ramón García

de León y Pizarro. Sua filha, Sabina de Alvear y Ward, além de escrever a biografia de seu pai, foi decisiva na comercialização dos vinhos da bodega na Europa. Seu filho, Carlos María de Alvear, estabelecido na Argentina, originou uma saga de políticos sobressaindo-se seu neto Torcuato de Alvear e seu bisneto Marcelo Torcuato de Alvear, presidente da Argentina, entre 1922 e 1928.

**Lepe, Diego de** (1460-1515). Navegador espanhol, primo de Vicente Yáñez Pinzón. Lepe partiu do sul da Espanha, no início de dezembro de 1499 e alcançou a costa do Brasil, na altura do Cabo de Santo Agostinho, litoral de Pernambuco, em fevereiro de 1500.

**Leroy-Beaulieu, Paul** (1843-1916). Economista e ensaísta francês.

**Lery, Jean de** (1534-1611). Pastor, missionário e escritor francês. Foi membro da igreja reformada de Genebra, durante a fase inicial da Reforma Calvinista. Em 1555, acompanhou um grupo de ministros e artesãos em viagem à França Antártica, colônia francesa estabelecida na Baía de Guanabara. Ainda que Nicolas Durand de Villegaignon os houvesse acolhido por dois meses, acabou por os expulsar, juntamente com outros protestantes, por lhes acusar de heresia. Léry, com os demais expulsos, passou dois meses na região da Baía de Guanabara, acolhidos pelos índios Tupinambás, antes de o grupo regressar à França, em viagem acidentada.

**Lichthardt, Jan Corneliszoon** (século XVII). Vice-almirante holandês que havia vivido muitos anos em Lisboa e falava português fluentemente. Participou de várias batalhas na costa brasileira, por ocasião da intervenção holandesa no Brasil.

**Lima, Luís Caetano de** (1671-1757). Religioso português e acadêmico da Academia Real de História. Empregado, por vezes, pela Coroa, em comissões políticas e diplomáticas, dentro e fora de Portugal. Serviu nas cortes de Roma, Paris, Londres e Haia. Foi erudito nas ciências históricas e perito nas línguas grega, hebraica e latina.

**Lima, Manuel Felix de** (século XVIII). Português viajante e aventureiro. Por volta de 1738, Lima navegou de Portugal para o Brasil e, enquanto procurou ouro no Mato Grosso, em 1742, descobriu o rio Guaporé que se tornou a artéria comercial de ligação mais conveniente, do sul da Amazônia. Lima

navegou por esse rio até o rio Mamoré, seguiu até a confluência com o rio Amazonas que navegou até sua foz.

**Linden, Herman Vander** (1868-1956). Historiador e professor belga de geografia, diplomacia e paleografia, junto à Universidade de Liège. Posteriormente, o professor Linden lecionou na Universidade de Oxford, como professor residente. Entre outras obras, o professor Linden escreveu para a revista *The American Historical Review* (Volume XXII, outubro de 1916) estudo intitulado *Alexander VI, and the Demarcation of Maritime and Colonial Domains of Spain and Portugal, 1493-1494*.

**Lobo, Manuel** (1635-1683). Militar português que atuou na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668) e foi governador da capitania do Rio de Janeiro, a partir de 1679. Em 1680, mudou a Colônia do Sacramento, povoação atualmente localizada no Uruguai.

**Lopes, Gregório** (1490-1550). Pintor português da primeira metade do século XVI. Pintor régio de D. Manuel I e D. João III. Lopes aderiu à mudança artística que levou à italianização da arte portuguesa. Uma de suas pinturas a óleo mais conhecidas é a de Vasco da Gama, pintada cerca de 1524.

**Lopes, Sebastião** (século XVI). Cartógrafo português.

**Loronha, Fernando de** (1470-1540). 1º Senhor da Ilha de Fernando de Noronha, judeu português, convertido ao catolicismo (cristão-novo) que se tornou um dos primeiros grandes exploradores de pau-brasil, nas terras recém-descobertas do Brasil, pelo reino de Portugal.

**Luís, António Maria Felipe (duque de Monpensier)** (1824-1890). Príncipe francês, casado com a infanta Luísa Fernanda da Espanha.

**Luís, Lázaro** (século XVI). Foi um cartógrafo português. Produziu um atlas em pergaminho (1563) que se encontra, atualmente, na Academia de Ciências de Lisboa. A terceira página do atlas mostra o litoral do Brasil, com abundante nomenclatura e razoável precisão geográfica.

**Luís XV** (1710-1774). Rei da França e Navarra, de 1715 até sua morte. Sucedeu seu bisavô, Luís XIV, com apenas cinco anos de idade. Até alcançar a maioridade em 1723, seu reino foi governado por seu tio-avô, Filipe II, Duque d'Orleans como regente. O cardeal André Hercule de Fleury foi seu principal ministro de 1726 até 1743, quando o rei assumiu controle único

de seu reino. Durante seu reinado, Luís devolveu para a Áustria os Países Baixos Austríacos como parte do Tratado de Aquisgrão de 1748. Ele também cedeu à Nova França na América do Norte depois da Guerra dos Sete Anos em 1763. Ele acabou incorporando os territórios de Lorena e Córsega ao Reino da França. Morreu em 1774 e foi sucedido por seu neto Luís XVI.

**Mafra, Juan (João) Rodrigues de** (século XV-1521). Piloto português que vivia em Palos. A partir de 1499, passou a dedicar-se ao transporte de mercadorias para a cidade de Santo Domingo. Em 1510, aparece envolvido em caso de espionagem a serviço de D. Manuel I de Portugal, que havia enviado a Andaluzia um espião (Alonso Álvares) para recrutar pilotos portugueses que estivessem a serviço da Espanha. Em 1513, foi como piloto à Índia, sob o comando de Juan Bermúdez, com duas caravelas adquiridas em Portugal.

**Magalhães, Fernão de** (1480-1521). Navegador português e capitão da armada que, pela primeira vez, realizou a viagem de circum-navegação, através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, de onde provinham as especiarias. Com 25 anos de idade, alistou-se como voluntário, para participar da viagem às Índias Orientais, ao acompanhar o primeiro vice-rei português do Leste. Considerado traidor por ter negociado com os mouros, Fernão de Magalhães renunciou sua nacionalidade portuguesa e se ofereceu para prestar serviço a Carlos V, rei da Espanha. Em 1517, chegou a Sevilha e, em seguida, foi para Valladolid encontrar o rei. Com a ajuda de amigos, conseguiu expor seus planos de atingir as Índias Orientais, em viagem oriunda do Ocidente e, com a ajuda do astrônomo português, Rui Faleiro, também exilado, elaborou o projeto que foi financiado por Cristóvão de Haro, rico proprietário de Antuérpia, inimigo do rei de Portugal. No dia 22 de março de 1518, Magalhães e Faleiro assinaram compromisso com Carlos V, pelo qual proclamariam espanholas todas as terras que encontrassem no curso da navegação pelo Ocidente e que receberiam 1/5 do ganho obtido, descontadas as despesas. Fernão de Magalhães não chegou a, pessoalmente, completar a viagem programada, por ter sido morto por flecha, ao desembarcar em Mactán. Sebastião Elcano completou a viagem.

**Magalhães, João** (1694-1771). Explorador português e descobridor dos campos do Rio Grande de São Pedro do Sul. Seguiu ordem do governador do Rio de Janeiro, Francisco Xavier de Távora, e foi para a localidade acima

com um grupo de pessoas, para povoar o que acabou por ser o atual Rio Grande do Sul.

**Maggiollo**, Visconde (1478-1549). Cartógrafo genovês que produziu mapas, cartas-potulanos e atlas e planisférios.

**Manuel I de Portugal** (“O Venturoso”) (1469-1521). Rei de Portugal e Algarves, de 1495 até sua morte. Filho mais novo do infante Fernando, duque de Viseu, filho do rei Duarte I e de sua esposa, a infanta Beatriz de Portugal, neta do rei João I e filha do infante João. Manuel I ascendeu ao trono, após a morte de seu primo, o rei João II, que não tinha herdeiros legítimos e o nomeou como seu sucessor e prosseguiu as explorações portuguesas iniciadas pelos seus antecessores, o que levou à descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498), ao descobrimento do Brasil (1500), à conquista de Goa e Malaca e das “ilhas das especiarias”, as Molucas, determinantes para a expansão do império português. Em 1521, Manuel I promulgou uma revisão da legislação, conhecida como Ordenações Manuelinas, que divulgou com a ajuda da recente imprensa. No seu reinado, apesar de sua resistência inicial, ao cumprir com as cláusulas do seu casamento com D. Maria de Aragão, viria a solicitar ao papa, em 1515, a instalação da inquisição em Portugal, o que só viria a ser concedido no reinado seguinte, perante novo pedido de D. João III. Com a prosperidade resultante do comércio, em particular com as especiarias, realizou numerosas obras cujo estilo ficou conhecido como manuelino.

**Manuel, Nuno** (século XV-Século XVI). Navegador português.

**Marabal, Francisco Millau** (1728-1805). Líder de esquadrão e geógrafo espanhol. O marquês de la Ensenada o incluiu na Comissão de Fronteiras com Portugal e mais tarde também na América Espanhola. Millau mapeou as regiões geográficas que compõem as atuais repúblicas do Paraguai, Argentina e Uruguai, uma experiência que ele descreveu parcialmente em seu trabalho *Descrição da província do rio da Prata*. Reintegrado à Península, Millau foi promovido a brigadeiro em 1789 e nomeado líder de esquadrão em 1795.

**Marcgraf, Georg** (século XVII). Cartógrafo alemão que produziu diversos mapas da costa brasileira, na época em que os holandeses lá estiveram. Alguns deles contêm vinhetas elaboradas por Frans Post, com ilustrações de

diversas cenas do cotidiano da região que se estendia do atual Rio Grande do Norte até Sergipe.

**Marchionni, Bartolomeo** (1450-1530). Comerciante português de origem florentina que acumulou grande fortuna e teve papel importante no comércio, durante a Era dos Descobrimentos. Em Lisboa, onde viveu desde 1469 até sua morte, representou o banco Cambini de Florença. Marchionni fez fortuna, com produtos como malagueta, açúcar, têxteis e couro, recebidos das terras descobertas, bem como do tráfico de escravos da África, a partir de 1482.

**Marini, Jeronimo** (XV-XVI). Cartógrafo veneziano. Produziu, em 1511, sobre pergaminho iluminado, o primeiro mapa-múndi (*Orbis typus universalis tabula*), o *Planisfério de Marini*, conhecido em que o nome “Brasil” aparece para designar a América Lusitana. O original desse mapa encontra-se na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores e foi adquirido em 1912, pelo ministro Lauro Müller, em leilão em Roma. O traçado geral da América do Sul e do Brasil, ainda que esquemático e referida apenas a parte das costas orientais, filia-se estreitamente nos protótipos de Hamy e Caneiro, cuja influência perdurou até 1516.

**Matham, Teodoro** (c. 1600-c. 1663). Pintor, gravador e escultor holandês. Estudou em Roma, onde aperfeiçoou-se e, até, chegou a esculpir estátuas, no Palácio Giustinianni.

**Matienzo, Sancho de** (meados do século XV-1522). Espanhol. Foi o primeiro tesoureiro nomeado para a Casa de Contratación das Índias, quando essa foi fundada em 1503.

**Mattos, Francisco Jaguaribe Gomes de** (1881-1974). Militar brasileiro que atuou, principalmente, como geógrafo e cartógrafo. Foi membro, desde 1910, da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, mais conhecida como Comissão Rondon. Nela, atuou como cartógrafo, chefe da Seção de Desenhos. Jaguaribe foi membro de diversas sociedades e academias ligadas à geografia, tanto no Brasil como em outros países. Como cartógrafo, chefiou projeto de elaboração da *Carta do estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas*.

**Mauro (Frei), O.S.B.** (?-1464). Cartógrafo veneziano que criou o mais pormenorizado e preciso mapa do mundo, até sua época. Frei Mauro serviu

como monge no mosteiro Camáldulo de São Miguel, na ilha de Murano, onde desenvolveu seu trabalho cartográfico. Frei Mauro foi, também, empregado pelo Infante D. Henrique de Portugal, mais conhecido como Dom Henrique o Navegador.

**Médici, Catarina Maria Romola di** (1519-1589). Nobre italiana que se tornou rainha consorte da França, de 1547 até 1559, como esposa do rei Henrique II da França.

**Mello Neto, José Antônio Gonçalves de** (1916-2002). Escritor brasileiro que se notabilizou pela sua obra sobre o período holandês no Brasil (1630-1654).

**Melo, Sebastião José de Carvalho e (Marquês de Pombal e conde de Oeiras)** (1699-1782). Nobre e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino, durante o reinado de D. José I (1750-1777). Até hoje, é considerado uma das figuras mais controversas e carismáticas da história de Portugal. Representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII, viveu num período da história marcado pelo Iluminismo. Iniciou com esse intuito várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Acabou com a escravatura em Portugal continental a 12 de fevereiro de 1761 e, na prática, com os autos da fé em Portugal e com a discriminação dos cristãos-novos, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição portuguesa, em vigor *de jure* até 1821. Por outro lado, criou a Real Mesa Censória em 1768, com o objetivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino, o que, até então, estava a cargo do Tribunal do Santos Ofício. Durante o reinado de D. João V, foi embaixador nas cortes do Reino da Grã-Bretanha, em Londres, e do Sacro Império Romano-Germânico, em Viena, Arquiducado da Áustria. A sua administração ficou marcada por duas contrariedades célebres: o primeiro foi o terremoto de Lisboa de 1755, um desafio que lhe conferiu o papel histórico de renovador arquitetônico da cidade. Pouco depois, o Processo dos Távoras, uma intriga com consequências dramáticas. Foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das suas colônias. O quadro “O Marquês de Pombal iluminando e reconstruindo Lisboa”, assinado conjuntamente por Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude-Joseph Vernet (1714-1789), dois grandes pintores da sua época, representa o estadista, em 1759, no centro de uma cena de grande significado político e econômico.

**Mendonça, Diogo de** (ver Corte Real).

**Mendonça, Henrique Lopes de** (1856-1931). Militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português.

**Mendonza, Alonso Vélez de** (?-?). Navegador espanhol, que obteve dos Reis Católicos, em 6 de junho de 1499, licença para viajar às Índias, bem como autorização para utilizar quatro caravelas, embora acabasse por somente obter duas. Em outubro, Vélez de Mendonza chegou ao Cabo de Santos Agostinho, no litoral de Pernambuco.

**Mendonza, Juan Escalante de** (1529-1596). Escritor, navegador e cartógrafo espanhol. Escreveu *Itinerário de la navegación de los mares y tierras occidentales*.

**Mendonza, Lope Hurtado de** (1499-1558). Embaixador espanhol de Carlos V. Serviu junto a diversas cortes, entre as quais a do rei de Portugal, de 1528 a 1532.

**Mendonza, Luis Sarmiento de** (c. 1534-1572). Representante de Carlos V, em Lisboa.

**Mendonza, Pedro de** (século XV-século XVI). Cardeal de Espanha e Arcebispo de Toledo.

**Meneses, Francisco Barreto** (1616-1688). Militar e administrador colonial luso-brasileiro. Nasceu no Peru, à época da União das Coroas ibéricas. Foi escolhido para comandar as tropas luso-brasileiras na Insurreição Pernambucana que expulsou do Nordeste os holandeses.

**Meneses, Joaquim Francisco de Sá Almeida e** (2º marquês de Abrantes) (1695-1756).

**Meneses, Rodrigo Cesar de** (século XVIII). Administrador colonial português. Foi governador e capitão-geral da capitania de São Paulo, entre 1721 e 1728 e da capitania-geral do Reino de Angola, entre 1732 e 1738. Foi, também, responsável pela fundação da Vila de Cuiabá, em 1726, após a descoberta de ouro na região.

**Menezes, Diogo de (Conde da Ericeira)** (1553-1635). Aristocrata português.

**Mercator, Gerhard** (1512-1594). Pai espiritual da cartografia holandesa. Cartógrafo e matemático flamengo. Aluno de Gemma Frisius. Autor de um

planisfério (1569) construído numa projeção por ele concebida, usada até hoje nas cartas náuticas, a projeção de Mercator. Elaborou também globos, mapas em grandes dimensões e o *Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabrica figura* (1595), que rivalizou com o de Ortelius.

**Métraux, Alfred** (1902-1963). Antropólogo de origem suíça, formado em Paris e que obteve a nacionalidade dos Estados Unidos da América. Especialista em povos da América Latina, do Haiti e da Ilha da Páscoa, sua obra perpassa várias áreas de conhecimento, entre as quais história, arqueologia e etnografia.

**Miller.** Nome do proprietário de quem nos chegou atlas de 1519, uma obra-prima da cartografia portuguesa, conhecida também como atlas Lopo Homem, atlas ilustrado que inclui uma dezena de cartas náuticas. Trabalho conjunto dos cartógrafos Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, ilustrado por Jorge de Holanda. O atlas, conhecido por Miller, representa o mundo conhecido dos europeus na época em que foi publicado.

**Moniz, Pero** (século XV). Nobre português que integrou a comitiva da embaixada que João II enviou à Espanha, por ocasião da negociação do Tratado de Tordesilhas.

**Montanha, Alexandre José** (1730-1800). Engenheiro militar e cartógrafo português. Foi o primeiro urbanista, engenheiro, topógrafo e agrimensor da Vila de Porto Alegre. Enviado ao Rio Grande do Sul, foi responsável pelo traçado inicial de Porto Alegre e pela medição dos lotes a serem distribuídos aos colonos açorianos, em 1772. Foi também responsável pelo plano urbano da Vila de Santo Amaro. Construiu a primeira igreja da matriz de Porto Alegre. Em sua homenagem existe a rua Capitão Montanha no centro de Porto Alegre.

**Montanus, Arnaldo** (1625-1683). Escritor e religioso holandês. Entre suas obras mais importantes, destaca-se o trabalho *América*, publicado em Amsterdã, em 1671, por Jacob van Meus, com 585 páginas, 31 pranchas, 16 mapas desdobráveis, 7 retratos e 70 outras ilustrações. Na parte referente ao Brasil, Montanus utilizou 15 desenhos de Frans Post, que anteriormente incluídas em edição original de livro de Caspar Barlaeus, publicado em 1647, tornaram a aparecer.

**Monteiro, Luis Vahia** (1660-1732). Capitão e administrador colonial português. Governador da capitania do Rio de Janeiro, de 1725 a 1732.

**Montoya, Antonio Ruiz de** (1585-1652). Sacerdote jesuíta, nascido em Lima, Peru, e que se notabilizou por seu trabalho missionário nos atuais territórios do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e por ter escrito e publicado, em 1640, o *Tesouro de la lengua guarany*, um dicionário da língua guarani antiga. Montoya foi um dos fundadores da redução jesuítica de San Joseph, em 1625, localizada na antiga província espanhola do Guayrá e que, atualmente, é um sítio arqueológico denominado Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia em Cambé, cidade ao norte do estado do Paraná.

**Morais, Francisco de Castro** (século XVII-século XVIII). Governador e capitão-geral da capitania do Rio de Janeiro, de 1697 a 1699 e da capitania de Pernambuco, de 1703 a 1707. Moraes voltou a ser capitão-geral do Rio de Janeiro de 1710 e 1711, durante o que a cidade foi invadida pelos corsários franceses Jean-François Duclerc (1710) e René Duguay-Trouin (1711). Francisco de Castro Moraes redigiu um documento, *Relação da infeliz desgraça que sucedeu na cidade do Rio de Janeiro com a guerra que segunda vez lhe foram fazer os franceses em setembro de 1711*, copiado por Alberto Lamego e publicado em seu artigo “Os Franceses no Rio de Janeiro” (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 148, p. 811, 1950). Tinha razão, entretanto, em se queixar Castro Moraes da qualidade de seus soldados (embora o historiador inglês C. R. Boxer afirme que não há maus soldados mas sim maus oficiais comandantes), pois estavam descontentes com o permanente atraso em seus vencimentos, com as precárias condições de vida-dentro e fora das casernas. Duguay-Trouin não encontrou resistência por mar nem por parte dos militares encarregados da defesa dos pontos estratégicos do Rio de Janeiro. Desembarcando na cidade, os franceses encontraram apenas pequenos grupos civis, mormente após a fuga do governador Castro Moraes, de seus acólitos e dos chefes militares – o que teria sido mais assustador para os cariocas do que a presença dos franceses, cuja invasão teve fim após o pagamento de um “resgate” pela cidade: 600 mil cruzados em ouro, 200 bois e 100 caixas de açúcar. Após o evento foi preso nas Índias portuguesas e terminou seus dias em 13 de setembro de 1738 em Chaves, Portugal.

**Mortier, Pieter (Pierre)** (1661-1711). Importante cartógrafo e gravador holandês. Mortier viajou para Paris, onde permaneceu de 1681 a 1685. De

Paris, obteve em 1690 o privilégio de publicar mapas e atlas de editores franceses, em Amsterdã.

**Moura, Alexandre de** (séculos XVI e XVII). Militar português que colaborou com a destruição da França Equinocial. Chegou à capitania de Pernambuco em 1598, para participar na etapa final da conquista da Paraíba em 1599. Entre 1603 e 1615, foi lugar-tenente governador da capitania e teve um papel preponderante na ocupação do Nordeste e do Norte do Brasil. Em 1615, venceu os franceses no Maranhão e aprisionou seu líder, La Ravardière.

**Nassau-Siegen, João Maurício de** (1604-1679). Foi um nobre alemão-holandês, conde e, após, príncipe de Nassau-Siegen. Foi governador da colônia holandesa no Recife. Os holandeses permaneceram no Brasil, de 1630 a 1654, embora Nassau somente tenha administrado a colônia holandesa no Brasil, de 1636 até 1644, quando regressou à Holanda.

**Navarro, João de Aspilcueta (padre jesuíta)** (1522/1523-1557). Nascido no país basco, na Espanha. D. João III, após a morte do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, resolveu instalar um governo-geral para todo o país, com o objetivo de afastar a cobiça estrangeira. O rei português, que foi descrito por Santos Inácio de Loyola como pai e protetor da Companhia de Jesus, enviou, em 1549, com o primeiro governador seis jesuítas, comandados pelo padre Manuel da Nóbrega. O padre Aspilcueta fez parte desses seis jesuítas e ficou três anos em Salvador, ocupado com a construção do colégio e da cidade e trabalhou nas aldeias indígenas dos arredores. Aspilcueta foi dos primeiros padres da Companhia de Jesus a realizar a catequese no Brasil, no século XVI.

**Nobrega, Manuel da** (1517-1570). Sacerdote jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica à América. As cartas enviadas a seus superiores são documentos históricos sobre o Brasil colonial e a ação jesuítica no século XVI.

**Nolin, Jean-Baptiste** (1657-1708). Cartógrafo, gravador, editor e comerciante de mapas francês.

**Nordenskiöld, Nils Erland Herbert** (1877-1932). Arqueólogo e antropólogo sueco, cujas pesquisas se concentraram na etnografia e na pré-história da América do Sul. Nordenskiöld organizou diversas expedições à América

do Sul, como aquelas à Patagônia (1899), à Argentina e Bolívia (1901-1902) e ao interior do continente (1913).

**Noronha, Jácome Raimundo de** (século XVII). Administrador colonial português. Foi governador do Pará, de 27 de maio a novembro de 1630.

**Nova, João da** (1460-1509). Explorador galego, a serviço de D. Manuel I de Portugal. Deu seu nome a uma pequena ilha no canal de Moçambique, a Ilha de João da Nova, hoje administrada pela França e dependente de Reunião. Nova faleceu em Cochim.

**Novais, Paulo Dias de** (1510-1589). Fidalgo e explorador português. Integrou embaixada portuguesa ao reino de Angola, onde acabou detido por seis anos. Solto, obteve do rei de Portugal carta de doação em 1571, que lhe deu o título de “Governador e Capitão-Mor, conquistador e povoador do Reino de Sevaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior”, ou, simplesmente, Capitão-Governador Donatário.

**Nunes, Diogo** (século XVI). Mestiço português, a serviço da Espanha, esteve no alto Amazonas, antes de Francisco Orellana, com a expedição de Mercadillo. Em 1538, Nunes chegou até a região de Tefé, onde os Aisuari habitavam a rica província de Machiparo, onde encontrou grupo numeroso de índios Tupinambá, procedentes de Pernambuco e em plena migração para o Peru, onde chegaram em 1549.

**Nunes, Pedro** (1502-1578). Matemático português, que ocupou o cargo de cosmógrafo-mor para o Reino de Portugal. Foi um dos maiores vultos científicos do seu tempo. Contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da navegação teórica, tendo-se dedicado, entre outros, aos problemas matemáticos da cartografia. Foi ainda inventor de vários instrumentos de medida, incluindo o anel náutico, o instrumento de sombras e o nónio (*nonius*, o seu sobrenome em latim).

**Ojeda, Alonso de** (1466-15165). Navegador, explorador e conquistador espanhol. Foi almirante da Marinha espanhola.

**Oliveira, Diogo Luís de (conde de Miranda)** (século XVII). Militar e administrador colonial português. Foi governador do Brasil de 1627-1635.

**Oliveira, Fernão (Fernando) de** (1507-1581). Frade, gramático e construtor bélico-naval renascentista português. Publicou a primeira gramática da

língua portuguesa, em 1536. Teve variado conjunto de atividades, entre as quais a de piloto e de construção naval. Escreveu “A Arte da Guerra” (Coimbra, 1555) e a “Ars Náutica” (1570), o primeiro tratado enciclopédico de matéria referente à navegação, guerra naval e construção de embarcações.

**Olmedilla, Juan de la Cruz Cano y** (1734-1790). Cartógrafo, ilustrador e gravador espanhol. Foi, durante muitos anos, cartógrafo oficial de Carlos III da Espanha.

**Orellana, Francisco de** (1511-1546). Explorador, conquistador e corregedor espanhol. Participou da conquista do Império Inca e, posteriormente, da descoberta do rio Amazonas.

**Ortelius, Abraham** (1527-1598). Cartógrafo e geógrafo brabantino, considerado o criador do primeiro Atlas moderno, o *Theatrum Orbis Terrarum*. Em 1564, Ortelius completou um mapa-mundo de oito folhas, que mais tarde apareceu em formato reduzido no *Theatrum*.

**Paes, José da Silva** (1679-1760). Militar, engenheiro e administrador colonial português. Notabilizou-se por ser um grande estrategista que não apenas idealizou, como também participou diretamente da administração pública que estruturou a concepção do Brasil Meridional lusitano. Mandou construir fortificações e participou da construção de diretrizes geopolíticas para garantir a presença portuguesa no Prata, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

**Pais, Fernão Dias** (1608-1681). Bandeirante paulista. Foi o de mais largo renome, juntamente com Antônio Raposo Tavares.

**Paiva, Afonso de** (c.1443-c. 1490). Navegador português do século XV. Tornou-se explorador, a convite de D. João II, para que fosse recolher informações do Oriente, acerca das rotas e pontos de referência. Paiva aprendeu a falar árabe com os mercadores de Ceuta. Paiva partiu com Pero de Covilhã em 1487 de Santarém até Rodes, de onde continuaram disfarçados de mercadores. Passaram por Alexandria de onde seguiram para o Cairo, Suez e Arábia. Depois foram a Adem, onde chegaram em 1488. Lá, se separaram: Pero de Covilhã teria seguido para a Índia e Afonso de Paiva, para a Etiópia, onde, depois de uma febre, teria falecido, antes de Pero de Covilhã regressar ao

Cairo, em fins de 1490. Contudo, há quem sustente que Afonso de Paiva não tivesse chegado a acompanhar Pero de Covilhã a Adem.

**Palheta, Francisco de Melo** (1670-c. 1750). Militar luso-brasileiro responsável pelo cultivo do café no Brasil e em Portugal. O café foi primeiro introduzido na América do Sul, através do Suriname. De lá, passou para a Guiana Francesa, por iniciativa do governador de Caiena, que conseguiu de um francês, chamado Morgues, um punhado de sementes que plantou no pomar de sua residência.

**Parry, William Edward** (1790-1855). Oficial da Marinha (Contra-Almirante), hidrografo e explorador inglês, célebre pelas suas viagens no Ártico, em busca da Passagem do Noroeste.

**Pedro II de Portugal (apelidado “o Pacífico”)** (1648-1706). Rei de Portugal e Algarves, de 1683 até sua morte. Anteriormente, serviu como regente de seu irmão, o rei Afonso VI, a partir de 1668 até sua ascensão ao trono. Foi o último filho do rei João IV e sua esposa, a rainha Luísa de Gusmão.

**Peixoto, Domingos de Brito** (século XVII – século XVIII) Foi um bandeirante e fundador, em 1676, do povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, no sul do Brasil. Há carta datada de 10 de fevereiro de 1688 em que escreve ao rei, dizendo que *se animou a fazer a conquista de Laguna, muitas terras férteis e abundantes de pescado e carne, e para mais lavoura com as vizinhanças das de Buenos Aires, donde lhe parecia havia maiores haveres; pelo que se resolvera a fazer duas embarcações, 12 que perdera havia já 14 anos e outra que de presente ia à sua custa com seus filhos, parentes e amigos, com desígnio de mandar fazer diligência por prata, porque por alguns sinais não faltaria.*

**Pereira, Duarte Coelho** (1485-1554). Militar e administrador colonial português. Foi o primeiro capitão-donatário da capitania de Pernambuco e fundador de Olinda. Filho de Gonçalo Coelho.

**Pereira, Duarte Pacheco (“o Grande”)** (1460-1533). Navegador, militar e cosmógrafo português. Em 7 de junho de 1494, na sua qualidade de cosmógrafo, foi escolhido por D. João II de Portugal, para fazer parte das testemunhas, nas negociações e posterior assinatura do Tratado de Tordesilhas (no tratado, Pereira assinou “*na qualidade de contínuo da casa do senhor rei de Portugal*”). Em 1498, D. Manuel I encarregou-o de uma expedição secreta,

organizada com o objetivo de reconhecer as zonas situadas para além da linha de demarcação de Tordesilhas. Essa expedição, que, ao partir do arquipélago de Cabo Verde, se acredita ter culminado com o descobrimento do Brasil, em algum ponto da costa entre o Maranhão e o Pará, entre os meses de novembro e dezembro daquele ano. Em seguida, teria acompanhado a costa do norte do Brasil, até alcançar a foz do rio Amazonas e a ilha de Marajó. Duarte Pacheco Pereira dedicou, em 1506, ao rei D. Manuel I de Portugal trabalho manuscrito de sua autoria, intitulado “*Esmeraldo de Situ Orbis*”, obra de 200 páginas, dividida em cinco partes. Esse trabalho, considerado uma obra prima de seu gênero, contém as coordenadas geográficas de latitude e longitude de todos os portos conhecidos na época. Duarte Pacheco, pessoa de inteligência excepcional, demonstra nessa obra profundo conhecimento como matemático e cosmógrafo, conhecimento que lhe permitiu calcular, quase dois séculos antes de descobertas similares, o valor do grau do arco meridiano, com margem de erro de, apenas, 4%, quando a margem de erro percentual na época variava de 4 a 15%. Por essas razões e por representar minucioso relato das viagens de Duarte Pacheco, não só à costa do Brasil, como à costa da África, principal fonte na época da riqueza comercial de Portugal, o soberano português considerou as informações náuticas, geográficas e econômicas reunidas na obra de tamanha importância que proibiu que o trabalho viesse a público.

**Pfeil, A. Conrado** (1638-1701). Missionário jesuíta que percorrer a região amazônica, em fins do século XVII, e cujos registros comprovariam ser o Oiapoque o rio do Tratado de 1713.

**Picard, Jean (também conhecido como Padre Picard)** (1620-1682). Geodesta e astrônomo francês, considerado o fundador da geodésia moderna. Foi o primeiro a medir um arco de um grau de meridiano da Terra por triangulação, com instrumentos equipados com telescópios para reticulação. Picard deduziu o raio da Terra, supostamente esférico, com uma precisão até então inigualável. Seu trabalho também se refere à busca de um padrão de comprimento universal e ao nivelamento para fornecer água às fontes do Palácio de Versalhes. Em astronomia, ele fez inúmeras observações e medições no campo, para o futuro mapa triangular da França, do qual ele seria o iniciador. Estabeleceu um novo método para determinar as

coordenadas equatoriais das estrelas por sua passagem para o meridiano. É considerado o responsável pelo desenvolvimento da astronomia de precisão.

**Piedade, (Frei) Antonio da** (1680-1724). Religioso português que nasceu e viveu no Brasil Colônia. Foi visitador em 1730 e depois Examinador Sinodal do Patriarcado. Fez famosos sermões, enumerados na *Biblioteca Lusitana*.

**Pita, Sebastião da Rocha** (1660-1738). Advogado, historiador e poeta do Brasil Colônia.

**Pimentel, Manuel** (1650-1719). Foi cosmógrafo-mor de Portugal.

**Pina, Ruy de** (1440-1523). Cronista e diplomata português. A serviço de D. João II, foi incumbido de várias missões diplomáticas, dentre as quais se destaca a representação dos interesses portugueses em Barcelona, após a viagem de Colombo. Pina procurou delimitar, em negociações que já prenunciavam o Tratado de Tordesilhas, os domínios destinados a Portugal e aqueles destinados à Espanha. Foi nomeado o nono cronista-mor do reino, guarda-mor da Torre do Tombo e da livraria régia por D. Manuel I, em 1497, cargos que ocupou até sua morte. Sua atividade como cronista desenvolveu-se por volta de 1490, quando D. João II lhe atribuiu uma tença para “*escrever e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos Reynos*”. Escreveu a crônica de vários reis, entre os quais D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis I, D. Afonso IV, D. Duarte I, D. Afonso V e D. João II. Em todas, adotou um ponto de vista que exaltava os feitos dos monarcas.

**Pinto, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa** (1846-1900). Foi um militar, explorador e administrador colonial português. As expedições de Serpa Pinto deram-se nas vastas regiões da África Central, compreendidas entre Cunene e o Zambeze.

**Pinzón, Vicente Yáñez** (1462-1514). Navegador e explorador espanhol. Há quem o considere o descobridor do Brasil, por ter atingido o Cabo de Santo Agostinho, no litoral de Pernambuco, em 26 de janeiro de 1500, cerca de três meses antes da chegada de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro.

**Pita, Sebastião da Rocha** (1660-1738). Nascido na Bahia, Rocha Pita foi advogado, historiador e poeta do Brasil Colônia.

**Pizarro (González), Francisco** (1475-1541). Conquistador espanhol. Pizarro conquistou o Império Inca, que submeteu ao poder espanhol, e foi governador do atual Peru, onde foi assassinado em Lima (então conhecida como *Ciudad de los Reyes*).

**Polo, Marco** (c. 1254-1324). Mercador, embaixador e explorador italiano, nascido em Veneza. As aventuras de Marco Polo estão registradas em *As Viagens de Marco Polo*, em que descreve para os europeus as maravilhas da China, de sua capital, Pequim, e de outras cidades e países da Ásia. Seu livro inspirou Cristóvão Colombo e muitos outros viajantes.

**Portugal, Antônio de Almeida Soares (1º marques do Lavradio)** (1699-1760) 38.º Governador de Angola. Foi capitão e depois coronel de infantaria do Regimento de Elvas. Igualmente Coronel do regimento de infantaria da corte. D. João V de Portugal, em atenção aos serviços prestados pelo tio, 1.º patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, lhe fez mercê do senhorio da vila do Lavradio de juro e herdade. O mesmo rei concedeu-lhe ainda o título de 1.º conde do Lavradio em 1714. O título pertencera a Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, vice-rei da Índia morto sem geração, consequentemente vago para a Coroa. Em 1749, foi nomeado governador capitão-general de Angola. De regresso ao Reino, foi nomeado coronel de Infantaria na Corte, mais tarde governador de Elvas e, em 1757. Durante esse tempo, o rei D. José de Portugal, por decreto de 18 de outubro de 1753, elevou-o a marquês do Lavradio. Mais tarde o marquês de Pombal, ministro d'El-Rei D. José I de Portugal, tinha-lhe em grande consideração por seu espírito reformador, e o nomeou em 1760 vice-rei do Brasil para substituir o conde dos Arcos, que durante cinco anos governara a opulenta colônia. Partiu para a Bahia, sede da colônia, e ali chegou em janeiro de 1760, mas faleceu pouco depois de tomar posse do seu novo cargo.

**Post, Frans Jansz** (1612-1680). Pintor neerlandês que, juntamente com Albert Eckhout, acompanhou João Maurício de Nassau ao Nordeste do Brasil, em meados do século XVII. Post passou oito anos no Brasil, onde desenvolveu importante atividade como pintor de paisagens nativas brasileiras, bem como pinturas de gênero, em que captou a vida, os costumes, os habitantes locais, e os animais do país. Post regressou à Holanda em 1644, onde se casou e teve filhos.

**Ptolomeu, Claudio** (c. 90- c. 168). Cientista grego que viveu em Alexandria, no Egito. Foi reconhecido pelos seus trabalhos em matemática, astrologia, astronomia, geografia e cartografia. Realizou, ainda, trabalhos importantes em teoria musical e ótica. Na época de Ptolomeu os estudos tendiam a mesclar ciência e misticismo. A Astrologia ocupava-se dos estudos da localização e movimento dos corpos celestes, mas também da associação da localização dos mesmos com a adivinhação. Por essa razão, séculos mais tarde, houve a necessidade de separar o componente científico da mística e criou-se o termo “Astronomia”, para referir o estudo apenas do componente científico. Foi exatamente o mesmo que aconteceu com a Química que se separou da Alquimia pelas mesmas razões. Na concepção atual, por outro lado, a astronomia, uma ciência, é estudada de forma completamente distinta da astrologia, uma crença. O grande mérito de Ptolomeu foi, ao se basear no sistema de mundo de Aristóteles, criar um sistema geométrico-numérico, de acordo com as tabelas de observações babilônicas, para descrever os movimentos do céu.

**Quiroga, José** (século XVIII). Padre jesuíta que participou da expedição demarcatória, após a assinatura do Tratado de Madri.

**Radin, Paul** (1883-1959). Antropólogo cultural e folclorista norte-americano. Entre suas obras, figura *Indians of South America*, publicada em Nova York, em 1942.

**Ramalho, João** (1493-1582). Foi um aventureiro e explorador português. Teve um papel importante na aproximação pacífica entre índios e portugueses. Fundou a dinastia dos mamelucos (filhos de portugueses com índios) que, no século XVII, teve lugar de destaque na empreitada comercial-militar, conhecida como bandeiras. Chegou a ser conhecido como Patriarca dos Bandeirantes.

**Ratzel, Friedrich** (1844-1904). Geógrafo e etnólogo alemão, notável por ter criado o termo *Lebensraum* (espaço vital). Ratzel teve grande importância na geografia, por ter contribuído com temas, tais como econômicos e políticos, que, até então nela não eram abordados e por ter colocado o homem como um ser central nas suas análises.

**Ravadière, La (Senhor de) (Daniel de la Touche)** (1570-1631). Capitão da Marinha francesa e colonizador. Huguenota fervoroso, durante as guerras

religiosas francesas, La Ravadière é enviado por Henrique IV da França para a Guiana, onde explorou o rio Oiapoque. Após sucessivos regressos à França, para obter apoio para consolidar uma colônia francesa no Maranhão, La Ravadière é derrotado por Alexandre de Moura na Batalha de Guaxenduba, em 1614, e finalmente capitulou um ano depois, em novembro de 1615. Os portugueses o levaram para Portugal e encarcerado na torre de Belém, até 1620.

**Real, Diogo de Mendonça Corte** (1658-1736). Diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado, no reinado de D. João V. Corte-Real tratou com eficiência as dificuldades que se erguiam entre Portugal e a Holanda. Após uma série de conferências sobre o assunto a tratar, a 22 de maio de 1692, o diplomata português conseguiu na Haia o que desejava e assinou-se tratado que resolvia todas as dissidências. Os Estados Gerais da Holanda se responsabilizaram pelo pagamento de oitenta mil patacas, como indenização pelos ataques aos navios portugueses.

**Real, Gaspar Corte** (1450-1501). Foi um navegador português de uma família de navegadores dos séculos XV e XVI, com o nome ligado ao descobrimento da Terra Nova, em cerca de 1472, por João Vaz Corte-Real, navegador português que para além desta expedição, organizou ainda outras viagens que o terão levado até à costa da América do Norte, quando explorou, desde as margens do rio Hudson e São Lourenço, até o Canadá e a Península do Labrador.

**Reimão, Gaspar Ferreira** (século XVI-1626). Piloto cartógrafo e roteirista português. No roteiro da *Carreira da Índia* (1612), afirma-se que Gaspar Ferreira Reimão foi dos mais importantes navegadores da Carreira da Índia. Entre as obras que escreveu sobre a matéria, figuram: 1597-*Diário de navegação da nau São Marinho, em viagem para a Índia, no ano de 1597*; e 1612-*Roteiro da carreira da Índia*.

**Reinel, Jorge** (c. 1510–c. 1572). Cartógrafo português, filhos de Pedro Reinel, igualmente cartógrafo. Em 1519, Jorge Reinel participou, em Sevilha, do preparo de mapas, para a viagem de circum-navegação do mundo de Fernão Magalhães, completada por Juan Sebastian Elcano, em 1522, depois que Magalhães foi morto em Mactan, ilha de Cebu, Visayas Central, no que hoje são as Filipinas. Os mapas de Reinel do arquipélago das ilhas que compõem as Molucas, hoje parte da Indonésia, serviu de base para a ambição espanhola

de disputar sua posse, em vista das especiarias lá encontradas. Enquanto seu filho esteve na Espanha, Pedro Reinel chegou a ir ao seu encontro, para trazê-lo de volta a Portugal. Mas por se encontrar empenhado em finalizar o mapa para Magalhães, Jorge foi obrigado a estender sua estada em Sevilha, até o final da preparação do atlas e do mapa, para os quais passou a contar com a ajuda de seu pai. De regresso a Portugal, Jorge serviu ao Rei D. João III, como mestre de cartas e da bússola (agulha magnética), para o que recebeu pensão anual de 10 reais, a partir de 1528.

**Reinel, Pedro** (c. 1462-c. 1542). Cartógrafo português, pai de Jorge Reinel. Pedro Reinel foi o autor de uma das mais antigas cartas náuticas (cartas-portulanos) (c. 1485), que incluía a Europa Ocidental e parte da África, já com indicação nesse continente das explorações até então realizadas. Com seu filho, Jorge, Pedro Reinel participou da criação do Atlas Miller (1519). Sua carta do Atlântico de 1504 é uma das mais antigas das cartas-portulanos, com escala de latitudes e a primeira a apresentar a rosa-dos-ventos.

**Reis, Artur Cesar Ferreira** (1906-1993); Político e historiador brasileiro. Foi governador do estado do Amazonas, de 29 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967. Ferreira Reis foi autor de diversos livros.

**Reis, Jaime Batalha** (1847-1935). Agrônomo, diplomata, geógrafo e publicista português. Integrou a geração de 70 e foi companheiro de Antero de Quental.

**Revello, José Miguel Torre** (1893-1964). Historiador e escritor argentino. Foi diretor do Instituto de Investigações Históricas e lecionou em várias escolas nacionais e na Universidade de Buenos Aires. Revello foi premiado por suas obras *O livro, a imprensa e o jornalismo durante o domínio espanhol* e *As origens da imprensa na Espanha e seu desenvolvimento na América* com o Prêmio de Especialidade Histórica da Comissão Nacional de Cultura. Graças ao Instituto de Pesquisa Histórica, Revello conseguiu expandir seus estudos em Filosofia e Letras na Europa. Foram suas viagens pelas terras europeias que desenvolveram sua habilidade artística, refletida nos desenhos tradicionais. De volta à Argentina, dirigiu o Instituto de Pesquisa Histórica e lecionou em várias escolas nacionais e, posteriormente, na Universidade de Buenos Aires. Foi autor de obras tão variadas como *Ourivesaria colonial na América Latina*, *The General Archive of the Indies: histórico e classificação de suas coleções* e *Investigações nas Ilhas Falkland*.

**Rezende, Garcia de** (c.1470-1536). Poeta, historiógrafo, desenhador, músico e cantor português. Foi secretário particular do rei D. João II e continuou na mesma posição com o rei D. Manuel, quem acompanhou até Sevilha, em 1498. Frequentou a corte e foi nesse contexto que compilou o Cancioneiro Geral (publicado em 1516) e repositório da maior parte da produção poética portuguesa, do fim do período literário medieval e o início do período clássico. Estão representados mais de duzentos poetas, entre eles o próprio Garcia de Resende com as famosas “*Trovas à morte de Inês de Castro*”. Garcia de Resende redigiu também a *Vida e Feitos de D. João II* (1545) e uma *Miscelânea e Variedades Históricas* (1554). Acompanhado por Tristão da Cunha, foi enviado em embaixada, na qualidade de secretário e tesoureiro, a Roma, para oferecer homenagem ao Papa Leão X. É a personagem principal do romance de Fernando Campos “*A Sala das Perguntas*” (1998).

**Rio-Branco Júnior, José Maria da Silva** (1845-1912). Advogado, historiador, diplomata e político brasileiro. Negociou disputas fronteiriças entre o Brasil e alguns de seus vizinhos e consolidou as fronteiras do Brasil moderno. Ele é considerado um dos mais ilustres brasileiros, e sua habilidade diplomática e seu trabalho foram essenciais para vencer as arbitragens que opunham o Brasil à Argentina e à França, como na incorporação no Brasil de um novo território retirado da Bolívia, Acre. Ele foi nomeado barão pouco antes do final do período imperial. Morto em 10 de fevereiro de 1912. Durante o carnaval do Rio, é enterrado no cemitério do Cajú, norte da cidade. A capital do estado do Acre (Rio Branco) e a Academia Diplomática do Brasil (Instituto Rio Branco) levam seu nome. Em 1912 a Avenida Central no Rio de Janeiro foi renomeada como Avenida Rio Branco. Foi em sua homenagem que o primeiro minuto de silêncio na história foi estabelecido pelo Senado Português. Durou dez minutos, em 12 de fevereiro de 1912.

**Ribeiro, Diogo** (também conhecido como Diego de Ribero, Diego (de) Rivero e Diogo Ribeiro) (?-1533). Cartógrafo e explorador de origem portuguesa, que trabalhou desde 1518 a serviço da coroa espanhola. Diego Ribeiro trabalhou nos mapas oficiais espanhóis do *Padrón Real* (ou Padrão Geral), entre 1518 e 1532. Também produziu instrumentos de navegação, tais como astrolábios e quadrantes. Diego Ribeira começou a trabalhar para Carlos I de Espanha, em 1518, como cartógrafo na Casa de Contratación, em Sevilha. Adotou a cidadania espanhola em 1519 e, em seguida, participou

no desenvolvimento dos mapas utilizados na primeira circum-navegação da Terra por Fernão de Magalhães. Em 10 de janeiro de 1523, foi nomeado cosmógrafo real e “mestre na arte de criar mapas, astrolábios e outros instrumentos”. Por fim, substituiu Sebastião Caboto (que partiu em viagem) como cartógrafo principal. Caboto publicou seu primeiro mapa em 1544. Em 1524, Diogo Ribeiro participou da delegação espanhola na “Junta de Badajoz-Elvas” que antecedeu o tratado de Saragoça (1529), na qual Espanha e Portugal discutiram se as Molucas e as Filipinas estavam do lado espanhol ou português do Tratado de Tordesilhas. Em 1527, Diogo Ribeiro terminou o *Padrón Real*, o mapa oficial (e secreto) usado como modelo para os mapas presentes em todos os navios espanhóis. É considerado o primeiro mapa do mundo científico. Em 1531, Diogo Ribeiro inventou uma bomba de água de bronze capaz de bombear água dez vezes mais rápido do que os modelos anteriores. O *Padrón Real* é o primeiro *mapa-múndi* com base em observações empíricas da latitude. Existem seis cópias atribuídas a Ribeiro. Esse mapa é fortemente influenciado pelas informações obtidas durante a expedição de Magalhães e Elcano em redor do mundo. O mapa de Diogo Ribeiro delinea com precisão as costas da América Central e do Sul. No entanto, nem a Austrália nem a Antártida aparecem e o subcontinente indiano surge muito pequeno. O mapa mostra, pela primeira vez, a real extensão do oceano Pacífico. Mostra também, pela primeira vez, a costa norte-americana como um contínuo (provavelmente pela exploração de Estevão Gomes em 1525). Mostra também a demarcação do Tratado de Tordesilhas. Diogo Ribeiro produziu, ainda, diversos mapas da África (c. 1529) e da América (1532). Faleceu em 1533.

**Ribeiro, Duarte da Ponte (1º e único barão de Ponte Ribeiro) (1795-1878).** Médico, diplomata e cartógrafo luso-brasileiro. Filho do cirurgião José da Costa Quiroga da Ponte Ribeiro e de Ana Ribeiro, veio para o Brasil em 1807. Em 1811, aos 16 anos, formou-se como cirurgião, pela Escola de Medicina da Bahia. Logo após a independência do Brasil, causa que apoiou, foi nomeado cônsul-geral na Espanha, onde foi encarregado do reconhecimento da independência. Serviu depois como diplomata em Lisboa, México, Peru, Bolívia e em Buenos Aires, até a Guerra contra Rosas, onde teve participação importante. Entre 1836 e 1841, tornou-se o acreditado do Império junto à Confederação Peru-Bolívia, com que negociou projeto de tratado de comércio,

oportunidade na qual empregou a doutrina do *Uti possidetis de facto*. Embora o tratado tenha sido rejeitado pela Assembleia Geral, a doutrina tornou-se princípio nas negociações de limites do Brasil, sendo adotada como diretriz pelo barão do Rio-Branco. Era parte do Conselho Imperial e fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Também era sócio do IHGB, desde 1838.

**Ribeiro, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (mais conhecido como João Ribeiro)** (1860-1934). Jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor e tradutor brasileiro. Membro da Academia Brasileira de Letras. Foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. Em 1901, publicou sua obra: *História do Brasil*.

**Roberval, Jean-François de La Roque de** (c. 1500-1560). Nobre e aventureiro francês que recebeu, em 1541, de Francisco I da França a comissão para povoar a província do Canadá, mas que somente se realizou em 1542.

**Roërie, Louis Guilleux La** (1886-1945). Oficial naval francês. Lecionou na Sorbonne e na Escola Prática de Altos Estudos, o curso de História do Navio.

**Roncière, Charles de la** (1870-1941). Historiador francês da geografia e diretor de seção da Biblioteca Nacional da França. Contribuiu para a renovação da História marítima da França. De la Roncière presidiu uma reunião na Biblioteca Nacional da França na qual Jaime Cortesão participou, juntamente com especialistas franceses e estrangeiros, para debater um problema de cartografia quinhentista. O assunto debatido foi um mapa que, desde 1897, se encontrava na biblioteca parisiense, conhecido por *Atlas Miller*, nome de seu último proprietário, que o recebeu pelas mãos do Visconde de Santarém. As cartas abrangem Europa, Ásia e América então conhecidas e parte da África com o Índico ocidental. Marcel Destombes, que participou da reunião, confirmou a autenticidade do Atlas como sendo de Lopo Homem, cosmógrafo real. De la Roncière foi, ainda, um especialista em arqueologia naval.

**Rondinelli, Pietro** (século XV-século XVI). Mercador florentino que escreveu carta, datada de 1502, de Sevilha, na qual enumera os termos do famoso contrato de arrendamento da Terra de Santa Cruz, e o “Acto Notarial” de Valentino Fernandes, de 20 de maio de 1503, feito em Lisboa, do qual são testemunhos fidedignos da viagem de 1501-1502, da expedição organizada por

D. Manuel I, após a vinda do mensageiro de Cabral. A carta de Rondinelli, dirigida a seus sócios, contém o seguinte parágrafo:

*EL Rey de Portugal arrendó la tierra que descubrió a certos cristianos nuevos que están obligados a mandar todos los años seis navios a descubrir 300 leguas adelante y hacer una fortaleza em el territorio descubierto y manternela en los dichos três años; y en el primer año nada pagan, en el segundo 1/6, en el terceiro 1/4 hacen cuenta de traer palo-brasil y esclavos.*

**Ross, James Clark** (1800-1862). Oficial da Marinha e explorador inglês. Explorou o Ártico com seu tio, Sir John Ross, e com Sir William Parry, em busca da Passagem do Noroeste.

**Ruiters, Dierick** (séculos XVI e XVII). Capitão holandês. Um dos fundadores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e autor de vários livros que descrevem as longas viagens de marinheiros holandeses. Ruiters publicou em 1623 uma descrição das costas de ambos os lados do Atlântico.

**Sá, Martim Correia de** (1575-1632). Fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo (1602), Martim Correia de Sá foi um explorador do Brasil colonial. Foi o primeiro brasileiro a governar a capitania real do Rio de Janeiro.

**Sá, Mem de** (1500-1572). Conquistador e administrador colonial português. Foi governador-geral do Brasil de 1557 a 1572.

**Saavedra, Hernando Arias de** (1561-1634). Fidalgo, militar, conquistador, colonizador, explorador e administrador colonial rio-platense (nascido na cidade de Assunção, capital da província de Rio da Prata e Paraguai).

**Sabugosa (conde de) (Vasco Fernandes César de Meneses)** (1673-1741). Título criado por D. João V de Portugal, pela Carta Régia de 19 de setembro de 1729, em favor de Vasco Fernandes César de Meneses, 38º vice-rei da Índia e 4º vice-rei do Brasil.

**Salazar y Espinhosa, Juan de** (1508-1560). Explorador espanhol. Fundador da cidade de Assunção.

**Saldanha, José de** (século XVIII). Astrônomo, geógrafo e matemático português que preparou a descrição geográfica da capitania do Rio Grande de São Pedro.

**Samano, Juan de** (século XV-século XVI). Notário e secretário do Conselho das Índias, sob Carlos I.

**Sampaio, Francis Xavier de Ribeiro** (século XVIII). Ouvidor e intendente-geral português que percorreu a capitania de São José do Rio Negro entre 1774 e 1775 e deixou curioso diário, no qual aborda aspectos dos costumes indígenas, bem como a fauna e flora. Forneceu notas sobre o extermínio dos índios tupinambá e dos jurimauá, reduzidos a algumas poucas povoações, por guerras e epidemias. Nas terras férteis do rio Madeira, onde se colhia fartamente cacau, conta que índios muras, denominados de “gentio do corso”, promoviam emboscadas afugentando colonos. Tinham arcos cuja altura excedia a de um homem, munidos de ponta aguda que penetravam no inimigo. Para ele, somente com a extinção dos muras poderia a navegação ser normalizada na capitania. Já os índios ticuna não se caracterizavam pela violência e sua singularidade, para ele, estaria no seu “natural preguiçosismo”. Adotavam a circuncisão ao modo judaico, operação realizada pelas mães. Já os índios ugina, comentou, possuíam rabos de três ou quatro palmos, ou mais, e provinham do cruzamento entre mulheres e os “monos coatás” e por isso se chamavam ainda “coatá tapuia”. Sua narrativa, comenta o autor de *Brasiliana* citada abaixo, página 50, “está repleta de curiosidades e comparações surpreendentes. O ouvidor teceu ainda observações sobre as amazonas, as mulheres guerreiras, recorrendo à farta literatura sobre o tema (Laet, Raleigh, Cristobal de Acuña, Feijó e La Condamine). E assim concluiu:

Se eu devo agora dizer o que me parece, confesso que não cabe no meu entendimento igual opinião. E se examinarmos esta matéria pela regulada verdadeira lógica, e sólida crítica, devemos assentar que a existência das amazonas da América he huma daquellas preocupações populares que achando fundamento no maravilhoso, que o povo ama, se propagam com extraordinária facilidade.

E como desde a viagem de Francisco de Orellana o tema do Eldorado era recorrente, disse ainda: “Enfim, o lago Dourado, se existe, me persuado que

é somente nas imaginações dos espanhóis, que tenho notícias certas ainda atualmente fazem diligências para achar; mas na verdade esta matéria só deve ser tratada pelo modo alegórico, e irônico que dela escreveu um autor famoso.”

**Sanches, Antonio** (século XVII). Cartógrafo espanhol, autor de conhecido mapa de 1641.

**Sande, Ruy de (também conhecido como Ruy de Sande e Rodrigo de Sande)** (c. 1475-?). Conselheiro de D. João II e seu antigo moço de escrivania. Ainda que Ruy de Sande não tivesse se distinguido em assuntos náuticos e cosmográficos, D. João enviou-o, em 6 de abril de 1493, à corte espanhola, como seu embaixador. Foi o primeiro embaixador enviado aos Reis Católicos, a lembrar as obrigações contraídas por esses, por ocasião da assinatura do Tratado das Alcáçovas. Ruy de Sande foi *Alcade mayor* de Torres Vedras.

**Sanson, Nicolas** (1600-1667). Cartógrafo francês. Conhecido como Nicolas Sanson d'Abbeville, por ter acrescentado a seu nome o de sua cidade natal, na Picardia. No início, Sanson trabalhou sob a influência da escola holandesa, mas logo estabeleceu as bases de uma escola cartográfica francesa, que, durante a segunda metade do século XVII e durante o século XVIII, influenciou o estilo e a concepção da cartografia europeia.

**Schenk, Pieter** (1660-c. 1718). Nascido na Alemanha, Schenk logo se mudou para Amsterdã, onde passou a estudar gravura com Gerard Valk, com cuja irmã se casou. A partir daí, as duas famílias juntaram forças e intensificaram o trabalho comum (reforçado pelos filhos do casal), com a publicação de livros, mapas, desenhos topográficos e arquitetônicos, entre outras produções. Embora a família Schenk tivesse produzido alguns mapas originais, a maior parte de seus atlas consistia de impressões de mapas de chapas retrabalhadas dos originais de Jansson, Visscher e Sanson.

**Schmidl, Ulrich** (1510-1579). Conquistador de origem alemã. Em 1534, participou de expedição à Argentina de hoje (rio da Prata). Em 1546, acompanhou Domingo Irala, em expedição ao Peru. Schmidl foi um dos fundadores de Buenos Aires.

**Sebastião de Portugal** (Lisboa, 1554-Alcácer-Quibir, 1578) (apelidado “o Desejado” e “o Adormecido”). Rei de Portugal e do Algarves, de 1557, até

seu desaparecimento na batalha de Alcácer-Quibir. D. Sebastião era filho de João Manuel, Príncipe de Portugal, e Joana da Áustria. Após a morte de D. João III, ascendeu ao trono e, durante a sua mocidade, foi instaurada a regência, primeiro por sua avó, a rainha Catarina da Áustria, e, depois, pelo seu avô, o cardeal Henrique de Portugal. Em confronto militar no Marrocos que desejava fosse uma cruzada, foi derrotado na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, diante das forças do sultão Abd al-Malik (Mulei Moluco), ocasião em que o rei desapareceu e a nata da nobreza portuguesa foi dizimada – o que levou à crise do trono de 1580 que, por sua vez, levou à perda da independência para a Espanha, com a União Ibérica.

**Sequeira, João Soares de** (século XV). Nobre português que integrou a comitiva da embaixada que João II enviou à Espanha em 1494, por ocasião da negociação e assinatura do Tratado de Tordesilhas. Sequeira serviu como testemunha.

**Serrão, João Rodrigues** (também conhecido como **Juan Serrano**) (século XV-1521). Piloto e navegador espanhol. Serviu como piloto a Fernão de Magalhães, durante a primeira circum-navegação do mundo (1519-1521). Ambos morreram quase no mesmo tempo durante a viagem, Serrão nas ilhas Molucas (Ternate) e Magalhães em Cebu, nas Filipinas. Anteriormente, Serrão havia sido piloto de uma das caravelas da 4ª Armada da Índia Portuguesa, liderada por Vasco da Gama.

**Silva, Bartolomeu Bueno da** (1672-1740). Explorador e sertanista bandeirante. Conhecido como um segundo Anhanguera, devido à sua crueldade e caráter genocida para com os índios nativos.

**Silva, Joaquim Caetano da** (1810-1873). Diplomata e professor brasileiro. Estudou na França, onde se formou em medicina, pela Faculdade de Montpellier, em 1837. Em 1851, foi nomeado encarregado de negócios em Haia, onde passou a Cônsul-Geral em 1854. Durante sua estada em Haia, conduziu as negociações para a delimitação das fronteiras com o Suriname, que somente em 1906 tiveram solução definitiva. Em 1861, publicou em francês o trabalho *L'Oyapock et l'Amazone*, no qual defendeu as posições do Brasil em relação à questão de limites com a Guiana Francesa.

**Silva, Duarte Leite Pereira da** (1864-1950). Mais conhecido como Duarte Leite. Professor, historiador, mestre em história da geografia, diplomata e

político republicano português. De 1914 a 1931, foi embaixador de Portugal no Brasil.

**Silva, João Gomes da (4º conde de Tarouca)** (1671-1738). Nomeado para representar Portugal no Congresso de Paz, para evitar que a Inglaterra celebrasse um acordo de paz separadamente com a França e a Espanha. Passou para a Haia em junho de 1710 e participou no Congresso de Utrecht, como primeiro Plenipotenciário, com a missão de defender os interesses portugueses.

**Silva, Luciano António Pereira da** (1864-1926). Matemático e historiador professor da Universidade de Coimbra, pedagogo. Especializou-se nos domínios da História da Astronomia em Portugal, da Ciência Náutica e dos Descobrimentos portugueses. É autor da obra *A Astronomia dos Lusíadas*, onde faz um estudo pormenorizado das referências astronômicas contidas n'Os *Lusíadas*.

**Silveira, Simão Estácio da** (século XVII). Um dos pioneiros da colonização portuguesa do Maranhão. Silveira era de origem açoriana. Foi juiz da Primeira Câmara de São Luís, procurador da conquista do Maranhão. Silveira foi o autor da obra: “Relação Sumária das Cousas do Maranhão”.

**Simonsen, Roberto Cochrane** (1889-1948). Engenheiro, industrial, administrador, empresário e político brasileiro. Em 1933, foi eleito deputado constituinte por São Paulo. Foi eleito senador, depois da 2ª Guerra Mundial. Foi membro da Academia Paulista de Letras, da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No exterior, foi membro da *National Geographic Society* de Washington, D.C., da *Royal Geographic Society* de Londres e da Academia Portuguesa de História. É autor de grande número de livros.

**Soares, Diogo (Padre jesuíta)** (1684-1748). Cartógrafo português. Tornou-se jesuíta em 1701. Foi professor de Humanidades e Filosofia, na Universidade de Évora e ensinou Matemática no Colégio de Santo Antão, em Lisboa. Foi nomeado cartógrafo régio e, em 1729, ano em que seguiu para o Brasil, acompanhado do padre italiano Domenico Capacci (Domingos Capassi) (1694-1736), por ordem de João V de Portugal, com o objetivo de elaborar mapas. Ambos eram conhecidos como *padres matemáticos*, ou astrônomos.

Um dos seus principais trabalhos foi elaborar as assim chamadas *Cartas Sertanistas*, rascunhos em que Soares apontava as descobertas de novos territórios, ou regiões, com alguma importância econômica, nomeadamente Minas Novas do Fanado (ou do Araçuaí), no norte, e a Zona da Mata, no Sul. Também se incluem nestas *Cartas*, o desenho das duas principais vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e as Minas de Ouro (atualmente o estado de Minas Gerais): Caminho Velho (por Parati e Taubaté), e Caminho Novo (de Porto da Estrela para Minas Gerais).

**Solis, Juan Díaz ou João Pedro Dias de** (1470-1516). Navegador castelhano ou português, descobridor do rio da Prata. Suas origens são alvo de disputa. Um documento refere-o como português (nascido em Lisboa) a serviço de Castela; há, também, quem afirme que nasceu em Lebrija, hoje província de Sevilha, Espanha. Entretanto, começou sua carreira naval em Portugal, como João Dias de Solis, onde se tornou um dos mais conhecidos pilotos das Armadas das Índias. Em 1508, uniu-se a Vicente Yañez Pinzón, irmão de Martim Alonso Pinzón, na viagem que buscava passagem ou estreito de ligação para a Ásia (1509). A expedição, composta por dois navios, navegou até a América Central. Mas quando Solis regressou a Sevilha, em 29 de outubro de 1509, foi preso pelos oficiais da Casa de Contratação, em decorrência de intrigas de Pinzón. O então embaixador de Portugal na Espanha, João Mendes de Vasconcelos, em carta datada de 30 de agosto de 1512, informou o rei D. Manuel I das movimentações de João Solis e confirma sua origem portuguesa.

**Sousa, Afonso Botelho de Sampaio** (1722-1798). Militar brasileiro que atuou como ajudante de ordens do governador da capitania de São Paulo. Foi o responsável por implementar a política portuguesa de garantir a posse do território brasileiro, por meio de um projeto político que visava explorá-lo, para lançar as bases para sua ocupação.

**Sousa, Antonio Caetano de** (1674-1759). Escritor, bibliógrafo e genealogista português que pertenceu ao grupo inicial de acadêmicos da Academia Real de História Portuguesa. Foi clérigo teatino, e a ele se deve a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, e o seu *Aparato* bibliográfico, a continuação do *Agiologio Lusitano* e um vasto conjunto de obras de carácter histórico e bibliográfico, particularmente ligadas à história eclesiástica de Portugal e

seus domínios ultramarinos. É considerado o pai da História Genealógica em Portugal.

**Sousa, Francisco de** (c. 1540-1611). Fidalgo português. 7º governador do Brasil e governou por dois períodos.

**Sousa, Gabriel Soares de** (c. 1540-1591). Agricultor, empresário e historiador do Brasil, nascido em Portugal e que veio ao Brasil entre 1565 e 1569. Estabeleceu-se na Bahia, como colono agrícola e chegou a prosperar a ponto de tornar-se rico proprietário de um engenho de açúcar. Seguiu o exemplo de irmão falecido e realizou explorações no sertão do rio São Francisco, à procura de minas preciosas. Em 1584, regressou à Europa, para solicitar da Corte de Madri autorização e favores para prosseguir com suas explorações. Para sustentar seu pedido, redigiu de 1584 a 1587, o Tratado descritivo do Brasil em 587, longo memorial que, conservado inédito até o século 19, constituiu uma enciclopédia do Brasil à data de sua composição. Faleceu, perto das cabeceiras do rio Paraguaçu.

**Sousa, João Soares de** (1493-1571). 3º Capitão do donatário da ilha de Santa Maria.

**Sousa, Martim Afonso de** (c. 1490/1500-1571). Nobre, militar e administrador colonial português, comandante da primeira expedição colonizadora, enviada ao Brasil em 1530, por D. João III de Portugal. Nomeado conselheiro da Coroa, Martim Afonso de Sousa foi o primeiro donatário da capitania de São Vicente (1533-1564) e governador da Índia (1542-1545).

**Sousa, Pero Coelho de (fins do século XVI-meados do século XVII)**. Chega ao Brasil em 1579 e foi o primeiro representante da Coroa Portuguesa a desbravar os territórios das capitanias da Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará.

**Sousa, Pero Lopes de** (1497-1539). Fidalgo, militar e navegador português, responsável pelo *Diário de Navegação*, da primeira expedição colonizadora de seu irmão, Martim Afonso de Sousa, que veio ao Brasil em 1530. O diário é considerado o mais importante relato sobre a expedição de Martim Afonso e cobre o período de 1530 a 1532, ano em que Pero Lopes decidiu retornar a Portugal. Na viagem de volta, enfrentou e aprisionou dois navios franceses ao largo de Pernambuco, episódio que lhe rendeu cinquenta léguas de terras

no litoral do Brasil, oferecidas pela Coroa. Em 1539, já como capitão-omor de uma esquadra de seis navios, partiu de Lisboa para a Índia e, na viagem de regresso, naufragou próximo a Madagascar (Ilha de São Lourenço para os portugueses) e seu corpo desapareceu no mar. Em 1839, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen descobriu seu “Diário de Navegação”, obra em que narra além de sua biografia e a de seu irmão, episódios como a fundação das vilas de São Vicente e Piratininga e os descobrimentos do Rio de Janeiro, do rio da Prata e da ilha de Fernando de Noronha. O documento foi peça chave, para se entender a luta de séculos entre Portugal e Espanha pelo controle do estuário do Rio da Prata e é o primeiro documento a descrever a costa sul-americana. Em 1927, Eugênio de Castro, comandante da Marinha e excelente historiador, escreveu observações e notas sobre o *Diário de navegação* que constituem trabalho meticuloso e notável.

**Sousa, Ruy de (também grafado: Rui de Sousa (século XV) (Senhor de Sagres e Beringel).** Filho de Martim Afonso de Sousa. Fidalgo que viveu no século XV. Foi-lhe doada a vila de Sagres, em 1471, e a de Beringel, seis anos depois, vila que foi depois comprada pelo rei D. João II, tendo Rui de Sousa sido almotacé-mor e meirinho-mor ao serviço do mesmo rei. Embaixador português, enviado pelo rei D. João II de Portugal, como seu procurador para negociar e assinar o Tratado de Tordesilhas, o que foi realizado em 7 de junho de 1494, na aldeia homônima. Além de Sousa, integraram a delegação portuguesa seu filho João de Sousa, almotacé-mor, e Aires de Almeida, corregedor dos feitos civis na corte e do desembargo real. A embaixada era secretariada por Estêvão Vaz, e tinha como testemunhas João Soares de Siqueira, Rui Leme e Duarte Pacheco Pereira. Os dois tratados assinados naquela ocasião tiveram amplas repercussões nos destinos ibéricos, naquilo que, no final do século 15, representava uma definição sobre as linhas de ação fundamentais para qualquer das partes: a expansão para fora do quadro peninsular das terras descobertas por Portugal e Espanha. No começo do reinado de D. João II, Rui de Souza havia sido enviado, no início de sua carreira diplomática e acompanhado por João de Elvas, como embaixador à Inglaterra. Segundo Jaime Cortesão, Rui de Sousa era “o mais experiente dos diplomatas portugueses”.

**Sousa, Tomé de** (1503-1579). Foi um político português, nomeado por D. João III para ser o primeiro governador-geral do Brasil, cargo que exerceu de 1549 a 1553.

**Souza, João de** (século XV). Filho de Rui de Souza. Integrou a terceira embaixada portuguesa na terceira e última fase das negociações do Tratado de Tordesilhas.

**Steinen, Karl von den** (1885-1929). Médico, explorador e antropólogo alemão. Pesquisador da Universidade de Berlim; em 1884, juntamente com alguns auxiliares, partiu de Cuiabá, desceu o rio Xingu, da nascente até a foz, e continuou até o Pará. Estudou os índios e fixou a origem dos Bacairis, com os Caribes – e não os Tupi-Guaranis. Publicou os resultados de sua expedição em 1886, no trabalho intitulado “*Durch Central-Brasilien*” (Através do Brasil Central).

**Stevenson, Edward Luther** (1855-1944). Historiador, cartógrafo, professor e autor norte-americano. Stevenson estudou na Universidade Johns Hopkins de 1887 a 1888 e completou seu Phd. na Universidade de Heidelberg em 1890. De 1891 a 1911, ensinou História e Economia política na Universidade Rutgers. Posteriormente, passou a escrever e lecionar sobre cartografia e a descoberta do Novo Mundo. Entre os trabalhos que escreveu, traduziu e editou figuram: “Carta Marinha do mundo de Nicolò de Carneiro”, “Geografia de Cláudio Ptolomeo”; “Globos terrestres e celestiais, sua história e construção, inclusive considerações sobre seu valor como ajuda no estudo de Geografia e Astronomia”; “Cartas-portolanos: Suas origens e características, com lista descritiva daquelas pertencentes à Sociedade Hispânica da América”, entre outros trabalhos.

**Talavera, Rodrigo Maldonado de** (1456-1517). Jurista espanhol, membro do Conselho Real e Supremo de Castela, além de ocupar posições tais como a de reitor da Universidade de Salamanca, onde foi ainda catedrático de Direito. Como membro do Conselho, esteve presente nas negociações de paz que mantiveram os Reis Católicos de Castela e de Aragão, com D. Afonso VI de Portugal. Talavera foi, ainda, um dos signatários do Tratado de Tordesilhas, por parte de Castela.

**Taunay, Afonso d'Escragolle** (1876-1958). Biógrafo, historiador, romancista, e professor brasileiro.

**Tavares, Antonio Raposo** (1598-1659). Português que veio ao Brasil em 1618. Em 1628, participa de sua primeira bandeira.

**Tavares, Antonio Rolim de Moura** (1709-1782). Administrador colonial português. Foi Vice-Rei do Brasil, de 1767 a 1769. Durante seu mandato, esforçou-se para fortalecer as defesas do Rio de Janeiro, sob ameaça de ataque espanhol.

**Távora, Francisco de (1º conde de Alvor)** (c. 1646-1710). Destacado oficial militar, diplomata e governador colonial. Foi Governador e Capitão-Geral de Angola, de 1669 a 1676 e Vice-Rei da Índia Portuguesa, de 1681 a 1686.

**Techo, Nicolás del (originalmente, seu nome era Nicolás Du Toict)** (Nice, França, 1611-1680). Sacerdote jesuíta, autor de *Historia de la Provincia del Paraguay y de la Compañia de Jesús*.

**Teixeira, João** (1602-1666). Cartógrafo português, filho de Luiz Teixeira. Compilou, também, como cosmógrafo do rei de Portugal, importantes mapas e cartas marítimas, sobre os quais se basearam as demandas territoriais de Portugal contra as da Espanha. Apesar dos termos do Tratado de Tordesilhas de 1494, a disputa entre Portugal e Espanha quanto à divisão do “novo mundo” continuou durante 150 anos. Nesse contexto, os mapas de João Teixeira são de importância histórica. Entre os mais importantes trabalhos de João Teixeira figuram o Atlas do mundo e os mapas do Brasil, Índia, Portugal e de outras partes do mundo.

**Teixeira, (Luiz) Ludovico** (1564-1604). Matemático e cartógrafo português, foi nomeado cartógrafo junto à coroa espanhola. Além de seus mapas manuscritos dos Açores e aqueles realizados após viagens ao Brasil, Teixeira é lembrado pelo seu mapa do Japão (*Iaponiae Insulae Descriptio*), em 1592, utilizado por Ortelius no *Abraham Ortelius Theatrum Orbis Terrarum*, em 1595, com o qual Teixeira colaborou. O mapa de Teixeira foi o primeiro mapa impresso a retratar exclusivamente o Japão e passou a ser o mapa-padrão daquele país, até que os de Martini foram publicados em 1655, em Amsterdã. Seus mapas produzidos em 1598 e 1604 não sobreviveram. Teixeira pertencia a uma família de cartógrafos cuja atividade se estendeu de meados do século XVI, até o fim do século XVIII. Os Teixeira constituíram a principal escola cartográfica portuguesa do período que vai do final do século XVI (Luís Teixeira) até 1675. Os cartógrafos dessa família não desenharam somente

o Brasil, mas sua abundante produção abrigou generosamente o território. Luís Teixeira dedicou ao Brasil 18 de suas 70 cartas, enquanto seu filho, João Teixeira Albernaz, o velho, fez o mesmo com 173 dos 291 mapas que lhe são atribuídos. Seu neto, João Teixeira Albernaz, o jovem, seguiu seu avô e produziu 130 dedicados ao Brasil de um total de 166. Um atlas importante da colônia do Brasil é atribuído a Teixeira, intitulado *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que existem na costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães* (1586).

**Teixeira, Pedro** (1570 ou 1587-1641). Desbravador e militar português.

**Teles, Tomás da Silva** (1683-1762). Nobre português. Entrou para a carreira eclesiástica e foi cônego da Sé de Évora. Deixou a batina pela espada e participou ativamente na Guerra da Sucessão da Espanha, durante a qual foi coronel do Regimento de Estremoz e general de Batalha. Em 1715, foi à Alemanha combater os turcos e alistou-se no exército imperial. Em 1717, participou da tomada de Belgrado, com o infante D. Manuel de Bragança, irmão de D. João V e filho do rei D. Pedro II. Em Portugal, foi Mestre de Campo, embaixador em Madri e gentil-homem da Real Câmara. Morreu no castelo de São João da Foz, em 1762, por estar envolvido na conspiração do duque de Aveiro. Além de correspondência de Madri, deixou algumas publicações: um *Dicionário sobre a disciplina militar* e a *Ciência de um soldado de infantaria, dedicado aos soldados novos*, de Lisboa, 1737, esse último publicado sob o pseudônimo de Teotônio de Sousa Tavares. Talvez também o livro raro, anônimo, publicado em 1736, *Avisos de um oficial velho a um oficial moço*.

**Thévet, André** (1502-1590). Frade franciscano, explorador, cosmógrafo e escritor francês. Estudioso em cosmografia e cartografia, Thévet tornou-se cosmógrafo do rei da França, Henrique II, a partir de 1558. Embarcou para o Rio de Janeiro na frota do almirante Nicolas Durand de Villegagnon e permaneceu no Brasil três meses, até janeiro de 1556, a observar a natureza e os indígenas da Baía da Guanabara. Foi o principal responsável pela vulgarização da expressão “França Antártica”, ao publicar “*Les singularitez de la France Antartique*” (Paris, 1557), ilustrada com 41 xilografuras. Nessa obra, responsabiliza os huguenotes (calvinistas franceses) pelo fracasso na manutenção da colônia, posição que justificou a obra *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de autoria do calvinista Jean de Léry. Em 1575, Thévet publicou *La cosmographie universelle d'André Thévet, cosmographe du Roy*, em

4 tomos com 228 gravuras. Um desses tomos é inteiramente dedicado aos índios tupinanbás.

**Tinoco, João Nunes** (c. 1610-1689). Arquiteto português.

**Tordesillas, Antonio de Herrera y** (1549-1626). Historiador espanhol.

**Toscanelli, Paolo dal Pozzo** (1397-1482). Matemático, astrônomo, médico, cartógrafo e geógrafo italiano. Teria influenciado Cristóvão Colombo, na formação do projeto do genovês de atingir o Extremo Oriente, por meio de curso em direção ao Ocidente, via a costa atlântica europeia. Em 1474 Toscanelli dirigiu carta ao seu correspondente português, Fernão Martins, cônego da Sé de Lisboa, e pela qual faz chegar ao rei D. Afonso V sua proposta de navegar para o Ocidente, para chegar à Ásia pelo Oeste. O original dessa carta nunca foi encontrado, mas sabe-se da sua existência pelo próprio Toscanelli, que depois a transcreveu e a enviou a Colombo, juntamente com sua sugestão desse caminho, para atingir a Ásia. Toscanelli teria ajudado Brunelleschi com os cálculos, para a construção da cúpula de Santa Maria del Fiore.

**Tourinho, Pero de Campos** (fim do século XV-1553). Administrador colonial português. Em 27 de maio de 1534, Pero de Campos Tourinho foi agraciado com a capitania de Porto Seguro, por D. João III. Tourinho viajou com 700 pessoas para o Brasil, em 1535, para tomar posse e demarcar sua terra. Como donatário da capitania, Tourinho desbravou a terra e construiu vilas para alojar e defender os colonos. Nesse processo, houve circunstâncias em que demonstrou truculência e destempero, com relação aos seus colonos. Tourinho acabou por enfrentar a justiça, mas acabou por ser absolvido.

**Transilvano, Maximiliano (também conhecido como Maximiliano da Transilvânia)** (c. 1490-1538). Escritor residente em Flandres, autor de uma das primeiras descrições da primeira circum-navegação do mundo, completada por Juan Sebastián Elcano.

**Ulloa y de la Torre-Giral, Antonio de (Guiral ou Giralt, também conhecido por Don Antonio de Ulloa)** (1716-1795). General da Marinha espanhola, cientista, naturalista, escritor, astrônomo, administrador colonial e o primeiro governador espanhol da Luisiana. Ulloa foi nomeado para esse cargo depois que a França cedeu esse território à Espanha, em 1763, após sua

derrota pela Grã-Bretanha na Guerra dos Sete Anos. O governo de Ulloa foi resistido pelos colonos crioulos em Nova Orleans, que o expulsaram em 1768 do oeste da Luisiana. Ulloa já tinha estabelecido uma reputação internacional na ciência, e fez parte da missão geodésica francesa, no atual Equador e publicou um extenso registro de suas observações e descobertas sobre a viagem à América do Sul, publicada em francês em 1752 e em inglês como *A Voyage to South America* (1758). Ulloa foi membro da *Royal Society* e membro estrangeiro da Academia Real das Ciências da Suécia.

**Vaca, Álvaro Núñez Cabeza de** (1488/1492-1558/1560). Conquistador espanhol, conhecido por ter sido o primeiro europeu a descrever as Cataratas do Iguaçu e explorar o curso do rio Paraguai.

**Valk, Gerald** (1652-1726). Gravador, editor e cartógrafo holandês.

**Vallaux, Camille** (1870-1945). Geógrafo francês, fundador da oceanografia geográfica. Foi aluno de Vidal de la Blache.

**Varnhagen, Francisco Adolfo** (1816-1878). Militar, diplomata e historiador brasileiro. Ingressou na carreira diplomática em 1844 e serviu em Lisboa, Madri, Assunção, Caracas, Bogotá, Quito, Santiago, Lima e Haia. Aproveitou seus postos, para coletar documentos sobre o Brasil em bibliotecas e arquivos no exterior. Varnhagen defendia a interiorização da capital do Brasil e havia realizado estudos cartográficos acerca do Planalto Central. Encerrou sua carreira diplomática, como representante do Brasil em Viena, Áustria, onde faleceu.

**Vasconcelos, Antônio Pedro de** (século XVIII). Militar português que se notabilizou na defesa da Colônia do Sacramento. A Espanha havia declarado guerra a Portugal e determinou que a Colônia do Sacramento fosse atacada em 1704. Sucederam-se diversos ataques à Colônia sitiada – todos rechaçados. Em abril de 1705, os portugueses decidiram retirar-se, mas o Tratado de Utrecht de 1713 devolveu a Portugal o território da Colônia do Sacramento e declarou nulos e sem efeito quaisquer títulos de domínio que a Espanha pudesse apresentar sobre as terras da Banda Oriental do Uruguai. Em 1735/36, os espanhóis voltaram a atacar, a despeito do tratado. Antônio Pedro de Vasconcelos assumiu a Colônia e sua defesa nessa época e, sob suas ordens suas tropas rechaçaram os ataques espanhóis que se sucederam.

**Vasconcelos, Luís Mendes de** (1543 – La Valette, Malta, 1623). Escritor português, governador de Angola, entre 1617 e 1621 e 55º Grão-Mestre dos Hospitaleiros da Ordem de São João de Jerusalém. Como escritor, é conhecido, principalmente, pelas obras: *Do sítio de Lisboa: diálogos* (1608) e *Arte Militar* (1612).

**Vasconcelos e Brito, Miguel de** (1590-1640). Político português. Desempenhou no Reino de Portugal os cargos de Escrivão da Fazenda e de secretário de Estado (primeiro-ministro) da duquesa de Mântua, vice-rainha de Portugal, em nome do rei Filipe IV de Espanha. Vasconcelos e Brito era odiado pelo povo português, por ser português e colaborar com o representante da dominação filipina, em decorrência de que foi a primeira vítima do golpe de estado de 1º de dezembro de 1640.

**Vasconcelos, Simão de (Padre)** (1597-1671). Clérigo jesuíta português que, ainda criança, veio para o Brasil com sua família. Foi aluno dos jesuítas no Colégio da Bahia e, aos dezenove anos, ingressou na Companhia de Jesus. Escreveu diversas obras, entre as quais “*Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*” (1663).

**Vaz, Estêvão** (século XV). Nobre português que foi secretário de D. João II e, mais tarde, feitor da casa da Guiné e da Índia. Serviu como embaixador português, junto à corte de Castela, por ocasião da questão das restituições aos filhos do duque de Bragança. Vaz integrou a comitiva da embaixada que João II enviou à Espanha em 1494, por ocasião da negociação e assinatura do Tratado de Tordesilhas. Nessa ocasião, serviu como escrivão. Vaz era considerado “pessoa do reino de bom saber, grande confiança e muita cordialidade”.

**Velasco, Juan Lopez de** (1530-1598) Cosmógrafo e historiador espanhol, que viveu durante o reinado de Felipe II.

**Velho, Álvaro** (século XV-XVI). Soldado português que participou da primeira expedição portuguesa por mar à Índia, liderada por Vasco da Gama, em 1497. Velho foi considerado um dos supostos autores da revista anônima da viagem de Vasco da Gama em 1497 (o outro foi João de Sá), ainda que estudos mais recentes expuseram fragilidades nessa teoria e atribuíram o *Jornal* com mais certeza a João de Sá. O diário de bordo atribuído a Álvaro Velho

(ou Roteiro da Índia) chegou até nossos dias incompleto. É desconhecido o paradeiro do manuscrito original.

**Velho, Bartolomeu** (Lisboa, ?-Nantes, 1568). Matemático, cartógrafo e cosmógrafo português. Entre outras importantes obras, desenhou a Carta General do Orbe, em 1561, para o rei Sebastião de Portugal. No Brasil, além de pormenorizada nomenclatura geográfica e da apresentação da divisão administrativa em capitanias, instituídas de 1534 a 1536, Bartolomeu Velho assinala a localização exata de sete nações indígenas, como Tupinambás, Aimorés, Tamoios e Guaranis, e localiza no interior misteriosa lagoa, o *Alagoado Eupana*, de onde partem vários rios. Trabalhou durante muito tempo na França, na sua obra *Cosmographia*, publicada em Paris no ano de sua morte.

**Velho, Francisco Dias** (c. 1622-1687). Bandeirante paulista, colonizador e capitão-mor da ilha de Nossa Senhora do Desterro, da qual foi fundador (atual Florianópolis).

**Vergara, Garcia Rodríguez** (século XVI). Militar, explorador e conquistador espanhol. Em 1547, fez parte de expedição que Domingo Yrala organizou e que chegou ao Peru.

**Verrazano, Giovanni da** (1485-1528). Explorador florentino, que percorreu a costa da América do Norte. Verrazano navegou, em 1524, em nome da Coroa Francesa, a serviço da qual procurou encontrar a “passagem do Norte”. Verrazano descobriu vários pontos da costa noroeste atlântica (Estados Unidos e Canadá), bem como a baía de Nova York. Em 1526, Verrazano encontrava-se na França, quando foi encarregado de projeto sob os auspícios do almirante Philippe Chabot. Giovanni e seu irmão, Girolamo, navegaram pela costa ocidental da África e rumaram até à costa do Brasil, onde fizeram carga de pau-brasil, no litoral de Pernambuco. Em setembro de 1527, os irmãos regressaram à França.

**Vespúcio, Américo** (Florença, 1454 – Sevilha, 1512). Mercador, navegador, geógrafo, cosmógrafo italiano e explorador de oceanos a serviço de Portugal e da Espanha. Como representante de armadores florentinos, o mercador e navegador Vespúcio encarregou-se em Sevilha do aprovisionamento de navios, para a segunda e terceira viagens de Cristóvão Colombo. Supõe-se que tenha participado de incursões pelo Atlântico, desde 1497. Em meados

de 1499, passou ao largo da costa norte da América do Sul, acima do rio Orinoco, como integrante da expedição espanhola de Alonso de Ojeda, a caminho da Índias Ocidentais. Vespúcio foi o primeiro a demonstrar que o Brasil e as Índias Ocidentais não representavam regiões periféricas do leste da Ásia, como inicialmente pensou Colombo, mas massas de terra totalmente separadas e, até então, desconhecidas do Velho Mundo. Conhecido como Novo Mundo, esse continente passou a ser chamado de “América”, versão feminina do primeiro nome de Vespúcio.

**Vespúcio, João** (c. 1490 – depois de 1524). Piloto, cartógrafo e cosmógrafo ítalo-espanhol. Irmão (ou sobrinho) de Américo Vespúcio. Foi um dos pilotos da nau que comandou a armada da Carreira das Índias, liderada por Pedro Arias Dávila, que efetuava a ligação entre Espanha e América. Elaborou, em 1523, a carta *Totius orbis descriptio*. Em 1524, participou como especialista de cimeira realizada em Badajoz e destinada a clarificar o estado dos acordos de divisão do mundo entre Portugal e Espanha, em particular em relação à posse das Molucas. João Vespúcio foi mais tarde destituído, por se ter descoberto que passava informações secretas à República Florentina.

**Viegas, Gaspar Luis** (século XV – século XVI). Cartógrafo português, conhecido pelo seu mapa de 1534 do oceano Atlântico e do mar Mediterrâneo.

**Vieira, Antônio (Padre)** (1608-1697). Religioso (da Companhia de Jesus), filósofo, escritor e orador português. Uma das mais influentes personagens do século XVII, em termos de política e oratória. Destacou-se como missionário em terras brasileiras e, nesta qualidade, defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas, ao combater a sua exploração e escravização. Promoveu a evangelização desses povos que o chamavam de “Grande Pai”. Vieira defendeu também os judeus e a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, bem como a abolição da escravatura. Criticou severamente os sacerdotes da sua época e a própria inquisição. Na literatura, seus sermões possuem considerável importância no barroco brasileiro e português.

**Vilhegas, Diogo Ortiz de** (1457-1519). Prelado português de origem castelhana. Chegou a Portugal como confessor da princesa D. Joana de Trastâmara. D. Diogo fez parte do restrito círculo íntimo de D. João II e de seu sucessor, D. Manuel I. D. João II encarregou-o de analisar as propostas de navegação de Cristófero Colombo, e esteve presente quando João II encarregou Pêro

da Covilhã e Afonso de Paiva a se encontrarem com Preste João. Passou, ainda, por seu crivo o mapa-múndi que foi entregue aos dois exploradores. Como recompensa pelos seus serviços, D. João II nomeou-o prior do Mosteiro de São Vicente de Fora e bispo de Tânger. No seu testamento, o rei o encomendou ao Duque de Beja e seu sucessor na Coroa, D. Manuel I, que, ao seguir a linha de seu antecessor, nomeou D. Diogo sucessivamente para o bispado de Ceuta (1500) e, em 1504, para o bispado de Viseu, bem como o encarregou da educação do seu filho e herdeiro, o príncipe D. João (futuro D. João III). Foi D. Diogo quem rezou a missa de despedida da esquadra de Pedro Álvares Cabral, quando esse deixou Portugal, a 8 de março de 1500.

**Vilhena, Filipa de** (morta em 1651). Primeira e única marquesa de Atouguia. Nobre portuguesa que se tornou símbolo de patriotismo de seu país, durante a Restauração da Independência. Sua história foi adaptada por Almeida Garrett, em uma peça homônima.

**Vingboons, Jan (Johannes)** (1616-1670). Cartógrafo neerlandês, contratado por Maurício de Nassau, que então exercia o cargo de governador da região Nordeste do Brasil, para os Estados Gerais das Províncias Unidas.

**Visscher, Nicolaes** (1618-1679). Membro de família de cartógrafos holandeses, cuja casa editora publicou, em 1698, um mapa-múndi que referenciava o que então se acreditava ser o “Rio Grande”, com formato próximo ao que é hoje conhecido como Lagoa dos Patos, por associá-lo aos índios Patos.

**Viterbo, Francisco Marques de Sousa** (1845-1910). Poeta, arqueólogo, historiador e jornalista português. Entre os muitos trabalhos que escreveu e publicou, sobre os mais diversos assuntos, figura aquele em dois volumes, com o título *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVIII (1892-1900)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1898).

**Vivielle, Jean-Baptiste Adolphe** (1875-1944). Oficial da Marinha francesa. Escreveu, junto com Louis Guilleux La Roërie, a obra *Navires et marins: de la rame à l'hélice* (Paris, Editions Duchartre & Van Buggenhoudt, 1930).

**Vooght, Claes Jansz** (floresceu entre 1680 e 1696). Professor de matemática e da arte da navegação. É conhecido como fornecedor de cartas e mapas, para o Zee Fakkel de van Keulen.

**Walseemüller, Martin** (1470-1520). Cartógrafo alemão da Renascença. Junto com Mathias Ringmann (1482-1511), é-lhe atribuído o termo “América”, para designar o Novo Mundo, em seu planisfério de 1507, em homenagem ao explorador florentino Amerigo Vespucci.

**Yrala, Domingo Martínez** (1509-1556). Conquistador espanhol (basco).

**Ysasaga, Ochóa Alvarez de** (?-?). Espanhol que dirigiu os serviços de espionagem em Portugal, para os reis católicos, Ferdinando II de Aragão e Isabel I, rainha de Castela.

**Zuñiga, André de Z. y de Ponce de León** (1628-1687). Bandeirante paulista.



## Bibliografia

---

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.
- ADONIAS, Isa. *A Cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1963.
- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. *História de um fidalgo quinhentista português: Tristão da Cunha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.
- BETHENCOURT, Francisco. A memória da expansão. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, vol. V, p. 442-483.
- BINDING, Paul. *Imagined Corners: Exploring the World's First Atlas*. Londres: Headline Publishing Group Limited, 2003.
- BROWN, Lloyd Arnold. *The Story of Maps*. Nova York: Dover Publications Inc., 1977.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- CARVALHO, José Cândido de Melo. Prefácio. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1974, p. 5-8.

CORTESÃO, Armando. *A Carta Náutica de 1424 e a descoberta e representação cartográfica da América*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954.

CORTESÃO, Armando. *A história da cartografia portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1969.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Tomos 1 e 2.

CRANE, Nicholas, *Mercator: The Man Who Mapped the Planet*. Henry Holt and Co., 2002.

DERBY, Orville A. The Egerton Map of Early American Discoveries. *Geographical Journal*, n. 38, p. 494-504, 1911.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

KANTOR, ÍRIS. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007.

KOEMA, Cornelis; SCHILDER, Günter; EGMOND, Marco van; KROGT, Peter van der. Commercial cartography and Map Production in the Low Countries, 1500-ca. 1672. In: WOODWARD, David (ed.). *History of Cartography*, vol. 3 – Cartography in the European Renaissance. Chicago: University of Chicago Press, 2007, p. 1296-1383.

KUPČÍK, Ivan. *Cartes géographiques anciennes*. 4. ed. Paris: Gründ, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerras e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

MICELI, Paulo (org.). *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MORELAND, Carl e BANNISTER, David. *Antique Maps*. 3. ed. Londres: Phaidon Press Inc., 2002.

RAJA GABAGLIA, Fernando Antônio. A geopolítica. *Boletim Geográfico*, ano V, n. 54, p. 693-697, 1974.

SILVA, Duarte Leite Pereira da. Os falsos precursores de Cabral. *In*: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (orgs.). *História da colonização portuguesa do Brasil*: edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1922.

SOUZA, Rita de Cássia Martins de. Geopolítica e formação territorial no Brasil. *In*: VITTE, Antônio Carlos (org.). *Contribuições à história e à epistemologia da geografia*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, p. 189-215.





Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil





A Portaria nº 365 do Ministério das Relações Exteriores, de 11 de novembro de 2021, dispõe sobre o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema.

No contexto do planejamento da efeméride, a FUNAG criou a coleção “Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022”, abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.

